

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

**A IMPOSSÍVEL SIMETRIA:
DISTINÇÃO, INTERDEPENDÊNCIA E PODER NA RELAÇÃO ENTRE
AGRICULTORES ECOLÓGISTAS E MEDIADORES SOCIAIS**

Valter Lúcio de Oliveira

Porto Alegre – RS
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

**A IMPOSSÍVEL SIMETRIA:
DISTINÇÃO, INTERDEPENDÊNCIA E PODER NA RELAÇÃO ENTRE
AGRICULTORES ECOLOGISTAS E MEDIADORES SOCIAIS**

Valter Lúcio de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural da UFRGS – Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade.

**Série PGDR – Dissertação nº 40
Porto Alegre – RS
2004**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

A banca examinadora abaixo relacionada aprovou, no dia 05 de maio de 2004, a dissertação de Valter Lúcio de Oliveira intitulada *A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais* como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva (Orientador – Departamento de Sociologia/UFRGS)

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida (Departamento de Horticultura e Silvicultura/UFRGS)

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (Departamento de Sociologia/UFRGS)

Prof. Dr. John Cunha Comerford (CPDA/UFRRJ)

Dedico esta dissertação ao meu irmão Almir; pela nossa breve e marcante convivência e pelo novo rumo que atribuiu à minha vida.

AGRADECIMENTOS

Esta é uma parte que me dá muita satisfação escrevê-la. É o momento de nomear aquelas pessoas, instituições, momentos, “coisas”... enfim, tudo que, de forma muito variada, influíram neste ciclo de minha vida que estive, prioritariamente, voltado para o mestrado e que agora é parcialmente materializado nessa dissertação. Ao mesmo tempo, não posso negar que é uma parte que desperta algum nível de constrangimento. Isto porque, além do risco da omissão pelo esquecimento, o espaço restrito impõe a necessidade de se promover uma seleção.

Esta é também uma parte que sempre observo com maior atenção e curiosidade nos trabalhos acadêmicos. Costuma ser neste breve momento quando melhor se percebe os autores/pesquisadores se permitindo (quando se permitem escrever tal parte) subverter a estrutura formalizada da escrita convencionalizada com o método científico, para demonstrar sua humanidade e seus sentimentos. Assim, ainda que para alguns este ato de reconhecimento possa parecer piegas ou, mesmo, uma parte menos importante de um trabalho com tal caráter, devo dizer que a importância do que aqui exponho assume para mim uma grande expressão. Ainda que as contribuições tenham sido de forma muito particular e em alguns casos bastante pontual, esta dissertação é o que é e hoje eu sou o que sou, por “culpa” de todos e de tudo que aqui nomeei e muito mais que aqui está omitido. Assim, minha sincera gratidão assume também o sentido de um convite a partilharem comigo a autoria desse trabalho e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que fui me construindo neste ambiente de infinitas influências. No entanto, devo dizer, que da mesma forma que os meus atos são de minha inteira responsabilidade, o conteúdo dessa dissertação também o é.

No mais, só me resta agradecer,

- À universidade pública, gratuita e de qualidade;
- Aos meus pais, Zito e Cida e aos meus irmãos, Quiel, Maurinho, Leandro e Talita que sempre serão meu “Porto Alegre e Seguro”;
- Ao meu orientador, Prof. Marcelo Kunrath Silva, que além da orientação imprescindível, se mostrou um grande amigo e motivador;

- Ao PGDR, que me oportunizou esta fascinante experiência do acesso ao conhecimento do “mundo rural” e a todos os seus funcionários e professores com os quais convivi nestes dois anos;
- Aos meus colegas da turma 2002 e das demais turmas com as quais estabeleci alguma relação (de maneira especial às turmas 2001 e 2003);
- Àqueles que ao longo desse período de mestrado se confirmaram grandes amigos e dos quais espero nunca me distanciar: Eve-Anne, Cleyton, Fátima, Leo e Adriano;
- Aos amigos de outros carnavais que me acompanharam à distância e seguem comigo: Valquiria, Rodrigo (Maluf) e Talles;
- Muito especialmente, a cada agricultor ecologista que, de forma bastante generosa, me recebeu em sua casa, partilhou sua comida, seu descanso, seu lazer, seu trabalho, seu conhecimento..., e reservou parte de seu tempo para atender às minhas obrigações enquanto pesquisador. Devo salientar que esta oportunidade de pesquisa me oportunizou conhecer estas pessoas que hoje ocupam em minha vida um espaço reservado àqueles de quem nunca se esquece;
- Aos mediadores sociais do Centro Ecológico que me permitiram conhecer o universo de suas atuações;
- Aos que contribuíram de forma mais objetiva no conteúdo dessa dissertação: Carla Freitas, Maura Kelly, Prof. Jalcione, Prof. Paulo Moruzzi, Prof. José Carlos, Prof. Verdum;
- A Porto Alegre, onde me senti muito bem acolhido e, especialmente às suas opções de cinema, que neste período foi para mim, fonte constante de descontração e inspiração;
- A todas aquelas pessoas e instituições não nomeadas aqui por questão de espaço, mas que exerceram algum papel nesta minha caminhada do mestrado. Também àqueles que deveriam ser destacados, mas que no momento em que escrevi estes agradecimentos haviam saído de minha mente e se refugiado apenas em meu coração. Desculpem meu esquecimento e se sintam agradecidos;
- Por fim, quero agradecer ao **CNPq** pela concessão de um auxílio financeiro sem o qual não seria possível haver concluído este curso de mestrado, aliás, seria impensável o ingresso em um mestrado com tais características. Que o financiamento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil siga, cada vez mais e com maior convicção, sendo prioridade para qualquer governante.

Desde pequeno eu estou por aqui, na mesma vida que sempre aprendi, vivo do que faz meu braço, meu braço faz o que a terra manda. Voa tristeza, voa vento, voa tempo, voa.

Sá e Guarabira – Quem Saberá Perder

E o operário ouviu a voz
de todos os seus irmãos,
os seus irmãos que morreram
por outros que viverão.
Uma esperança sincera
cresceu no coração
e dentro da tarde mansa
agigantou-se a razão
de um homem pobre e esquecido
razão porém que fizera
em operário construído
o operário em construção.

Vinícios de Moraes – Operário em Construção

Quando secam os oasis utópicos estende-se um deserto de banalidade e perplexidade.

Jürgen Habermas

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	11
RESUMO	12
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	14
O ENGAJAMENTO INEVITÁVEL	16
O DISTANCIAMENTO PRUDENTE	18
CONHECER O DESCONHECIDO	20
1 BASE CONCEITUAL DA PESQUISA: DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	26
1.1 CIRCUNSCRIÇÃO TEÓRICA	27
1.2 A IDENTIDADE CONSTRUÍDA E SEUS EFEITOS NO JOGO SOCIAL	32
1.3 OS MEDIADORES SOCIAIS E SEU PAPEL NA DINÂMICA SOCIAL	37
1.4 A BUSCA PELA SIMETRIA E SEUS IMPASSES.....	44
1.4.1 <i>A interação e o contexto social.....</i>	<i>44</i>
1.4.2 <i>O poder que constrói relações e realidades.....</i>	<i>48</i>
1.4.3 <i>A participação ou a dominação participativa?.....</i>	<i>51</i>
1.5 CIRCUNSCRIÇÃO METODOLÓGICA	58
1.5.1 <i>Métodos e procedimentos de pesquisa.....</i>	<i>60</i>
1.5.1.1 O método.....	60
1.5.1.2 Composição da “amostragem”	61
1.5.1.3. Procedimentos da pesquisa.....	63
1.5.1.4 Análise das informações coletadas.....	66
2 AS FACES E INTERFACES DE UMA REALIDADE	68
2.1 ONGs: A DESFIGURAÇÃO CONFIGURADA	68
2.1.1 <i>O processo histórico de emergência das ONGs.....</i>	<i>68</i>
2.1.2 <i>Algumas controvérsias a respeito da atuação das ONGs.....</i>	<i>73</i>
2.2 O CENTRO ECOLÓGICO E SUA HISTÓRIA.....	79

2.3 A ACERT E SUA HISTÓRIA.....	87
2.4 A AGRICULTURA ECOLÓGICA NO LITORAL NORTE.....	93
2.4.1 <i>As conseqüências da agricultura produtivista</i>	93
2.4.2 <i>Agricultura Ecológica como “bandeira de luta” da igreja</i>	103
2.4.3 <i>Agroecologia, Agricultura Orgânica, Convencional e outras agriculturas</i>	109
2.4.3.1 <i>Outras agriculturas</i>	117
3 O AGIR E REAGIR NA RELAÇÃO ENTRE O AGRICULTOR ECOLOGISTA E O MEDIADOR SOCIAL.....	121
3.1 AGRICULTURA ECOLÓGICA COMO SUBSTRATO PARA DIFERENTES INTERESSES .	122
3.1.1 <i>A agricultura “cem por cento” ecológica e os interesses dos agricultores ecologistas</i>	124
3.1.2 <i>Os mediadores sociais e a agricultura ecológica</i>	138
3.2 AGRICULTOR ECOLOGISTA E MEDIADOR SOCIAL: UMA RELAÇÃO DE PODER	144
3.3 ASSIMETRIA ESTRUTURAL E A INTERDEPENDÊNCIA.....	160
3.4 O PODER DA PARTICIPAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO NO PODER.....	174
3.4.1 <i>A participação que produz violência simbólica</i>	176
3.4.2 <i>A participação que produz distinção</i>	183
3.4.3 <i>A participação que produz subversão</i>	185
CONCLUSÕES	190
BIBLIOGRAFIA.....	198
APÊNDICES.....	207
APÊNDICE A: INFORMAÇÕES SOBRE OS ENTREVISTADOS	207
APÊNDICE B: ROTEIROS DE ENTREVISTA	211
APÊNDICE C: FOTOS QUE ILUSTRAM A DINÂMICA NA QUAL ESTÃO INSERIDOS OS AGENTES PESQUISADOS.....	215
ANEXOS	217
ANEXO A: MATERIAL INFORMATIVO E DE FORMAÇÃO.....	217
ANEXO B: UMA MARCA DO CAPITAL SIMBÓLICO.....	218
ANEXO C: A EMATER E A AGROECOLOGIA	219
ANEXO D: FOLDER DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	219
ANEXO E: NOTÍCIAS SOBRE A AGROECOLOGIA	220
ANEXO F: DEBATE SOBRE OS TRANSGÊNICOS.....	221

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Interação entre o agricultor e o consumidor na feira da Coolméia – Porto Alegre - RS	91
Figura 2: Agricultores Ecologistas e paisagem característica da região onde se insere a pesquisa	94
Figura 3: Localização dos municípios da pesquisa e de atuação do Centro Ecológico.....	96
Figura 4: Ilustração da rede na qual está inserido o Centro Ecológico e a Acert.....	163

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ACERT	Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres
AECIA	Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APEMSUL	Associação dos Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul
BM	Banco Mundial
CAE-Ipê	Centro de Agricultura Ecológica
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DDT	Dicloro Difenil Tricloroetano - Pesticida Organoclorado
FAO	Organizações das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
MAELA	Movimento Agroecológico para Latinoamérica e el Caribe
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
ONG	Organização Não Governamental
PDA	Projeto Demonstrativo
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PJ	Pastoral da Juventude
PT	Partido dos Trabalhadores
Rede PTA	Rede Projeto Tecnologia Alternativa
RS	Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Esta dissertação analisa a relação entre agricultores ecologistas organizados em uma associação e mediadores sociais vinculados a uma ONG do Rio Grande do Sul. Parte-se da hipótese de que a construção da simetria pretendida nesta relação encobre interesses sobre os quais não se fala, mas que compõe as bases de uma disputa velada estruturada no espaço social no qual interagem agricultores e mediadores, entre outros agentes. Busca-se, a partir de dados empíricos, problematizar alguns elementos que estão ocultos ou que não são considerados relevantes, exatamente por estarem subjacentes à *doxa* que configura a relação em questão. Para isso, foram empregados conceitos como espaço social, capital, participação, mediação, interdependência e identidade. Trata-se, portanto, de evidenciar como se processa a relação de poder existente entre estes agentes dotados de volume e estrutura de capital diferenciados e de compreender como são constituídas as identidades do agricultor ecologista e do mediador social que estão envolvidos com esta proposta distinta de se fazer agricultura. Nesse sentido, a trajetória destes grupos, os agentes influentes nessa constituição, as disputas estabelecidas no campo das diferentes propostas de se fazer agricultura e os contextos onde se desenvolvem as relações são algumas das dimensões empíricas que foram consideradas para o desenvolvimento das análises contidas nessa dissertação. Assim, verificou-se que a pretensão, anunciada por certos agentes, de uma horizontalidade entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais é ilusória. A diversidade de interesses e de atuações que os mobilizam ao redor da agricultura ecológica geram disputas e, ao mesmo tempo, uma interdependência entre eles. Porém, a lógica desse jogo social está, em grande medida, determinada pelo agente de maior poder e, ainda que haja variações, são os mediadores sociais que mais produzem interferência no curso desse jogo. Ficou constatado, finalmente, que é nesse cenário de posições e contraposições, ação e reação, que vão se constituindo as fronteiras das identidades desses agentes e a realidade de suas relações.

ABSTRACT

This thesis analyses the relationship between ecological farmers (organized in an association) and social mediators connected to a Non-Governmental Association from the state of Rio Grande do Sul. It develops from the hypothesis that the claimed construction of symmetry in their relationship fails to recognize interests that, though often unspoken of, make up the bases of hidden disputes embedded in a social structure that includes farmers, intermediaries, and other agents. By using empirical data, this thesis seeks to elaborate a study over elements that are hidden and considered irrelevant, precisely because they are subjected to the *doxa* that makes up the relationship in question. In order to do so, it deals with concepts such as social space, capital, participation, mediation, independence, and identity. It seeks to highlight how the existing relationship of power between these agents (given their different quantities and structure of capital) is processed and how the identities of the ecological farmer and the social mediator involved with this alternative farming method are constructed. The trajectory of the aforementioned groups, the influential agents in this context, the established disputes in the field over different proposals of how to farm, and the contexts in which these relationships are developed are some of the empirical dimensions considered for the development of this thesis. It concludes that the claim, purported by certain agents, that there exists horizontality between farmers and the social mediators is illusory. The diversity of interests and actions that exist around ecological agriculture creates disputes, and, at the same time, interdependency. The logical of this social game is, in large part, determined by the agent with the most power. Although there may be some exceptions, the social mediators are those who usually create interference in the course of this game. In conclusion, it is established that in this environment of actions and reactions, positions and counter-positions, the identities of these agents and the reality of their relationships are constructed.

INTRODUÇÃO

O estudo contido nesta dissertação trata da relação entre os agricultores ecologistas que estão organizados na ACERT – Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres e os mediadores sociais vinculados à ONG Centro Ecológico. Toma-se como ponto de partida o discurso, freqüentemente verificado, de que a atuação das ONGs, mormente a que está no centro deste estudo, se diferencia das demais organizações que atuam no meio rural (com destaque para aquelas do Poder Público), por se valerem de recursos metodológicos melhor apropriados para o meio onde atuam e por compreenderem com maior fidedignidade os anseios dos agricultores que compõem o seu público-alvo. Assim, os agentes que estão envolvidos com as ONGs se dizem defensores do saber local, portadores de uma prática participativa e democrática e promotores de uma relação horizontal na qual os benefícios são partilhados entre todos. Não é pretensão desse trabalho produzir uma avaliação valorativa de tal discurso, mas foi apoiado nessas observações que a pesquisa que se condensa nessa dissertação se constituiu. Nesse sentido, fundado num referencial teórico e empírico, buscou-se desconstruir determinadas “certezas sociais” que são construídas por tais agentes de forma a co-produzir a realidade na qual estão imersos.

Antes de avançar na introdução das questões que compõem esta pesquisa, considero importante trazer algumas observações que, no meu ponto de vista, conformam um pano de fundo sobre o qual se assenta toda a discussão que se seguirá. Estas observações se inserem no profícuo debate em relação ao papel que a ciência desempenha na sociedade e que, historicamente, vem mobilizando os mais diferentes agentes sociais e ocupando uma atenção especial dos meios acadêmicos. O recorte deste debate para o qual chamo a atenção se refere à recorrente questão da neutralidade na ciência. Especialmente dentre os cientistas das ciências naturais, há constantes demonstrações de crença na neutralidade da prática científica¹. Sem adentrar nos meandros dessa discussão, interessa apenas destacar que esta pretensa neutralidade é uma ilusão. Isto significa dizer que qualquer cientista, ao fazer a opção por realizar determinada pesquisa, este já está deixando intervir critérios pessoais e coletivos

¹ O intenso debate em torno dos transgênicos, que vem ocupando os diversos meios de comunicação e outros espaços sociais, é um bom exemplo de uma questão que exacerba este dilema da neutralidade *versus* engajamento.

marcadamente políticos-ideológicos. Como todo ser humano, estes cientistas carregam as marcas de suas trajetórias, incorporadas e estruturadas como *habitus*. Ou seja, “...em matéria de ciência, não há objetividade absoluta” e, dessa forma, “...o cientista jamais pode dizer-se neutro, a não ser por ingenuidade ou por uma concepção mítica do que seja a ciência” (Japiassu, 1975 *apud* Aranha e Martins, 1993, p. 131). Mesmo os mais concretos instrumentos utilizados em suas pesquisas não são neutros, são teorias materializadas que, por consequência, carregam consigo a racionalidade e os paradigmas que guiaram a sua construção. Por tudo isso, é lícito afirmar que os cientistas não são entes supra-humanos que estão acima do bem e do mal e que podem, a qualquer momento, despir-se de suas subjetividades recorrendo a uma verdadeira assepsia mental para, a partir daí, determinar ontologicamente aquilo que deve orientar a humanidade. É preciso

assumir que o ponto de vista do sujeito não é soberano; o sujeito também se constrói no objeto de pesquisa, não de uma só vez e nem com caráter absoluto, mas sucessivamente, dentro de um horizonte que constitui o sentido demarcado por uma temporalidade e por uma geografia (Costa, 1995, p.121).

É nesse sentido que destaco a ocorrência inevitável de algum nível de engajamento no objeto pesquisado. Isto não contradiz o papel da pesquisa científica: contribuir para conhecer a realidade em que vivemos. Muito pelo contrário. Ao passo em que não se omite tal fato e se rompe com a arrogância de uma ciência defendida como portadora da verdade absoluta, abre-se caminho para a construção de uma pesquisa ciente dos impasses teórico-metodológicos inerentes ao momento no qual está situado o ser humano. Se um certo engajamento é inevitável, e metodologicamente aceitável (como será justificado mais adiante), o distanciamento do objeto deve ser adotado como uma prudente orientação metodológica para todo o conjunto da pesquisa. Somente dessa forma é possível evitar que as pré-noções e as construções do senso comum “contaminem” o trabalho de objetivação da realidade. De outra forma, uma pesquisa social não seria mais que uma “fotografia mal feita” de um objeto deformado pela ótica do pesquisador.

Com estas considerações, dou seqüência a esta introdução discutindo as questões que fundamentam direta e indiretamente esta pesquisa.

O ENGAJAMENTO INEVITÁVEL

As estruturas do pensamento do filósofo, do escritor, do artista ou do cientista, e portanto os limites do que se lhes impõe como pensável ou impensável, são sempre em parte dependentes das estruturas do seu campo e, portanto, da história de posições constitutivas desse campo, das disposições que estas favorecem. O inconsciente epistêmico é a história do campo. E compreendemos assim que, para nos concedermos algumas probabilidades de sabermos, falando com propriedade, o que fazemos, devemos tentar explicar o que está inscrito nas diferentes relações de implicações nas quais o pensador e o seu pensamento se encontram tomados, quer dizer, os pressupostos que ele mobiliza e as inclusões ou as exclusões que opera sem o saber.

Bourdieu, 1998b, p.84.

Coerente com os apontamentos anteriores, julgo importante iniciar esta dissertação me situando frente a ela. Faço isso apontando algumas breves informações sobre a minha trajetória. Esta iniciativa talvez possa ser considerada uma subversão ao protocolo da Academia. Mas, de qualquer forma, assumo que tais informações possam aportar alguns elementos em relação a esta opção de pesquisa, haja visto, como já destacado, que nenhuma opção é neutra e, ainda que seja impossível desvendar tudo o que nela está implicado, esta breve contextualização pessoal pode, ao menos, dar algumas pistas.

Nasci em 21 de abril de 1972, em Campos Gerais – MG. Quando eu tinha aproximadamente quatro anos de idade, meus pais migraram para Jacareí, no interior de São Paulo, entusiasmados com as possibilidades de trabalho na cidade. Até esse momento vivíamos no meio rural como uma família de pequenos agricultores. Somos um total de cinco irmãos, um mais velho e o restante mais novo que eu. Ingressei no ensino primário com sete anos e estudei até o primeiro ano do segundo grau na mesma escola pública do bairro onde morava. Paralelamente às últimas séries do primeiro grau, freqüentei um curso profissionalizante em Mecânica Geral no Senai de uma cidade vizinha, auxiliado financeiramente por uma empresa, como era comum nesse tipo de escola. Encerrado este curso, e após um curto período de estágio nesta empresa, fui selecionado para seguir estudando na mesma área, agora no curso de Mecânica de Precisão no Senai da cidade de São Paulo – SP, o qual correspondia ao segundo grau de nível técnico. Após uma breve experiência como técnico em uma empresa de Florianópolis – SC e outra de São Paulo - SP, voltei para Jacareí onde, ao longo de um ano, ministrei aulas de matemática para alunos do primeiro grau de escolas públicas. Com 22 anos, no segundo semestre de 1994, ingressei na

Universidade Federal de Lavras – MG para cursar Agronomia. Após a conclusão desse curso, trabalhei por um período como assistente técnico em um assentamento coordenado pelo MST. Na seqüência, acompanhei voluntariamente os trabalhos de uma ONG que atua na difusão da agroecologia no norte do Espírito Santo e finalizei minha atuação profissional, antes de ingressar no mestrado, trabalhando na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Jacareí - SP.

Por influência familiar, minha trajetória esteve marcada, no período de minha infância e adolescência, por uma educação acentuadamente religiosa. Foi especialmente neste meio que absorvi boa parte das influências que contribuiu para moldar a minha visão de mundo e me iniciar na militância dentro do campo ideológico no qual situavam os “movimentos populares”. A militância na Pastoral da Juventude e em outras organizações de base da Igreja Católica, no Partido dos Trabalhadores, no Movimento Estudantil (já na universidade) são alguns dos espaços de sociabilidade com os quais me envolvi e que mais sensivelmente tiveram influência na minha trajetória até aqui.

Vale acentuar que, em alguma medida, o meu interesse pelo curso de Agronomia esteve influenciado pelo desejo de melhor compreender as relações sociais no campo. Em que pese o fato deste curso apresentar um conteúdo marcadamente definido por questões técnico-produtivas, foi a partir dessa formação que me inseri neste rico universo das “ruralidades”. Universo este, onde a dinâmica produtiva mais estreitamente se vincula à dinâmica social. Nesse sentido, o mestrado em Desenvolvimento Rural foi uma opção que converge com esta trajetória da graduação e é a partir desse contexto aqui apresentado que se originaram as primeiras inquietações que estão inseridas no conjunto dessa pesquisa.

Por fim, deve-se ressaltar que uma auto-sócioanálise inevitavelmente conduz ao exercício de selecionar alguns momentos específicos dentre vários outros que se apresentam à consciência. Isto implica em uma análise movida por uma seletividade que é constituinte do processo de recordação e narração e que nem sempre se logra distinguir fielmente os eventos que realmente deixaram marcas no indivíduo. Além disso, há dimensões que não se apresentam à consciência, mas que seguramente exercem sua influência nas opções cotidianas. Sendo assim, supõe-se que estas breves informações possam situar o leitor frente àquilo que considero o mais relevante em minha trajetória e que, de alguma forma, produz reflexos nesta pesquisa.

O DISTANCIAMENTO PRUDENTE

... el solo hecho de afirmar y dar a conocer la probabilidad de que un acontecimiento ocurra puede contribuirse a acentuar la pretensión de existir de tal acontecimiento, y en tal sentido, este efecto de teoria puede tener implicancias sobre el modo en que los individuos perciben el mundo social y actúan sobre él.

Leschziner; Kuasñosky, 2000 p.329.

Os processos sociais estudados nesta pesquisa, como quaisquer outros processos sociais, caracterizam-se por serem fenômenos complexos, impossíveis de serem abordados de forma totalizante. Tal impossibilidade alia-se, também, aos limites intelectuais inerentes aos pesquisadores, especialmente quando se deparam com situações que estão ocorrendo no mesmo momento em que são estudadas.

Neste sentido, a busca por compreender dita complexidade conduz o pesquisador a identificar o universo de relações vivenciadas pelos atores e as influências a que são submetidos tanto no momento presente quanto as que trazem consigo pela história. Mas, ainda que se desvende um grande número de relações diretas e indiretas, jamais será possível elucidar todos os tipos de influências e suas conseqüências. Sendo assim, os recortes empírico, teórico e metodológico são determinações necessárias e se constituem em uma prerrogativa do pesquisador que, diante de várias possibilidades, haverá de lançar mão de algumas opções e a partir delas oferecer enunciados e explicações acerca do objeto estudado. E assim, ao se fazer um recorte, se estará de antemão admitindo que há um sem números de outras opções de interpretação.

Vale destacar que os eventos sociais estudados nesta dissertação, ainda que correspondam a um pequeno grupo de agentes situados em uma porção geográfica do Rio Grande do Sul, não só fazem parte de uma sociedade universal (globalizada), mas, sobretudo, trazem impregnados em seus corpos as marcas desta sociedade. Ou seja, como dizia Pascal, caricaturado por Morin (1996, p.275), “tudo está em tudo e reciprocamente”. Em outras palavras, o objeto estudado é parte de um todo, ao mesmo tempo em que este todo faz parte do objeto. Como veremos em maiores detalhes mais adiante, o indivíduo possui um *habitus* que é a corporificação dos preceitos de toda uma sociedade, que vão sendo absorvidos pelo indivíduo ao longo de toda sua vida.

Esta compreensão é fundamental para conscientizar-se de que, ao se proceder a um recorte, não se estará isolando esta parte do todo no qual está inserido, uma vez que é preciso

reconhecer que este todo está na parte recortada. Não se explicará a parte pelo todo e nem o todo pela parte. Ou seja, adota-se uma perspectiva sistêmica e relacional, em oposição a uma falsa dicotomia entre macro/micro, global/local. Essa perspectiva é exemplificada por Elias (1994, p.25-26) da seguinte forma:

Vamos imaginar, como símbolo da sociedade, um grupo de bailarinos que execute uma dança de salão (...). Se qualquer dos indivíduos que dançam fosse considerado isoladamente, as funções de seus movimentos não poderiam ser entendidas. (...) Dá-se algo semelhante com o comportamento dos indivíduos em geral. Quer se encontrem como amigo ou inimigos, pais ou filhos, marido e mulher, ou fidalgo e servo, rei e súditos, diretor e empregados, [*mediadores e agricultores*], o modo como os indivíduos se portam é determinado por suas relações passadas ou presentes com outras pessoas. Ainda que eles se afastem de todas as outras pessoas como eremitas, os gestos a eles dirigidos, são gestos relacionados com os outros (grifos acrescentados).

Ainda que pareça lógica esta forma de compreender a sociedade, vale reconhecer que historicamente a perspectiva epistemológica predominante no campo científico se sustentou sobre o paradigma cartesiano. Segundo este paradigma, o mundo real funciona como uma máquina e o exemplo freqüentemente evocado para ilustrar tal afirmação é aquele da comparação do universo com o relógio, indicando que compreendendo o papel de cada parte o todo será desvendado. Atualmente, a constatação de que este paradigma está ultrapassado vem se demonstrando inclusive nas ciências naturais. Pode-se afirmar, para o caso das ciências sociais, que compreender a sociedade a partir da “colagem” de suas partes é o mesmo que montar um quebra-cabeça de uma figura indecifrável, com peças faltando e outras que não se encaixam.

Diante de tais considerações, convém salientar que o pesquisador estará constantemente diante do desafio de expor em palavras aquilo que observou na investigação empírica, conforme sua relação com a opção teórico-metodológica. Há, como diz Latour (2001), um abismo imenso entre coisas e palavras. Traz-se para o papel análises de situações observadas e entrevistas relatadas que possuem origens diversas no tempo e no espaço. Aqui, estas análises ganham uma forma “definitiva”, as relações estudadas ganham, pretensamente, o formato de uma dissertação. Nesse sentido, o que está sendo apresentado assume a expressão de um híbrido, no qual o que se averiguou no campo é analisado a partir das contribuições dos agentes pesquisados, de outros elementos presentes no contexto e da subjetividade do pesquisador. O distanciamento prudente que se recomenda ao pesquisador

deve ser preservado, mas assume-se que um certo nível de engajamento é inevitável. Afinal de contas, nas ciências sociais o pesquisador é tão humano quanto aqueles que compõe o objeto de sua pesquisa e, por isso mesmo, tão vulnerável às “intempéries” sociais a que está exposto cotidianamente, inclusive na própria relação que estabelece com seus pesquisados. Isto inevitavelmente produz efeitos na produção da pesquisa.

CONHECER O DESCONHECIDO

Pedimos apenas um pouco de ordem para nos proteger do caos. Nada é mais doloroso, mais angustiante do que um pensamento que escapa a si mesmo, idéias que fogem, que desaparecem apenas esboçadas, já corroídas pelo esquecimento ou precipitadas em outras, que também não dominamos.

Deleuze e Guattari [sd]²

Buscando a ordem necessária para compreender a realidade, pretende-se, a partir desta pesquisa, construir uma análise da relação que é estabelecida entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais vinculados ao Centro Ecológico. Este ordenamento enseja alguns questionamentos prioritários que deverão ser respondidos:

- Como se configura a relação existente entre estes agentes?
- Tanto os agricultores quanto os mediadores defendem e praticam a “mesma” agricultura ecológica, mas quais são os interesses que estão em jogo?
- Como vêm sendo construídas as identidades da agricultura ecológica, do mediador social e do próprio agricultor ecologista?

A relação analisada neste estudo se constituiu a partir do nascimento do Centro Ecológico. Como ocorreu em muitas outras localidades, especialmente a partir das duas últimas décadas, a incorporação das ONGs na dinâmica local produziu (e continua produzindo) significativas transformações na estrutura social. Pensa-se, considerando o caso específico desta pesquisa, principalmente naquelas ONGs que atuam no desenvolvimento rural tomando por fundamento uma proposta agroecológica. Estas organizações, que se

² Citado por Aranha; Martins (1993, p.21).

incorporaram ao cotidiano de diferentes localidades, passaram a assumir diversas características e propósitos.

Deve-se ressaltar que atualmente tem-se percebido, por parte de certos analistas, uma ambigüidade que oscila desde uma adesão quase incondicional até uma desconfiança ou mesmo um acusação direta a respeito dos reais objetivos dessas organizações. Em que pese tais posturas, é certo que estas organizações ganharam um “estatuto” tão amplo, que já não se pode tomá-las como um corpo compacto, homogêneo, padronizado. O que se percebe é a ocorrência de um conjunto heterogêneo de organizações que adota este “rótulo”, impedindo, dessa forma, uma definição normativamente coerente. O que vem a ser uma ONG, tanto do ponto de vista do seu formato institucional quanto em relação aos seus propósitos, é, portanto, uma questão difícil de ser respondida objetivamente.

Estes questionamentos apontam para a necessidade de se problematizar algumas noções que se solidificaram socialmente com relação à imagem que as ONGs construíram com o passar do tempo. Especialmente no caso daquelas que atuam no ambiente rural, esta é uma necessidade ainda mais premente. Como se apontou acima e será melhor discutido no segundo capítulo, o termo ONG não tem um significado preciso, especialmente hoje em dia, quando grande parte das organizações da sociedade civil se autodenominam dessa forma. Mas, mesmo assim, é possível perceber que o interesse por tal denominação provém do fato de que esta traz consigo uma aura de positividade (democrática, participativa, horizontal...). Tal constatação indica a relevância da problematização inscrita nas questões a serem respondidas por este estudo.

Também cabe mencionar, desde já, o papel central que desempenhará nessa dissertação a análise do processo de mediação que se observa neste caso empírico. Constatase que o mediador social é, por sua própria característica, um agente externo ao grupo mediado e, portanto, raramente domina, de forma integral, os códigos estabelecidos entre os agentes que estão no foco de suas ações. No entanto, este mediador exerce um poder simbólico com o qual foi se revestindo involuntariamente ao longo de sua trajetória que está marcada pela sua formação e pela incorporação legítima da ONG que representa. Isto faz com que a relação que busca efetivar com o agente a ser mediado, seja considerada, *a priori*, desbalanceada. E, neste caso, o uso impremeditado do poder simbólico que reveste este mediador será determinante nas conquistas e derrotas ocasionadas no jogo configurado.

Assim, objetiva-se *compreender melhor alguns elementos que determinam a relação de poder entre o agricultor ecologista e o mediador social, buscando identificar como estes desenvolvem suas estratégias de ação*. Cabe considerar, por outro lado, que estas estratégias

devem ser confrontadas com as representações de horizontalidade, participação e democracia, subjacente ao discurso de determinadas ONGs do “campo popular”.

Para proceder tal análise vale-se aqui, especialmente da noção de “capital”, a partir de sua conceitualização heurística proposta pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Assume-se, neste caso, a *hipótese* de que a relação entre estes agentes está marcada por uma assimetria estrutural devido à acumulação desigual de bens simbólicos e/ou materiais. Considerou-se também, a ocorrência de um processo de interdependência, ou seja, percebeu-se, após um primeiro contato com a realidade empírica, evidências de que cada agente existe em função do outro e suas ações ganham um curso que está limitado pelo fato de serem elos em uma cadeia de relações. Esta hipótese não elimina a ocorrência de uma interação permeada por relações de poder, cuja configuração está determinada pelo balanço de capitais valorizados neste espaço social e pelas circunstâncias informadas pelo contexto. Um determinado grupo de agentes estará mais fortemente submetido a outro, na medida em que estiver menos provido daqueles recursos – simbólicos ou não – que são percebidos como valiosos para o conjunto dos agentes que se relacionam neste espaço social.

Intimamente vinculado ao objetivo anterior está a necessidade de *analisar os interesses que alimentam as práticas destes agentes (mediadores e agricultores)*. Ao se reunirem em torno de uma mesma “bandeira”, nomeadamente a agricultura ecológica, explicita-se a idéia de que os interesses destes agentes seriam, em princípio, semelhantes. Ainda que esta evidência não seja totalmente negada, busca-se, com esta análise, considerar que as peculiaridades de cada grupo podem apontar para outros interesses, menos explícitos e diferenciados ou, até mesmo, divergentes. E, nesse sentido, a *hipótese* aqui defendida sugere que os interesses e as expectativas com relação à agricultura ecológica são diferenciados para mediadores e agricultores (e, mesmo, dentro de cada um destes grupos). Isto é evidenciado pelas urgências que movimentam cada um destes agentes individual e coletivamente. Os mediadores sociais estão neste espaço social buscando estabelecer uma agricultura na qual, dentre outros aspectos, seja eliminado o uso de agroquímicos³, objetivando, desta forma, a produção de alimentos de melhor qualidade e a preservação da saúde e do meio ambiente. Estes também estabelecem disputas e alianças com diferentes grupos e organizações, além de circularem por diversos espaços sociais. Os agricultores, por sua vez, ainda que possam ter

³ Agroquímicos se refere a uma série de insumos utilizados na agricultura que são obtidos industrialmente. Nessa dissertação este termo será utilizado para denominar genericamente o conjunto de insumos considerados impróprios ao uso na agricultura orgânica. Trata-se especialmente dos agrotóxicos, adubos de alta solubilidade e sementes geneticamente modificadas.

estas mesmas preocupações, estão imersos em uma realidade imediata na qual a busca por uma melhor qualidade de vida é o objetivo mais urgente. Aqui se explicitam outros interesses dos agricultores que não são necessariamente coincidentes ou considerados pelos mediadores sociais, como por exemplo: uma melhor remuneração, menor esforço no trabalho, a possibilidade de utilizar práticas tradicionais ou mesmo algumas práticas convencionais, etc. Portanto, mesmo que haja convergência em determinados interesses, há outros que são particulares para cada grupo de agentes. Considera-se, inclusive, a ocorrência de interesses divergentes, mas que se dissimulam frente à lógica da relação estabelecida.

Considerando tais peculiaridades e o fato de ambos grupos se reunirem na defesa e promoção desta agricultura chamada “ecológica”, é relevante para esta pesquisa discutir a construção das identidades em jogo. *Analisar como esta agricultura se forma e se distingue daquela denominada “convencional” e das demais formas de se fazer agricultura sem o uso de insumos agroquímicos e, da mesma maneira, compreender como se formam as identidades dos agricultores ecologistas e dos mediadores sociais são objetivos perseguidos por esta pesquisa.* Neste caso, sustenta-se a hipótese de que os mediadores sociais assumem um papel de destaque com relação à determinação de quem pode – ou não – ser chamado de “agricultor ecologista” e, por conseqüência, delimitar as fronteiras da agricultura ecológica. É este agente, que acumulou um poder simbólico graças especialmente aos seus “capitais” (cultural, social, econômico, simbólico), que possui o poder do enunciado e do estabelecimento de uma “di-visão”, a partir do qual se incluirá ou se excluirá os agentes deste espaço distinguido e reconhecido que é o da agricultura ecológica. Pensa-se aqui, objetivamente, no poder desses mediadores diante da normatização de tais denominações. O ato de enunciação do mediador, reconhecendo algo como sendo “ecológico”, tem um efeito de verdade entre os agentes envolvidos neste espaço social e, dessa forma, as identidades da agricultura e do agricultor aqui construídas têm uma grande influência destes mediadores. Por outro lado, estes mediadores sociais constroem sua identidade se distinguindo daqueles mediadores “convencionais”⁴. Eles são o que estes não são e vice-versa. Isto também é assumido para o caso da agricultura ecológica, que se distingue das demais agriculturas; e do agricultor ecologista, que se distingue dos demais agricultores.

Para dar conta das questões aqui suscitadas, a análise desenvolvida nesta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro capítulo serão apresentados as referências

⁴ Ainda que este assunto seja mais bem explorado no capítulo 2, cabe apenas destacar que este mediador, aqui chamado de convencional, é aquele que tem a sua prática voltada para a agricultura convencional. Esta é uma forma de se fazer agricultura na qual a utilização dos adubos e agrotóxicos sintéticos é permitido.

teóricas e os principais conceitos heurísticos que auxiliarão na interpretação da realidade pesquisada. Ainda neste capítulo é apresentada a opção metodológica da qual se fez uso. Destaca-se, nesta parte, o método utilizado na coleta dos dados, o percurso utilizado para esta coleta e a orientação referente à análise dos dados coletados.

No segundo capítulo é apresentado o contexto no qual estão inseridos os principais agentes envolvidos nesta pesquisa: sua história, localização geográfica e algumas das denominações importantes para se compreender o terreno sobre o qual se está “pisando”. Já nesta parte, esboçar-se-á algumas análises das disputas e alianças entre os agentes de forma a introduzir o leitor na análise desenvolvida no terceiro capítulo. Pretende-se, enfim, que este capítulo represente um “vôo panorâmico” sobre algumas das dimensões consideradas relevantes para a compreensão desta realidade empírica que está sendo analisada nesta pesquisa.

No terceiro capítulo efetua-se a análise das relações entre agricultores ecologistas e mediadores sociais, trazendo as evidências empíricas coletadas em campo para sustentar tais análises. Este capítulo se divide em quatro seções: na primeira seção é feita uma discussão em torno dos interesses que mobilizam cada um desses agentes no envolvimento com a agricultura ecológica; na segunda seção é analisado o jogo de poder que se estabelece entre estes agentes, buscando demonstrar como o contexto e os bens materiais e simbólicos atuam sobre a configuração dessa relação; na terceira seção é discutida a interdependência que configura a relação protagonizada pelos agricultores ecologistas e pelos mediadores sociais; por fim, na quarta seção são analisados os processos de participação a que estes agentes são chamados ou que promovem, considerando que estes processos formam parte da dinâmica na qual se constrói a relação entre os agricultores e os mediadores.

Aproveita-se aqui para chamar a atenção do leitor para dois detalhes. O primeiro diz respeito às recomendações de bibliografias em notas de rodapé. Em função de muitos temas atravessarem esta dissertação e devido à impossibilidade, por motivos óbvios, de adentrá-los ou aprofundá-los, utilizou-se desse recurso como forma de atender àqueles leitores que necessitarem de maiores informações. O outro detalhe se refere à preocupação de preservar a identidade dos agentes que gentilmente cederam as informações utilizadas nessa dissertação. Valeu-se, para isso, do uso de pseudônimos e da alteração de algum dado que se julgou conveniente. Não é demais ressaltar que esta prática somente foi aplicada quando não comprometia a análise construída.

Para finalizar esta introdução, interessa destacar, apoiado em Latour (2001), que, em um trabalho de campo, toda referência que se faz está baseada numa referência circulante. Ou

seja, se pressupõe um movimento de mão dupla: uma vai no sentido de entender a forma e a outra no sentido da matéria. Sendo assim, cada etapa do trabalho de campo “é matéria para aquilo que a sucede e forma para aquilo que a precede” (Latour, 2001, p.91). Assim, pode-se então, dizer que

os filósofos a si próprios se ludibriam quando procuram uma correspondência entre palavras e coisas, atribuindo-lhe o padrão definitivo de verdade. Há verdade e há realidade, mas não há nem correspondência nem *adequatio*. (...) Existe um movimento bem mais confiável (...) através de sucessivas camadas de transformação. A cada passo, a maior parte dos elementos se perde, mas também se renova saltando assim sobre o abismo que separa a matéria da forma (...) (Latour 2001, p. 81).

Portanto, o processo de compreensão da realidade, baseado em uma série de critérios, leva a certas deduções que não têm pretensão de verdade, mas se constituem em uma busca por renovar as análises já constituídas acerca de tal realidade. Da mesma forma, pretende-se que esta dissertação se insira no conjunto de outras pesquisas e que passe a ser matéria para se compreender esta complexa realidade na qual estão imersos os distintos agentes sociais.

É, nesse sentido, que retomo o discurso na primeira pessoa e assumo como minhas estas observações de Comerford (1999, p.17):

O distanciamento e a ‘frieza’ que espero ter conseguido assumir como postura ao longo dos trabalhos não deixam de ser impulsionados também pelo fato de que o universo que pesquisei me envolve. Assim, espero que as análises aqui apresentadas possam também contribuir para trazer à tona algumas dimensões talvez pouco evidentes para aqueles que, diretamente comprometidos com as lutas existentes nesse universo social, não estão em posição vantajosa para deter-se sobre seus aspectos aparentemente mais “naturais”, nem para “estudá-los” ou transformá-los em “questões”. Espero que esta [dissertação], para além do interesse acadêmico que eventualmente tenha, possa contribuir para as reflexões nesse campo “militante” – do qual depende em boa medida a eficácia das lutas ao mesmo tempo materiais e simbólicas em torno da inserção social e política dos [agricultores ecologistas e dos mediadores sociais], inclusive daqueles que transformei provisoriamente em “objetos (grifos acrescentados).

1 BASE CONCEITUAL DA PESQUISA: DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Ainda que fosse tentador – dado as características próprias de um curso de mestrado, que limitam, especialmente pelo tempo, as possibilidades de ousadia –, não se procedeu a filiação a um único autor ou corrente teórica, por considerar que, desta forma, a leitura da realidade que aqui se propõe estudar seria por demais simplificada. Neste sentido, a construção da arquitetura teórico-metodológica desta dissertação se deu a partir de um breve diagnóstico das abordagens possíveis em relação ao tema investigado. Tal diagnóstico conduziu a uma tomada de posição pessoal e, conseqüentemente, à confecção de um recorte teórico que se julgou estar coerentemente articulado e apropriado ao caso empírico pesquisado. Outrossim, cabe desde já ressaltar que o mesmo problema empírico motivador desta pesquisa poderia ser abordado sob diferentes perspectivas e, ao se optar por determinado caminho, naturalmente outros foram descartados.

Considerando tais observações, interessa apontar para o fato de que, ao se optar por diferentes teorias e ao se fazer uso de determinados conceitos para se compreender uma dada realidade, ocorre inevitavelmente uma reconstrução desta teoria. Sendo assim, busca-se chamar a atenção do leitor para o conteúdo integral deste trabalho e para a necessidade de olhá-lo de forma sistêmica, buscando na totalidade do seu conjunto a sedimentação coerente, ou não, dos conceitos utilizados. O referencial teórico conforma, na verdade, um conjunto de *insights* que vão dando forma ao corpo de análise do problema pesquisado. Obviamente, o exercício hermenêutico buscará dar conta, da forma mais precisa possível, daquilo que o autor original quis transmitir, mas o uso desta interpretação consistirá, inevitavelmente, numa reinterpretação e reconstrução do que foi dito originalmente. Isto se dá em função da aliança que se promove entre diferentes correntes teóricas e, sobretudo, pela referência a uma realidade empírica com características consideravelmente diferentes daquelas sob as quais esteve submetido e que inspiraram o autor original – dentre outros aspectos próprios da subjetividade de cada autor e, portanto, difíceis de serem objetivados.

Por fim, cabe observar, como está evidenciado no título deste capítulo, a opção por discutir o método e a teoria unidos de uma forma intrínseca, pois é assim que se entende conveniente a confecção de um trabalho de pesquisa, ao considerar-se que, subjacente a uma

teoria, há um método apropriado de verificação empírica. Alguns pesquisadores contrapõem-se a esta afirmativa, como é o caso daqueles que sustentam a crença positivista de que exista “o método”, ou seja, um conjunto de procedimentos que possibilitaria a coleta dos dados empíricos mantendo a neutralidade teórica. Com relação a este debate, Bourdieu (1998, p.24) é enfático ao afirmar que “se deve recusar completamente esta divisão em duas instâncias separadas” uma vez que “as opções técnicas mais ‘empíricas’ são inseparáveis das opções mais ‘teóricas’ de construção do objeto”.

1.1 CIRCUNSCRIÇÃO TEÓRICA

Ao lançar-se na busca por compreender os processos sociais aos quais estão submetidos os agentes de um determinado espaço social, é inevitável deparar-se com inúmeras possibilidades de análise. Desde os precursores da sociologia (Comte, Durkheim, Marx e Weber), passando por outros tantos até desembocar nos pensadores contemporâneos dos fenômenos sociais, foram desenvolvidas diversas teorias que dão conta de um grande espectro daquilo que é objeto da sociologia, ou seja, a sociedade em suas diferentes particularidades. Ainda que hegemônica em determinada época, nunca uma teoria foi suficientemente satisfatória para dar conta, por completo, do que se processa na sociedade como um todo⁵. Tal ansiedade levou muitos cientistas a buscarem equiparação entre as ciências sociais e as naturais, tratando esta com a mesma lógica com que se trata aquela, com vistas a definir os processos sociais com a mesma precisão com que se equaciona uma fórmula matemática. Giddens (1976, p.13) chega, inclusive, a sugerir que se alimentou a esperança no surgimento de um “Newton das Ciências Sociais”. Porém, mesmo na época desta afirmação, os pensadores sociais que alimentavam tal crença já se restringiam a uma minoria, ao passo que os céticos a esta possibilidade tratavam tal impossibilidade como um pressuposto básico que já não carecia de grandes discussões. Aliás, este mesmo autor considera que, se ainda existe quem cultive tal esperança, além de estarem esperando “por um trem que não vai chegar, estão também na estação errada”. De fato, esta não é uma questão pertinente, já que não existe a possibilidade de se construir uma teoria que explique a sociedade em todos os seus meandros. Tal impossibilidade, por um lado, se deve à alta complexidade e dinamicidade da vida social e, por outro, às suas particularidades

⁵ Para um bom apanhado sobre estas variadas teorias consultar, dentre outros, Löwy (2003).

epistemológicas que impedem o emprego de uma estrutura lógica como a que predomina nas ciências naturais.

O que se objetiva com estas considerações é destacar que a complexidade da realidade estudada impõe uma série de limites à capacidade compreensiva de qualquer pesquisador. Isto leva, inevitavelmente, a se proceder a uma determinada demarcação de um caso empírico específico e, ainda que tal demarcação se justifique sob um determinado ponto de vista, esta poderá ser tomada como arbitrária por tantos outros. Portanto, o que se busca relativizar neste caso é a própria opção pelo recorte da realidade promovido nesta pesquisa, tanto no que diz respeito ao caso empírico, quanto em relação às opções teóricas e metodológicas adotadas.

Assim, ao estudar a relação estabelecida entre os mediadores sociais vinculados a uma ONG e os agricultores ecologistas, relação esta estruturada em um determinado espaço social, se vislumbra, em meio a uma série de outras relações, um substrato interessante sobre o qual pode-se construir uma análise que objetive os componentes e os interesses que estão em jogo e que não são questionados por quem está imediatamente envolvido, exatamente porque, em função de sua própria história, passou a ser socialmente naturalizado e indiscutível.

O dilema que aqui se evidencia se confunde com o próprio dilema que a sociologia historicamente enfrenta: em que medida uma relação social está regida pelas estruturas na qual está inserida e qual a amplitude da ação interferente dos agentes envolvidos nesta relação? Esta consideração que perpassa todo o trabalho será o fio condutor das análises aqui procedidas. E, desde já, admite-se que a estrutura sob a qual estão submetidos e que influenciam tais agentes, não os impedem que alcancem resultados consensuados a partir de negociações fundamentadas intersubjetivamente. Ou seja, não basta descartar “a exclusiva pressuposição de que as relações objetivas por si só estruturam as práticas individuais” apostando no ponto de vista oposto – e, por isso mesmo, também reducionista –, que se apóia na “suposição de que o agente social responde por si só pela estruturação das relações sociais” (Neves, 1998, p.151). Portanto, não se trata de manter esta polaridade e tampouco descartá-la. Trata-se mais objetivamente de construir uma análise teórica do caso empírico pesquisado que dê conta de ambas dimensões, considerando que a realidade é, antes de tudo, construída pelos agentes.

Convém destacar que o envolvimento entre estes diferentes agentes aqui analisados nasce da necessidade mútua de alcançar os interesses que o cotidiano e a própria sobrevivência lhes impõem. Ou seja, os mediadores sociais, que se nutrem dos benefícios econômicos e simbólicos contidos na edificação de uma relação de reciprocidade com aqueles agricultores que conformam a base de sustentação (legitimação) do Centro Ecológico

(enquanto organização formalmente estabelecida para promover a agricultura ecológica), estão imersos neste espaço social buscando aliar seus interesses pessoais aos interesses próprios da organização que os legitima enquanto mediadores. O agricultor, por seu lado, consente em legitimar e valorizar a atuação desta ONG vislumbrando, da mesma forma, os benefícios simbólicos e econômicos que garantem sua reprodução social. Esta relação de interdependência se caracteriza também por se processar dentro de um espaço de disputas, quase sempre veladas, entre estes agentes. Portanto, ainda que um dependa do outro, isto não significa que há, neste caso, uma “equação de sentido único e de soma zero”; ao contrário, é a configuração do jogo de poder que permeia esta relação que determinará para que lado penderá a disputa. O exemplo do jogo de xadrez, trazido por Elias (1985 *apud* Corcuf, 2001 p.39) para ilustrar esta noção de interdependência, é bastante oportuno para a discussão sobre a relação de poder que aqui está sendo analisada. Diz o autor: “como num jogo de xadrez, qualquer ação realizada com uma relativa independência representa um golpe sobre o tabuleiro social, que desencadeia infalivelmente um contragolpe de um outro indivíduo”. Assim, os agentes que estão ligados uns aos outros se movimentam estrategicamente⁶, buscando “atacar e contra-atacar”, numa relação de dominação e resistência.

A noção de “interesse”, a partir da qual se efetuarão as análises contidas nessa dissertação, tem como pressuposto a ocorrência de um espaço social no qual um conjunto diverso de agentes desenvolve uma prática conformada às expectativas do jogo social ali estabelecido. Ou seja, tais interesses somente têm sentido para o agente se o seu sentido for consoante às estruturas externas (espaço social) na qual se encontra e às suas estruturas internas (*habitus*). Empreender esforços para alcançar tais interesses, somente “vale a pena” para aqueles agentes que se encontrarem envolvidos nessa lógica. Nesse sentido, Bourdieu (1995, p.80) adverte que a noção de interesse

no solo se opone a la del desinteres o la gratitud, sino tambien a la de indiferencia. (...) La indiferencia es un estado axiológico de no-preferencia y, al mismo tiempo, un estado de conocimiento en el cual soy incapaz de distinguir entre las apuestas propuestas.

⁶ O sentido aqui atribuído a este conceito não está pressupondo a ocorrência de indivíduos capazes de realizarem cálculos a partir de uma análise reflexiva da realidade na qual estão inseridos e, a partir daí, definir a melhor estratégia a ser empregada. Trata-se, mais propriamente, de um agente munido de estrutura e volume de capital que se constitui na sua própria estratégia. Nesse sentido, o agente se situará no jogo em questão expondo tacitamente aquele capital sobre o qual tem domínio e que lhe reveste de poder. Assim, pode-se dizer que “os agentes sociais têm ‘estratégias’ que só muito raramente estão assentadas em uma verdadeira intenção estratégica”. (Bourdieu, 1996, p.145).

Illusio é outro conceito que se alia à noção de interesse e auxilia a compreendê-la na forma como aqui está sendo empregada. Este conceito sintetiza a constatação de que o jogo social somente tem sentido para os agentes interessados em tal jogo. *Illusio* é, portanto, “lo contrario de la ataraxia [impasibilidad]: se refiere al hecho de estar involucrado, de estar atrapado en el juego e por el juego (Bourdieu, 1995, p.80).

Fica evidenciado com esta discussão que, ao se analisar uma determinada realidade desde o ponto de vista de suas relações, se está demonstrando fundamentalmente que “o real é relacional”⁷ (Bourdieu 1998, p.28). Não há o agricultor ecologista ou o mediador social em si, em uma forma essencializada. O que realmente existe são relações e frutos destas relações. Em outras palavras, é no encontro entre os variados agentes de um determinado espaço social estruturado que se produz e se reproduz a realidade social. Mesmo que, para as convenções do senso comum, muitos destes fatos sociais tenham o sentido de fatos naturais, o que ocorre fundamentalmente é uma transformação ilusória do social para o natural, forjada ao longo da história.

A própria noção de espaço social pressupõe este pensar relacional. Conforme Bourdieu (1996, p.48), tanto os indivíduos quanto os grupos “existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações”. Sendo assim, o espaço social se define exatamente por constituir-se de agentes cujas posições estão determinadas pela estrutura e volume de capitais ali valorizados. Trata-se, portanto, de um espaço estruturado e estruturante das relações sociais. Mais objetivamente, um espaço social se refere a um

conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre (Bourdieu, 1996, p. 18-19).

Não basta, portanto, que tanto o mediador quanto o agricultor se anunciem como praticantes de uma agricultura ecológica e dessa forma subentenda-se aquilo que constitui a prática destes agentes e, muito menos, que isto signifique uma unidade simétrica na relação que estabelecem, dado empunharem a mesma bandeira. Como será abordado mais adiante, a construção do objeto (agricultura ecológica), em torno do qual se unificam os agentes aqui

⁷ Esta expressão tem origem em Hegel quando este afirma que “o real é racional”.

tratados, se processa a partir de diferentes modalidades de disputas, desde as mais explícitas até as mais veladas (que são as formas predominantes).

Ao compreender a realidade da forma até aqui anunciada, assume-se a pertinência do que é proposto pela “macro corrente” da sociologia denominada de “galáxia construtivista”, na qual gravitam os mais variados e reconhecidos autores contemporâneos. O que une estes autores, por vezes tão divergentes, é o fato de todos eles entenderem a realidade como sendo um construto social que se forja na relação cotidiana entre diferentes agentes. Este aspecto fica claro na seguinte analogia proposta por Elias:

Por mais certo que seja que toda pessoa é uma entidade completa em si mesma, um indivíduo que se controla e que não poderá ser controlado ou regulado por mais ninguém se ele próprio não o fizer, não menos certo é que toda a estrutura de seu autocontrole, consciente e inconsciente, constitui um produto reticular formado numa interação contínua de relacionamentos com outras pessoas, e que a forma individual do adulto é uma forma específica de cada sociedade (Elias, 1994, p.31).

Outro relevante aspecto que une os autores deste campo da sociologia é o fato de todos eles refutarem a discussão binária que coloca em pólos opostos holismo e individualismo. Isto implica dizer que, numa “*perspectiva construtivista, as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos*” e, neste sentido, a idéia contida na “palavra *construções* remete ao mesmo tempo aos produtos (duráveis e temporários) das elaborações anteriores e aos processos em curso de reestruturação” (Corcuff, 2001, p. 26, grifos no original). Ainda que pareça uma obviedade, cabe decretar que neste processo não há uma construção unilinear ou centrada num indivíduo ou grupo com poderes para irradiar suas determinações construtivas ao meio social onde atua. O que se processa é a ocorrência de

indivíduos plurais produzidos e produtores de relações sociais variadas” (...) Os construtivismos são, então, *novas formas de realismo*, distinguindo-se, no entanto, das formas clássicas de positivismo, pois questionam o dado e deixam lugar para a pluralidade de realidades cujas relações devem ser pensadas (Corcuff, 2001, p.25, 29, grifos no original).

Sendo assim, a realidade aqui recortada para estudo está centrada na relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais. O desafio que se apresenta é, com o foco

nestes agentes, construir uma análise que dê conta do raio de influência destes agentes para os demais espaços sociais e de outros espaços sociais para este em estudo, percebendo o conjunto de variáveis que não se apresentam à consciência do indivíduo e, ao mesmo tempo, não perder de vista a perspectiva dos agentes que interagem cotidianamente a partir de seus saberes constituídos. Ou seja, sem negligenciar a dimensão estrutural e estruturante do espaço social, considerar os *agentes* conforme está previsto na própria definição deste termo por Bourdieu, ou seja, como aqueles indivíduos que tanto estão expostos à ação do interior e do exterior, quanto, da mesma forma, são produtores da ação.

Do ponto de vista teórico, a discussão em torno do que os agentes produzem e em que medida eles próprios são produzidos neste processo de relacionamento será equacionada adotando, como já anunciado anteriormente, a noção de interdependência desenvolvida por Elias e algumas ferramentas heurísticas propostas por Bourdieu, aliando a estes outros autores.

1.2 A IDENTIDADE CONSTRUÍDA E SEUS EFEITOS NO JOGO SOCIAL

Hoje em dia ser colono é ser considerado grosso, atrasado, semi-analfabeto e que fala errado. Porém, como nós somos Agricultores Ecologistas, sentimos que o nosso trabalho faz parte de um todo maior, de uma sociedade melhor, onde a saúde está presente. Está em nossa lavoura e na nossa mesa e, também, na mesa daquele que está lá na cidade⁸.

Muito já se discutiu e tem-se discutido nas ciências sociais a respeito da noção de *identidade*, um assunto bastante complexo e que é objeto de inúmeras controvérsias⁹. Estas discussões transitam ao longo de análises que apresentam uma grande variedade de matizes, desde aquelas que assumem um contorno mais positivista e normativo, buscando classificar uma identidade por referência a uma série de atributos previamente determinados, até aquelas

⁸ Frase proferida por um agricultor e selecionada pelos mediadores sociais do Centro Ecológico para ser parte do conteúdo de uma cartilha produzida pelos mesmos. Cf. CAE IPE (1997)

⁹ Mesmo questões que a princípio não suscitariam grandes dúvidas podem surpreender. Esta discussão sugerida por Martin (2000, p.582) aponta nesse sentido: “naguère encore l’administration sud-africaine publiait chaque année des statistiques surréalistes indiquant le nombre de ‘noirs’ passés ‘métis’, de ‘métis’ devenus ‘blancs’... et les débats biosportifs ayant prélué aux Olympiades hivernales de 1992 ont laissé à penser que même le plus évident au premier abord, le sexe, pouvait être un trompe-l’œil...” (aproximadamente: “no passado a administração sul africana publicava a cada ano estatísticas surrealistas indicando o número de ‘negros’ passados a ‘mestiços’, de ‘mestiços’ a ‘brancos’...e o debate bioesportivo que precedeu as Olimpíadas invernais de 1992 permitiu-se pensar que mesmo o que seria mais evidente à primeira vista, o sexo, podia se constituir em um engano”).

que recorrem a uma argumentação relacional para afirmar que a identidade em si (natural, absoluta) não existe, sendo ao contrário, fruto de uma construção social arbitrária que se estabelece num processo de mediação com o seu entorno. Além destas, existem ainda aquelas perspectivas que reafirmam a identidade autoproclamada pelo grupo ou indivíduo, não cabendo discussões científicas que contrariem tal definição.

Adotar-se-á neste trabalho a perspectiva desenvolvida por Martin (2000), que vê a identidade sendo formada a partir de dois paradoxos. O primeiro diz respeito ao fato de que a identidade de um indivíduo ou grupo se constrói na presença de outra identidade. Não existe uma essência inerente a um indivíduo ou a um coletivo que, inevitavelmente, o conduza a se identificar como tal, independente de tudo e de todos. Sendo assim, cabe observar que, por exemplo, só há o negro enquanto identidade na medida em que há a identidade branca; da mesma forma só pode haver um grupo identificado como “agricultores ecologistas” em face aos que se denominam (ou, mais comumente, são denominados) de “agricultores convencionais”¹⁰. A identidade, neste caso, se define mais propriamente na produção de uma fala recorrente ao outro e menos pela própria proclamação de uma dada identidade. Isto se processa no contraste estabelecido a partir da relação que vivencia com o outro e que se transforma em uma magnificação da imagem de si mesmo.

O segundo paradoxo diz respeito à observação de que a identidade dominada estabelece uma relação ambígua com a identidade dominante. Ao mesmo tempo em que estão a todo o momento negando a identidade e a cultura que os domina, os dominados estão, na mesma medida, se valendo dos recursos de linguagem produzidos pelos dominantes para auto-afirmarem uma identidade própria. O que ocorre, no fundo, é um certo fascínio pela cultura que (o) subjuga e isto não se refere a uma atitude que se dê à consciência de cada indivíduo, já que o que molda tal relação não está em discussão, pois está naturalizado na forma de uma *doxa*¹¹ estabelecida historicamente. Dessa forma, fica exposta a esperança de ser aceito em um patamar simétrico de diálogo com a cultura dominante.

Num caminho semelhante a este de Martin, Bourdieu (1998c) irá apontar para o fato de que toda definição de uma determinada identidade se constitui num arbitrário social. Não

¹⁰ “Agricultores ecologistas” e “agricultores convencionais” são denominações que emergiram do seio de uma disputa estabelecida entre diferentes formas de se fazer agricultura, a ecologista e a convencional. A primeira baseia-se numa produção livre de insumos agroquímicos, aliando a este aspecto definidor, outras dimensões que dizem respeito à justiça social. Já a segunda, refere-se a uma forma de produção que é a que predomina entre os agricultores e na qual não existem grandes limitações, exceto aquelas previstas na legislação, com relação à utilização dos insumos agroquímicos.

¹¹ “Cada universo do saber tem a sua *doxa* específica, conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e valorativos cuja aceitação é implicada pela própria pertença” (Bourdieu, 1998b, p.85)

há uma identidade natural, ela se naturaliza socialmente. O que ocorre, fundamentalmente, é o efeito da fala que tem o poder de criar realidades sociais. Porém, esta definição não nasce a partir de qualquer fala: para produzir o efeito de realidade ela deve estar instituída de poder, ela deve estar revestida de legitimidade social para tal. Neste sentido, o autor da fala, uma vez revestido desse poder,

ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele [o autor] subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conforme à natureza das coisas, “naturais” (Bourdieu, 1998c p.114).

Diante de tal análise, cabe considerar que tudo aquilo que se atribui a uma denominação identitária no mundo social é, na verdade, efeito e resultado de disputas pela melhor definição que estiveram em jogo ao longo da história. Ao se assumir que determinado grupo de agricultores pode ser melhor caracterizado atribuindo-lhe a denominação de “agricultores ecologistas” e não, por exemplo, de “agricultores orgânicos”¹², o que preponderou nesta consolidação foi a efetivação do poder contido em tal enunciado e, sobretudo, em quem enunciou. Ainda que muitos cientistas ingressem nessa disputa e passem a oferecer uma série de critérios ditos científicos e conferindo a tal objeto uma aura de essencialidade, convém constatar que tais agentes estarão promovendo uma incursão a um espaço social onde os recursos simbólicos e materiais determinam a relação de força entre grupos que buscam a melhor definição. E, sendo assim, produzirão uma definição tão arbitrária quanto aquela “derrotada”. Aliás, as autoridades científicas estão sempre sendo chamadas, especialmente pelos promotores de políticas públicas ou agentes do judiciário, a se pronunciarem ou a produzirem laudos com relação a determinadas fronteiras físicas e de grupos sociais e, desta forma, “fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor” (Bourdieu, 1998c p.115). Portanto, quando o cientista entra nesta disputa ele carrega consigo o peso de seus capitais e, com isto, produz um reconhecido poder de estabelecer definições poderosas com relação ao que está em jogo.

A construção da identidade se processa, portanto, em tribunais constituídos socialmente, a partir dos quais se fundamentam a “di-visão” entre o que está dentro e o que

¹² Agricultura orgânica é outra denominação correntemente utilizada para definir aquele agricultor que, da mesma forma que o ecologista, não faz uso de insumos agroquímicos. Porém, neste caso o que está sedimentado é a idéia de que tais agricultores desenvolvem uma produção norteada “única e exclusivamente por princípios de natureza mercadológica” (Centro Ecológico, 2002). Se voltará a esta discussão no capítulo 2.

está fora das fronteiras definidas para uma determinada identidade. Numa visão complementar a esta, Hall (1998, p.12) afirma que a “identidade costura o sujeito à estrutura” e, dessa forma, “estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”.

É a partir desse prólogo que se extrai a justificativa e o interesse pela discussão inserida neste trabalho de pesquisa. Ao lidar com diferentes agentes sociais que se denominam e são denominados pelo seu entorno social como detentores de características que lhes garantem ser o que são, é conveniente verificar em que medida estas denominações edificadas e solidificadas como algo natural, algo que é próprio daquele grupo, se constituem ou estão se constituindo em trunfos para alcançarem conquistas no jogo que está sendo disputado socialmente. Da mesma forma, importa verificar a ocorrência de mediadores sociais que, revestido do poder necessário para enunciar com autoridade, atribuem os contornos de uma determinada identidade visando selar avanços nas disputas que eles próprios participam. Conforme Velho (2001, p.27),

os mediadores, estabelecendo comunicação entre grupos e categorias sociais distintos, são, muitas vezes, agentes de transformação, acentuando a importância de seu estudo. A atuação tem o potencial de alterar fronteiras, com o seu ir e vir, transitando com informações e valores.

Objetivamente, para o caso empírico em questão, está caracterizado um jogo que está sendo disputado em torno da definição e consolidação de um modo de fazer agricultura que é antagônico a outro. Há um que se intitula de “ecologista” e outro que leva o rótulo, atribuído pelos primeiros, de “agricultura convencional”. Como nascem tais definições e como isto repercute na prática de tais agentes e no jogo em questão, são indagações que devem estar presentes ao se analisar a relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais.

Sendo assim, ao se assumir a identidade como aqui vem sendo discutido, impõe-se a necessidade de buscar, ao longo da trajetória dos agricultores ecologistas e dos mediadores sociais e no rastreamento da história desta relação e do espaço social que a circunscreve, as transformações sociais que fizeram com que tanto aqueles, até então denominados simplesmente de “agricultores”, passassem a se autodenominar e a serem denominados de “agricultores ecologistas”, quanto aqueles que após uma determinada formação e integração a uma organização fossem munidos de um certo revestimento simbólico que lhes conferiu um papel e um poder de mediar as questões relacionadas com a agricultura ecológica. O que no

passado foi determinante para que um certo número de agricultores aderisse a esta nova forma de fazer agricultura? De qual substrato emerge o Centro Ecológico e o que determina a sua vocação e a de seus integrantes de trabalhar com Agricultura Ecológica? Elucidar ou ao menos problematizar estas questões é um passo fundamental para se compreender como se consolidaram as identidades que atualmente ocupam seus papéis no espaço social em que convivem. Dessa forma, será possível perceber como os agricultores ecologistas e os mediadores sociais foram se constituindo enquanto agentes interdependentes, ao mesmo tempo em que perseguem seus interesses individuais e coletivos jogando com os poderes que possuem. Ou seja, não é apenas reconstituir a trajetória das identidades em questão, mas, sobretudo se valer de tais informações para compreender o estabelecimento e o formato da relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais.

Antes de concluir esta seção, é necessário acentuar que a um só agente pode corresponder identificações múltiplas, mutáveis e, até mesmo, contraditórias. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às forças pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 1998, p.12-13). Estas identificações assumem um caráter situacional, ou seja, são acessadas conforme a conveniência da situação. Como se verá mais adiante, é possível encontrar aquele agricultor que ostenta a sua identidade ecologista em determinadas circunstâncias e, em outras, prefere ser identificado simplesmente como agricultor (especialmente no caso daqueles que conciliam uma produção ecológica a uma produção convencional). Estas identidades se articulam conforme a biografia e trajetória destes agentes, em relação com o seu entorno social. Isto não significa dizer que um indivíduo possui um eu coerentemente integrado por variadas identidades. “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (Hall, 1998, 13). Portanto, a identidade se forma e se expressa a partir do amálgama de sentimentos que se apresentam ao longo da vivência pessoal e social de cada indivíduo. Sendo assim, ao se utilizar aqui as identificações de “agricultor ecologista” e “mediador social”, não se está tratando de indivíduos totalizados por tais denominações. Ao contrário, se está ciente de que os indivíduos encontram-se atravessados por outras múltiplas identidades.

1.3 OS MEDIADORES SOCIAIS E SEU PAPEL NA DINÂMICA SOCIAL

Ao se verificar a atuação e o discurso de grande parte das ONGs, especialmente aquelas vinculadas ao desenvolvimento rural e, mais especificamente, à agroecologia¹³, percebe-se que estas se auto proclamam como legítimas porta-vozes daqueles agricultores que conformam sua base de sustentação. Esta atuação se efetiva através dos indivíduos que compõem o quadro de funcionários das ONGs e que são os responsáveis diretos pela conexão/relação destas com aqueles que estão no foco de suas ações, nomeadamente, no caso abordado neste trabalho, os agricultores ecologistas. Tais indivíduos se constituem no que aqui está se convencionando denominar de “mediadores sociais”.

O termo mediador alude de imediato àquela figura que assume o papel de estabelecer a ponte entre partes diferentes e, por vezes, divergentes, com vistas a um determinado resultado. Neste sentido, a noção de mediador que conceitualmente mais se verificou nos últimos tempos está associada à análise daquele indivíduo que, munido de determinados capitais (simbólicos, cultural, político, social) e de um poder instituído por uma determinada organização, possui uma aura de legitimidade que lhe permite solucionar conflitos com vistas a uma conciliação entre grupos com diferentes interesses. Para isto, este mediador deve acreditar e fazer acreditar que estava ali resolutamente desinteressado. Este desinteresse, no entanto, é ilusório, uma vez que sempre se almeja os lucros simbólicos e econômicos desta relação, mesmo no caso em que o mediador deve convencer a todos, inclusive a ele próprio, de que está ali com o único interesse de encontrar uma justa solução àquele conflito. Com relação a isto diz Bourdieu (2002, p. 209): “estas negações dos interesses nunca são mais do que *denegações práticas*: (...) elas satisfazem o interesse sob uma forma (desinteressada) que tende a mostrar que elas não o satisfazem”. Estes apontamentos críticos sobre a noção genérica e popular do mediador e seu papel são oportunos para introduzir a discussão sobre mediação, ainda que não constitua a discussão central do que está proposto neste item. Mais

¹³ Por não haver um consenso, assume-se esta denominação que predomina nos dias atuais por entendê-la mais apropriada, neste contexto, para agrupar os diferentes modos de fazer agricultura contrapondo-se ao que se denomina genericamente de agricultura convencional ou produtivista. Atualmente está evidenciado uma disputa pela introdução e consolidação de uma denominação que abarque estas diferentes formas de fazer agricultura (orgânica, biodinâmica, ecológica...) dentre as quais se destacam a Agroecologia (com maior expressão) Agricultura Alternativa (com grande expressão até o início da década de 1990) e a incipiente Bioagricultura (movimento iniciado em 2001 em São Paulo). Cabe salientar que existem fortes componentes ideológicos que determinam os embates daqueles que estão envolvidos nesta disputa. Para um maior conhecimento deste debate ver: Almeida (1999 e 2003); Altieri (2001); Gliessman (2000); Revista Agroecologia Hoje (2001). De qualquer forma, esta discussão será retomada no capítulo 2.

objetivamente, utiliza-se neste trabalho a definição de “mediador social”¹⁴ como um conceito analítico que auxilia na compreensão da atuação daquele agente que, detentor de um poder institucionalizado por uma organização, no caso aqui estudado o Centro Ecológico, assume o papel de aproximar o ‘ambiente rural’ e o ‘ambiente exterior’, considerando suas várias dimensões: ambiental, social, cultural e econômico. Ou, nos termos de Wolf (1971), os mediadores são agentes que exercem “o controle sobre as uniões e sinapses cruciais das relações que ligam o sistema local ao todo mais amplo”. Para evitar confusões, deve-se salientar, no entanto, que os agentes que estão sendo denominados de mediador social não se autodenominam e não se pensam dessa forma. Portanto, não existe esta noção no formato de uma categoria “nativa” sendo utilizada pelos técnicos, agrônomos e outros agentes das ONGs. Eles são tratados dessa forma, ao longo de todo este trabalho, em função da posição que ocupam no espaço social no qual atuam.

O tema da mediação também está no cerne de muitas discussões na sociologia e, especialmente, na antropologia¹⁵, assumindo diferentes configurações. É no tratamento deste tema que emergem, de uma forma bastante acentuada, as divergências teóricas que distanciam muitas correntes e autores. Igualmente neste trabalho, é ao tratar deste assunto que se evidenciará a necessidade de se recorrer a diferentes autores para tratá-la (a mediação) de forma a fazer justiça à sua devida complexidade. Esta preocupação se justifica, sobretudo quando se propõe uma discussão como a que aqui se procederá, na qual o agente que se coloca ou é colocado na condição de mediador, integra um grupo que assume um discurso bastante ambíguo em relação ao seu papel. Tal ambigüidade é proeminente nestes agentes, uma vez que estão assumindo uma atuação (e uma identidade) baseada na contraposição ao que está hegemônico no *campo social*¹⁶ em que disputam o modelo de agricultura. Ou seja, o alvo para o qual está voltado a “mira” destes mediadores é aquela agricultura chamada convencional, moderna ou produtivista, dentre outras denominações. Este aspecto faz com que estejam a todo o momento demarcando suas posições, tomando seus “adversários sociais” como referências e produzindo, desta forma, um discurso no qual expõe as diferenças de uma forma reflexiva. É nesse sentido que Wolf (1984, p. 346) irá chamar a atenção para o fato de que:

¹⁴ Em Gerhardt (2002) há um exemplo de estudo onde também se analisa o papel do mediador social.

¹⁵ Ver: Neves (1997, 1998); Badie & Hermet (1993); Wolf (1971), Olivier de Sardan (1995).

¹⁶ A noção de campo social aqui utilizada é aquela proposta por Bourdieu, e integra a dimensão estrutural de sua teoria sociológica. Trata-se de “um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes” (1998c, 135). Estas variáveis correspondem ao volume e estrutura do capital

cada vez mais esses “intelectuais” da nova ordem clamam contra os detentores do poder econômico e político. Eles precisam de uma clientela; e ela é constituída de operários e camponeses insatisfeitos, criados pelo mercado mas sem que a sociedade cuide deles adequadamente.

Porém, estes mediadores sociais “alternativos” estão situados e condicionados pelas regras estruturadas no campo das agriculturas. É a inter-relação entre as regras desse campo e a estrutura cognitiva ou, mais precisamente, os “princípios geradores de práticas distintas e distintivas” que constitui o *habitus* destes agentes, que criam as suas possibilidades de ação. (Bourdieu, 1996 p.22). Isso faz com que o formato da relação que se reivindica como assentadas em outros parâmetros, comparativamente àqueles do lado oposto deste jogo, reproduza situações contraditórias com o discurso enunciado. Ou seja, ainda que se classifiquem como transformadores das relações sociais e da própria realidade, estes mediadores atuam constrangidos pelos limites impostos por esta estrutura objetiva do campo e pela estrutura subjetiva que é o próprio *habitus*. Neste sentido, percebe-se que em determinadas situações, aquilo que está contido no seu discurso, enfrenta contradições com a sua prática.

Tais contradições podem ser exemplificadas a partir de uma situação presenciada *in loco*, quando um determinado mediador assumia em seu discurso que eles, enquanto mediadores, não eram “atores”: “nós não somos atores, os atores são eles (os agricultores) a gente vai tentar conversar, mas não vai pressionar, usar o nosso poder, porque nós somos uma assessoria” (E02 - MS). Da mesma forma, outro mediador assumia que buscava não interferir na dinâmica dos agricultores e, ao participar das reuniões destes, ele buscava manter-se em silêncio: “tem vez que eu vou na reunião e fico quieto (...) eu tento falar quando demandado e também quando eu falar, não colocar uma coisa fechada, tentar ver os pontos de vista que eu consigo ver e tentar esclarecer” (E03 - MS). Estes discursos se contradizem com a prática destes agentes, uma vez que se observou uma série de ações de articulação política com objetivos bem definidos de promover a manutenção do poder que possuem entre aqueles agricultores¹⁷, valendo-se, por exemplo, de táticas como a estigmatização de algumas lideranças e a atração de outras (no capítulo 3 isto será melhor abordado) .

valorizados no campo.

¹⁷ Obviamente que a justificativa para tais ações não é a manutenção de poder. O argumento mais comum é o de que os agentes aos quais se opõem, “pelegaram”, se distanciaram da base, são “individualistas”, buscam dividendos pessoais, abandonaram a causa....

As contradições são observáveis também em função destes agentes que desempenham o papel de mediadores sociais estarem munidos de espécies de capital que, “à maneira de trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado” (Bourdieu, 1998c p. 134). Dessa forma, são revestidos de um poder simbólico que produz efeitos variados na relação que estabelecem com os diferentes agentes. Nesse sentido, compreender a dimensão desse poder simbólico é de grande relevância para o estudo da relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais, haja visto que tem o

poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (Bourdieu, 1998 p.14).

Em sua grande maioria, estes mediadores são agentes que frequentaram o “universo escolástico” e que, portanto, possuem um capital cultural de grande valor, o que lhes confere um destaque dentro do espaço social em que interagem. Da mesma forma, são agentes que adquirem, com relativa facilidade, um capital social (ou ampliam seu volume), dado a própria necessidade de integrar e constituir redes de organizações em nome da entidade ou movimento que representam. Estes capitais, aliados ao capital político e econômico, se constituem em importantes recursos para alcançar os interesses que os mobilizam no jogo social que disputam. Um aspecto importante a ser considerado nesse processo de mediação se refere ao fato de que os mediadores constroem sua legitimidade na medida em que assumem o papel de aglutinar ao seu redor os interesses difusos na sociedade, atribuindo, dessa forma, “voz” àqueles que não a tem. O comentário do primeiro mediador citado anteriormente poderia então ser acrescido, conforme a lógica implícita, da seguinte dedução: “eles são os atores e nós os seus porta-vozes”. Em relação a este aspecto, Paoli (2002, p.378) destaca que, ao contrário de um movimento social que, segundo esta autora, “implicava a demanda direta da população carente organizada por bens públicos”, as ONGs optavam por caminho diferente, tratando de “representar as demandas populares em negociações pragmáticas, tecnicamente formuladas, com os governos, dispensando a base ampliada da participação popular”.

Retornando à discussão inicial, importa novamente enfatizar que o mediador social não é um agente neutro nas relações estabelecidas. Mesmo nas situações em que o ele

renuncia à própria fala, como foi declarado na entrevista citada, acreditando que com este procedimento não promoverá interferências no meio onde se produzem as relações, o que fica evidenciado é que esta crença ingênua não se confirma. É ilusório depositar tanto crédito ao poder das palavras uma vez que se trata apenas de um “poder delegado do porta-voz cujas palavras (...) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido” (Bourdieu, 1998a, 87). A partir destas considerações, pode-se concluir que a simples presença de um indivíduo investido e revestido de poder, mas, sobretudo, reconhecido como detentor de capitais que lhe confere poder, já implica numa interferência direta que, em muitos casos, pode ser tão determinante quanto uma intervenção oral. Vale a máxima de que o silêncio, em determinadas circunstâncias, pode dizer mais que muitas palavras. Portanto, ainda que a idéia de mediação possa freqüentemente ser tomada pelo senso comum como um processo que promoverá a conciliação ou o estabelecimento de compromissos entre diferentes partes, valendo-se de um agente individual ou coletivo despojado de seus interesses, criando assim, as condições para a efetivação de um acordo legítimo, o que ocorre de fato e que interessa evidenciar neste trabalho é a impossibilidade desta pretensão. Neste sentido, afirma-se, juntamente com Neves (1998, p.155), que

os mediadores não atuam como o elo de união de mundos diferenciados e deles distanciados como tais. Eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação.

Considera-se, então, que o mediador sempre promoverá traduções ao transpor informações de uma parte à outra. Veja, por exemplo, o comentário desse agricultor:

Quando o Sr teve contato pela primeira vez com este nome da agricultura ecológica? Quem trouxe esta denominação?¹⁸ Acho que foi a partir do curso, né.. ***Aquele primeiro curso***¹⁹ ***que o Sr comentou... e até ali?*** Até ali era produção orgânica, produção sem veneno, não se falava em agricultura ecológica [a gente nem sabia o que era estas palavras] A partir do curso ali que o Centro Ecológico passou pra nós a agricultura ecológica e traduzindo e definindo... você sabe qual é a tradução de agricultura ecológica? Não. Cuidar da casa, agricultura ecológica é cuidar da casa... então tem que cuidar da terra... (E02 – AE, entre colchetes está o comentário da esposa)

¹⁸ Nas citações das entrevistas as perguntas realizadas pelo pesquisador sempre aparecerão em negrito e itálico para diferenciar-se das respostas dos entrevistados.

¹⁹ Refere-se a um curso considerado pelos agricultores o precursor da Acert. Sobre isto será efetuado outros comentários mais adiante.

Assim, muito além da simples tradução, o mediador assume o papel de interpretador e adaptador das informações colhidas nos diferentes espaços sociais com os quais interage. Dessa forma, promoverá uma filtragem e uma modelagem destas informações conforme a sua própria visão de mundo. Apropriadamente, Lascoumes chama a este processo “transcodificação” e o entende como aquelas atividades que reagrupam e traduzem informações e práticas num código diferente. Mais objetivamente transcodificar é,

d’une part agréger des informations éparses et les lire comme une totalité; c’est aussi les traduire dans un autre registre relevant de logiques différentes, afin d’en assurer la diffusion à l’intérieur d’un champ social e à l’extérieur de celui-ci²⁰ (Lascoumes, 1994, p.22).

Bricolage é outra importante noção que auxilia numa melhor compreensão do que está envolvido em um processo de mediação. Refere-se à ação característica do mediador que, ao acessar diferentes espaços sociais, vai agregando pequenos fragmentos coletados por onde transita com vistas a constituir novas finalidades. “Assim o mediador não só negocia, como cria novas realidades, a partir de seu trânsito por diferentes domínios” (Velho; Kuschir, 1996, p.106)

De posse dessas considerações, o tratamento aqui destinado a este agente será no sentido de objetivar suas ações percebendo-o como alguém que está presente e participa ativamente da disputa que está em jogo. Portanto, o mediador social que está no cerne das atenções deste trabalho é aquele que se relaciona com diferentes espaços sociais e que, influenciando nas várias dimensões pertinentes aos grupos sociais que estão ligados à ONG, produzirá transformações significativas na dinâmica daquele meio. As transformações não se efetivam apenas no que se refere aos componentes tecnológicos e processuais próprios do modelo de agricultura que preconizam. Especialmente no caso destes mediadores, sua atuação transcende a um papel puramente de difusão e transformação técnica²¹. Eles se caracterizam, sobretudo, por promoverem o nascimento ou o fortalecimento de organizações sociais locais comprometidas ideologicamente com a causa em questão. Portanto, mais que mediar a apropriação de determinadas tecnologias, ocorre também e fundamentalmente uma mediação

²⁰ Numa tradução aproximada: “de uma parte, agregar as informações esparsas e as ler como uma totalidade; é também as traduzir em um outro registro constituído por lógicas diferentes, a fim de assegurar a difusão ao interior de um campo social e ao exterior deste”

²¹ Mediadores Técnicos e Mediadores Técnico-científicos são outras formas de abordar o processo de mediação assumindo um recorte mais preciso. A respeito de tais denominações ver, respectivamente: Coelho, 2002 e

político-cultural, que, em certas circunstâncias, assume uma importância tal que o papel técnico é relevado a uma prioridade secundária. Não é raro que se encontrem ONGs que possuem, dentro do seu quadro de funcionários, profissionais com formação na área das ciências humanas ou que priorizem a contratação de técnicos (no caso específico, agrônomos, engenheiros florestais, veterinários etc.) que apresentem um perfil que alie o conhecimento técnico-produtivo destas áreas a uma capacidade de atuar em outras dimensões, nomeadamente na organização de grupos, na relação com o poder público e privado, com o mercado etc. Sendo assim, entende-se que a noção aqui desenvolvida de mediador, associada ao adjetivo social, se constitui em um tratamento mais apropriado para a análise de tais agentes.

Ainda com relação a esta discussão sobre o processo de mediação, Wolf (1971) contribui para uma melhor compreensão da dinâmica na qual está inserida o mediador social aqui abordado, sugerindo as noções de “indivíduos orientados para a comunidade (community-oriented individuals) e indivíduos orientados para a nação (nation-oriented individuals)”. O mediador, segundo este autor, estabelece uma aliança entre estes dois “mundos”, olhando “em duas direções ao mesmo tempo”. Considera-se, no entanto, que o mediador do qual se está tratando nessa dissertação, olha em múltiplas direções. É de grande relevância, por exemplo, a relação que estabelece com outros mediadores de outras ONGs e de outras organizações que não estão nem no plano da comunidade e nem no plano da nação. De qualquer forma, interessa especialmente adaptar a este estudo a noção de “mediador voltado para a comunidade” que aqui será referido como sendo aqueles agricultores que cumprem papéis de lideranças em seus grupos. Como se verá, especialmente no capítulo 3, estas lideranças são chamadas a atuar como elos importantes na estruturação da relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais. Estes últimos fomentam e potencializam estas lideranças, desde e até que não representem alguma ameaça de rupturas nessa relação consolidada.

Cabe salientar, como anunciado no parágrafo anterior que, ao discutir o processo de mediação e o papel do mediador social no espaço social, está pressuposta a existência de outros agentes com os quais este se relaciona, como os já mencionados agricultores ecologistas e outros que assumem diferentes papéis. Neste sentido, ocorre que não existe aqui, a priori, a definição de exclusivo poder dos mediadores, mas sim de um esquema de interdependência entre tais agentes, que não se expressam sem a ocorrência de significativas disputas. Ou seja,

cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem (Elias, 1994 p.23).

Portanto, o mediador só existe interligado a uma rede de relações que lhe confere tal *status* e “essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele” (Elias, 1994 p.35). Cabe ressaltar, em todo caso, que não se trata de definir quem assume o papel de vítima e de vitimador nesta relação, o que não significa furta-se a discutir a presença variável do dominante e do dominado ou, mais propriamente, discutir o poder como até aqui se anunciou e que compõe o cerne da análise aqui construída.

1.4 A BUSCA PELA SIMETRIA E SEUS IMPASSES

1.4.1 A interação e o contexto social

A discussão aqui proposta sobre a relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais pressupõe a ocorrência de alguma forma de interação e, sendo assim, cabe discutir quais as características que compõem as formas de interação que interessam para esta pesquisa. Goffman ([198?] p.173) define interação social como “aquella que se da exclusivamente en las situaciones sociales, es decir, en las que dos o más individuos se hallan en presencia de sus respuestas físicas respectivas”. Portanto, trata-se de uma relação de co-presença, onde os indivíduos interagem “face a face”²². De fato, este é o formato primordial de interação que permeia a relação que existe entre o mediador social e o agricultor ecologista. No tocante a esta forma de interação, convém salientar que se verifica não apenas o formato individual de interação face a face, mas também aquela interação que se constrói de forma coletiva (ONG e Associações de Agricultores Ecologistas). Ou seja, considera-se útil diferenciar a interação que ocorre entre indivíduo/indivíduo, indivíduo/grupo e grupo/grupo, uma vez que estas diferentes interações têm implicações relevantes para os processos sociais que foram verificados nesta pesquisa.

²² Thompson (1998 p.78) apresenta três tipos de interação social, a interação face a face; a interação mediada, que envolve meios como cartas, telefonemas...; e a interação quase mediada, que é aquela desempenhada através

A forma de atuação dos mediadores sociais se caracteriza por privilegiar o acompanhamento de grupos em detrimento do individual. Mais precisamente, o individual está submetido ao coletivo ou, em outras palavras, a relação entre o mediador e o agricultor se dá após o último passar pelo processo de iniciação no coletivo. Isto faz com que a atuação do mediador tenha um efeito potencializado, uma vez que comumente a ONG não dispõem de profissionais suficientes para estabelecer uma relação individual. Mas a forma coletiva serve também a outros propósitos da ONG e dos agricultores, destacando-se o de agregar as produções de diversas famílias para adequar-se à demanda do mercado e o de gerar no agricultor uma “consciência” de grupo, como fica explicitado nesse comentário:

Vocês sempre falam em grupo, é um dos requisitos? Tem que ser em grupo? Por que? Tem... Porque no nosso trabalho o estímulo nosso é o associativismo, a cooperação. A gente acredita que só a produção, deixar o veneno não basta. Quando a gente pensa em construir um mundo melhor, um outro mundo possível, passa também pela questão da cooperação, tem que... por exemplo, arrumar uma forma melhor de vender o seu produto e, pra isso, ele tem que estar organizado num grupo, num grupo as coisa acabam sendo organizadas de uma forma mais fácil, não só a questão da comercialização, mas outras questões também. Tem que ser em grupo, nós não trabalhamos com agricultores individuais. ***E os agricultores individuais que se aproximam de vocês?*** Pode vir aqui, fazer algum curso, receber alguma visita, mas não... ele teria que entrar num grupo... a assessoria não trabalha com agricultores individuais. (E01 – MS)

Essa observação é importante, pois, segundo alguns autores, os produtos de cada forma de interação, individual e coletiva, são diversos e, em certos casos, divergentes. Referindo-se a Goffman, Thompson (1998 p.82) irá trazer uma discussão que deve ser considerada quando se abordam questões referentes à interação social. É a constatação, aparentemente óbvia, de que “toda ação acontece dentro de uma estrutura interativa particular que implica certas suposições e convenções como também características físicas do ambiente (disposição espacial, móveis, equipamentos, roupas, etc.)”.. Estas considerações tratam de situar o indivíduo em meio a um contexto que se diferencia para cada caso. Ou seja, muito daquilo que está pressuposto no espaço social de interação, compõe aspectos relevantes no processo de compreensão intersubjetiva entre os integrantes de determinado grupo social. E estes pressupostos, que são cultivados ao longo da trajetória individual promovida dentro de um espaço social comum, na forma de códigos, convenções, pré-noções, etc., devem ser

tomados como peculiares para cada caso. É o que Schütz (1962a *apud* Heritage, 1999, p.330) considera como sendo a “tese geral da reciprocidade das perspectivas”. Mas, ao contrário do que preconiza este autor, que generaliza esta formulação para qualquer interação entre qualquer indivíduo de diferentes espaços sociais²³, admite-se aqui que esta tese deve estar circunscrita a um meio onde a vivência histórica possibilitou a submissão aos mesmos princípios. Não se considera, portanto, a possibilidade da existência de uma mesma reciprocidade de perspectivas entre um indivíduo proveniente do meio acadêmico – com todos os efeitos que esta condição lhe impõe – e aquele indivíduo proveniente do mundo rural – que, da mesma forma, construiu um universo próprio em função das condições em que historicamente esteve submetido. Convém antecipar-se e dizer que não se trata de um juízo de valores, do estabelecimento, *a priori*, de uma hierarquia de saberes. Trata-se unicamente de situar diferentes visões de mundo que estão subjacentes ao que se poderia denominar, inspirando-se na definição utilizada por Thompson (1998 p. 91), de uma assimetria estrutural²⁴. Ou seja, ainda que, motivados por uma vontade reflexiva, se convencie em um discurso corrente a promoção de uma apologia à relação simétrica, esta simetria só se concretiza na medida em que os fatores determinantes estejam acessíveis aos que estão interagindo. Considera-se nesta pesquisa que este não é o caso da relação estudada, pois entre os mediadores sociais e os agricultores ecologistas há uma significativa diferença estrutural de capitais.

Na dinâmica de interação social, o que se verifica é o esforço individual de se fazer credível quando se expõe em um espaço onde os condicionantes fundamentados intersubjetivamente não são controlados de forma reflexiva. Ou seja, quando um mediador está num espaço privilegiadamente composto por agricultores que compartilham uma série de regras, códigos e pressupostos tacitamente estabelecidos para aquele espaço, este se verá como “um peixe fora d’água” podendo agir apenas conforme as possibilidades que para ele se apresentam. É apropriado, neste caso, valer-se do que heurísticamente foi definido por Goffman (1969 *apud* Thompson 1998, p.82) de “região frontal” e “região de fundo”²⁵. Região frontal refere-se àquele espaço estruturado, no qual o indivíduo buscará agir conforme as

²³ “(...) apesar das diferentes perspectivas, biografias e motivações que levam os agentes a ter experiências do mundo não idênticas, eles podem, ainda assim, tratar como ‘idênticas para todos os fins práticos’” (Heritage, 1999, p. 330).

²⁴ A noção de assimetria estrutural é utilizada por Thompson para discutir a interação entre os produtores e os receptores dos programas de televisão e de outros meios de comunicação, dado seu “caráter monológico” e à “ausência de uma monitorização reflexiva” (Thompson, 1998, p. 91).

²⁵ Em um sentido muito semelhante ao atribuído a estes conceitos, James Scott irá utilizar em suas análises os conceitos de “transcrição pública” e “transcrição escondida”. Para um panorama das pesquisas desse autor e para

regras ali pressupostas, adaptando seu comportamento e “procurando projetar uma imagem de si mesmo mais ou menos compatível com esta estrutura e com a impressão que ele quer transmitir”. Já o que se considera, *a priori*, desinteressante para aquele espaço e que pode produzir efeitos indesejáveis localiza-se na região de fundo. Esta perspectiva de análise relativiza as dimensões estruturais e reflexivas da ação e oferece uma oportuna possibilidade analítica quando se investe em um empreendimento que busca compreender como se processa a relação entre diferentes agentes. O que fica premente, a partir deste ponto de vista, é que cada espaço social possui suas regras tacitamente estabelecidas e, quando um indivíduo se arrisca em uma interação, ele reflexivamente deduzirá que nem tudo aquilo a que estaria impulsionado a fazer ou falar serão bem recebidos. Por outro lado, o seu espaço original (região de fundo) é onde não ocorre tal risco, ou seja, “não mais precisam monitorar as próprias ações com o mesmo grau de reflexividade geralmente exigido nas ações de frente” (Thompson 1998, p.82).

Da mesma forma que a consideração anterior é pertinente, também o é a análise que diz respeito às inevitáveis interferências que um agente externo promove no interior de um grupo social. Neste caso, importa novamente verificar o fato de que, por mais que o indivíduo externo assuma um rigor e um “autopoliciamento” para manter uma reflexividade que coloque uma série de parâmetros ao seu comportamento, levando-o a desenhar em sua consciência o papel que deve desempenhar naquele espaço social de interação, sempre ocorrerá o que se denominou acima de assimetria estrutural. É o poder simbólico instituído em tal agente, que não está diretamente acessível à sua reflexividade e, menos ainda, ao seu imediato desejo pessoal de transformação, uma vez que isto está definido estruturalmente pelo posicionamento deste indivíduo em um determinado campo. Vale dizer, a título de exemplificação, que a transformação de um indivíduo, que teve sua trajetória marcada pelo urbano – estabelecendo, dessa forma, relações sociais baseadas em princípios próprios daquele meio, adquirindo um capital cultural próprio de quem passou por uma formação educacional gerada e voltada para tal meio – em um agricultor não ocorre a partir do simples desejo de efetivá-la. Mesmo após acumular em sua trajetória uma vivência típica daquela identidade, o que, numa apreciação superficial, o levaria a ser denominado como agricultor, ele ainda assim trará inscrito em seu corpo as marcas de sua trajetória anterior, o que será conhecido e reconhecido por aqueles com quem convive no seu novo espaço social.

Sendo assim, é coerente assumir que, mesmo no caso daqueles mediadores que se autodefinem como sendo não mais que porta-vozes e potencializadores das necessidades dos agricultores com os quais trabalham, o que se produz verdadeiramente é uma efetiva interferência e influência no espaço social e, conseqüentemente, no comportamento destes agentes. Mais uma vez, é importante salientar que não está em jogo neste caso determinar se esta intervenção é boa ou ruim. Não se trata de assumir uma posição maniqueísta e tomar o partido de um dos lados. Trata-se, objetivamente, de desconstruir e problematizar o discurso da não-intervenção.

Por isso, vale igualmente salientar que ocorre por parte do agricultor, na presença deste agente externo, o mesmo esforço de reflexividade, no sentido de condicionar o seu comportamento, dizendo e fazendo coisas que não o “comprometa”. O que se pode entre “iguais” não é o mesmo quando o agente externo encontra-se presente. Isto é válido também para um espaço no qual predominam os mediadores, que condicionam da mesma forma os seus comportamentos individuais diante de um agricultor. Além do que é dominado de forma reflexiva, há o componente estrutural, já tratado anteriormente e que se traduz no poder simbólico instituído em cada agente.

1.4.2 O poder que constrói relações e realidades

Até aqui o tema do poder e suas variações foi mencionado em vários momentos, mas sem um tratamento mais aprofundado das questões que ensejam este tema. Em se tratando de um tema ambíguo e bastante controverso, possível de ser abordado a partir de diferentes perspectivas, entende-se como de extrema relevância discuti-lo de uma forma um pouco mais detida, no sentido de se desvencilhar das noções imperativas presentes no senso comum que costumeiramente o trata como “algo” substancializado e normalmente associado prioritariamente às dimensões políticas e econômicas da vida social. Descartando estas visões reducionistas, se buscará, a partir de diferentes autores, conformar um estatuto analítico para tal tema de forma que instrumentalize a análise da relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais.

A idéia de poder é normalmente construída como se tratasse de algo que está acessível aos diversos indivíduos e como se o estivesse na forma de um objeto que pode ser apropriado e utilizado da mesma forma que qualquer outra coisa que se deseja possuir: “algo así como un objeto que puede ser colocado en el bolsillo o ser poseído de alguna outra manera” (Elias,

[1994], p. 53). Tratada desta forma, a noção de poder se presta a uma série de confusões nos diferentes campos onde se insere tal discussão. Ao tratar o poder como um “objeto” possuído por alguém, este fica reduzido a um tratamento dicotômico (os que têm e os que não têm poder) e por isso reducionista – ou até mesmo simplista –, uma vez que não se atenta para os diversos e complexos elementos que estão em jogo em cada caso. Ou seja, deve-se levar em conta que

toda sociedad se ve atravesada por luchas y conflictos; sin duda, sus reglas son observadas, pero también son interpretadas, deformadas y transgredidas por los individuos o los grupos en la búsqueda del poder (Rist, 2000, p.131).

Assim sendo, adota-se aqui a perspectiva de que o poder só existe na forma relacional, ou seja, aquele indivíduo que em uma relação é detentor de determinados bens (simbólicos ou materiais) valiosos naquele espaço social, terá maior chance de exercer um poder relativo sobre aqueles indivíduos que não dispõem suficientemente de tais bens. É dizer que o poder está presente em todas as relações humanas e se expressa sob variadas formas. Como afirma Foucault (1999, p.277), “no existe un único poder en una sociedad, sino que existen relaciones de poder extraordinariamente numerosas, múltiples, en diferentes ámbitos, en los que unas se apoyan a otras y en las que unas se oponem a otras”.

Dado que o poder se expressa nas e a partir das relações humanas, ele é cambiante e nunca deve ser tomado como definitivo. Ou seja, os elementos que sustentam determinadas formas de poder em uma conjuntura específica podem ser transformados e, assim, produzirem-se mudanças em sua dotação e no seu exercício. Convém salientar que o poder (ou seus efeitos) não deve ser tomado *a priori* como algo positivo ou negativo, bom ou mal. Em relação a isso, muitos autores da sociologia estão de acordo e tomam essa perspectiva como fundamento para analisar as relações de poder que imperam na sociedade. As divergências se concentram, mais especialmente, na forma como os autores analisam seus desdobramentos sobre os indivíduos. Nesse sentido, Bourdieu, Foucault e Elias são três autores contemporâneos que se dedicaram com especial atenção à discussão deste tema, convergindo em alguns aspectos e distanciando-se em outros.

Elias ([1994]) propõe a noção de “equilíbrio flutuante de poder” para designar o estabelecimento de diferentes graus de poder no interior de uma rede de interdependência e a variação das diversas relações ao longo de um determinado período. Acentua-se, então, que o poder não é estático em seu nível e forma, transformando-se ao longo do tempo. O que define

as características do poder, em determinado momento e lugar, é a própria dinâmica da relação à qual está subjacente. Para este autor, o que pressupõe uma relação de poder é a constatação da existência de

grupos o individuos que pueden retener o monopolizar aquello que otros necesitan [e, portanto], cuanto mayores son las necesidades de estos últimos, mayor es la proporción de poder que detentan los primeros (Elias, [1994], p. 53-54).

Já em Foucault a noção de poder assume uma dimensão bastante ampliada e que perpassa toda sua obra. De fato, Foucault foi, provavelmente, o autor que mais atentamente se debruçou sobre este tema e formulou, ao longo de sua trajetória como pesquisador social, diferentes formas de expressão do poder, o que é ilustrado pelas noções de poder disciplinar, biopoder e governamentalidade. A presença de uma forte dimensão estrutural nas discussões que este autor promoveu – alvo de sérias críticas²⁶ – apresenta um indivíduo que é atravessado pelo poder. Como ele mesmo sentencia, “la relación de poder pasa por nuestra carne, por nuestro cuerpo, por nuestro sistema nervioso” (Foucault, 1999, p.275). Esta constatação o leva a concluir que é necessário

deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos rituais da verdade [e, dessa forma], o indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (Foucault, 1977, p.172)

Bourdieu, por sua vez, se vale de dois conceitos, já abordados neste trabalho, para expor o que vem a ser o poder: trata-se das noções de campo e capital. A identificação do poder está delimitada pelos limites do campo onde ele se expressa e exercerá poder aquele agente que detiver o maior volume daquele capital que é valorizado no campo em questão. Assim, é ilustrativo notar, simplificada, que determinado agente que possui um grande volume de capital econômico, mas apresenta um inexpressível volume de capital cultural, poderá não exercer um poder que seja significativo no campo cultural e vice-versa. Vale acentuar que o poder não se exerce apenas entre agentes que se estabelecem internamente em um campo específico, ocorre também uma relação de poder entre os próprios campos

²⁶ Ver, por exemplo, Merquior (1985, especialmente o capítulo VIII)

constituídos. “O poder não se realiza e não se manifesta senão através de todo um conjunto de campos unidos por uma verdadeira *solidariedade orgânica* e, portanto, ao mesmo tempo diferentes e interdependentes” (Bourdieu, 1998b p. 87). Portanto, a análise do poder neste autor não pode prescindir da análise dos campos (por vezes é apresentado como “campo de poder” ou “campo de disputas”) e do capital dos agentes que ali estão em disputas.

Esta breve apresentação da noção do poder formulada a partir de diferentes perspectivas teóricas contribui para se ter uma dimensão de como o poder ocupa o centro de importantes discussões sociológicas. Nesse sentido, o poder que se expressa na relação entre o agricultor ecologista e o mediador social é melhor compreendido a partir de um “triálogo teórico” entre o que propõe Foucault, Elias e Bourdieu. Aliar as proposições heurísticas destes autores, especialmente no que se refere às noções como interdependência e capital, constitui uma tentativa de compreender a relação entre estes agentes, sem assumir uma postura ingênua que vê simetria e harmonia em tudo que estão construindo e, ao mesmo tempo, sem cair num certo nihilismo que sempre destaca aquele que é mais poderoso, o qual exerce seu poder subjugando um outro que é reduzido, assim, a mero objeto de um poder externo. Ambas posturas que assumem pólos opostos caem num reducionismo que não se verifica na realidade. Na relação aqui analisada predominam formas sutis de disputas e uso do poder, não impedindo, dessa forma, a construção de alianças duradouras que visam interesses comuns. Entender como isto se processa é ir além da polaridade, que de fato não existe, e compreender como estas sutilezas estão na base de uma relação de poder, que é, ao mesmo tempo, de interdependência.

1.4.3 A participação ou a dominação participativa?

Fazer uma discussão a respeito do tema da participação encontra justificativa no fato de ser este um tema bastante presente no cotidiano desses agentes. É a partir destes espaços de participação que se verifica, de forma potencializada, o jogo de interesses que mobilizam tais agentes e onde o mercado de bens simbólicos mais se expressa. Nesse sentido, analisar como se dão os processos de participação é um passo importante para se compreender as relações entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais.

Verifica-se que tanto os agricultores quanto os mediadores pesquisados, assim como na sociedade de maneira geral, estão constantemente sendo chamados a participarem de diferentes espaços de formação e de tomada de decisão. É comum, sobretudo por parte dos

agricultores, a constatação de que haveria reuniões²⁷ e cursos para participarem durante todos os dias da semana e que se atendessem a todos os convites, seriam obrigados a deixarem o trabalho de lado e “viverem de reuniões”. Em que pese um certo exagero, é inquestionável o quanto estes agentes são demandados, nos dias atuais, a desenvolverem um certo sentido de responsabilidade em relação a determinados espaços de participação. Essa constatação enseja alguns questionamentos fundamentais que devem estar na origem dessa discussão sobre esses processos de participação: em que momento e por que a participação passou a ser estimulada? Quem e por que participa? Quais os pressupostos para exercer a participação? Qual o reflexo dessa participação nas tomadas de decisões e no resultado alcançado? Referenciar-se nessas questões como balizadoras da discussão em torno deste tema, significa tomar a noção de participação não como um conceito que se define automaticamente e, dessa forma, passa a carregar consigo uma prática subjacente. Mas extraí-la desse meio que lhe confere um valor de inquestionável positividade e trazê-la para o tribunal da dúvida a fim de problematizar o que, ao longo do tempo, foi sendo tomado como óbvio. Ou seja, assume-se que não há um estatuto normativo que determine o que vem a ser a participação e quais os pressupostos para tal.

Contrariamente às considerações anteriores, o que se percebe na sociedade é a vigência e o fortalecimento de um pressuposto segundo o qual a participação é importante e necessária. Determinados autores vão além ao afirmarem que participar é mais que um direito é um dever de todo cidadão²⁸. Consideram que ao participar, o indivíduo estaria produzindo decisões consensuadas dentro de um determinado coletivo e, por conseguinte, gerando ações de interesse comum. Especialmente nos espaços dirigidos pelo poder público, a participação é associada diretamente à democracia e à constituição de práticas que geram cidadania. Sem descartar estes e muitos outros valores positivos atribuídos à prática da participação e mesmo considerando algumas menções essencialistas que defendem a participação como uma dimensão intrínseca ao ser humano²⁹, cabe perguntar, assumindo que essa noção se insere

²⁷ De fato as reuniões são espaços privilegiados onde se expressa e onde se exerce a participação. As análises de Comerford (1999) se aplicam ao verificado nesta pesquisa quando este autor diz que as reuniões “criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar” (p.47).

²⁸ “Participação não é só um direito, é também um dever, bastando lembrar que não se pode ter uma sociedade democrática na qual a vontade e os interesses de todos sejam considerados, se não houver a participação” (Dallari, 2001, p. 97)

²⁹ “(...) o tema da participação (...) é da própria pessoa humana, como seus atributos naturais e suas necessidades

num processo histórico, desde quando se projetam tais certezas³⁰ e quais os motivadores que fazem com que esta noção esteja tão fortemente assentada nesta sociedade?

A emergência do que está consolidado atualmente ao redor das proposições e práticas convencionalmente chamadas “participativas” ou o expressivo e constante chamado de diferentes organizações à participação, coincide com o processo de liberalização do Estado. Como salienta Navarro (2003, p.110), “foi na década de 1970 que a exigência de participação surgiu com maior presença em processos de mudança social e na implementação de programas e políticas governamentais”. Essa orientação, que se acentuou ao longo da década citada, se estabeleceu com força nos anos mais recentes. Com o objetivo de envolver a sociedade em determinados assuntos até então tratados com exclusividade pelas instituições estatais, se criou uma grande variedade de espaços e mecanismos de participação. Este momento também coincide com a emergência das Organizações Não-Governamentais – ONGs, que vieram unir-se a esse “coro” em prol da participação (muitas destas ONGs, por sua vez, financiadas por organismos internacionais que também já haviam incorporado em seus discursos e em suas normas o requisito da participação).

Encontram-se autores que expressam um acentuado ceticismo em relação a estes processos estatais, ou não-estatais, que vêm na participação uma perspectiva de mudança na estrutura social e de poder. Para estes autores, por trás dessa aparente abnegação estatal, que teoricamente transfere mais poder ao cidadão, está oculto o que propriamente se objetiva com este benevolente discurso em prol de uma sociedade atuante e pretensamente influente. Para Teixeira (2002), que analisa de forma bastante atenta o papel de algumas ONGs na concretização de determinadas ações públicas, ainda que a participação e a descentralização dos programas liberais coincidam com bandeiras levantadas pelos movimentos sociais, “é preciso ressaltar que esta participação tem o significado de transferir a execução dos projetos para a sociedade” (Teixeira, 2002, p. 124). Assim, o chamado à participação pode ser entendido como um chamado à responsabilização. Seguindo neste mesmo raciocínio, Paoli (2002), que analisa o papel de algumas ONGs e especialmente daquelas organizações empresariais que atuam mais próximo do que se poderia denominar de filantropia, conclui que a concepção de “participação de novos atores” em voga atualmente, já esteve, tal como a demanda por cidadania na década de 1980, associada ao campo dos movimentos sociais. O

essenciais (...) sendo essenciais são de todos os seres humanos”. (Dallari, 2001, p. 86)

³⁰ Não se trata de fazer uma busca ao longo da história da humanidade, mas compreender melhor como que este formato atual de participação se originou.

que ocorreu, para esta autora, foi uma mudança de campo e hoje os empresários se ocupam deste espaço gerado para a ação social privada ou não-estatal, de forma a tornar

a participação civil voluntária parte da nova e excludente eficiência produtiva, operando através da seletividade das parcelas da população a serem integradas e do controle de quem é supérfluo a este movimento (Paoli, 2002, p. 390)³¹.

Pode-se dizer que Bresser Pereira é um autor que desenvolveu sua argumentação exatamente no sentido de assumir a necessidade de tal transferência de responsabilidades para as organizações públicas não-estatais, possibilitando, dessa forma, um encolhimento nas atribuições do Estado. Suas formulações foram enriquecidas pela sua experiência como membro do governo federal, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998 e 1999 - 2002), quando assumiu o cargo de Ministro da Administração e atuou no projeto de reforma do Estado que visava, basicamente, delimitar o seu papel (do Estado), reduzindo o seu tamanho. Diante de tal necessidade, passou a defender a realocação de responsabilidades estatais envolvendo outros agentes sociais. Assim, irá declarar que a sua

convicção é de que os serviços sociais e científicos são realizados com mais qualidade e eficiência por organizações públicas não-estatais, que além disso, garantem mais liberdade a seus membros, ao passo que a produção de bens e serviços controlados pelo mercado, que não necessitam de subsídio estatal, são melhor executadas pelo setor privado (Bresser Pereira, 1999, p.91).

Com esta postura, Bresser Pereira se tornou o principal alvo das críticas de muitos teóricos sociais e ativistas políticos. É dizer que as proposições deste autor provocaram (e ainda provocam), controvérsias tanto no campo acadêmico quanto no campo político.

Assumindo uma postura radicalmente crítica em relação a este chamamento à participação, Carrion (1982, p.93) aponta para a evidencia de uma “dominação estatal” que se “compatibilizaria com a delegação de poder do cume para a base e não mais apenas da base para o cume, significando na realidade para o cidadão a autogestão de sua sujeição à lógica do capital”. Ou seja, o Estado “apenas se desfaz de suas prerrogativas na medida em que a racionalidade estatal se apoderou dos administrados, ao ponto de fazê-los realizar

³¹ Outras discussões que seguem nesta mesma linha de problematização e apontam algumas perspectivas de superação desses impasses apresentando diversas experiências coletadas no Brasil e em outros países, podem ser encontradas em Dagnino (2002) e Santos (2002).

voluntariamente o que eles suportavam” (Garnier e Goldschmidt, 1979 *apud* Carrion, 1982, p. 93-94). Portanto, trata-se mais de uma sofisticação na arte de governar, do que a partilha do poder entre aqueles que são chamados à participação. O poder dominante, neste caso, se dissimula e, quanto maior o número de participantes envolvidos, maior será a sua legitimidade. É nesse sentido que o título dessa seção ironiza o termo participativo, um adjetivo que se tornou muito popular em tempos recentes, aliando-o à idéia de dominação que, teoricamente, seria o seu termo antagônico. De uma outra forma, pode-se dizer que

le pouvoir n’est pas une question d’imposition de contraintes sur les individus, mais la ‘création’ d’individus capables d’assumer une liberté régulée. L’autonomie personnelle n’est pas l’antithèse du pouvoir, mais un élément essentiel de son exercice³² (Rose, 1994 *apud* Lautier, 2002, p.161).

Objetivamente, o que está no centro deste debate promovido pelos agentes governamentais e, sobretudo pelas organizações internacionais (BM, PNUD, FAO...) quando propagandeiam e exigem que em seus projetos estejam previstos processos participativos, é a crença no poder de fazerem emergir um novo indivíduo “capable d’initiative, de calcul et de prise de responsabilités; bref, un véritable ‘entrepreneur en lui-même’”³³ (Lautier, 2002, p.161).

Estes posicionamentos carregam uma visão bastante crítica em relação à participação e podem, até mesmo, serem considerados “conspirativos”. Entretanto, ainda que pareçam exageradas, cabe salientar que tais críticas não devem ser, de antemão, descartadas. Isto poderia incorrer no risco de se permitir que um idealismo infantil se assente sobre as análises das ações que carregam o rótulo de participativas. Mesmo assim, considera-se que as fortes críticas desses autores, ainda que bastante qualificadas, se caracterizam por um certo “niilismo de cátedra”. Valem, fundamentalmente, como uma importante repreensão a estes processos que parecem estar acima de qualquer suspeita. Entretanto, ao adotar um posicionamento hiper-estruturalista e generalizado, onde a margem de manobra do indivíduo é praticamente inexistente, tal perspectiva se distancia (mas, não totalmente) das análises contidas neste trabalho.

³² “poder não é uma questão de imposição de contratos sobre os indivíduos, mas a ‘criação’ de indivíduos capazes de assumir uma liberdade regulada. A autonomia pessoal não é a antítese do poder, mas um elemento essencial do seu exercício” (Rose, 1994 *apud* Lautier, 2002, p.161).

³³ “capaz de iniciativa, de cálculo e de tomada de responsabilidade; um verdadeiro ‘empreendedor em si mesmo’” (Lautier, 2002, p.161).

Considera-se que os variados espaços de participação não são homogêneos e muito menos estáticos. Ao contrário, assume-se que são dinâmicos e heterogêneos, se formando e se transformando conforme a configuração do jogo de poder estabelecido. Trata-se menos de um espaço onde vigora uma hierarquia definitiva e muito mais de um espaço de posições cambiantes. A participação se transforma em função dos contextos, dos agentes e ao longo do tempo. A posição de passividade, que costuma predominar dentre aqueles inicialmente incorporados nessa dinâmica de participação, pode se transformar na medida em que os participantes passam a assimilar os códigos acionados nesse processo, ao mesmo tempo em que identificam com maior clareza os aliados e os “inimigos”, possibilitando a projeção de estratégias de resistência e conquista.

Conforme já discutido anteriormente, o contexto em que se efetiva a participação é um elemento importante a ser considerado. Será em consideração a isto, que os agentes assumirão determinados comportamentos em relação ao formato de interlocução a ser estabelecido. Convém salientar que isso não se processa de uma forma calculada, onde o agente, após refletir racionalmente sobre a sua realidade e sobre as possibilidades que o momento lhe apresenta, assume o comportamento mais eficiente e conveniente para a ocasião. Em outras palavras, é na relação estabelecida entre os agentes, tendo por fundamento uma “economia das práticas”³⁴, que as estratégias vão se constituindo. Elimina-se, dessa forma, qualquer confiança em uma ação teleológica e, por isso mesmo, os fins sempre trarão conseqüências imprevisíveis. E é exatamente esta imprevisibilidade que torna ainda mais dinâmico este espaço de participação, considerando-se que os objetivos balisadores idealizados pelos agentes de maior poder poderão vir a ser subvertidos por aqueles que a princípio estavam em condições de “coadjuvantes legitimadores” e, dessa forma, transformar os rumos até então traçados. É nesse sentido que Paoli (2002, p. 413) declara que “apenas pela participação no sentido e escopo dos direitos é que podem ser configuradas novas formas de resistência e de sociabilidade que, em si mesmas, são opostas às vazias idéias de futuro, sem crítica e sem projetos, das variantes mercantis do neoliberalismo”.

Portanto, cabe salientar que, ao se discutir a participação como sendo, em certa medida, funcional aos interesses daqueles que são os seus proponentes e evidenciando os limitantes com relação aos efeitos práticos desta participação, não está se eliminando a consideração de que estes espaços são importantes geradores de disputas, a partir das quais

³⁴ No sentido de que os agentes que estão inseridos numa realidade imediata são impelidos a economizarem tempo e recursos em suas práticas o que os levam a agir conforme a *doxa* na qual estão imersos.

pode emergir um novo indivíduo que constrói e, ao mesmo tempo, se constrói em uma nova realidade. Assim,

em vez de ser tomada como a nova panacéia universal (...) essa participação poderá ser mais bem entendida se examinada não só nas relações internas e na diversidade que a sociedade civil – ainda – tende a esconder, como também nas relações que essa participação mantém com a multiplicidade de dimensões e atores que compõem o cenário onde ela se dá. (...) Evitaremos assim as generalizações apressadas, tanto as positivas como as negativas, no que diz respeito à contribuição da participação da sociedade civil para a construção democrática, um processo que é, diga-se de passagem, sempre desigual no seu ritmo e no seu alcance (Dagnino. 2002, p. 297).

Em relação a esta problematização, interessa acentuar que o Centro Ecológico tem sua dinâmica decisivamente influenciada pelas discussões e decisões referentes a esta nova configuração social fundada no princípio da participação. Especialmente nos dias atuais, quando a disponibilidade de recursos internacionais está bastante restrita e as opções de acesso a recursos governamentais se ampliaram bastante, a inserção do Centro Ecológico nessa lógica participatória, se não ocorre pela via da aceitação de sua pertinência enquanto uma proposta adequada de concretização de seus projetos, ocorre devido à sua pertinência econômica.

Da mesma forma, trazendo esta discussão para o plano da relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais, se verifica a ocorrência de um discurso e de ações fundamentadas no pressuposto da participação. Sejam orientados pela convicção institucional de que devem planejar suas ações prevendo esta dimensão participativa ou impelidos a considerarem tal dimensão devido à uma exigência das agências financiadoras (públicas ou privadas), os efeitos originários desta lógica sobre os agentes são diversos. Em relação a isso, será dedicada uma seção do capítulo 3 na qual serão analisadas algumas evidências empíricas que expõem determinados efeitos produzidos por esta necessidade de construir ações participativas.

1.5 CIRCUNSCRIÇÃO METODOLÓGICA

Eu só queria agradecer a sua presença³⁵, que pra nós é muito importante saber que vem pessoas ai, que vem tentar aprender ou nos ensinar, algumas coisas que a gente também não sabe.

Jorge Machado – Agricultor Ecologista

Do ponto de vista metodológico, o desafio apresentado nesta pesquisa encontra uma resposta satisfatória na proposição de Elias quanto ao papel que deve assumir o cientista na pesquisa social. Diz este autor que o cientista social deve adotar uma posição dialética entre o “distanciamento” e o “engajamento” e, desta forma, construir um contato com o pesquisado que seja coerente com as peculiaridades que fazem as ciências sociais serem distintas das ciências naturais. Este distanciamento, que também é proposto pela sociologia crítica, diz respeito à necessidade de tomar distância do objeto em estudo para, dessa forma, não buscar apenas aquilo que se dá como evidências diretamente apreensíveis. É necessário transpor a barreira do imediatamente oferecido pela “realidade” e buscar nas “entrelinhas”, no não-manifestado ou, mais propriamente, colocar sob a “dúvida radical” tudo o que se apresenta como óbvio e, por isso mesmo, inquestionável, aos que estão envolvidos diretamente. Bourdieu chega mesmo a advogar em favor de uma ruptura epistemológica (ruptura entre o saber nativo e o sociológico), que, como diz, “são muitas vezes rupturas sociais, rupturas com as crenças fundamentais de um grupo e, por vezes com as crenças fundamentais do corpo de profissionais, como o corpo de certezas partilhadas...” (Bourdieu, 1998c p. 38-39). Isto se refere não somente aos indivíduos que estão no centro das atenções do cientista, mas, da mesma forma, deve ser uma preocupação colocar as próprias certezas e pré-noções carregadas pelo cientista em um “tribunal da dúvida”, promovendo assim uma “auto-socioanálise”. Esta exigência já havia sido formulada por Durkheim, quando destacou a necessidade de que o

sociólogo, no momento em que determina o objeto de suas pesquisas ou no decorrer de suas demonstrações, proíba resolutamente a si próprio o emprego de conceitos formados exteriormente à ciência e para fins que nada têm de científico (1985, p. 27).

³⁵ Referência ao pesquisador.

Mas a orientação inovadora de Elias, que, aliada a esta destacada anteriormente, responde aos desafios inerentes à pesquisa social, é a proposição de engajamento no objeto de estudo. Pois como irá destacar este autor,

se para compreender a estrutura de uma molécula não se tem necessidade de saber o que significa se sentir como um de seus átomos, é porém indispensável, para compreender o modo de funcionamento dos grupos humanos, ter acesso também do interior à experiência que os homens têm de seu próprio grupo e dos outros grupos (Elias, 1993 *apud* Corcuff, 2001, p.35).

Esta orientação metodológica rompe com o dualismo que muitas vezes predomina entre os pesquisadores sociais de, por um lado, se arrogarem o poder de objetivar tudo que se passa no grupo social estudado, olhando-o exclusivamente desde o patamar “superior” que lhe confere o status de cientista, e, do outro lado, aqueles que se posicionam no interior do grupo em estudo se “camuflando” entre seus indivíduos e tomando aquilo que sente e observa como eventos definitivos. Relacionar estas duas possibilidades, tomando-as como complementares é um passo significativo na condução de análises que permitam tanto observar a estruturação das relações quanto o de perceber o papel transformador do agente dentro desta estrutura.

A partir dessas orientações iniciais, salienta-se que os métodos e procedimentos que foram utilizados no desenvolvimento dessa pesquisa estão situados no que se denomina genericamente de pesquisa qualitativa e convém, desde já, salientar, juntamente com Becker (1997, p.14), que estas

são de natureza tal que têm menos probabilidade do que suas colegas quantitativas de serem explícitas sobre seus métodos. As situações de pesquisa qualitativa incentivam, poder-se-ia dizer exigem, a improvisação, e muitos pesquisadores qualitativos sentem que suas soluções *ad hoc* para os problemas de campo têm pouco valor fora da situação que evocou.

Portanto, o que será apresentado nessa seção tem sua origem num planejamento prévio, mas que se enriqueceu conforme as possibilidades que a realidade verificada proporcionava.

É nesse sentido que, antes de seguir a discussão aqui proposta, acho salutar chamar a atenção para alguns dos percalços enfrentados nesta etapa de imersão na realidade. O primeiro deles é o mais básico e se trata da limitação do recurso econômico para a efetivação da pesquisa, o que leva, inevitavelmente, a restringir a abrangência do trabalho, especialmente no

que se refere à dimensão do objeto empírico. Outro limitante é a disponibilidade de tempo, o que também leva o pesquisador a fazer uma delimitação bem mais restrita do objeto e não se permitir “seduzir pela tentação” de explorar alguns dos novos caminhos que naturalmente surgem. Estes dois limitantes se unem em um terceiro e mais complexo fator de restrição que é compatibilizar os interesses do pesquisador à disponibilidade e também os interesses dos agentes que compõem o centro da pesquisa. É necessário que o pesquisador se adapte ao cotidiano do pesquisado e isso não se dá sem prejuízos ao que se planejou para o trabalho de campo. Obviamente que a presença do pesquisador também impõe determinados prejuízos ao pesquisado. Nesse sentido, especialmente em relação aos mediadores, que estão imersos em um ritmo muito mais “cadenciado” de trabalho, foi perceptível, em alguns momentos, a inconveniência da presença do pesquisador. Da mesma forma, pelo lado dos agricultores, a eliminação de um grupo de agricultores ecologistas que também compõe a Acert e fazia parte do planejamento inicial dessa pesquisa, se deu em função da visível indisposição em receber o pesquisador nas condições que será relatado na seqüência (a vivência por alguns dias em suas comunidades). Um outro importante aspecto que integra este terceiro limitante é a própria desconfiança dos agentes pesquisados em relação aos propósitos do pesquisador. Em certa medida isso também trouxe limites à pesquisa e a sua superação só se conquistada após determinado período de interação. De maneira geral, estes são alguns dos limitantes que estão intrínsecos a esta pesquisa empírica e que permeiam a descrição relatada a seguir. O que se pretende com estas observações, portanto, é eliminar, ainda que de forma muito superficial, a aparente linearidade que é própria de um relato textual.

Eis, então, o caminho que foi tomado como orientação básica e que pautou a construção da dimensão empírica desta pesquisa.

1.5.1 Métodos e procedimentos de pesquisa

1.5.1.1 O método

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998, p.168) salientam que, “de um modo geral, as entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa”. Concordando com estes autores, optou-se pelo uso do método de coleta de dados baseado no Roteiro de Entrevistas Semi-estruturado que consistiu na elaboração de um roteiro básico que guiou a “conversa” que se estabeleceu no contato com o informante, buscando gerar assim,

um aspecto de informalidade na construção do diálogo sem, ao mesmo tempo, desviar-se dos interesses da pesquisa. Esta técnica se justificou pelo fato de que as informações desejadas neste projeto seguramente não são obtidas a partir de questionários convencionais, uma vez que a trajetória de vida e o relato do cotidiano destes agentes constituem informações básicas e somente se chegou a elas uma vez que se permitiu ao informante e ao pesquisador transitar por diferentes caminhos, inclusive aqueles que a princípio não haviam sido previstos. Ainda assim, vale reafirmar que este roteiro impôs limites a possíveis desvios, de forma que mantivesse a coerência com o problema de pesquisa. Deve-se considerar que a aplicação deste instrumento de pesquisa, objetivando os interesses aqui propostos, foi efetivada diretamente por quem elaborou os pressupostos dessa pesquisa que ora é apresentada, possibilitando, dessa forma, um maior controle das informações coletadas.

Outro instrumento de coleta de informações do qual se lançou mão foi a “Observação Participante”, que consistiu no envolvimento com as atividades dos agentes, de forma a acessar informações que não são disponibilizadas através das entrevistas. Para isso, contou-se apenas com a capacidade perceptiva do observador que buscou relatar em um “caderno de campo” as observações verificadas no cotidiano destes agentes. Nesse sentido, foi de suma importância estar presente nas reuniões, cursos, encontros, eventos sociais e nas saídas a campo dos técnicos, uma vez que foram nesses momentos onde se processaram as relações mais evidentes.

1.5.1.2 Composição da “amostragem”³⁶

Os principais interlocutores dessa pesquisa foram os agricultores ecologistas organizados na Acert e os mediadores sociais vinculados ao Centro Ecológico. Além destes, outros agentes foram incorporados na medida em que se considerou relevante para a pesquisa. Neste sentido, dois agricultores de outra associação e um técnico de outra organização foram entrevistados.

Definir previamente e com exatidão o número de entrevistas que devem ser efetuadas não é uma tarefa prioritária em pesquisa com esta característica, uma vez que, conforme Marre (1991, p.113), este número “não é fixo, mas bastante móvel”. Considerando as

³⁶ Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998, p.162), dentre outros autores que são citados por estes, consideram que o termo “amostra” “*não é adequado* [em pesquisa qualitativa], *uma vez que não se pretende fazer generalizações de tipo estatístico*”. De qualquer forma seguiu-se a convenção, até porque os próprios autores não sugerem um termo mais apropriado.

características dos grupos pesquisados³⁷, projetou-se a ida a campo com a intenção de entrevistar em torno de cinco mediadores sociais, admitindo-se que esta seria uma quantidade suficiente para se construir um perfil característico daquilo que está em jogo por parte dos que atuam no Centro Ecológico. Da mesma forma, dez agricultores ecologistas conformaram um número inicial a ser pesquisado, a partir dos quais julgou-se possível constituir o universo de interesses deste ambiente (onde estão os agricultores). Finalmente, foram realizadas cinco entrevistas com os mediadores sociais e partilhou-se de mais duas entrevistas realizadas por outra pesquisadora cujo objeto de pesquisa se assemelhava a este. Além dessas, se entrevistou um mediador social vinculado a uma outra ONG e que esteve na origem da Rede Ecovida. Do lado dos agricultores, foram realizadas 19 entrevistas referentes a 13 famílias (propriedades). Isto indica que devido a algumas características, como a divisão da mão-de-obra e da propriedade entre as agriculturas ecológica e convencional, papel de liderança diferenciado entre os integrantes das famílias e o nível de envolvimento com as atividades da agricultura ecológica, optou-se por realizar mais de uma entrevista por família. Além disso, importa salientar que das 19 entrevistas realizadas, em nove delas contou-se com a participação conjunta da esposa e do esposo e, em um caso, quatro pessoas adultas (a esposa e o esposo e mais um irmão e uma irmã do esposo) se reuniram em torno do gravador para responder às perguntas. Deste total de entrevistas, duas delas foram realizadas com agricultores organizados em outra associação, a APEMSUL – Associação dos Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul.

Esta quantidade aparentemente aleatória esteve condicionada por dois critérios qualitativos bem definidos e inter-relacionados: a diversificação e a saturação. Segundo Marre (1991, p.112), o critério da diversificação “refere-se à identificação de pessoas que são capazes de analisar, de um modo suficientemente amplo, a totalidade, ou quase totalidade, dos temas, fatos, estratégias, juízos e itinerário do grupo social investigado”. Portanto, buscou-se, com a quantidade de entrevistas realizadas, priorizar a escolha daqueles informantes-chave que ocupam papel destacado no espaço social pesquisado. A identificação desses agentes ocorreu durante o estudo exploratório e seguiu ao longo do período em que a aplicação do roteiro de entrevista esteve em curso.

³⁷ Que constitui um total de nove mediadores sociais vinculados ao Centro Ecológico e um grupo ao redor de 32 agricultores ecologistas organizados na Acert. Desse total, selecionou-se os entrevistados considerando algumas características, como o papel de liderança, técnico de campo ou de escritório, nível de envolvimento com a proposta da agricultura ecológica, entre outros aspectos circunstanciais, como, por exemplo, uma entrevista realizada com um filho de agricultores ecologistas que fazia faculdade em outro município e na ocasião estava visitando sua família.

Já o critério fundamentado na saturação toma como principal referência os elementos “constitutivos da dinâmica desse mesmo campo investigado” (Marre 1991, p.112), que são fundamentais na análise a ser realizada e a partir dos quais se determinou o ponto no qual as informações foram esgotadas e não se justificaram novas entrevistas.

Além desses critérios convém salientar que, dada as características próprias de um curso de mestrado, influíram no tamanho da amostra os limites de tempo para a conclusão do trabalho de campo e a limitação estrutural (sobretudo o custo da pesquisa).

1.5.1.3. Procedimentos da pesquisa

Primeiramente, foi realizado um estudo exploratório que apontou as características gerais (da região, dos agentes e organizações envolvidas) que deveriam ser consideradas nesta pesquisa. Este estudo consistiu em uma visita ao local foco da pesquisa e em um primeiro contato com alguns dos agentes citados. Em seguida, e a partir deste contato inicial, se discutiu os interesses dessa pesquisa com alguns dos mediadores do Centro Ecológico e com alguns agricultores ecologistas. Valendo-se especialmente do exercício da observação, apreendeu-se a dinâmica na qual cada um destes agentes está imerso em seu cotidiano. Foi nesta fase que se identificaram os agentes consolidados como as principais referências em seu meio e que poderiam contribuir como informantes para esta investigação. Tomando alguns questionamentos bem gerais, inseridos nas conversas informais com diversos agentes, o roteiro de entrevista foi sendo delimitado de forma mais precisa. Ainda assim, deve-se ressaltar que o roteiro foi objeto de constantes ajustes ao longo de sua aplicação. Aproveitou-se esta etapa para coletar os primeiros materiais (publicações, relatórios, cartilhas...), que vieram a se constituir nos dados secundários desta pesquisa, ao mesmo tempo em que também contribuíram para o enriquecimento do roteiro de entrevista.

Superada esta fase, passou-se à fase seguinte que consistiu na realização do pré-teste do roteiro de entrevista propriamente dito. Esta etapa resumiu-se em realizar uma aplicação do roteiro de entrevista, da forma mais minuciosa possível, a um representante de cada segmento a ser investigado, buscando-se, assim, identificar tudo que estava em excesso ou ausente, formas de questionamento impertinentes ou dúbias, tempo suficiente para a sua aplicação etc. Enfim, o objetivo neste caso foi promover o máximo de ajustes necessários, de maneira tal que se evitassem possíveis contratemplos durante a fase “definitiva” de coleta de informações.

Já na fase de coleta dos dados, adotou-se o procedimento que se considerou o mais adequado: a convivência, por um determinado período, junto aos agentes em questão. Para isso, se efetivou uma negociação prévia diretamente com os agricultores de maneira que eles avaliassem em seus grupos tal solicitação (a acolhida do pesquisador em suas casas por um determinado período) e identificassem a melhor forma de atendê-la. O período necessário para esta etapa, excluindo o processo de negociação e outras tarefas, foi de 15 dias convivendo diariamente com os agricultores em suas próprias casas. A opção por este formato permitiu vivenciar na prática o trabalho técnico-produtivo desenvolvido cotidianamente por estes agricultores, aproveitando-se, assim, daqueles momentos julgados mais pertinentes para se realizar as entrevistas planejadas. Dos dois grupos da Acert pesquisados, vivenciou-se, da forma acima descrita, a realidade de nove famílias e, a partir destas, realizou-se a aplicação exclusiva do roteiro de entrevistas a outras duas famílias da Acert e a outras duas da Apemsul. Cabe mencionar que o tempo de vivência nestes grupos coincidiu com dois períodos compreendidos entre o término da feira em Porto Alegre num determinado sábado e o sábado seguinte quando estes agricultores voltaram à feira para comercializar seus produtos, culminando com a participação na atividade de comércio nesta feira. Dessa forma, foi possível vivenciar toda a dinâmica na qual está inserida o agricultor ecologista, obviamente que desde a posição segura de um pesquisador que não depende de tais atividades³⁸.

Em outras ocasiões, foram realizadas uma visita de três dias ao Centro Ecológico do Litoral Norte e duas visitas, também de três dias cada uma, ao Centro Ecológico da Serra. Ao longo de todo o período, a partir do momento em que se delimitou (ou em processo de delimitação) o tema da pesquisa e sua dimensão empírica, participou-se de: duas Assembléias da Acert, uma ocorrida na sede do Centro Ecológico e outra em uma igreja em uma das comunidades onde mora parte dos agricultores pesquisados; um encontro ampliado da Rede Ecovida; um curso de abelhas nativas realizado na sede do Centro Ecológico da Serra para os agricultores daquela região; dois módulos sobre comunicação, que integram um curso de formação de lideranças promovido pelo Centro Ecológico na região da Serra também para os agricultores ali residentes; uma festa tradicionalmente realizada em uma comunidade contígua àquela onde estavam os agricultores pesquisados, conhecida com “Festa do Produto”; uma reunião do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores de Morrinhos do Sul, na qual participavam alguns agricultores ecologistas; e, por fim, três saídas a campo acompanhando

³⁸ Esta opção também se mostrou interessante no sentido literal de “pegar uma carona” em seus ônibus, otimizando o tempo e a facilidade para se chegar até as comunidades que não estão no itinerário comum dos ônibus de linha.

os técnicos do Centro Ecológico. Além dessas atividades, o autor auxiliou estes agricultores, por várias ocasiões, na venda de seus produtos na feira da Coolméia realizada aos sábados em Porto Alegre, consistindo numa importante convivência para apreender como a dinâmica desta prática na qual está envolvido o agricultor ecologista.

Deve-se observar que esta convivência junto aos agricultores foi percebida por eles como um “estágio”, em seu sentido estrito, e o pesquisador foi, por isso, identificado, em muitos momentos, como um estudante “estagiário” que estava ali interessado em conhecer a realidade da agricultura ecológica. Isto se deve também, ao fato de que a presença de estagiários em suas comunidades ocorre com uma certa frequência. Aliás, havia uma família que tinha tanto gosto em receber estes estagiários que, dentre as vantagens de se praticar a agricultura ecológica, faziam questão de elencar tal aspecto, enquanto expunham inúmeras fotos daqueles com os quais conviveram por algum período. Inclusive tinham o plano de, após mudarem para a nova casa que estavam construindo, deixarem a antiga disponível para acolher os estagiários que por ali passassem:

[... nós éramos acostumado a receber visita de estagiário e daí se pega aquela amizade com o estagiário...] Pega amizade com estagiário porque eles aprende um pouco com nós aqui também, espera que eles venham visitar a gente aqui, os que fizeram estágio aqui, e sempre aparece, é bom, eu acho bom. Também tem as viagens que a gente fez aquela vez, pra São Paulo, com os estagiários... (E15 – AE, entre colchetes está a fala da esposa).

Finalmente deve-se apontar que, para não haver interferência na dinâmica estabelecida no transcurso das entrevistas, considerou-se adequado a utilização do gravador como forma de não se perder nenhuma informação que aparentemente fosse desinteressante, mas que poderia, em uma análise posterior, consistir em grande significância; e, obviamente, para driblar a própria limitação física do anotador manual. Atenta-se, no entanto, para o fato de que a adoção dessa opção somente se efetivou uma vez que este procedimento fosse aceito por aquele que seria entrevistado. Com efeito, não ocorreu nenhuma recusa neste sentido. Em relação às informações coletadas através da observação participante, estas foram anotadas em um caderno de campo.

1.5.1.4 Análise das informações coletadas

Naturalmente, pré-análises das informações coletadas, a partir das entrevistas e das observações, foram realizadas ainda durante o processo de trabalho de campo, mesmo que de forma pouco sistematizada e absolutamente preliminar. Considera-se que esta pré-análise integra a dinâmica que é estabelecida na construção e reconstrução do roteiro de entrevista ao longo de sua aplicação. Na medida em que transcorria o desenvolvimento da pesquisa empírica ia se efetivando a organização e sistematização dos dados coletados que eram reservados para uma posterior análise de uma forma mais criteriosa. Buscou-se, neste momento, identificar os temas e suas relações, separar e organizar o material coletado e seguir com a interpretação preliminar que teve início já na pesquisa exploratória.

Ao se analisar as informações coletadas, buscou-se interligar as dimensões individuais às dimensões coletivas, de forma a explicitar o que, no discurso individual destes agentes, traz impregnada uma concepção construída no e pelo coletivo.

Portanto, foi a partir de um exercício crítico de análise dos dados coletados que se colocou em evidência aquilo que, em uma visão *a priori*, permaneceria intocado. Isto devido a se considerar que aquilo que está dito é uma construção individual e ao mesmo tempo é uma construção influenciada pelo coletivo e determinada pelas relações de poder existentes onde o agente está inserido. Nesse sentido, é importante constatar que o poder das palavras não está na palavra propriamente dita, mas está exatamente no poder conferido àquele que a profere. Ou seja, “o poder das palavras é apenas o poder delegado” (Bourdieu, 1998c, p.86).

Assim, a partir das principais categorias de análise utilizadas nessa pesquisa, (nomeadamente, poder, identidade, capital, participação, trajetória social e mediação), buscou-se, nas entrevistas, nas observações descritas e nos documentos secundários, informações que se referiam a cada uma dessas categorias. Isto permitiu que se construísse uma visão panorâmica das informações que conformavam o quadro empírico estudado. A partir daí, e sempre “iluminada” pela teoria, se procedeu às análises das informações coletadas.

Diante do exposto até aqui e finalizando esta seção, deve-se ressaltar que as possíveis perguntas que este estudo se propôs a elucidar, obviamente não esgotam o tema de pesquisa. Muito antes pelo contrario, como bem destaca Augè (1994: 21), citando Dumont [sd]: “são novos objetos de pesquisa que a pesquisa faz surgir quando é concluída”. Dessa forma, não serão apenas as respostas aos problemas propostos que são esperadas com esta pesquisa, mas

também os novos problemas que esta trará à tona. Enfim, os frutos desta pesquisa e o caminho que trilhou até a sua conclusão é que demonstrarão, de forma objetiva, a confiabilidade e validade de suas informações e análises. Aliás, como afirma Moraes (2001: 247), “é somente ao atingir-se o ponto final do trabalho [que] se consegue compreender melhor o ponto de interrogação inicial”.

2 AS FACES E INTERFACES DE UMA REALIDADE

2.1 ONGS: A DESFIGURAÇÃO CONFIGURADA

As Organizações Não-Governamentais, convencionalmente referidas como ONGs, assumiram uma posição de reconhecido destaque no cenário mundial nas últimas duas décadas, chegando mesmo a serem consideradas um “fenômeno” da atualidade (Ferreira, 2001 p.58). No que diz respeito a determinados temas, elas já se constituem em uma importante força com poder para estabelecer disputas em torno das suas orientações mais prioritárias. O campo ambiental é um exemplo emblemático neste sentido. Integrando o movimento ambientalista, as ONGs vêm desenvolvendo suas ações neste campo de uma forma bastante significativa, uma vez que são as principais organizações a exporem para a sociedade as questões inerentes a esta temática. Neste sentido, se faz necessário compreender melhor o papel que cumpriram e vem cumprindo as ONGs na dinâmica sociocultural das populações com as quais desenvolvem seus trabalhos, tanto num contexto micro quanto macro regionais. A partir dessa discussão, se adentrará, de forma mais específica, na caracterização do Centro Ecológico, uma ONG do Rio Grande do Sul que atua prioritariamente com o desenvolvimento da agricultura ecológica nas regiões da Serra e do Litoral Norte e que compõe o substrato empírico dessa dissertação, juntamente com os agricultores ecologistas organizados na Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres – ACERT.

2.1.1 O processo histórico de emergência das ONGs

O que atualmente é identificado como ONG passou por um processo histórico de conformação aos diferentes contextos nos quais se produziu este tipo de organização, chegando, nos dias atuais, a uma constituição ausente de um estatuto normativo definido. Ou seja, ainda que determinados autores, como se verá mais adiante, buscam delimitar as características “inerentes” a uma ONG, o que se verifica é a insuficiência dessa delimitação. O termo ONG, portanto, não pode ser tomado como a indicação de um formato de

organização limitada por fronteiras bem definidas, trata-se mais de um termo em disputa, que é utilizado e reivindicado por vários tipos de organizações que são bastante díspares em suas características³⁹.

Vale dizer, porém, que o termo ONG tem sua origem localizada nos países desenvolvidos e foi cunhado primeiramente “pela ONU em 1946 que o definiu como toda organização não estabelecida por acordo intergovernamental” (Teixeira, 2002, p.106). Em sua origem, tratava-se fundamentalmente de organizações do primeiro mundo que financiavam projetos temáticos voltados para comunidades empobrecidas, especialmente do terceiro mundo. Estas organizações buscavam grupos intermediários para desenvolver estes projetos nos países assistidos e foi a partir destas que se popularizou a denominação: Organização Não Governamental⁴⁰.

No Brasil, foi somente a partir da década de 1970 “que começaram a surgir tais organizações, nem empresariais, nem governamentais” (Oliveira, 2002, p. 51). Contudo, admite-se que foi na década de 1980, conforme Landim (2002, p. 20), que esta denominação ganhou corpo na América Latina e passou a ocupar destaque dentre outras formas de organização social. A Rio – 92⁴¹ (ou Eco – 92) é considerada uma referência importante, pois se constituiu em um espaço de convergência para as ONGs e, foi a partir da qual, se tornaram publicamente (re)conhecidas. Assim, gradualmente este termo foi se incorporando ao senso comum e passou a ser referido nos mais diversos espaços sociais, pelos mais diferentes agentes sociais, como um termo que já não carecia de estar acompanhado de sua definição, considerando-se estar subentendido o seu significado. Esta situação fez com que, em determinado momento, tantos os operadores sociais quanto teóricos sociais se dessem conta de que ao se falar em ONG esse termo já não designava a homogeneidade pressuposta em sua enunciação. Nesse momento, então, a dúvida inevitável se abatia sobre os setores que mais diretamente discutem esse tema, nomeadamente, acadêmico, estatal e as próprias ONGs: “o que são ONGs?” (Landim, 2002; Oliveira, 2002). Longe de estar respondida esta questão, que provavelmente nunca terá uma resposta normativa consensual, ela vem se complexificando cada vez mais, dadas as inúmeras mudanças que se verificam na sociedade atual (globalização, nova configuração do trabalho, limitação econômica das ONGs, relações com os governos...).

³⁹ Para se ter uma idéia dessa disparidade, em uma entrevista Anthony Giddens definiu a Al Qaeda como uma “ONG maligna”. (Giddens, 2004, p.56).

⁴⁰ Para uma classificação mais detalhada, especialmente voltada para o caso latino americano, ver Scherer-Warren (1998), Haddad (2002) e Sorrentino (2001)

⁴¹ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992.

Ainda que não seja objetivo da discussão aqui apresentada entrar nos meandros deste debate, julga-se conveniente apresentar, da forma mais objetiva possível, os esforços que diferentes autores têm despendido para apontar algumas definições referentes a este tema. Tais definições são trazidas para este texto no sentido de ilustrar este debate acadêmico sobre as ONGs e não se objetiva aderir ou problematizar alguma definição em particular. A posição que parece mais adequada para a análise aqui realizada é aquela de caráter mais relacional apresentada no final dessa seção.

Inicialmente, vale considerar que há uma certa confusão com relação à utilização de termos como “sociedade civil”, “terceiro setor” e “ONG”. Como salienta Dagnino (2002, p. 291), há uma “crescente identificação entre ‘sociedade civil’ e ONGs, onde o resultado da expressão ‘sociedade civil’ se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não em mero sinônimo de ‘Terceiro Setor’”. Em determinados discursos, especialmente no campo político, tais definições aparecem muitas vezes de forma intercambiáveis. Para uma breve apresentação, pode-se dizer que “sociedade civil”, de maneira geral, diz respeito à sociedade que não integra o Estado. Ou, uma forma mais precisa e analítica, pode ser considerada “como um complexo campo de lutas ideológicas em que classes, grupos de interesses e indivíduos isoladamente buscam alcançar hegemonia, reformar o estado e influenciar suas políticas” (Bresser Pereira, 1999, p.100). Já o “terceiro setor”, que, igualmente à “ONG”, é uma noção em franca disputa, se refere aproximadamente, segundo Bresser Pereira (1999, p.102). “às organizações públicas não-estatais e às organizações corporativas” e faz alusão a outros dois setores que vigoram na sociedade: o Estado e o mercado. Ou seja, o que está fora destes dois setores e se apresenta minimamente organizado reúne-se sob a denominação de “terceiro setor”. Portanto, seguindo tais definições pode-se concluir, desde um ponto de vista de sua abrangência, que, hierarquicamente, ONGs formam parte do terceiro setor, que por sua vez integra a sociedade civil.

Em que pese a constatação de que a palavra ONG seja utilizada de uma forma bastante imprecisa e diversificada, “o que permite incluir associações de natureza e fins muito diversos, desde que identificados como sendo não governamentais e sem fins lucrativos” (Scherer-Warren, 1998, p.161), verifica-se que para alguns autores que adotam uma discussão mais normativa, ela designa uma série de características próprias que as diferenciam de outros tipos de organizações. Uma primeira característica bastante geral é a de se tratar de uma organização formal que se orienta por determinados aspectos negativos da sociedade e onde o

Estado tenha uma atuação precária. Referenciando-se em diferentes autores, Landim (2002)⁴² apresenta o que se pode considerar uma evolução ao longo do tempo daquilo que foi se construindo socialmente como definições de ONG. Em meados da década de 1980, as ONGs eram identificadas como

alternativas às práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerdas”, estando “a serviço de determinados movimentos sociais ou grupos dominados (...) dentro de perspectivas de transformação social (Landim 2002, p. 17-18).

Já na década de 1990, segundo esta autora, esta definição foi qualificada, incorporando as noções de “democracia”, “participação” e “esfera pública”. Assim, pôde-se definir ONGs como “canais de participação das classes médias na esfera pública, exercendo funções de tradução e rearticulação dos interesses e demandas populares nas arenas institucionais de confronto e negociações sociais” (Landim 2002, p. 18).

Mas talvez a delimitação de caráter mais geral, formulada para expressar o sentido do que vem a ser uma ONG, seja a apresentada por Oliveira (1997 *apud* Landim, 2002, p. 18), ao destacar que estas

surgem como um dado novo na nova complexidade da sociedade (...) São um ‘lugar’ de onde fala a nova experiência, de onde não podia falar o Estado, de onde não podia falar a Academia, de onde só podia falar (...) uma experiência militante.

Passando de definições tão concisas e genéricas quanto as aqui apresentadas, para uma definição um pouco mais detalhada, temos que para Scherer-Warren (1998), ONGs são

organizações formais, privadas, porém com fins público, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediação de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global) (Scherer-Warren, 1998, p.165).

⁴² Para construir esta análise Landim (2002) se referencia, respectivamente, em Fernandes (1985), Landim (1988) e Oliveira Neto (1992).

Convém salientar que estas definições buscam enquadrar uma grande variedade de ONGs que apresentam significativas diferenças em relação à sua estrutura de organização, à sua temática prioritária de atuação e também com relação à dimensão que assumem. Neste sentido é ilustrativo observar alguns dos dados gerados por Princen e Finger (1996, *apud* Ferreira, 2001, p. 70) para se ter uma noção do que as ONGs vêm representando no mundo. Na América Latina e no Caribe, por exemplo, haveria cerca de seis mil ONGs envolvidas com temas relacionados ao desenvolvimento. Em relação à dimensão que uma ONG pode adquirir, os autores citam, dentre outras, a World Wildlife Foud (WWF) que, segundo eles, dispõe de um orçamento anual de 293 milhões de dólares e conta com 4,7 milhões de filiados espalhados por todo o mundo. Com estes exemplos, se pode constatar a ampla variedade (em todos os sentidos) de organizações que estão reunidas sob este grande “guarda-chuva” que veio a se consolidar com o título de ONG⁴³.

Diante dessas considerações, é fundamental ressaltar, juntamente com Landim (2002, p.18), que “o reconhecimento e visibilidade social desse nome (ONG) não se deu da noite para o dia, mas foi construído (...) com base num investimento realizado por um conjunto específico de agentes e entidades...” e, ainda que seja um “termo forjado em canais internacionalizados”, trata-se de “importação que se adapta e (re)traduz em virtude de relações e dinâmicas sociais internas a diferentes sociedades.”. É nesse processo de consolidação e configuração que as ONGs foram estabelecendo algumas interfaces preferenciais. Segundo Teixeira (2002, p. 106), três setores se destacam nesse sentido: as “agências de financiamento internacional, o relacionamento com movimentos sociais a que estão de alguma forma vinculadas ou com os setores sociais com os quais se relacionam e as relações com o Estado”. É em meio a este arco de alianças e disputas que suas ações são estruturadas. Da mesma forma, pode-se dizer que ao longo do tempo e em função das relações estabelecidas, verifica-se que na mesma medida em que foi se desfigurando aquela imagem construída no passado foi se configurando uma imagem atualizada que passou a assumir a feição da realidade atual (que está em constante construção).

Assim, retomando a discussão inicial deste tema e fazendo um cruzamento com a discussão realizada sobre identidade (capítulo 1), conclui-se que a definição de ONG – em que pese o esforço de certos autores em lhe atribuir um estatuto normativo – é também motivo

⁴³ É prudente salientar que a própria nebulosidade que envolve a definição de ONG faz com que os dados que são obtidos a partir de diversos critérios e que orientam muitas pesquisas a este respeito sejam muitas vezes contraditórios e díspares. Teixeira (2002, p. 105), por exemplo, cita um artigo publicado no Jornal *O Estado de São Paulo* (30/07/2000) com o sugestivo título “ONGs, sem controle, ganham poder no País”, em que trazia uma impressionante estimativa da existência de 500 mil ONGs apenas no Brasil.

de disputas entre os diferentes agentes diretamente envolvidos neste âmbito no qual se encontram as ONGs e outros agentes e organizações com as quais estabelecem interfaces. É exatamente neste processo de disputas e alianças que se tem construído as delimitações das fronteiras deste termo e, por conseguinte, a determinação de quem está dentro e quem está fora⁴⁴. Ou seja, a posição aqui adotada, que se distancia dos autores acima apontados, não busca a filiação a uma definição substancialista de ONG, assumindo a existência de uma organização ideal que venha a incorporar todas as referências necessárias para assumir a denominação legítima de ONG. Apoiar-se em uma análise relacional para dar conta do que vem se construindo em torno deste tema é um passo novamente recomendado. Nesse sentido, trata-se mais propriamente, de “organizações que criam identidade e são identificadas enquanto tal, através do tempo e em diferentes situações, em relação com outras organizações das quais se distinguem, se diferenciam, de acordo com a dinâmica dos acontecimentos em que estão envolvidas” (Landim, 2002, p.22).

2.1.2 Algumas controvérsias a respeito da atuação das ONGs

Ainda que muitos teóricos sociais envolvidos com o tema dos movimentos sociais e outras formas de ação coletiva identifiquem as ONGs como atores privilegiados na cena política mundial, existe na atualidade uma série de controvérsias em relação ao papel que vem cumprindo estes agentes coletivos. Tais controvérsias se intensificaram na mesma medida em que os contextos nacional e internacional foram se transformando e impondo, dessa forma, uma série de reformulações nos objetivos e no próprio perfil destas organizações. Pode-se considerar que estas transformações ainda não estão sedimentadas e por isso os “seus contornos, tendências e perspectivas ainda são pouco conhecidas” (Haddad, 2002, p. 11).

Dentro deste campo de discussão, a principal diz respeito ao papel das ONGs como uma espécie de organização que substituiria as responsabilidades estatais, levando, com frequência, à acusação de darem suporte ao discurso neoliberal⁴⁵. Esta acusação parece contradizer o discurso corrente, que situa estas organizações como uma força social que

⁴⁴ Nesse sentido, em 1991 algumas ONGs fundaram a ABONG – Associação Brasileira de ONGs – que se outorga as características originais dessa denominação configurando “sua identidade de forma conflituosa, através do embate entre as organizações que a compõem e principalmente das tentativas de diferenciação e aproximação com outras formas de organizações que estão fora dela” Teixeira (2002, p. 106). Atualmente a ABONG conta com aproximadamente 250 entidade afiliadas.

⁴⁵ Para uma discussão mais detalhada a esse respeito veja, por exemplo, Teixeira (2002) e Paoli (2002) por um lado (uma perspectiva que se poderia denominar de “crítico – analítica”), e Bresser Pereira (1999), por outro (“normativo – analítico”).

historicamente esteve ao lado daqueles que criticam este modelo político-econômico⁴⁶. Esta crítica, no entanto, apresenta como evidência o fato de que grande parte destas organizações concentram sua atuação exatamente onde o poder estatal, paradoxalmente, é mais exigido e mais frágil, ou seja, na área sócio-ambiental. Devido a algumas experiências positivas em certas áreas, “o discurso neoliberal foi reforçado, atestando que o Estado, não só pode como deve se desresponsabilizar dessas atividades” (Teixeira, 2002, p. 124). Graças às suas particularidades, as ONGs possuiriam uma grande capacidade de gerar respostas às demandas sociais, com maior agilidade e eficiência, otimizando, assim, o uso dos recursos à sua disposição. Mas, por outro lado, Paoli (2002, p.384) considera que o determinante no argumento para tal transferência de responsabilidade não está no fato de que “as ONGs podem pensar bem os serviços sociais, mas o de que ‘as ONGs sabem gastar bem’ e por isso executarão melhor estes serviços”.

Devido ao fato de boa parte dos financiamentos das ações de muitas ONGs proverem de agências internacionais, o que ocorre mais freqüentemente é que estas acabam se constituindo em fonte de recursos que contribuem para uma maior dinamização econômica do local. Porém, é oportuno afirmar que a atuação destas ONGs está longe de atender às demandas e solucionar os problemas sociais que se impõe aos diversos cenários que compõe um país como o Brasil. As necessidades de um país “que apresenta índices acentuados de desigualdade social” (Teixeira, 2002, p. 139) não estão definitivamente previstas nas ações compensatórias levadas a cabo pelas ONGs, mas em políticas públicas com fundamentos universais.

Inevitavelmente, estas críticas conduzem à constatação de que as ONGs, em grande medida, se transformaram em um elemento funcional ao sistema político-econômico. Essas controvérsias se inserem na mesma discussão travada anteriormente ao redor da idéia de participação. São termos que foram sendo adaptados e se tornando úteis à lógica do modelo neoliberal. Sintomático nesse sentido foi a aprovação, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, da Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, nº 9.790 de 23 de março de 1999. Essa lei tinha por objetivo qualificar “as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e disciplinar as parcerias com recursos públicos” (Bocayuva, 1999 *apud* Teixeira, 2002 p.108). Por outro lado, esta lei se inseria no bojo das mudanças que estavam em curso em tal governo e era mais um passo na regulamentação da desobrigação do Estado para com os direitos sociais universais. Em que pese tal constatação, essa lei também

⁴⁶ Especialmente aquelas que comungam do perfil das ONGs organizadas na ABONG, que são

interessava às ONGs, pois era uma maneira de se excluir aquelas organizações que apenas aproveitavam das vantagens decorrentes da ostentação do rótulo de “sem fins lucrativos”.

Essa “*complementaridade instrumental* entre os propósitos do Estado e da sociedade civil” conforme Dagnino (2002, p.288), converge para um campo que, para esta autora, está marcado por uma “*confluência perversa*”. Ou seja, o projeto participatório, que tem lastros nos movimentos por cidadania e democracia originados na década de 1980, se alia, tacitamente e paradoxalmente, “com o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos”. Essa aliança ocorre na medida em que “*ambos projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva*”, mesmo com objetivos opostos e, até antagônicos. Conforme já apontado anteriormente, as ONGs se inserem nesse perverso panorama de uma forma privilegiada.

Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores “confiáveis” entre os vários possíveis interlocutores na sociedade civil, elas são frequentemente vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil Dagnino (2002, p.288).

Dentro do debate sobre democracia e participação, as ONGs se transformaram em ícones. Elas se definem como organizações democráticas e participativas e estão unidas a outros grupos da sociedade que fazem coro nesta luta por introduzir ações com estas exigências, tanto nas políticas estatais quanto na sociedade como um todo. É justo afirmar, nesse sentido, que os profissionais que integram a estrutura destas organizações são, em sua maior parte, de perfil ideológico característico do que genericamente se classifica como de esquerda⁴⁷. Ainda que, com a proliferação destas organizações e com as transformações políticas verificadas atualmente, esta característica vem deixando de ser tão expressiva.

Outra “acusação” que não raras vezes é feita contra as ONGs é a de serem, em muitos casos, dependentes de verba governamental e, em casos extremos, quase que um apêndice de determinados governos⁴⁸. É evidente que, ao se nutrirem de recursos do Estado, as ONGs acabam se submetendo, ainda que parcialmente, aos interesses estatais e enfraquecem

reconhecidamente contestatárias do sistema. Vide Hadad (2002).

⁴⁷ Novamente, pensa-se aqui no caso daquelas ONGs com perfil característico das que estão organizadas na ABONG. O Centro Ecológico é uma ONG com este perfil, apesar de não estar associada à ABONG. Pode-se dizer que são as mais antigas e que ainda mantém um compromisso político com as populações menos favorecidas.

⁴⁸ Foi nesse sentido que o presidente Fernando Henrique Cardoso gerou polêmica ao afirmar que certas ONGs

exatamente um dos aspectos que define a sua natureza: o fato de serem não governamentais. Em 1993, uma pesquisa realizada com algumas ONGs filiadas à ABONG apontou que apenas 3,2% declararam receber financiamento do governo brasileiro. Ao passo que em outra pesquisa, realizada em 1997, metade das filiadas declararam receber esse tipo de recurso⁴⁹. As conseqüências desse fato se traduzem, sobretudo, no risco da burocratização de suas ações, na atenção aos interesses dos governos em detrimento das prioridades originalmente diagnosticadas pelas organizações e, com maior relevância, a submissão aos condicionantes impostos pelos governos juntamente com os recursos, o que restringe a liberdade de ação e, conseqüentemente, a própria criatividade, que é um aspecto característico de grande parte das ONGs.

O que se verifica é que a relação das ONGs com o Estado ganha maior dimensão e assume feições distintas onde os governos apresentam características ideológicas de esquerda. Mas, esta afirmação pode ser contestada na medida em que se constatam a vigência de projetos políticos como o que foi sustentado pelo governo Fernando Henrique Cardoso que atribuiu papel privilegiado às ONGs⁵⁰. Porém, essa ressalva não invalida a constatação anterior. Nota-se que a relação com os governos de esquerda são mais “intensas” e seletivas. Isto ocorre porque os operadores das políticas públicas desses governos são, em um número considerável, originários do corpo de profissionais destas próprias organizações, além do que, esses partidos de esquerda mantêm historicamente uma aliança com diversas dessas ONGs⁵¹. Constitui, assim, um tipo de configuração na qual o Estado parece estar permeado pelas ONGs, ou, no mínimo, mais sensível às demandas dessas. Caso emblemático, nesse sentido, foi o que se verificou em relação à Emater do Rio Grande do Sul durante o governo da Frente Popular (Governador Olívio Dutra 1999 – 2002). Para a presidência dessa instituição foi nomeado um profissional proveniente do CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares –, uma ONG do RS que apresenta características muito próximas às do Centro Ecológico⁵². Por conseqüência da mudança no perfil de sua direção, a Emater, durante esse período, assumiu a Agroecologia como prioridade institucional (vide Anexo E), valendo-se, especialmente, das experiências e da qualificação técnica acumuladas nessa área pelas

eram “neogovernamentais” “indicando com isso que elas eram parte do governo” (Teixeira, 2002, p. 108).

⁴⁹ Dados citados por Teixeira (2002, p.108) a partir de pesquisas realizadas por Landim e Cotrim (1996) e Abong (1998) respectivamente.

⁵⁰ Remeto o leitor ao texto já citado e comentado de Bresser Pereira (1999).

⁵¹ Essas alianças quase nunca são declaradas, mas perfeitamente notadas, como é o caso do próprio Centro Ecológico.

⁵² Alias, estas duas ONGs e mais uma terceira, o CAPA – Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores – formam um consórcio de ONGs que atuam conjuntamente no desenvolvimento da agricultura ecológica em diferentes

ONGs. Muitos outros exemplos podem ser mencionados, inclusive e, sobretudo, em relação ao atual governo federal, para o qual migraram muitos técnicos de ONGs.

O fato de esses governos serem integrados por tais agentes se constitui num relevante diferencial. O compromisso ético-político que vincula estes agentes estatais a estas organizações, aliado a projetos políticos com características distintas, impede uma relação de caráter puramente instrumental como já referido, no qual se esvazia o Estado, lançando uma carga de responsabilidades para a sociedade civil. Caso modelar desse compromisso é o que se verifica em relação à Ministra do Meio Ambiente do governo Lula, a Senadora Marina Silva. Com uma imagem densamente marcada por simbolismos, se tornou um ícone da causa ambiental e referência insuspeita das ONGs. Mesmo porque, é nesse ministério onde seguramente se encontra o maior número de funcionários provenientes de tais organizações. Nesse mesmo sentido, Teixeira (2002, p.126-127) chama a atenção para a “existência de teias de comunicação interpessoais e interorganizacionais que envolvem não apenas pessoas que se encontram em organizações da sociedade civil como também pessoas que estão em governos”. Assim, “há que se admitir a possibilidade de que pelo menos parte dos projetos democratizantes originados na sociedade civil tenha efetivamente passado a orientar a ação dos ocupantes do Estado uma vez adequados ao seu novo lugar” (Dagnino, 2002, p. 282).

Diante da variabilidade com que se processa a relação das ONGs com o Estado, Teixeira (2002) propôs uma tipologia que tenta dar conta dessa variação. Essa relação segundo essa autora, se expressaria em três formatos:

- a) *Encontro*⁵³ *pressão*: onde não há laços formais entre a ONG e o Estado o que acaba por preservar a possibilidade de uma intervenção crítica que pode ir de uma oposição declarada a uma pressão propositiva ou um acompanhamento mais próximos das ações do Estado por parte das ONGs . Nesse formato de relação é o Estado que conduz a política ou o projeto.
- b) *Encontro prestação de serviço*: é nesse formato que se encontra aquelas ONGs que atuam como prestadoras de serviço, garimpando verbas a partir de projetos sugeridos pelos governos. Neste caso as relações são “distantes e permeada por cobranças e avaliações”. É uma relação “quase mercantil” e é onde a ONG mais sofre um processo de desfiguração.

regiões do Rio Grande do Sul.

⁵³ A expressão “encontro” é aqui utilizado por esta autora “de uma forma fluida, procurando dar conta das relações (de vários tipos) entre a sociedade civil e o Estado” (Teixeira, 2002, p.110)

- c) *Encontro participativo*: neste caso o projeto é elaborado e implementado conjuntamente pelas ONGs e o Estado envolvendo um contrato formalizado, divisão de responsabilidades e espaços para críticas mútuas.

Se há controvérsias com respeito à relação variável estabelecida entre as ONGs e o Estado, da mesma forma, se observam ONGs estabelecendo relações diretas com empresas privadas, o que não é menos controverso. Determinados contratos de prestação de serviços são firmados visando atender algumas demandas marginais às atividades principais destas empresas. Citam-se, como exemplo, as consultorias na área ambiental⁵⁴. Esta situação de alianças com as empresas privadas (e, também, com o Estado) faz com que estas ONGs assumam o formato do que caracteristicamente se conhece hoje em dia como empresa terceirizadora. Estas se especializam em determinados serviços e são contratadas por outras empresas para desempenhá-los. Obviamente que esta situação ainda não está generalizada e trata-se mais de uma minoria. Tais práticas, no entanto, vem se ampliando devido a escassez de recursos provenientes de organizações internacionais de financiamento, o que tem levado estas ONGs a buscarem novas estratégias de sobrevivência.

Para encerrar esta discussão, é oportuno contemplar uma outra visão mais ampliada, que aqui será representada pelas proposições de Scherer-Warren (1998), que identifica as ONGs como um importante elo “de um tecido social movimentista que vem se formando no seio da sociedade civil” (p.179). Esta configuração, na qual as ONGs cumpririam um papel destacado, estaria em plena gestação e caminharia para se constituir na forma de um movimento social definido pela formação de uma rede transnacional, produtora e produto de uma “sociedade civil planetária”. E, conforme o otimismo desta autora, as ONGs seriam portadoras “de uma ação política mais democrática, mais horizontal e mais pluralista, em consonância com uma nova ética política, transnacional, que vem sendo gestada” (p.179). Esta análise pode auxiliar no sentido de perceber no Centro Ecológico, uma entidade atuante neste âmbito internacional. De fato, se constatou a existência de redes internacionais que buscam dar uma coerência “transfronteiriça” ao discurso em torno da agricultura ecológica ou, mais amplamente, ao discurso ambiental. Nesse sentido, é interessante verificar que o Centro Ecológico integra duas redes internacionais: a Rede Framtidsjorden (“Terra do

⁵⁴ Um exemplo dessa afirmação pode ser encontrado em uma reportagem da Revista Exame assinada por Arnt (29 de outubro de 2003), na qual apresenta uma experiência em que o Banco Real ABN Amro contrata os serviços da ONG Amigos da Terra para capacitar os gerentes espalhados por todo o Brasil, na compreensão dos fatores de risco socioambiental que seriam incluídos nas avaliações de suas operações de créditos.

Futuro”), com sede em Estocolmo – Suécia, e o MAELA – Movimento Agroecológico para América Latina e Caribe. Inclusive, destaca-se que nos encontros destas e de outras organizações internacionais os mediadores do Centro Ecológico sempre busca proporcionar a participação aos agricultores que compõe a sua base, como relata este jovem agricultor:

eu era um cara meio... aí eu fui para o encontro do MAELA (realizado no Paraguai). Aí eu comecei a ver que a agroecologia está no meu sangue, está em mim. Eu posso sair dela, mas ela sempre vai voltar em mim. *Quando foi este encontro?* Foi em maio do ano passado, faz um ano. Foi ali que eu comecei a crescer... comecei a interessar e foi daí que eu fui no encontro de jovens da roça, eu sou jovem da roça, eu sempre nesse espírito de liderança que puxava em mim”. “A agricultura ecológica faz a gente ser conhecido por vários lugares. A convencional não, eu fico só aqui... (E05 – AE).

Por fim, cabe constatar que a problematização em torno da idéia de ONG até aqui apresentada, se insere na necessidade de apontar para o fato de que este tema vem sofrendo importantes transformações desde que surgiu. Ainda que não faça parte dos propósitos deste trabalho aprofundar essa discussão, esta breve contextualização contribui para compreender o universo no qual o Centro Ecológico, que se assume e é reconhecido enquanto ONG, está inserido.

2.2 O CENTRO ECOLÓGICO E SUA HISTÓRIA

Especialmente ao longo da primeira metade da década de 1980 as denúncias voltadas contra os crimes ambientais e contra os impactos dos agroquímicos assumem uma significativa relevância na cena política nacional e internacional⁵⁵. Coincide com este período – e em virtude destes acontecimentos – a origem de grande parte das organizações atuantes no campo ambiental, dentre as quais se encontra o próprio Centro Ecológico. Trata-se de uma época de grande efervescência política, na qual os movimentos sociais se ampliam e se fortalecem, criando as bases sobre as quais irão se consolidar os inúmeros grupos atualmente organizados em torno de questões sociais e ambientais. Nesse sentido, a história do Centro Ecológico se entrelaça com a própria história do movimento ambiental e de outros

⁵⁵ Cabe mencionar que o debate sobre a Lei Estadual dos Agrotóxicos, em torno do qual se aglutinou um grande número de ambientalistas do RS, potencializando o nascimento e o fortalecimento de ONGs ambientais, teve como princípio motivador a “denúncia de contaminação de organoclorados [princípio ativo de agrotóxicos de alta toxicidade ao ser humano e outros animais] nas águas do Rio Guaíba, que abastece a população de Porto Alegre” (Bracagioli, 1994, p.11).

movimentos vinculados à questão agrária, especialmente aqueles sediados no estado do Rio Grande do Sul.

É interessante notar que, ao longo de sua existência, o Centro Ecológico foi assumindo contornos variados, vivenciados de acordo com as prioridades identificadas a partir do avanço de suas atividades. Estes contornos serão aqui delimitados em três fases distintas, relativamente coincidentes com as mudanças em sua denominação:

- Primeira fase: Projeto Vacaria
- Segunda fase: Centro de Agricultura Ecológica – CAE-IPÊ
- Terceira fase: Centro Ecológico

Quando surge, em Janeiro de 1985, “por iniciativa de um grupo de técnicos vinculados ao movimento ecológico gaúcho” (Centro Ecológico, 2002), se adota, inicialmente, o nome de “Projeto Vacaria”. Os propósitos motivadores da criação desta organização, que nasce vinculada à Fundação Amigos da Terra, estavam, naquele momento, muito mais relacionados ao aperfeiçoamento técnico das práticas em agricultura ecológica e menos interessados num contato mais estreito com os agricultores locais. Nesse sentido, os objetivos delineados se sustentavam sobre o tripé “experimentação, demonstração e produção”, baseando-se “na utilização racional e adequada dos recursos do ecossistema” (Bracagioli, 1994, p.11). Para levar a cabo este ideal, seus trabalhos eram desenvolvidos numa propriedade rural cedida por uma das pessoas integrante desta organização⁵⁶.

O tratamento diferenciado destinado às práticas agrícolas se apoiava fundamentalmente na Teoria da Trofobiose. Desenvolvida pelo pesquisador francês Francis Chaboussou a partir de um trabalho de investigação científica, essa teoria foi traduzida para o português aqui no Brasil pela Eng^a Agr^a Maria José Guazelli, uma das fundadoras do Centro Ecológico. Essa investigação, desenvolvida por Chaboussou, coloca em evidência a relação existente entre o equilíbrio metabólico das plantas e sua capacidade de resistência ao ataque de pragas e doenças. Parte-se da constatação de que as plantas com uma nutrição desbalanceada, normalmente provocada pelo uso de adubos altamente solúveis e de agrotóxicos, se desenvolvem com uma maior vulnerabilidade ao ataque de pragas e fitopatógenos. Em sentido contrário, uma planta metabolicamente balanceada elimina a necessidade de se promover o controle desses organismos através do uso paliativo de pesticidas⁵⁷.

⁵⁶ Ainda hoje o Centro Ecológico tem uma de suas sedes nesta propriedade.

⁵⁷ Para se aprofundar no assunto ver: Chaboussou (1999).

Neste período inicial, portanto, o trabalho consistia em sistematizar, consolidar e gerar os conhecimentos voltados para a prática da produção sem o uso dos agroquímicos, inevitavelmente utilizados na agricultura convencional. Diante de tais prioridades, o contato com os agricultores que viviam no entorno dessa experiência era relegado a um plano secundário. O que se buscava, basicamente, era a constituição de uma “propriedade modelo” em agricultura ecológica e a relação com os agricultores se dava quase que exclusivamente através da visita à propriedade daqueles que se interessavam por tal proposta. Como salienta um mediador entrevistado: “a primeira forma da gente vender esta idéia, de aproximar os agricultores com este peixe da agricultura ecológica foi a história de uma... a gente chamava..., nem sei como a gente chamava, *propriedade modelo*, alguma coisa assim...”(EE02 – MS).

Este formato começa a mudar já no início dos anos 1990, quando os técnicos que desenvolviam as experiências internamente a essa propriedade modelo passam a estabelecer contatos sistemáticos com os agricultores do entorno, promovendo visitas técnicas àquela experiência que vinham desenvolvendo. “A gente começou um trabalho um pouco mais de receber os agricultores nesta propriedade modelo e aí foi uma transição para a gente ir na casa deles” (EE02 – MS). Assim, a principal transformação ocorrida nessa época, e que simboliza a mudança para uma nova fase, consistiu na adoção de uma postura de atuação mais próxima a um formato que se poderia denominar de assistência técnica. Isto fica bastante claro neste comentário:

Então nesta fase aí era aquela coisa de visitar 5, 6, 8 agricultores num dia, olhando o pêssego, olhando a uva, dizendo o que estava precisando, que doença era aquela, o que estava precisando para poder plantar aquele pêssego, aquela uva sem usar veneno. Durante muito tempo a gente fez isto... recomendação técnica mesmo, por escrito, um bloquinho como se fosse de receituário, mas não era de receituário, mas no bloquinho tinha o CREA nosso... (EE02 – MS).

Coincidindo com essas mudanças, mais precisamente no ano de 1991, os técnicos do Projeto Vacaria decidem mudar este nome para Centro de Agricultura Ecológica de Ipê⁵⁸ (CAE-Ipê) e, ao mesmo tempo, se desvinculam da Fundação Amigos da Terra, tornando-se uma instituição autônoma. É nesse momento, também, que se inicia um processo de constituição de várias associações de agricultores ecologistas na região do entorno dos

⁵⁸ Ao se emancipar de Vacaria em 1987, o município de Ipê passa a ser a sede do Projeto Vacaria.

municípios de Ipê e Antônio Prado. Merece destaque a precursora AECIA – Associação de Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado, que tem origem em 1990. Conforme acentua este depoimento, ela “nasceu com quatro agricultores, foi pra 12 e com 12 já começamos a pensar como grupo, uma associação realmente” (EE01 – MS). A emergência da AECIA inspirou o nascimento de muitas outras associações com o mesmo perfil. Este processo vai inaugurar uma nova forma destes mediadores se relacionarem com os agricultores. Mais do que acompanhar individualmente aqueles interessados em produzirem de forma ecológica, levando estes mediadores a desempenharem, neste caso, um papel característico de assistência técnica, tais mediadores passam agora a assumirem como prioridade o fomento à constituição de grupos de agricultores organizados, especialmente na forma de associações. Esta necessidade é introduzida como um princípio básico que balizará toda a atuação do Centro Ecológico até os dias atuais.

A terceira fase se refere, basicamente, à ampliação do espectro de atuação enquanto organização. A própria mudança em seu nome aponta para esta nova fase. A passagem, em 1997, de Centro de Agricultura Ecológica para a simples denominação de Centro Ecológico é uma expressão clara da necessidade de transcender a noção restritiva implícita na idéia de agricultura ecológica. Ainda que mantenha sua atuação prioritariamente voltada para o desenvolvimento e difusão dessa forma de se fazer agricultura, o Centro Ecológico passa a trabalhar, conforme Meireles (2003, p. 04), a “ecologização da unidade produtiva como um todo, do indivíduo que nela trabalha e das relações sociais nas quais estamos inseridos”. Dessa forma, irá se aproximar, mais diretamente, dos princípios que norteiam o movimento ecologista com o qual já mantinha um certo vínculo. Além desses aspectos, irá deitar suas raízes sobre outros espaços de atuação, motivado especialmente por sua aliança com outras organizações sociais⁵⁹ que desenvolvem uma atuação mais relacionada a processos reivindicatórios e de articulação política. Passa, ao mesmo tempo, a destinar uma maior preocupação com a geração de mercado para os produtos provenientes da agricultura ecológica. Salienta-se, nesse sentido, o fomento e o assessoramento de cooperativas de consumidores ecológicos, que passam a ser incluídas nas suas estratégias de atuação e a conformarem sua base.

Como se percebe, esta nova fase do Centro Ecológico fez ampliar bastante o seu ângulo de atuação, passando a congregiar as seguintes dimensões (Schmitt, 2002):

⁵⁹ Destaca-se, nesse sentido, sua aliança histórica com os movimentos pastorais vinculados à igreja católica, com o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, com o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e com o movimento sindical.

- Produção, processamento e comercialização de produtos ecológicos;
- Resgate e manejo da agrobiodiversidade;
- Implantação de sistemas agroflorestais;
- Organização de produtores e consumidores através de formas associativas;
- Experimentação participativa em agricultura ecológica;
- Apoio à formação de políticas públicas voltadas à transição rumo a uma agricultura sustentável;
- Capacitação de técnicos;
- Sensibilização de agricultores e consumidores em relação aos riscos envolvidos na introdução de OGMs na agricultura e na produção de alimentos de uma forma geral.

Também a área de abrangência do trabalho do Centro Ecológico variou bastante no decorrer de sua história. Como se viu, primeiramente restrito aos limites de uma área de terra – a “propriedade modelo” em Ipê –, a atuação do Centro foi aos poucos se ramificando e se tornando conhecida e reconhecida em toda a região onde estava inserida. Com o nascimento da ACERT – Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres, já em 1991, apoiado decisivamente pela Pastoral Rural da Igreja Católica e com a assessoria do Centro Ecológico, este inicia um significativo processo de expansão para aquela região do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul. Diante da crescente demanda dos agricultores, em 1994 o Centro Ecológico destina um de seus técnicos, contratado em parceria com a Comissão Pastoral da Terra – CPT, para atuar com dedicação exclusiva na assessoria e no fomento à agricultura ecológica nesta nova região de atuação. Mas foi em 1999, diante da grande dimensão que o trabalho do Centro Ecológico assume ali, que é tomada a decisão de transformar toda sua estrutura funcional para inaugurar uma nova sede em Dom Pedro de Alcântara, pequeno município da região de Torres. Com esta mudança, o Centro Ecológico passa a concentrar sistematicamente o seu trabalho nestes pólos geográficos representados por estes dois escritórios regionais, o de Ipê e o de Dom Pedro de Alcântara (veja o mapa, figura 3). Porém, o raio em que exerce a sua influência transcende em muito estas duas regiões. Ao longo de sua atuação, o Centro Ecológico foi conquistando um reconhecimento que vai além, inclusive, das próprias fronteiras nacionais. Muitos são os convites para apresentarem suas experiências e participarem de encontros relacionados com a sua temática de atuação, darem

curios e palestras, realizarem visitas, entre outras atividades. Todas estas modalidades constituem estratégias de expansão de suas propostas a nível estadual, nacional e internacional⁶⁰.

Do ponto de vista institucional, o Centro Ecológico integra as já mencionadas redes internacionais Framtidsjorden e MAELA⁶¹ e, ainda, a Rede Ecovida de Agroecologia (que, por sua vez, está vinculada à ANA – Articulação Nacional de Agroecologia), o Consórcio de ONGs (CETAP – CAPA – Centro Ecológico), a Rede PTA e a Rede Sementes Sul.

Do ponto de vista de sua manutenção financeira, o Centro Ecológico sempre contou com o apoio de instituições internacionais, o que em anos mais recentes vem se escasseando devido, sobretudo, à identificação do Brasil como um país que, no geral, ocupa uma posição de menor urgência na escala de prioridades de apoio destas instituições. Em se tratando do Rio Grande do Sul, um estado brasileiro com ganhos significativos na qualidade de vida de suas populações, comparativamente às demais regiões do país, a prioridade de apoio é ainda menor. Sendo assim, o apoio financeiro destinado ao Brasil pelas instituições internacionais vem sendo priorizado para as regiões Norte e Nordeste do país. Este fato tem levado o Centro Ecológico e outras ONGs que atuam na região Sul a estabelecerem parcerias com os poderes públicos municipal, estadual e, sobretudo, nacional, visando, além da potencialização de seus trabalhos já em curso, garimpar novas fontes de recursos que lhes garantam a manutenção de sua existência. Esta afirmação fica atestada no comentário deste mediador aqui reproduzido:

O Centro Ecológico segue tendo uma relação com a Suécia, que é uma entidade⁶² da Suécia que vem financiando o Centro Ecológico desde sua origem, se bem que hoje já a ajuda em recurso, em dinheiro, é bem menor dessa entidade da Suécia, mas segue. A gente tem esse convênio com o FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente em agrofloresta e estamos já com alguns projetos elaborados a se *innovar* com o fundo. A gente tem o PDA – Projeto Demosntrativo lá no litoral norte e a gente está escrevendo vários projetos, para várias entidades, mas está apostando aqui mesmo, com o governo federal atualmente, até mais via o Ministério do Meio Ambiente, parece que está mais favorável para desenvolver projetos, atividades, na área da agricultura ecológica inclusive. A gente tem claro que a dificuldade

⁶⁰ Foi ilustrativo, neste sentido, presenciar, durante o momento em que entrevistava um membro do Centro Ecológico, o recebimento de um telefonema no qual se efetivava um convite para participar, como palestrante, de um encontro sobre agricultura ecológica em um país da Ásia.

⁶¹ Esta rede congrega mais de 83 instituições e é dividida administrativamente em uma coordenação geral e três coordenações regionais: Região Andina, Região Cone Sul e Região Mesoamérica e Caribe. O atual coordenador geral do Centro Ecológico é também o coordenador regional da Região Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai). Para maiores informações veja: <http://www.maela-net.org/>

⁶² Trata-se da organização sueca Framtidsjorden (“Terra de Futuro”).

desse tipo de trabalho, trabalho de ONGs, é cada vez maior, especialmente no sul do Brasil, que tem claro isso, nós estamos num período de dificuldade econômica..., meio que num vazio de projetos. Estamos vendo o que acontece, temos um projeto também elaborado, encaminhado, visto e aprovado com a Embrapa... É isso aí, a gente está voltado mais para as entidades daqui, nossa busca. Nada de concreto ainda nessa busca (E02 – MS).

Resumidamente, as fontes de recursos que sustentam o Centro Ecológico são provenientes: do próprio trabalho da entidade através da realização de cursos, palestras e venda de publicações; recursos provenientes da cooperação internacional; convênios de prestação de serviços com o Governo do Estado e com algumas Prefeituras Municipais; projetos específicos apoiados pelo Governo Federal e, em menor escala, pelo Governo Estadual⁶³ (Schmitt, 2002).

Em relação a recursos humanos, o Centro Ecológico conta, atualmente, com uma equipe composta por cinco engenheiros agrônomos, dois técnicos agrícolas, um agricultor – assessor e duas secretárias.

Em que pese as dificuldades enfrentadas para se manter economicamente, o que obviamente gera uma certa insegurança em relação à sua manutenção ao longo do tempo, o Centro Ecológico vem ampliando consideravelmente a sua base de sustentação. O quadro abaixo apresenta um bom panorama quantitativo atual em relação aos grupos ou associações que são sistematicamente assessorados pelo Centro Ecológico e o que isto representa em números de famílias atingidas, tanto de agricultores quanto de consumidores ecologistas que vivem nas duas regiões onde atua.

<i>Grupo ou associação</i>	<i>Início</i>	<i>Município</i>	<i>Famílias</i>
AECIA - Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado	1990	Ipê e Antônio Prado	20
APEMA - Associação de Produtores da Linha Pereira Lima	1991	Ipê	7
APEVS - Associação dos Agricultores Ecologistas da Vila Segredo	1992	Ipê	6
APESAA - Associação dos Produtores Ecologistas de Santo Antônio Abade	1993	Ipê	6

⁶³ A menção às parcerias com o Governo do Estado se refere, especialmente, a uma gestão conduzida pela Frente Popular (Governo Olívio Dutra, 1999 – 2002).

APESC – Associação dos Produtores Ecologistas da Capela Santa Catarina	1995	Ipê	8
APEJ – Associação dos Produtores Ecologistas da Capela São José	1996	Ipê	6
AESBA – Associação dos Agricultores Ecologistas da Capela São João Batista	1997	Ipê	5
APESI – Associação dos Produtores Ecologistas da Sede de Ipê	1998	Ipê	6
Grupo de São Paulino	2000	Ipê	5
Capela Santo Isidoro	2000	Antônio Prado	3
Grupo de Santana	2001	Antônio Prado	6
Associação de Nova Roma do Sul	1999	Nova Roma do Sul	5
COOPEG – Cooperativa de Produtores Ecologistas de Garibaldi	1999	Garibaldi	30
Nova Prata	2001	Nova Prata	7
Veranópolis	2001	Veranópolis	3
ACERT – Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres	1992	D. Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Mampituba, Torres	32
APELCAM – Associação dos Produtores Ecologistas da Luz do Canto dos Magnos	1998	D. Pedro de Alcântara	5
APEMSUL – Associação dos Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul	1996	Morrinhos do Sul	8
Grupo Rio da Panela	1997	Mampituba	7
ACEVAM – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba	1994	Praia Grande, Mampituba	27
Grupo Costa Verde (Chapecozinho)	2000	Morrinhos do Sul	9
Grupo Roça da Estância.	1999	Mampituba	12
Grupo Rio Bonito	2000	Morrinhos do Sul	6
Grupo Alto Rio de Dentro	2000	Mampituba	7
Grupo Chapecozinho II	2001	Morrinhos do Sul	4
Grupo Morro Azul	2002	Três Cachoeiras	9
Grupo Três Cachoeiras	2002	Três Cachoeiras	10

COOPET – Coop. dos Consumidores de Produtos Ecológicos de Três Cachoeiras	1999	Três Cachoeiras	92
EcoTorres – Coop. dos Consumidores de Produtos Ecológicos de Torres	2000	Torres	81
COOPERVIDA Coop. dos Consumidores Ecológicos do Vale do Mampituba	2001	Praia Grande - SC	110
COOPERNATIVA – Cooperativa dos Cons. de Produtos Ecológicos de Sombrio	2001	Sombrio	34

Fonte: Meirelles (2003)

2.3 A ACERT E SUA HISTÓRIA

Como já referido, a década de 1980 foi um período especialmente fértil para o nascimento e fortalecimento de grande parte das organizações sociais atuantes nacionalmente. Dentre os fatores que mais contribuíram para esta conjuntura, destacam-se, principalmente, aqueles vinculados à questão agrária e ambiental. Será em meio a essa intensa movimentação política, potencializada pela liderança dos padres católicos e pelos agentes de pastorais, que se gestará o embrião do que veio a se constituir enquanto Acert – Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres.

Para se compreender melhor o processo de nascimento da Acert, se faz necessário compreender a dinâmica na qual estavam inseridos os agricultores no período precedente à sua fundação. Estes agricultores, em sua quase totalidade, integravam diferentes organizações, na sua maioria, pastorais vinculadas à igreja católica. Destacam-se, nesse sentido, as Pastorais Rural e da Juventude como organizações com as quais os agricultores daquela região mais se envolviam. Conforme os relatos abaixo, foi devido a este envolvimento que tiveram oportunidade de estabelecer contato com outros agricultores que já estavam experimentando a prática da agricultura ecológica.

Aqui na região a idéia começou a surgir no final de 80, na época a gente fazia parte da Pastoral da Juventude Rural e aí a gente tomou conhecimento de um grupo que já fazia agricultura ecológica na serra, Ipê, Antônio Prado, Flores da Cunha, aí então a gente... como tinha contato na diocese, era a Diocese de Caxias, a gente tinha contato com o pessoal de lá, nós convidamos eles pra vir pra cá mostrar (E15 – AE).

A gente fazia alguns encontros lá na diocese, nós pertencíamos à diocese de Caxias, hoje já mudou, pertence aqui a Osório. Lá na serra

ela surgiu primeiro, a agricultura ecológica. (...) Então lá já estava andando aí uns 3, 4 anos a agricultura ecológica e nós conhecemos o pessoal lá, os jovens também que participavam dos encontros da diocese e daí foi se falando “tá aí o novo modelo de agricultura ecológica...” e na época eu estava intoxicado com veneno, se eu quisesse ficar na roça vou ter que mudar o ramo... tem que sair dessa. Daí entrou e foi quando a própria coordenação da PJ que pediu um curso, organizou um curso com o pessoal do Centro (E08 – AE).

Ou seja, as atividades relacionadas com a militância político-religiosa desses agricultores foram o que possibilitou o contato com esta “nova” prática agrícola. Mas deve-se ressaltar que a atuação de vários padres que já eram apologistas de uma agricultura ecológica, ou simplesmente críticos da “revolução verde”⁶⁴, fez despertar em certos agricultores uma crescente inquietação em relação ao uso intensivo dos agroquímicos nas atividades agrícolas⁶⁵. Como está evidente no segundo relato, o fato de agricultores em um estágio já de experimentação desse “novo modelo de agricultura ecológica” e estes que já haviam desenvolvido uma certa sensibilidade a essa proposta fazerem parte da mesma diocese, fez impulsionar essa nova experiência.

A agricultura ecológica, portanto, não chega de forma isolada. Ela entrará no universo destes agricultores imersa num grande caldeirão ideológico no qual fervilhavam os vários elementos que sustentavam a crença na transformação da sociedade e que, por sua vez, era o motor das lutas sociais. Assim, a constituição da Acert deve ser considerada, em sua origem, a realização concreta de uma das dimensões exigida pela coerência com as transformações que

⁶⁴ Sobre esse assunto ver seção 2.4.1.

⁶⁵ Estes dois relatos são ilustrativos nesse sentido e, mesmo que longos vale a pena citá-los:

“eu tinha uns 22 anos, eu participava mesmo pela Emater e aí me envolvia com a Emater.... Aí começou a abrir um pouco minha consciência... foi o padre uma vez que me deu um toque: ‘vocês ali na Emater não estão no caminho certo não, porque na verdade vocês estão implantando a revolução verde’. ***Ele já tinha esta consciência naquele período...?*** Este padre sim, eu trabalhava na PJ e ele falou: ‘Emater é trabalhar para a Revolução Verde, é favorecer os trabalhos das multinacionais, é vender agrotóxicos, vender adubo químico... vocês tem que parar com isto’. Aí é que eu acordei... ali... eu tava.... bem assim.... não sabia disso, eu estava praticamente desinformado. Eu peguei tudo da Emater achando que ela estava ajudando a agricultura, depois que eu percebi toda a história, porque na verdade nós entramos com todo o pacote da revolução verde... aí disse ahhh eu não sigo mais.... quando eu percebi que não era o caminho que eu estava buscando, que eu fui enganado nesta caminhada, aí eu disse não, agora eu vou para junto dos padres, porque realmente eles tudo levam a sério, que é conjuntura, que é meios de comunicação”. (EE01 – MS)

“O Padre naquela época ele já comentava sobre a agricultura ecológica? Já!!!, Claro, só não era assim, nem falava da agricultura ecológica, mas pra não usar tanto veneno, que isto vai além de estragar a saúde da pessoa, tu tá gastando mais pra produzir do que tu ganha, tu tá usando insumos caros das multinacionais... [Ele dizia que estava “matando a santa mãe terra!!!”, quem usa veneno está matando a nossa mãe, a nossa santa mãe terra] Então isto daí ele alertava muito. Isto há 20 anos atrás? Mais!!! Acho que quase uns 30 anos atrás, ele previa já esta..., não era assim uma organização da agricultura ecológica, de produzir, nem se pensava na época, era a época em que estava entrando o veneno, era a solução pra agricultura, a revolução verde. A revolução verde é um pacote dos anos 70 pra cá, uns 30 anos atrás...” (E02 – AE o que está entre colchetes se refere ao comentário da esposa)

defendiam e em prol das quais atuavam inseridos nos movimentos organizados. Diante desse terreno fértil, a aliança formada entre os padres como fomentadores⁶⁶ e o Centro Ecológico como instrumentalizadores⁶⁷, oferecerá aos agricultores as condições externas necessárias para se converterem à agricultura ecológica.

Mas os motivadores econômicos e os relacionados aos problemas de saúde gerados pelo uso de agrotóxicos são fatores (como apontado pelo agricultor acima) importantes na adoção da agricultura ecológica e na motivação para a formação da Acert. Assim, “um pouco pela conscientização de ter um trabalho diferente e outro pela questão do comércio” (EE02 – AE) foram se estabelecendo as condições objetivas para o surgimento dessa associação.

Um marco referencial, constantemente destacado por aqueles que estiveram envolvidos no processo de articulação para a fundação da Acert, foi a promoção de um curso de formação conduzido pelo Centro Ecológico, nos dias 04 e 05 de Abril de 1991. Este curso, promovido pela PJ, foi o primeiro contato sistematicamente pensado e organizado com o trabalho do Centro Ecológico e com as questões referentes à agricultura ecológica e aos impactos produzidos pela agricultura convencional. Mas antes da ocorrência deste curso propriamente dito, houve, alguns meses antes, a visita de uma equipe do Centro Ecológico, que percorreu algumas comunidades ali da região do litoral norte apresentando

um vídeozinho, slides sobre as conseqüências do veneno, (...) (com) fotos de crianças deficientes na região da campanha que usava muito veneno na soja e da origem do veneno que vem da guerra... Então passava aqueles slides ali, impressionava muito e era o primeiro contato... (E08 – AE).

Daí, a partir daquele dia a gente decidiu reunir o pessoal da região prum curso, o máximo de pessoas para que essas pessoas também tomassem conhecimento, para que elas se motivassem também a fazer o trabalho. Eu lembro que o primeiro curso foi em abril de 91 (E15 – AE).

Como se percebe, o impacto produzido por este primeiro contato foi mais um ingrediente motivador do envolvimento com esta nova proposta. Com a posterior realização

⁶⁶ “O Pe Remi foi um pai pra nós aí, até meio de sócio ele entrou, pra incentivar, pra dar coragem, precisa de gente que faça a frente e dê coragem”. (E10 – AE)

⁶⁷ “Daí se reuniu uma equipe aqui, os padres que ajudavam aqui, uns 2 ou 3... ‘vamos trazer os caras aqui, os agrônomos para fazer um curso aqui pro pessoal da região que quer pensar uma agricultura diferente....’ os agrônomos já passava, já trazia um pacotinho daí, dava a idéia da agricultura ecológica e a idéia do associativismo, do cooperativismo”. (E08 – AE)

do citado curso e com uma maior aproximação do Centro Ecológico estavam reunidos os fatores que convergiam para a consolidação inicial daquela experiência.

Mais precisamente, a Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres nasce, como tal, em 1991, reunindo ao redor de 12 famílias e contando com o apoio financeiro da Pastoral Rural. Como faz questão de apontar este associado, “a primeira comercialização” ocorreu no “dia 02 de Novembro” de 1991, “o dia está até marcado. Nós fomos (...) lá na feira da Coolméia (...) levamos umas 4 caixas de banana e sobrou 5! (risos)...A primeira vez, não tem experiência...” (E02 – AE). Hoje já fazem mais de 12 anos que a Acert atua na feira da Coolméia que é o principal ponto de comercialização de seus produtos.

Com o passar do tempo e com a ampliação no número de associados, verificou-se a necessidade de se dividir o grupo total em três diferentes núcleos. A divisão de cada núcleo foi pensada conforme a proximidade geográfica das propriedades, buscando, dessa forma, a otimização das atividades referentes, sobretudo, à comercialização. Cada núcleo, neste caso, se organiza de forma independente, com vistas a atender as demandas por produção e comercialização e administra, cada qual, uma banca na feira da Coolméia. Assim, os três núcleos foram divididos e denominados de acordo com o nome dos locais onde moravam a maior parte dos agricultores, quais sejam: Mampituba, Três Passos (comunidade de Morrinhos do Sul) e Raposa (comunidade de Três Cachoeiras). Essa divisão, conveniente do ponto de vista operacional, não significou a ruptura da Acert em termos organizacional. Mantendo uma unidade organizativa, todos se reúnem a cada dois meses numa assembléia geral para traçarem suas estratégias de ação e avaliarem os rumos até ali trilhados. Internamente aos núcleos, as reuniões ordinárias ocorrem conforme o estabelecido autonomamente por cada núcleo, além, é claro, do contato semanal que necessariamente se efetiva por ocasião do trabalho na feira.

**Figura 1: Interação entre o agricultor e o consumidor na feira da Coolméia –
Porto Alegre - RS**



Fonte: Arquivo do autor

Como já mencionado, o principal ponto de comercialização de seus produtos é a feira ecológica da Coolméia (figura 1), que está localizada em Porto Alegre, na Rua José Bonifácio ao lado do Parque Farroupilha. Esta feira nasceu em 1989, constituindo a primeira feira com este perfil a se inaugurar no Rio Grande do Sul, “através de uma parceria estabelecida entre produtores ecologistas, originários de diferentes municípios e a Cooperativa Ecológica Coolméia” (Centro Ecológico, 2002). Esta feira representou um marco para o movimento de agricultura ecológica no Rio Grande do Sul e, mesmo, no Brasil. É ali que se concretizou uma das experiências mais bem desenvolvidas de comercialização de produtos ecológicos, envolvendo o contato direto entre aquele que produz e aquele que consome⁶⁸. É devido à sua importância que a Acert condicionará a ela toda sua estrutura e suas atividades prioritárias. O planejamento da produção e os tipos de cultivos são pensados conforme a demanda diagnosticada na feira, descontando, obviamente, os limites impostos pelas espécies cultivadas. Será também em consequência das exigências desta feira que cada núcleo da Acert

⁶⁸ Para maiores detalhes ver Costabeber (1998).

irá adquirir um ônibus adaptado às necessidades de transportar toda produção, juntamente com as pessoas encarregadas de comercializá-la.

Vale destacar que, apesar desse comércio na feira da Coolméia representar a principal fonte de renda dessas famílias e, por isso mesmo, ser considerada uma importante conquista, ela impõe a estes agricultores uma dinâmica bastante desgastante. Ao longo da semana trabalham nas atividades de produção para dar conta do volume demandado e na Sexta-feira passam o dia inteiro colhendo, transportando da roça para a sede da propriedade e preparando adequadamente os produtos para serem comercializados (descascar o aipim, confeccionar os moles de alguns produtos, embalar outros, lavá-los, encaixotá-los...). Para evitarem o risco de algum imprevisto, o ônibus inicia seu trajeto com destino a Porto Alegre por volta das 20 horas de Sexta-feira, percorrendo cada propriedade dos associados para embarcar as caixas dos produtos e, ao menos, um representante de cada família que a representará no trabalho da feira. Chegam no Bairro Menino Deus⁶⁹, em Porto Alegre, ao redor das 3 horas de Sábado e ali, dentro do ônibus, podem dormir por mais alguns momentos, até por volta das 6 horas. Uma família representante de cada núcleo trabalhará na feira do Menino Deus e as demais seguirão para a feira na José Bonifácio. Após o descarregamento dos produtos e a montagem da banca, dão início às vendas. Trabalham ali até as 13 horas e, após o balanço e recolhimento das sobras dos produtos e a desmontagem da banca, iniciam o regresso às suas propriedades, que somente se concluirá após as 20 horas do Sábado. Ou seja, são praticamente 24 horas consecutivas de envolvimento com este trabalho de comercialização, além do tempo que é dedicado à preparação previa dos produtos ao longo da Sexta-feira precedente.

Por fim, cabe salientar que grande parte das 32 famílias associadas que compõe a Acert exerce algum nível de liderança em diferentes organizações: Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Partido dos Trabalhadores, Pastorais... Esse aspecto faz da Acert uma das associações de agricultores ecologistas com um perfil dos mais politizado dentre os demais grupos de agricultores ecologistas. Nas suas assembleias são recorrentes os assuntos relacionados ao papel que devem cumprir frente à necessária transformação da sociedade. Aliás, esta característica se constitui numa fonte de motivação dos seus integrantes, uma vez que, dessa forma, conseguem conciliar sua fidelidade ideológica a uma atividade profissional. Também por esta característica e pela sua relativamente longa trajetória, é considerada uma associação mais exigente no que diz

⁶⁹ Mais recentemente foram instaladas duas novas feiras, de menor tamanho, também organizadas pela Coolméia, localizada no bairro Menino Deus e Moinhos de Vento em Porto Alegre. Além de várias outras feiras organizadas pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Porto Alegre.

respeito ao acompanhamento dos mediadores sociais do Centro Ecológico e é tomada como referência exemplar para as demais associações. “Acert é Acert, 10 anos, veio da pastoral, ali, nossa!!! Eles querem um agrônomo mesmo... não é o povão, né!” (EE01 – MS), este comentário de um mediador social é emblemático nesse sentido.

2.4 A AGRICULTURA ECOLÓGICA NO LITORAL NORTE

2.4.1 As conseqüências da agricultura produtivista

Ao longo de sua história, o estado do Rio Grande do Sul conviveu com variados sistemas agrários⁷⁰, marcados por diferentes ciclos econômicos, definidos peculiarmente para cada uma de suas regiões. De fato, o RS se caracterizou, desde os seus primórdios, pelo predomínio da agropecuária como a atividade econômica mais relevante, beneficiando-se de uma significativa variedade de regiões ecologicamente distintas, ocupadas por diferentes etnias⁷¹. É também variado o perfil fundiário e o formato das atividades agrícolas desenvolvidas. Coexistem paralelamente, mas nem sempre harmoniosamente, aquelas propriedades de grandes dimensões e aquelas de tamanho bastante reduzido, propriedades com alto grau de tecnificação ao lado de outras fundadas numa lógica tradicional. Ou ainda, como aponta Tambara (1985, p. 09), “há a existência concomitante de traços caracteristicamente capitalistas e traços com características pré-capitalistas ou não capitalistas”.

⁷⁰ Para conhecer em detalhes a Teoria dos Sistemas Agrários ver Mazoyer e Roudart (2001)

⁷¹ Sobre a história da colonização do Rio Grande do Sul, ver Pesavento (1994) e Tambara (1985).

Figura 2: Agricultores Ecologistas e paisagem característica da região onde se insere a pesquisa



Fonte: arquivo do autor

Considerando tais generalizações, convém destacar algumas das principais características em meio às quais está situado o objeto que se constitui no interesse desse estudo. Os agentes aqui privilegiados residem, predominantemente, nos municípios de Morrinhos do Sul, Mampituba, Três Cachoeiras, Dom Pedro de Alcântara e em Torres – todos municípios emancipados deste último (vide mapa, figura 3). Localizando-os num plano um pouco mais ampliado, estes municípios situam-se na meso-região denominada de Litoral Norte⁷² ou, mais especificamente, na “grande” Torres. O relevo dessa região compõe a Planície Costeira do Estado, que está bem delimitada naquela região pelo litoral a leste e pelos

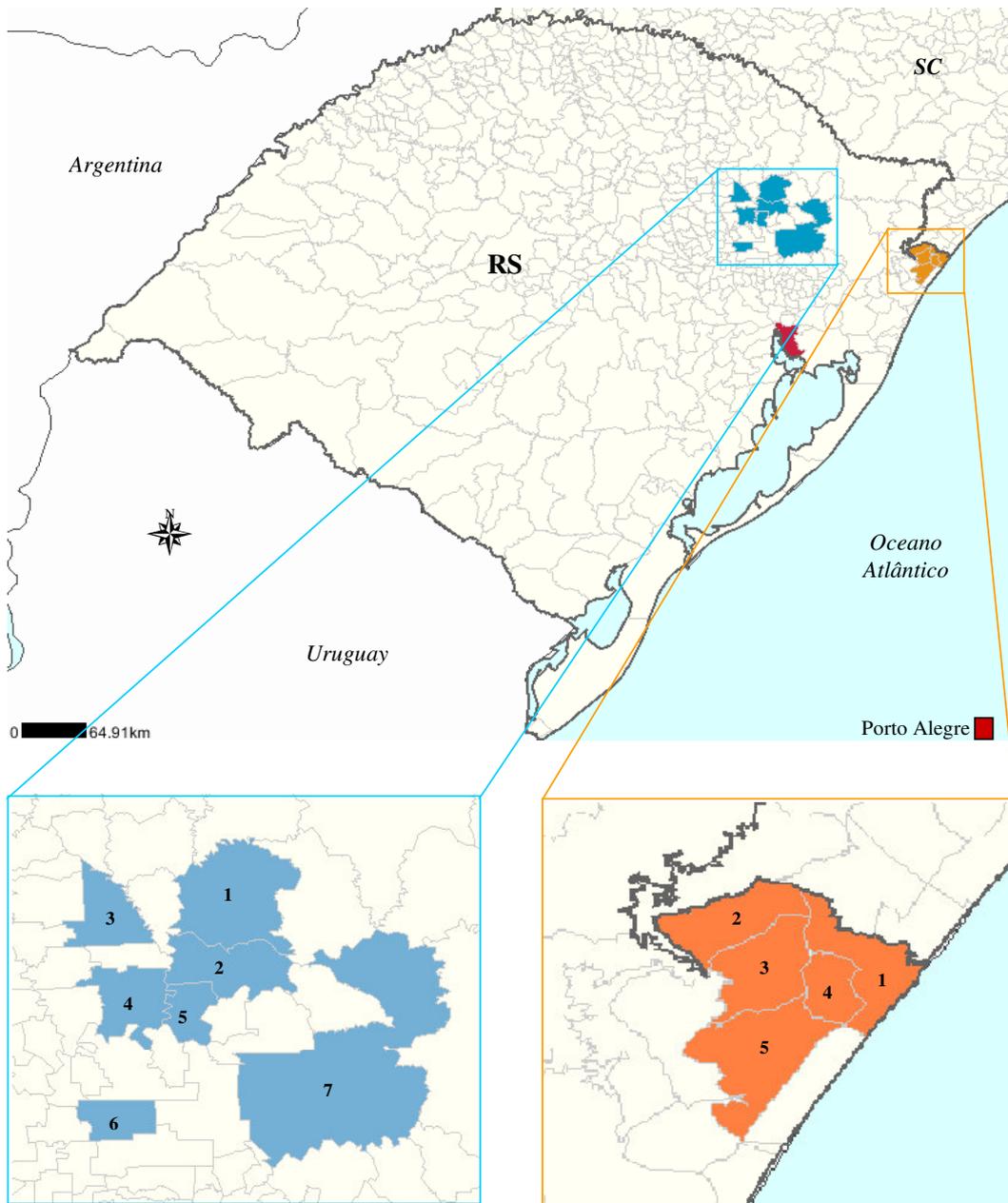
⁷² Para uma breve caracterização dessa região, ver Gerhardt e Miguel (2001).

Campos de Cima da Serra a oeste. O bioma que caracteriza esta região é aquele genericamente denominado de Mata Atlântica⁷³, composta, principalmente, por resquícios da vegetação originária classificada como Floresta Ombrófila Densa. Cabe observar que o Litoral Norte se situa, do ponto de vista ambiental, no limite meridional da Mata Atlântica.

A topografia da região é bastante variada e esta variação determina o tipo de produção predominante (vide figura 2). Pode-se falar em três zonas agroecológicas distintas: nas partes planas, onde o acesso à água para irrigação é facilitado, o cultivo do arroz ocupa praticamente a totalidade destas áreas; nas encostas dos morros, especialmente naquelas partes onde há limitantes ao uso de maquinário, a produção da banana é o que predomina; nas demais áreas intermediárias irão prevalecer o policultivo, ou seja, pequenas parcelas destinadas a variadas produções (como milho, feijão, mandioca, cana, criação de animais e, sobretudo hortaliças), voltadas tanto para o autoconsumo como para o comércio.

⁷³ Atualmente, a área ocupada por este bioma em nível nacional está reduzida a apenas 8% de sua área original (1,3 milhão de km²) enquanto que no RS foi reduzida a apenas 2,33% do que existia no período de seu descobrimento (dados sistematizados por Schmitt, 2002).

Figura 3: Localização dos municípios da pesquisa e de atuação do Centro Ecológico



Na Região da Serra: ■

1. Ipê
2. Antonio Prado
3. Nova Roma do Sul
4. Veranópolis
5. Nova Prata
6. Garibaldi
7. Caxias

Na Região do Litoral Norte: ■

1. Torres
2. Mampituba
3. Morrinhos do Sul
4. Dom Pedro de Alcântara
5. Três Cachoeiras

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de IBGE

De posse dessa breve caracterização, pode-se agora adentrar com maior propriedade no assunto aqui proposto, qual seja, discutir as transformações ocorridas a partir da implementação do que ficou globalmente conhecido como “Revolução Verde” (doravante apenas RV). O que está sendo referido com tal denominação diz respeito a uma estratégia de transformação tecnológica e processual iniciada, sobretudo, no começo da década de 1960, anunciando um aumento espetacular na produção e na produtividade agrícola. Essa estratégia nasceu como uma verdadeira panacéia que solucionaria, de uma vez por todas, os problemas da fome e do subdesenvolvimento no mundo. Um fato que veio a se tornar emblemático dessa euforia foi a escolha do Eng. Agr. Norman Ernest Borlaug⁷⁴ para receber o Prêmio Nobel da Paz, em 1970⁷⁵. Borlaug foi agraciado com tal prêmio em função de haver desenvolvido, através de suas pesquisas como melhorista genético, variedades de trigo altamente produtivas e supunha-se, com isso, que a anunciada superprodução de alimentos significaria o fim da fome nos países pobres. Por consequência de seu destaque, este pesquisador também recebeu o título de pai da RV⁷⁶.

Deve-se ressaltar que foi na esteira desse processo que os princípios da RV foram implementados e consolidados. Outra observação que parece interessante ser apresentada se refere à escolha de tal denominação que traz subjacente um conteúdo profundamente ideológico. O período no qual a RV emerge e se espalha pelo mundo coincide com a época em que a Guerra Fria está em seu auge e as “Revoluções Vermelhas” pipocam pelo mundo. Dessa forma, promover

la introducción de estas semillas provocaría una verdadera revolución técnica; una revolución que sin necesidad de cambiar las estructuras sociales de dominación y explotación (supuestamente una “revolución roja”) resolvería el problema de desarrollo por los altos rendimientos de los cultivos; es decir, una “revolución verde” (Gianotten e Wit, 1987, p.149).

⁷⁴ Este pesquisador do CIMMYT (Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo) nasceu nos Estados Unidos, mas trabalhou “desde 1944 no México com o melhoramento do trigo” (Faccioni, 1973, p. 35).

⁷⁵ É relevante acrescentar que este prêmio é tradicionalmente concedido a destacados ativistas políticos. Não é o caso desse cientista.

⁷⁶ Convém destacar que foi especialmente neste período e marcado pelos ditames do paradigma newtoniano-cartesiano, que se consolidou uma forte e prepotente crença na infalibilidade da ciência, que tinha por lema “o domínio da natureza pelo homem”. É neste mesmo âmbito que será criada e lançada a primeira bomba atômica. Ainda hoje esta visão é referência para muitas pesquisas, mas é lícito afirmar que após a Teoria da Relatividade de Einstein e dos avanços na física quântica, se constatou que “objetos científicos podem ter propriedades que se verificam em experiências de tipo nitidamente oposto” abalando, portanto, os cânones sustentadores do paradigma em vigor naquela época que via o mundo como uma perfeita máquina em funcionamento bastando ao homem decifrar seus segredos (Bachelard, 1984 *apud* Bracagioli, 1994, p. 2).

Como se percebe, este é um assunto eivado de polêmicas. Muito longe de um consenso, o que se consolidou, após haver “baixado a poeira”, são posições bastante controversas. Posições que vão desde aqueles “apaixonados” apologistas desse modelo propugnado pela RV, até aqueles que são críticos absolutos (e, em muitos casos, também “apaixonados”) e consideram que os supostos benefícios advindos com tal modelo é suplantado preponderantemente pelos seus malefícios⁷⁷. De qualquer forma, a promessa inicial de promover o desenvolvimento rural apoiando-se sobre a crença de que seus problemas residiam fundamentalmente numa dimensão tecnológica, não se efetivou⁷⁸. E, em que pese o comprovado e significativo aumento na produção de alimentos, os impactos negativos gerados por esta proposta, em suas mais diversas dimensões, são incontestáveis. Os impactos sócio-culturais são verificados através do êxodo rural e conseqüente inchaço do meio urbano, empobrecimento da população rural, desagregação social, intoxicação dos agricultores e consumidores, insegurança alimentar, etc. Os ambientais verificam-se especialmente a partir da erosão genética devido à predominância das variedades melhoradas, aumento de pragas e doenças resistentes aos pesticidas e contaminação do meio ambiente por agroquímicos. Já com relação aos impactos econômicos, estes são percebidos através da geração de dependência de insumos externos à propriedade rural, necessidade de importação de grandes quantidades de agroquímicos e maquinários, entre outros.

Alguns dados trazidos por Bracagioli (1994) podem exemplificar tais considerações a respeito da incorporação dessas tecnologias “capital-intensivas” no Rio Grande do Sul

- Apenas em 1985 se verificou a perda de 242,4 milhões de toneladas de solos férteis⁷⁹ e estimativas apontam que em 50 anos, as áreas desertificadas gaúchas chegarão a 211 mil hectares;
- Em sete anos se registrou apenas no Planalto Central e Missões (RS) 600 casos de anomalias neurológicas, gástricas e ósseas decorrentes do uso de agrotóxicos;
- O consumo de agrotóxicos, de 1964 a 1979, cresceu em 421%.

⁷⁷ Para se ter uma breve noção desse debate ver, por exemplo, Faccioni (1973) por um lado e Mooney (1987) por outro.

⁷⁸ Já em 1962, será lançado o livro de Rachel Carson denominado “Primavera Silenciosa”, que virá a se tornar o maior emblema acusatório desse modelo representado pela RV. Em tal livro a autora apresenta um minucioso estudo em relação aos impactos produzidos pelos agrotóxicos (sobretudo aqueles compostos pelo DDT) na natureza e no homem. Cf: Carson (1964, edição em português).

⁷⁹ Isto representa uma média aproximada de 86 ton/ha/ano. Conforme Tambara (1985, p.84), considera-se normais as perdas de solo até 12 ton/ha/ano.

Em relação ao êxodo rural, de acordo com os dados do IBGE sistematizados por Tambara (1985, p.76), no período compreendido entre 1950 e 1980 o Rio Grande do Sul teve sua população urbana aumentada em aproximadamente 269%, passando de 1,422 milhão de habitantes para 5,251 milhões, enquanto que a população total aumentou em torno de 86% (4,165 milhões para 7, 774 milhões) e a população rural diminuiu em torno de 8% (2,743 milhões para 2,523 milhões). A conclusão deste autor é que “há uma correlação positiva entre o crescente processo de urbanização do estado e a crescente penetração capitalista no campo” (Tambara, 1985, p.77).

No bojo dessa discussão, também se apresenta a constatação de que a modernização da agricultura ocorrida no Brasil e na América Latina assumiu um caráter profundamente conservador. A “modernização conservadora”, como ficou conhecida, é assim denominada por referir-se a uma dinâmica marcada por uma forte difusão de tecnologias sustentada sobre uma lógica dita moderna, “que levava em conta os indicadores de produção, produtividade, custos e eficiência sobrepostos a todos os outros aspectos” (Ribeiro, 1999, p.01). Conservava, dessa forma, inalterada a estrutura agrária⁸⁰ vigente no país. Assim, toda política pública pensada para o campo, especialmente na segunda metade da década de 1960 e ao longo da década de 1970, objetivavam modernizar a agricultura e para isso foram criadas e fortalecidas várias instituições e redes de pesquisa e extensão rural⁸¹, além do estabelecimento de um sistema de crédito rural subsidiado. Estas instituições se colocaram a serviço da implementação da RV no país e a oferta do crédito rural ao agricultor estava condicionada à aquisição dos insumos químicos e mecânicos⁸². Esse momento é lembrado por vários agricultores entrevistados, aqui exemplificado por esta agricultora que, ao ser perguntada a respeito de como o seu pai havia estabelecido o primeiro contato com os agroquímicos respondeu dessa forma: “eu acho que o Banco do Brasil, porque daí ele ia tirar o financiamento e o banco é que incentivava a usar. *Isto era em que ano mais ou menos? Uns 30 anos atrás....*” (E02 – AE). Ou ainda, por este agricultor já idoso que apresenta este curioso relato:

⁸⁰ Para maiores detalhes ver Silva (1982).

⁸¹ Embrapa, Sibrater, Acar e mesmo as Universidades Públicas são os principais exemplos.

⁸² Esse tratamento promoveu uma verdadeira transferência de recursos da agricultura para as indústrias, impulsionando de forma definitiva a dependência desta àquela. Kageiama et al (1990) denominaram este processo por “modernização compulsória”: “através da concessão de crédito altamente subsidiado e do subsídio direto ao consumo de alguns insumos, o Estado buscou implantar um padrão técnico-econômico (“moderno”) por ‘cima das condições de mercado’ e transformá-lo no padrão dominante, modificando assim as próprias condições de concorrência e funcionamento dos mercados (p.162. observação acrescentada). A este respeito,

No ano seguinte eu peguei um pouco de empréstimo pra plantar banana e eles queriam que usasse adubo e veneno na bananeira, então levei as notas lá no banco pra poder pegar o dinheiro e daí comprei um saco de adubo, um galão de veneno pra botar na bananeira. Foi uma coisa obrigado, o banco é que me atropelou pra comprar veneno. Usei veneno uns anos, pra matar o mato da bananeira, adubo eu nunca quis jogar, comprei e vendi um pouco (...) um pouco ficou aí no galpão, secou ali, não usei (risos da esposa) não!!! Vou botar lá nas terras... eu sabia que dava suficiente, pra que eu vou botar lá pra estragar a terra, então ficou ai. *Isso foi quando?* [hummm, você tem quanto anos? (pergunta para o filho){21} Foi a uns 23 anos por aí] (E06 – AE, entre colchetes está o comentário da esposa e entre chaves o do filho).

Todo este contexto acima referido se concretizou de uma forma exemplar no estado do Rio Grande do Sul e, como já fica explícito nos relatos citados, não foi diferente na região estudada. A transformação da agricultura relatada por diversos agricultores coincide precisamente com o diagnóstico realizado por diversos estudiosos da questão agrária no país. Ou seja, especialmente ao longo da década de 1970, irá se consolidar nesta região um intenso processo de difusão tecnológica promovida destacadamente pela Emater – principal instituição pública estadual de extensão rural – auxiliada pelas empresas públicas de pesquisa e pelas vantagens do crédito rural subsidiado, considerando, neste caso, os requisitos exigidos com vistas à modernização que deveriam ser adotados pelos agricultores, uma vez adquirido tal crédito.

Nesse período também ganhará um grande destaque a presença de indústrias que promoverão um formato de produção no qual integra a propriedade rural e o agricultor ao seu processo produtivo⁸³. Sendo referida genericamente por “agricultura integrada”, este formato ganhou expressão na região do Litoral Norte ao ser implementado, com maior abrangência, pela empresa fumageira. Essa agroindústria foi a que mais atuou e a que mais envolveu os agricultores nesse processo, que passou a vigorar já a partir da década de 1950. Isto fica evidente nos freqüentes relatos de agricultores onde acentuam o fato de que em algum momento estiveram integrados a tais empresas. Nesse sentido, o processo de modernização da agricultura nesta região sofreu uma grande influência dessa dinâmica, uma vez que ao se incorporar a esta cadeia, os agricultores eram obrigados a adotar todo o pacote tecnológico

veja também Silva (1982).

⁸³ Esse processo constitui o que Kageyama et al (1994) denominaram de CAIs – Complexos Agroindustriais, um tipo de arranjo estrutural que transformou, a partir do processo de modernização técnico-econômico, o até então existente “complexo rural”. O que enseja a constituição dos CAIs são elementos que se referem “à internalização da indústria de máquinas e insumos agrícolas, à modernização e expansão do parque agroindustrial e, permeando esses processos, a montagem de um aparato de política econômica voltada à “soldagem” dos componentes dos

que vinha acompanhado pela orientação dos técnicos que atuavam exclusivamente para tais empresas⁸⁴. Os diálogos que seguem ilustram bem este fato:

O seu pai mexeu com veneno? Ele plantou fumo durante 3 ou 4 anos e depois ele não quis mais. ***E como chegou essa cultura?*** Rapaz..., uma vez veio um japonês aqui, ele sempre me contava esta história, eu era muito pequeno e não cheguei a conhecer ele, mas veio uns japoneses aí, através de uns técnicos e mostraram umas técnicas, aí que começaram a usar veneno, entende. Até usava descuidadamente porque eles sabiam muito pouco ler então não liam os rótulos e não sei se os rótulos informavam bem também, mas eles andaram usando através desta técnica aí (...) ***O fumo sempre foi uma cultura criada já com a empresa que comprava...*** Isso, justamente, ele obrigava o cara a usar o veneno e o adubo, ele já traz a medida certa para o cara. ***E você, chegou a trabalhar com fumo...?*** Trabalhei, quase 6 anos atrás eu cheguei a trabalhar com fumo durante 3 anos, trabalhei com fumo. Tinha bastante consciência do que eu estava fazendo, mas... (E09 – AE).

O Senhor lembra do pai do Senhor usar adubo, agrotóxico...? Quase que nada! A gente colhia tudo, milho, arroz, tudo sem nada. No fumo que era mais usado, vinha a Souza Cruz (...) era a primeira, a 50 anos atrás, eu era piuzinho. ***Não chegaram a produzir fumo sem veneno...*** Não, no fumo não. ***Com o fumo sempre foi...*** Sempre foi. Inclusive aqui na região foi o que desenvolveu na época deles foi com a plantação de fumo. Depois a gente continuou, mas logo já foi parando, passando para o arroz. Tem a banana também, que ajuda no custeio da família (E04 – AE).

Como apontado nestes relatos, a empresa fumageira irá ver decrescer fortemente o número de agricultores adeptos a este modelo de produção. Já a partir do final da década de 1970, este sistema integrado cederá espaço a outros sistemas de produção baseados principalmente na orizicultura e na horticultura, lembrando que a bananicultura sempre esteve presente nas áreas de relevo impróprio para os citados cultivos. Convém salientar que, apesar deste acentuado decréscimo no número de agricultores integrados a essas empresas, isto não significou a sua retirada por completo daquela região. Uma pequena parcela de agricultores ainda considera que este sistema de produção apresenta vantagens comparativas às outras opções que se lhes apresentam para permanecerem no meio rural, como, por exemplo, a garantia de venda de sua produção.

CAIs (agricultura e indústrias a montante e a jusante)” (p.185).

⁸⁴ Falk et al (1995) denunciam que a cultura do fumo “é a mais arcaica forma de servidão, tipo de escravidão, embora, paradoxalmente, seja a mais monetizada. O produto tem valor, mas o trabalho para produzi-lo não”

Tal processo de transformação da agricultura na região produzirá externalidades negativas que, aliados a outros fatores (especialmente discutidos na seção anterior) irá motivar os agricultores a buscarem outras alternativas tecnológicas. Uma das externalidades mais evidenciada se refere aos constantes casos de intoxicação por agrotóxicos. De fato, um dos motivos mais freqüentemente apontado pelos entrevistados para se envolverem com a agricultura ecológica foram os casos de intoxicação vividos pessoalmente ou presenciados no meio rural. Cabe mencionar que a cultura do tabaco é uma das mais exigentes em pulverizações com pesticidas e, por conseqüência, é dentre os agricultores fumageiros onde mais são encontrado os relatos sobre as intoxicações⁸⁵.

Outro motivo apontado é o alto custo da prática dessa agricultura produtivista e o baixo preço dos alimentos comercializado pelos agricultores, o que lhes confere um lucro bastante reduzido. Este aspecto é melhor explicado por Ribeiro (1999, p.01):

Como é necessário investir uma massa de capital inicial para produzir, e como os preços dos bens agrícolas estão em constante declínio nesta década, os produtores não tem conseguido repor os custos fixos, obrigados a cada vez produzir mais, para notar maior declínio de renda, que respondem com nova expansão produtiva, que encontra nova queda de preços pela frente.

Outros elementos que estão inseridos nessa discussão sobre a agricultura moderno-produtivista poderiam ser aqui elencados, mas, diante do que interessa a esse trabalho o panorama traçado é suficiente para conformar o cenário a partir do qual irá emergir a agricultura ecológica na região, na qual se configurará a relação estabelecida entre o mediador social vinculado ao Centro Ecológico e o agricultor ecologista organizada na Acert. Unidos contra este modelo, que, todavia se sustenta pelos princípios que ditaram o desenvolvimento da RV⁸⁶, estes agentes iniciarão a experiência de uma agricultura que busca se distinguir, da

(p.245).

⁸⁵ Falk et al (1995) apontam evidências de que o alto índice de suicídios apresentado no município de Venâncio Aires – RS, estão diretamente relacionados com o uso dos agrotóxicos aplicados nessa cultura.

⁸⁶ Atualmente o que mais tem polarizado a discussão em torno da modernização da agricultura se refere ao tema da biotecnologia e, mais especificamente, o debate acirrado sobre a produção de alimentos transgênicos.

forma mais expressa possível, daquela agricultura predominante e que a partir de então assumirá o rótulo, aplicado por estes, de convencional.

2.4.2 Agricultura Ecológica como “bandeira de luta” da igreja

Ao se falar da agricultura ecológica atualmente existente no Litoral Norte do Rio Grande do Sul deve-se reconhecer o importante papel que cumpriu a Igreja Católica na sua origem e consolidação. É certo que tal generalização não corresponde exatamente ao que de fato se efetivou, haja visto que não se trata de uma ação unificada da Igreja Católica enquanto instituição e nem, tampouco, uma orientação pastoral coordenada e determinada pelas instâncias hierárquicas às quais estão submetidos os padres e os fiéis católicos. Trata-se mais propriamente de uma iniciativa restrita a uma pequena parcela do clero e dos fiéis pontualmente localizados em determinadas regiões. Portanto, o termo “igreja” é destacado para apontar uma dimensão simbólica própria daqueles indivíduos que cultivam uma identidade religiosa.

Os agentes que compõe esta restrita parcela da Igreja Católica (e das demais igrejas cristãs, sobretudo) estabelecem uma certa identidade religiosa sustentada sobre uma reinterpretação dos ensinamentos bíblicos. Tal exegese os levam a traçar um constante paralelo entre as histórias “sagradas” e as histórias vividas pelos povos que atualmente sofrem as conseqüências da injustiça social. Esta “nova função” atribuída aos textos bíblicos é influenciada e aliada a uma ideologia fortemente marcada pelas noções marxistas de compreensão da sociedade. Esta conjunção, uma vez articulada com a dimensão teológica, constituirá o que ficou amplamente conhecida como Teologia da Libertação⁸⁷.

Inspirados pelas discussões suscitadas por esta nova corrente da teologia, se sedimentará no seio da estrutura formal das Igrejas, tanto a Católica como algumas do protestantismo histórico⁸⁸, uma vertente convencionalmente chamada de “ala progressista” ou “esquerdista”⁸⁹. Ainda que se possa identificar ao longo de toda história das igrejas a ocorrência esparsa desses grupos ideologicamente destoante da cúpula eclesiástica, foi a partir da nomeação do Papa João XXIII (1958 – 1963) e do Concílio Vaticano II (1962 – 1965), imersos em uma série de outros elementos de caráter conjuntural, que se conformará as bases

⁸⁷ Para se aprofundar neste assunto veja, dentre muitos outros Dussel (1995), Gutiérrez (1974), Boff (1986) e Löwy (2000).

⁸⁸ Especialmente as Igreja Luterana e Metodista

⁸⁹ Um importante apanhado histórico-sociológico da trajetória das Igrejas, especialmente a Católica, conferindo destaque ao seu papel político pode ser encontrado em Löwy (2000).

para a emergência da “Igreja dos Pobres”. Ser progressista ou conservador passa a ser, fundamentalmente, uma referência aos integrantes do clero e serão assim rotulados conforme a sua tomada de posição, explicitamente definida, frente às lutas sociais. São progressistas aqueles que fazem a opção preferencial pelos pobres e, conseqüentemente, incorporam em suas práticas as exigências dessa opção que se traduz, basicamente, em um engajamento em organizações e atividades relacionados a esta causa. Por outro lado, conservadores designam aqueles preocupados apenas com as questões espirituais, com a salvação da alma ou que explicitamente se posicionam ao lado dos dominantes (ricos). É notória a percepção de que os principais movimentos de contestação que tiveram maior repercussão nacional, desde aqueles que atuaram contra a ditadura até aqueles vinculados à questão agrária, contaram com a ostensiva participação deste clero dito progressista. É precisamente a essa igreja que se atribui um papel de grande relevância na origem e consolidação da agricultura ecológica no Litoral Norte.

Vale destacar que as discussões em torno da agricultura ecológica nascem, como já foi apontado em outra parte desse trabalho, no bojo de outras lutas que já haviam alcançado o seu auge naquele período. Refere-se aqui, nomeadamente, à luta pela reforma agrária que, sobretudo no Rio Grande do Sul, mobilizou um grande contingente do clero e agentes de pastorais⁹⁰. Dado as características fundiárias da região do Litoral Norte, marcada pelo predomínio de pequenas propriedades rurais de gestão familiar, o que determinou a questão agrária não foi propriamente a luta pela reforma agrária, mas foram as reivindicações por transformações na estrutura agrária que possibilitassem a permanência e sobrevivência destes pequenos agricultores no campo. Nesse sentido, será prioritariamente ao redor dos impactos produzidos pela revolução verde e pela busca de alternativas tecnológicas e econômicas que se concentraram as ações dos padres e de determinados agentes religiosos⁹¹, ligados preponderantemente à Igreja Católica dessa região.

É bastante comum a menção, seja pelos agricultores ou pelos mediadores, à forte influência dos padres e outros agentes religiosos que atuaram nesta região. A adoção da agricultura ecológica como uma verdadeira bandeira de luta da igreja local é facilmente verificável. Isto fica evidenciado na fala desta agricultora entrevistada ao se referir à atuação

⁹⁰ A respeito do envolvimento dos agentes religiosos, especialmente vinculados à Igreja Católica, com a luta pela reforma agrária no Rio Grande do Sul ver Gaiger (1987).

⁹¹ Da mesma forma que Gaiger (1987, p. 9), designa-se aqui por religioso aquele “agente que tem seu papel e sua identidade e prática estruturados a partir – embora não exclusivamente – do campo religioso”. Busca-se nesse texto evidenciar o papel dos padres, dado a importância conferida a estes pelos agricultores, mas o conceito de agente religioso, como se pressupõe, envolve não somente aqueles pertencentes ao clero.

de uma ex-postulante à freira e de alguns padres que se valem de diferentes estratégias para envolverem os agricultores com tal proposta:

A Reinalda, ela foi a mulher que eu falei para ti, ela estudou pra freira e desistiu e aí ela trabalhou como leiga, sabe. E ela que incentivou.... Era aposentada como professora em Santa Catarina e era no fim de semana que as vezes ela vinha fazer as reuniões, então ela..., até hoje o pessoal diz que a ACERT começou com a Reinalda a ter força. Então hoje tu pode ver o trabalho de agorecologia tem bastante mulheres, faz uma assembléia e coisas, tem uma participação das mulheres bastante. Hoje tem a farmacinha, a farmácia alternativa quem faz é as mulheres, tem o movimento das mulheres também, é através dela também. Hoje ela já não pode quase mais e o movimento continua. ***Antes dela a senhora não tinha escutado falar na agricultura ecológica?*** Não. ***Ela foi a primeira pessoa que...*** É, a gente começou através dela e depois os padres começaram a comunicar, né, nas missas... ***Ah, os padres também...*** É, os padres também. ***E quem eram os padres que mais apoiavam?*** Tem o Pe. Josimar, aquele Adalberto alí foi depois um pouco dele, aquele de Três Cachoeiras que hoje ainda continua lá mesmo. O Pe Remi..., vinha outros padres que vieram primeiro. Tinha um que era padre e deixou de ser padre, era o Pe. Ricardo e depois deixou de ser padre.... Mas começou por alí, ía na igreja, na hora da missa se dava o aviso... então começou dali (E01 – AE).

Como se percebe pelo relato dessa agricultora, estes padres e a citada agente religiosa, se empenham em torno da proposta da agricultura ecológica exercendo um papel que vai muito além de uma simples postura de simpatizantes e motivadores. Desempenham uma função que é própria daquele agente que aqui se tem referido a partir do conceito de mediador. Assumem uma posição típica de quem acessa diferentes espaços sociais, o que lhes possibilita criar as condições para a aproximação entre os agricultores, de um lado, e essa nova forma de fazer agricultura, de outro. Valem-se, para isso, de um processo de convencimento ostensivo chegando, inclusive, a se utilizarem de espaços coletivos de caráter intrinsecamente religioso e socialmente heterogêneo como as missas, para divulgarem e fazerem apologia dessa agricultura ecológica. O processo de seleção das informações e de transcodificação pelo qual estes agentes são responsáveis, potencializados pelo poder destacado que lhes confere a posição que ocupa no conjunto da sociedade, especialmente no meio rural onde a religiosidade é bastante vigorosa, irá ser determinante para a sensibilização destes agricultores para a mudança propugnada.

Se faz mister acentuar, já neste momento, que a agricultura ecológica assume para estes agentes religiosos um caráter que transcende à uma simples mudança processual e

tecnológica. Este aspecto será melhor discutido no próximo item, mas interessa aqui deixar evidenciado que estes agentes religiosos identificam na agricultura ecológica uma bandeira de luta em torno da qual está aglutinado um conjunto de outros aspectos inerentes ao campo de contestação ao sistema vigente. Sendo assim, esse processo de mediação seleciona um determinado público propenso a se render a estes argumentos e, a partir daí, o grupo constituído conformará uma base que irá transformar sua forma de produzir, mas, sobretudo, irá transformar seu modo de ver o mundo. Portanto, a importância atribuída a essa discussão a respeito do papel da igreja local na emergência desse agricultor ecologista, no sentido de auxiliar a compreensão da relação destes com os mediadores sociais vinculados ao Centro Ecológico, reside exatamente no fato desse processo já haver se iniciado com uma carga ideológica intensificada pela atuação destes agentes religiosos. Esta característica será determinante para fundamentar a constituição da citada relação sobre uma forte base ideológica.

Vale se deter um pouco mais sobre a análise do destacado poder simbólico exercido pela igreja para se avançar na discussão a respeito de como a dimensão religiosa caminha lado a lado com a dimensão política no processo de adesão dos agricultores à agricultura ecológica. Na medida em que se associa a proposta de uma forma de fazer agricultura a várias outras dimensões da luta pela transformação da sociedade e, sobretudo, quando esta luta assume uma áurea de sagrada ao ser defendida como tal, o seu poder de legitimação e de mobilização são intensificados. Ainda que seja justo afirmar que os “padres progressistas” ocupam uma posição de inferioridade no campo religioso, é fácil perceber que o rito de instituição que os marcou com a distinção do “ser padre”, lhes confere um significativo poder frente àqueles que cultivam uma crença religiosa. O enunciado proferido por este padre, mormente ocupando um espaço sagrado como o da celebração de uma missa, tem um grande efeito de transformação ao nível do indivíduo. Mais ainda quando desenvolvem uma interpretação do real e das proposições que efetivam, revestidas de uma armadura que lhe atribui um *status* de sagrado. “Ele (o padre) dizia que estava matando a Santa Mãe Terra, quem usa veneno está matando a nossa mãe, a nossa Santa Mãe Terra” (E02 – AE).

(...) eu fui no encontro de jovens da roça, eu sou jovem da roça, eu sempre nesse espírito de liderança que puxava em mim. Aí eu fui no encontro e eles começaram a rezar lá no primeiro dia... “ahhh o que eu estou fazendo aqui” chegamos lá falando de terra, mãe terra, que a terra é nossa mãe... terra agroecologia... aí eu disse opa!! Aqui é meu lugar!! De um dia para o outro eu comecei a ir nas plenárias e discutir

falar dobre agroecologia, dizer que eu era agricultor ecologista há muito tempo (E05 – AE).

Nestes dois comentários proferidos por uma senhora agricultora e um jovem agricultor, respectivamente, fica patente a sensibilização de ambos em torno da idéia construída pelo padre e pelos coordenadores do grupo de jovens de que a terra é mãe e, ao mesmo tempo, é santa. O tratamento dado à noção de terra a retira do domínio puramente físico-agronômico para inscrever-lhe sobre o domínio do sagrado e, sendo santa e mãe, impõe-se a exigência de como tal ser respeitada. Esta é uma expressão exemplar do poder transformador do enunciado proferido pelo padre e por outros agentes religiosos.

É dessa forma que vai se construindo a utopia em torno da qual se aglutinam e se identificam os agentes aqui tratados. E nesse sentido concorda-se com Houtart⁹² quando este afirma que: “a) a primeira condição da existência de uma utopia é a existência de um arbitrário social, geralmente baseados em uma forma de expropriação dos meios de produção; b) as utopias são uma produção coletiva das classes subalternas e representam uma espécie de libertação”. De fato, a denúncia das condições de exploração às quais estão submetido os agricultores é um aspecto fundante da idealização de uma vida futura liberta das injustiças do presente. A utopia que vai se construindo é marcada por expressões de efeito (“Santa Mãe Terra”) que ditam um novo arbitrário social que, por sua vez, vai se consolidando na relação entre os agentes e na disputa entre as diferentes visões de mundo que marcam a dinâmica da sociedade. Sustenta-se aqui que os agentes religiosos são os portadores determinantes desse arbitrário social que se constrói.

O que expressa o discurso dos agentes religiosos é uma visível imbricação do religioso com o político na edificação dessa utopia. Ao deslocar o foco do político para o religioso, sem, ao mesmo tempo deixar de ser uma questão intrinsecamente política, o efeito de sensibilização é evidente. Nesse sentido, a referência à agricultura ecológica como uma proposta que se alia coerentemente com os desígnios de Deus é assimilada pelos agricultores de uma forma bastante confortadora. É se expressando dessa forma que esta agricultora definiu a sua identidade como agricultora ecologista:

ser agricultora ecologista é ser família eu acho, ser agricultora ecologista é ser vida. A gente vai na igreja ‘ah, (ela) trabalha na ecologia’; ‘oh, Pai, eles plantam sem veneno, nós não!’. É ter vida, não entender que os outros meus semelhantes é só morte, não, mas é

⁹² Na introdução à obra de Mwene-Batende (1982 *apud* Gaiger, 1987 p. 39).

uma condição de vida que eu quero levar àqueles outros juntos, sabe! Fala o Evangelho, fala em ecologia, me lembra muito a palavra vida e me lembra querer mais gente, né!? (E12 – AE)

Na fala dessa agricultora se expressa, de forma marcante, a presença de uma ética religiosa que permeia a forma de pensar sua prática enquanto agricultora. “Ser agricultora ecologista é ser vida” e tanto o “Pai” (Deus) quanto aqueles que plantam com veneno reconhecem essa diferença. Desenvolver a representação de que plantar sem veneno é se posicionar ao lado da vida e do bem e, indiretamente, situar aqueles que usam veneno ao lado da morte e do mal, se constitui numa estratégia que alia os preceitos de uma ética religiosa ao poder de distinção que lhe confere os *status* de quem pratica uma agricultura saudável em vista dos demais agricultores que praticam uma agricultura que produz morte. Fica revelado um júbilo pessoal por sua coerência religiosa e, ao mesmo tempo subentendido a necessidade de um “ato penitencial” perante Deus daqueles que produzem a morte com o uso do veneno. Isto também é expressão de como se constitui a identidade do agricultor ecologista que se afirma sempre na referência ao agricultor convencional. E, como fica notório, busca sempre creditar suas qualidades omitindo suas deficiências, ao mesmo tempo em que se demarca dos inconvenientes do agricultor convencional.

Na discussão até aqui conduzida pode parecer que se atribui uma importância exagerada a esta dimensão religiosa que esteve presente na origem da Acert e, com menor intensidade, segue presente. Mas pelas evidências aqui apresentadas e pela unanimidade em relação à sua importância diagnosticada entre os agentes pesquisados, conclui-se que o tratamento destinado condiz com realidade dos fatos. Não obstante, cabe ressaltar que não se trata aqui de conferir uma importância exclusiva para aqueles que ocupam um posto de destaque na hierarquia da igreja, notadamente os padres. Estes cumpriram um papel de potencializadores (devido ao seu poder) nessa transformação assumida pelos agricultores. Deve-se reconhecer que o ambiente já estava fertilizado pelos movimentos locais, no qual os sindicatos e, sobretudo as pastorais, já desempenhavam uma importante influência na dinâmica desses agricultores. Neste sentido, a aposta especialmente efetivada pelos padres, ainda que orientada genericamente a todos os fiéis, tinha um objetivo certo que era aqueles agricultores que já discutiam outras questões a respeito da realidade em que viviam. Ainda assim, pode-se sustentar que a atuação da igreja sobre tal dinâmica foi tão determinante que até mesmo um padre, citado por quase todas as famílias entrevistadas, chegou a integrar simbolicamente a Acert em sua origem, como fica subentendido na declaração deste

associado: “o Pe. Remi foi um pai pra nós aqui, até meio de sócio ele entrou, pra incentivar, pra dar coragem, precisa de gente que faça a frente e dê coragem” (E10 – AE).

Por fim, é importante deixar registrado que a presença da igreja não se restringiu somente a este apoio moral, ela também se efetivou sobre a dimensão econômica. “E aí a gente decidiu encarar (se refere à formação da Acert), tinha bastante apoio da Pastoral Rural na região, aí a Pastoral Rural ajudou na questão financeira, emprestou dinheiro...” (E15 – AE). Além desse apoio econômico diretamente destinado à organização dos agricultores reconhecido na fala dessa agricultora, a igreja, na figura da Comissão Pastoral da Terra, estabelecerá, em 1994, através de um convênio com uma agência de cooperação internacional holandesa, um acordo de cooperação técnica com o Centro Ecológico, o que permitirá a contratação de um engenheiro agrônomo para atuar exclusivamente na região de Torres. Aliás, o próprio local onde atualmente está sediado o escritório do Centro Ecológico no Litoral Norte é um Centro Pastoral pertencente à Igreja Católica. Como se vê, por tudo o que aqui se discutiu, a igreja foi muito mais do que um mero coadjuvante nesse processo. Menosprezar sua importância na compreensão do nascimento e na conformação do perfil dos agricultores ecologistas da Acert seria no mínimo um relapso.

2.4.3 Agroecologia, Agricultura Orgânica, Convencional e outras agriculturas

Desde que nasceu, a agricultura foi palco de constantes transformações ao longo de sua história. Especialmente após a introdução da Revolução Verde todas as instituições diretamente envolvidas com a agricultura e, sobretudo os agricultores, se viram imersos numa dinâmica onde a cada dia se apresentavam mudanças tecnológicas e processuais com vistas a gerar ganhos em produção e em produtividade. Na mesma proporção desses avanços, os impactos daí ocasionados foram se intensificando e passando a desafiar os pesquisadores a incorporarem estas preocupações em suas agendas de pesquisas. Também diante dessas constatações, uma série de pessoas e organizações passaram a desenvolver outras formas de fazer agricultura que não necessitavam lançar mão desses insumos gerados segundo a lógica da Revolução Verde. Irão, então, ao longo do tempo, se consolidar essas “novas agriculturas”, estampando diferentes denominações: agricultura alternativa, agricultura orgânica, agricultura ecológica, etc. Nesse sentido, o propósito desta seção, é o de construir uma espécie de observatório a partir do qual o leitor poderá localizar, dentro do limite macro da agricultura enquanto um setor socioeconômico, as várias formas de se praticar a agricultura,

especialmente aquelas que não utilizam os insumos sintetizados industrialmente. Essa caracterização guardará as diferenças, por vezes sutis, entre essas várias formas de se fazer agricultura e desde já se acentua que todas elas se demarcam do pólo majoritário desse campo, que é genericamente identificado pela denominação de agricultura convencional⁹³.

A denominação que inicialmente mobilizou em torno de si o maior contingente de adeptos foi a Agricultura Alternativa. Já em meados da década de 1970, muitos agrônomos, agricultores e outros ativistas envolvidos com as questões ambientais e agrárias voltaram suas atenções para a construção de uma forma de pensar a agricultura que representasse uma alternativa à convencional e que fosse viável sob os vários pontos de vistas: ambiental, econômico, social e cultural. Essa foi a primeira denominação a assumir um caráter mais amplo, como um “guarda-chuva” sob o qual se encontravam muitas vertentes específicas inspiradas no mesmo princípio da não utilização dos insumos sintetizados pela indústria. Isto equivale a dizer que, ao se referir à Agricultura Alternativa, não se está apontando exclusivamente para uma forma específica de produção agrícola. Trata-se mais propriamente de uma construção ideológica que se demarca da forma dominante de pensar a agricultura. Ou seja, ela tem incorporada em suas proposições questões que vão muito além da simples adoção de técnicas e tecnologias “limpas” e, por isso, pode-se defini-la mais precisamente como um movimento social⁹⁴. Nesse sentido, é com relativa freqüência que se percebe subjacente à discussão sobre a construção de uma agricultura alternativa, a proposição de uma “sociedade alternativa”. Com efeito, o próprio discurso do militante apresenta esse trocadilho como forma de legitimar as amplas proposições que devem compor a discussão de uma alternativa para o que está hegemônico no campo da agricultura e na sociedade em geral. Deve-se, portanto, considerar os aspectos técnicos-produtivos, mas também a distribuição de renda no meio rural, a segurança e a educação alimentar, a estrutura fundiária, o comércio internacional, a relação entre o produtor e o consumidor, o estabelecimento de um comércio justo, as responsabilidades estatais nesse setor; enfim, tudo o que se refira à transformação da base sobre a qual estão sustentadas as relações sociais e de produção predominantes,

⁹³ Nesse trabalho essa denominação também pode ser intercambiada por “agricultura moderna”, “agricultura clássica” ou “agricultura produtivista”. Deve-se considerar que na atualidade, com a implementação da biotecnologia (em seu sentido mais estrito, quase como sinônimo de transgênicos) emergiu mais um polo de disputa complexificando ainda mais este campo da agricultura. O produtor convencional de soja, por exemplo, busca se distinguir daquele produtor de soja transgênica e, assim, colher os benefícios simbólicos e materiais dessa distinção. O mesmo pode-se dizer em relação a outros agentes que operam neste campo de disputas (políticos, cientistas, ativistas...).

⁹⁴ Utiliza-se para este caso, a definição de movimento social sintetizada por Almeida (2003, p.511) como sendo uma “uma ação social organizada contra o poder de adversários que têm as rédeas do modo de desenvolvimento (neste caso) agrícola”.

especialmente no meio rural, mas estendendo-se a toda sociedade. As quatro edições do EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa e os vários ERAAs – Encontros Regionais de Agricultura Alternativa, organizados pelas associações profissionais dos engenheiros agrônomos e pelas organizações dos estudantes de agronomia, ocorridos especialmente durante a década de 1980, tiveram grande expressão na difusão e consolidação dos princípios norteadores dessa nova proposta.

A Agricultura Alternativa, enquanto uma denominação unificadora, irá aos poucos perder em expressão e será substituída por outra denominação menos ideologizada e, por isso mesmo, mais palatável a várias correntes da agricultura, inclusive se abrindo ao reconhecimento daquela agricultura que, *stricto sensu*, seria considerada convencional, mas que se apóia em práticas de conservação do solo e da biodiversidade e no baixo uso de insumos externo. Trata-se da chamada “Agricultura Sustentável”. Não importará discutir neste trabalho a complexidade teórica e conceitual que está subjacente à palavra “sustentável” e nem a sua origem histórica⁹⁵. Satisfaz os propósitos dessa discussão, apenas deixar constatado que esta é uma palavra que se esvaziou de conteúdo ao longo do tempo. Por pressupor uma carga de positividade, ela foi e ainda é utilizada nos meios acadêmicos, políticos e em muitos espaços sociais de maneira corrente e sem um estatuto conceitual coerente. Normalmente adjetivando outros termos, forma expressões que carecem de sentido como: agricultura sustentável, desenvolvimento sustentável, crescimento sustentável, mercado sustentável, alimentação sustentável, etc. Ainda que se reivindique uma compreensão da noção de sustentável como uma expressão que prevê uma atenção equânime para o ambiental, social, econômico e cultural, o que se sedimentou a partir do seu uso foi uma associação direta à dimensão ambiental. Portanto, quando se estampa o termo sustentável o que está convencionado genericamente é apreende-lo como uma estrita preocupação com a questão ambiental⁹⁶.

Nota-se que em função dessa ambigüidade característica que se assentou sobre a noção do que vem a ser sustentável, a denominação de agricultura sustentável não se “sustentou” como a que reunia os princípios “subversivos” ao modelo hegemônico. Já em meados dos anos 1990, a denominação que se fortalecerá e se popularizará neste âmbito, com a mesma pretensão de unificar as formas específicas de se fazer agricultura sem o uso dos

⁹⁵ Para isto remete-se o leitor ao interessante artigo de Sachs (1997) onde apresenta uma anatomia política do desenvolvimento sustentável. Em sentido semelhante, Carvalho (1991) aponta os mitos em torno da noção de desenvolvimento adjetivado pela noção de sustentável. Para uma discussão mais específica sobre a agricultura sustentável ver Costabeber (1998) e Ehlers (1996).

⁹⁶ Sobre essa afirmação Navarro (2001) e, sobretudo, Sachs (1997) desenvolvem argumentações esclarecedoras.

agroquímicos, será a “Agroecologia”. Esta é a denominação de maior expressão que vigora atualmente no Brasil e em vários outros países. Ela é herdeira do mesmo estatuto político-ideológico que deu forma ao movimento da agricultura alternativa e, portanto, se propõe ir além da transformação técnico-produtiva. Nesse sentido, há uma variedade muito grande de definições a respeito do que vem a ser a agroecologia. Entre os seus próprios proponentes, há uma visível disputa pela sua melhor definição, observando-se desde os que defendem a agroecologia como uma referência alternativa estritamente tecnológica e processual, até aqueles que a aproximam mais da noção genérica de desenvolvimento, chegando a proposições tão amplas que extrapolam em muito o campo da agricultura⁹⁷.

Os principais agentes estabelecidos neste campo de disputa que assumem o pólo representado pela agroecologia são as ONGs e, de forma menos acentuada, os representantes de instituições governamentais. Ainda assim, a experiência conduzida pela Emater do Rio Grande do Sul, ao assumir a agroecologia como prioridade institucional, lhe conferiu uma grande visibilidade, pois foi a primeira instituição pública a assumir oficialmente esse modelo de agricultura como pilar de suas atividades⁹⁸. Deve-se ressaltar que esta experiência foi desenvolvida ao longo da gestão de um governo (1999-2002, governo Olívio Dutra – Partido dos Trabalhadores) com características ideológicas de esquerda, o que determinou uma nova dinâmica tanto na disputa interna à agroecologia, quanto no campo da própria agricultura⁹⁹. Passada essa experiência, fica o reconhecimento de que são as ONGs as que mais concretamente desenvolveram um formato de agroecologia que, aplicado a um nível micro, criou as condições para que grupos de agricultores se sustentassem e se identificassem a partir de tal proposta. Por outro lado, a pretensão de alçar a agroecologia para além de sua situação de marginalidade não teve o êxito esperado pelos dirigentes do governo estadual. Ao contrário, como foi diagnosticado por Almeida (2003 p.512), o constante desvio para debates

⁹⁷ Sobre esta discussão, ver Almeida (1999, 2003), Altieri (2001), Glissman (2000), Guzman et al (2000).

⁹⁸ Ver Caporal e Costabeber (2000)

⁹⁹ Isto pôde ser percebido, dentre outras várias evidências, pela intensa disputa em torno dos transgênicos. Esta disputa chegou a ganhar expressão internacional e esteve profundamente marcada pelo acirramento ideológico entre os representantes do governo e as representações dos produtores e das empresas produtoras dessas sementes geneticamente modificadas. Por outro lado, as ONGs que historicamente atuaram sob os princípios da agroecologia, dentre as quais o próprio Centro Ecológico, não se identificaram inteiramente com esta proposta conduzida pela Emater, acusando-a de reproduzir o mesmo formato difusionista e verticalista predominante ao longo de sua existência. É emblemático, nesse sentido, a ocorrência de dois eventos com características semelhantes, o 1º Encontro Nacional de Agroecologia, realizado no Rio de Janeiro, em Julho de 2002, e os Seminários Internacionais sobre Agroecologia, que completou, em 2003, sua 4ª edição, organizados pela Emater-RS, em Porto Alegre. Apesar de suas características semelhantes, o primeiro foi organizado por uma rede de ONGs e se demarcou do segundo, especialmente pela metodologia de organização utilizada, que se propôs mais participativa, e por incentivar insistentemente a participação prioritária dos agricultores. Comentário semelhante pode ser encontrado em Almeida (2003, p.508).

com denso conteúdo ideológico “parece ter criado mais inimigos e opositores a agroecologia do que aliados, ainda que tenha reforçado as posições políticas e técnicas no cerne dirigente do governo gaúcho”.

O debate que se tem levado a cabo sobre a agroecologia não se restringe aos operadores técnicos e políticos envolvidos com as citadas instituições. Há, cada vez mais, grupos vinculados aos meios acadêmicos que estão içando a agroecologia desse meio quase que estritamente normativo para lhe revestir de um estatuto teórico e conceitual. Essa tentativa pode ser verificada a partir da ampliada produção de pesquisas que tem gerado dissertações e teses sobre este assunto. Mesmo em muitos cursos de agronomia vem se ampliando as concessões aos simpatizantes dessa proposta. Mas é coerente afirmar, de qualquer forma, que, sobretudo no campo acadêmico, estas vozes destoantes ainda representam uma pequena porcentagem que não chega a simbolizar algum nível de ameaça ao poder estabelecido¹⁰⁰.

É na Região Sul onde a agroecologia encontra sua maior expressão, ainda que se possa considerar que esteja nacionalmente difundida. Algo curioso a ser notado é que algumas das principais organizações sediadas no estado de São Paulo parecem ser as que mais claramente explicitam um certo desconforto com relação a esta dominação semântica da agroecologia enquanto aglutinadora das várias agriculturas “alternativas”. Esta consideração ficou evidente quando, num encontro sobre agricultura orgânica ocorrido na cidade de Piracicaba – SP¹⁰¹, foi apresentado uma nova denominação que nascia com a pretensão de substituir o papel que vinha sendo assumido pela agroecologia: a Bioagricultura. Essa nova denominação não teve repercussão mesmo entre aqueles que não se identificavam com a agroecologia e o que se pode afirmar com segurança é que esta não logrou reunir o mínimo de adeptos necessário para legitimar-se no âmbito desse debate já constituído. Portanto, dado sua insignificante expressão, não merecerá aqui mais do que esta breve menção¹⁰². Todavia, o que está

¹⁰⁰ No estado do Rio Grande do Sul se constituiu um influente grupo de extensionistas, pesquisadores e acadêmicos vinculados a Embrapa, a Emater e a algumas universidades públicas, que em sua grande maioria cursaram um programa de doutorado na Universidade de Córdoba – Espanha, com enfoque na agroecologia. Alguns dos trabalhos produzidos por estes a serem consultados são: Gomes (1999), Caporal (1998), Canuto (1998) e Costabeber (1998). Para uma breve discussão sobre a agroecologia no ensino superior ver: Sarandón (2002). Sobre a disputa especialmente voltada para a problemática ambiental envolvendo os adeptos da agroecologia e outros agentes do campo tecnocientífico, ver Coelho (2002).

¹⁰¹ Trata-se do HORTIBIO: 1º Congresso Brasileiro de Horticultura Orgânica, Natural, Ecológica e Biodinâmica, realizado na Universidade Metodista de Piracicaba – SP no período de 26 a 29 de Setembro de 2001.

¹⁰² É justo afirmar que esta proposição foi totalmente inexpressiva e não há mais do que uma tímida referência em uma revista produzida pelo idealizador da Bioagricultura e á apresentada com o sugestivo título: “Bioagricultura: o momento pede a união de todas as correntes que trabalham pela vida”. Ver Revista Agroecologia Hoje, n. 10 (2001).

subjacente a esta discussão é muito mais que uma divergência de fundo semântico. Ela explicita uma significativa diferença de caráter político-ideológico entre os grupos que, de maneira geral, gravitam ao redor do Instituto Biodinâmico e outras certificadoras de produtos orgânicos e as ONGs especialmente organizadas na Rede Ecovida e envolvidas com a construção de uma forma de certificação que se propõe participativa. Vale dizer, mais objetivamente, que no primeiro caso se trata de um grupo envolvido com as dinâmicas e exigências do mercado e atua segundo uma lógica empresarial, ao contrário do segundo que construíram um discurso de maior envolvimento com as variadas dimensões nas quais está inserido o agricultor.

A citada Rede Ecovida¹⁰³ nasce a partir da necessidade de coordenar uma ofensiva contra o processo que estava dominando a certificação de produtos livres de agroquímicos que consistia em conceder a uma “empresa” certificadora composta por inspetores, a prerrogativa de definir qual o produto poderia receber o rótulo de orgânico (ecológico). Este formato de certificação também passava a dominar, de forma quase que exclusiva, o âmbito da legislação e das políticas públicas. Assim, a Rede Ecovida emerge neste cenário e vem ganhando uma destacada visibilidade, propondo um formato de certificação denominado de “participativo”. Assim, a certificação que vem sendo propugnada por esta rede busca, da mesma forma que aquela conduzida por um inspetor, atender as exigências impostas pelo mercado com relação à garantia da procedência dos produtos comercializados. No entanto, a chamada certificação participativa foi gestada e vem se constituindo para romper com a centralidade e o alto custo da “certificação convencional”. Para isso, busca-se envolver representantes dos agricultores, consumidores e técnicos das ONGs que compõem uma comissão de inspeção e certificação e é exatamente em relação a esta compreensão e composição que consiste o participativo de sua denominação. Portanto, além das ONGs e das Associações de agricultores, esta Rede é composta também por associações de consumidores.

Como se percebe, trata-se de mais um elemento na disputa que vigora entre os grupos que estão reunidos sob a mesma égide da agroecologia. O nível de politização dos grupos atuantes no sul fez com que se identificasse no formato predominante de certificação uma certa incoerência com aquilo que vinham construindo. Aliás, a própria exigência do selo como condição para que se confie na procedência do produto era algo questionado, como fica

¹⁰³. Atualmente conta com 18 núcleos regionais espalhados pelos três estados do Sul e reúne mais de 150 grupos de famílias agricultoras, cerca de 23 ONGs, além das organizações de consumidores. Para maiores detalhes consultar a página na internet: www.ecovida.org.br. Veja também o folder institucional no Anexo F e o folder do Núcleo Litoral Solidário, do qual faz parte os agentes pesquisados, no Anexo C.

explícito na fala deste mediador que está vinculado à Rede Ecovida desde sua criação: “isto reagia muito forte dentro da gente, aquela discussão da necessidade até do selo! Quem tem que botar o selo é o produto convencional, ‘cuidado veneno’¹⁰⁴!” (E03 – MS). Dessa forma, a alternativa encontrada para evitar “a presença de um inspetor que viesse com um caderno de normas debaixo do braço fiscalizar uma propriedade que, talvez a mais tempo do que ele era nascido, já fazia agroecologia” (E03 – MS) foi a construção dessa proposta denominada de “certificação participativa”. Atualmente tal proposta vem ganhando adeptos de outras regiões do país e, mesmo, a atenção de agentes de outros países envolvidos com este tema¹⁰⁵.

Integrando este sobrevôo sobre as denominações mais correntemente verificadas neste campo da agricultura, cabe apresentar a forma dominante de se fazer agricultura contra a qual aquelas até aqui comentadas se demarcam. Trata-se da “agricultura convencional”, assim denominada por aqueles que se opõe a ela, ou seja, os preconizadores das formas alternativas de se fazer agricultura. Essa denominação carrega consigo uma forte carga de negatividade, uma vez que remete àquela prática na qual se pressupõe que não está prevista a preocupação com os impactos ocasionados pelo uso dos insumos sintetizados industrialmente. Portanto, não há o agricultor que se autodenomine de “convencional”¹⁰⁶; ele sempre será assim denominado por aquele que está no pólo oposto. Isto é expressão de uma disputa e, por consequência, da auto-afirmação da identidade do agricultor ecologista.

O agricultor ecologista, por exemplo, valorizará a sua prática e a sua visão de mundo apontando os equívocos e os males inerentes à agricultura convencional. Esta agricultura é praticada por um agricultor que, conforme o agricultor ecologista, ainda não atingiu um suficiente estado de consciência para compreender os valores próprios da agroecologia:

(..) eu acho que é muito comodismo [é preciso consciência também, porque...] consciência, comodismo, eu tô aqui na minha, não tenho crise de consciência. Eu vou continuar assim, que é mais garantido, não vou correr o risco. (E02 – AE, entre colchetes está o comentário de seu irmão)

¹⁰⁴ Algo curioso a ser notado é que existe, especialmente entre os profissionais das ciências agrárias, sobretudo durante a formação universitária destes profissionais, um esforço para se valer de expressões que suavizem a idéia negativa subjacente, por exemplo, à palavra “veneno”, utilizado aqui por este mediador. “Defensivo agrícola” é o eufemismo mais utilizado nesse caso. Por outro lado, entre aqueles envolvidos com a agricultura ecológica fazem questão de utilizarem termos como “veneno” e “agrotóxicos”, expressando simbolicamente a diferença em suas visões.

¹⁰⁵ Mais detalhes sobre a origem e o processo de constituição da Certificação Participativa, ver Santos (2002).

¹⁰⁶ Ainda que hoje em dia isso possa ser verificado, como já mencionado, quando o produtor convencional busca se distinguir daquele o agricultor que utiliza sementes transgênicas.

Por outro lado, o agricultor convencional, devido ao seu acentuado poder no campo da agricultura e perante a sociedade em geral, é aquele referido simplesmente como “agricultor” ou “produtor rural” e geralmente não está preocupado com estas discussões periféricas referentes às formas alternativas de se fazer e pensar a agricultura. Uma análise que pode auxiliar na compreensão dessa relação, guardando suas devidas proporções, é apresentada por Cardoso de Oliveira (2000) ao fazer referência a Regueiro Elan (1995), uma uruguaia que, após viver uma experiência nos Estados Unidos, destaca a relação que existe entre uma identidade nacional e uma identidade étnica. Segundo ela,

tanto a identidade étnica como a nacional são constructos com um propósito: no caso da identidade nacional, a coesão de um país por meio da narração de sua cultura e de sua história, e no caso da identidade étnica, a narração a partir da margem da história e da cultura daqueles que precisamente são excluídos da narrativa da primeira (Regueiro Élan, 1995 *apud* Cardoso de Oliveira 2000 p.11).

O que esta citação enseja em uma análise em relação às agriculturas aqui tratadas é que a agricultura ecológica não está inserida na narrativa da agricultura dominante, que se refere àquela aqui denominada de convencional. A narrativa da agricultura ecológica se dá a partir da periferia e se demarca dessa agricultura predominante como forma de se sustentar enquanto um identidade própria. Porém, é plausível afirmar que, em certas circunstâncias, é conveniente a eliminação dessa fronteira, de forma a colocar todos sob uma única égide, a do “agricultor” sem adjetivos (familiar, grande, pequeno, ecológico...). Isto se dá especialmente em relação a certas ações reivindicatórias junto ao poder público em prol de uma agricultura como um todo unificado. Ou seja, em situações como esta, uma identidade não elimina a outra, mas se colocam em suspenso em uma identidade integradora. Neste caso, o agricultor ecologista é, acima de tudo e como os demais, simplesmente um agricultor. A distinção se fará oportunamente, quando for conveniente sua identificação (ecologista) e a identificação do outro (convencional).

Para concluir, deve-se ressaltar que toda referência que se fará neste trabalho à agricultura convencional deverá ser entendida como sinônimo daquela prática que não está enquadrada por uma organização, ou movimento e sob a regência de normas de conduta em relação à utilização dos insumos e ao processo utilizado na produção agrícola, ainda que existam leis nacionais que regule esta agricultura.

2.4.3.1 Outras agriculturas

Explorado de forma panorâmica o terreno das várias agriculturas, convém agora apresentar, ainda que superficialmente, as outras denominações freqüentemente referidas dentro dos limites do campo das agriculturas alternativas, mas que de maneira geral, dizem respeito a formas e critérios específicos aplicados no desenvolvimento da atividade agrícola. Constituem-se assim, mais propriamente, em referências técnico-produtivas que não carregam, necessariamente, o constrangimento político-ideológico apresentado na discussão anterior¹⁰⁷.

Nesse sentido, a que mais encontra ressonância no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente dentre as ONGs que atuam com o desenvolvimento rural, destacadamente o Centro Ecológico, é a Agricultura Ecológica. De maneira geral, esta é a principal vertente que se fundamenta numa base técnica apoiada predominantemente no trabalho científico de Francis Chaboussou que deu origem à teoria da Trofobiose. Também busca sempre se referenciar nos princípios elementares da ecologia.

Para fazer agricultura ecológica é preciso trabalhar sob uma perspectiva de integração e harmonia com a natureza, buscando-se a minimização do uso de recursos externos e um melhor aproveitamento da capacidade de produção dos recursos naturais, renováveis e locais. Na agricultura ecológica as práticas agrícolas devem ser adaptadas às condições ambientais locais, e não o ambiente adaptado às práticas e as necessidades de produção dos cultivos.¹⁰⁸

Em certas situações esta denominação é intercambiada pelo que se denominou aqui de agroecologia, o que significa dizer que adquire os mesmos contornos desta, já comentado anteriormente.

A outra designação de maior expressão no Brasil e, pode-se dizer, na maior parte dos demais países, é a agricultura orgânica. Esta é uma forma de se fazer agricultura que em sua

¹⁰⁷ Isto não significa dizer que são neutras, longe disso. Ainda que a necessidade de se acentuar determinadas características possa causar alguma confusão nesse sentido, assume-se ao longo de todo esse trabalho que subjacente a toda técnica e tecnologia existem opções ideológicas de fundo. Mais radicalmente, pode-se dizer que a tecnologia é a materialização da ideologia.

¹⁰⁸ Retirado da página web da AECIA - Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado que é assessorada pelo Centro Ecológico: <http://www.aecia.com.br/oqueea.htm> consultada em 14/01/2004

gênese esteve orientada, prioritariamente, pelos processos biológicos do solo. Para o fundador dessa vertente, o inglês Albert Howard¹⁰⁹, a matéria orgânica é o principal elemento a ser considerado na restituição da fertilidade do solo, que, por sua vez, é o passo essencial para eliminar, a partir de um processo natural, as pragas e doenças que atacavam as plantas. Atualmente a noção de agricultura orgânica está bastante ampliada e transcende essas orientações iniciais vindo a incorporar outras várias outras práticas (uso de pós de rochas, biofertilizantes foliar e de solo, adubação verde, biocidas naturais, etc) para fertilizar o solo e controlar as pragas e doenças e, conseqüentemente, aumentar a produção e produtividade na agropecuária.

A agricultura orgânica é uma denominação que está mais comumente associada àqueles grupos de agricultores e técnicos mais preocupados em atender as demandas do mercado¹¹⁰ e é considerada a forma menos comprometida ideologicamente com outras questões referentes, sobretudo, às questões agrárias. Por isso mesmo, são constantemente acusados de promoverem apenas uma substituição do pacote tecnológico, se libertando dos agroquímicos para passar a depender dos insumos “limpos”. Este fato se torna ainda mais evidente devido ao surgimento de grandes empresas especializadas na produção de insumos legalmente aceitos na agricultura orgânica. Estas empresas identificaram nessa forma de se fazer agricultura um importante nicho de mercado. Tal flexibilidade tem seus limites definidos por uma legislação nacional¹¹¹ e por normas internacionais estabelecidas pela IFOAN¹¹², que atualmente é a organização internacional responsável pelo credenciamento das certificadoras que certificam produtos orgânicos para exportação.

¹⁰⁹ Considerado o pai da agricultura orgânica, Howard dirigiu entre os anos 1925 e 1930 um instituto de pesquisas de plantas na Índia onde desenvolveu as bases dessa agricultura após um período de observação das práticas dos camponeses nativos que produziam sem a utilização de fertilizantes químicos. Para maiores detalhes ver Ehlers (1996).

¹¹⁰ Sobre esta discussão, ver Schmidt (2001).

¹¹¹ No dia 23 de dezembro de 2003, período coincidente com a redação dessa dissertação, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei Nº 10.831 que regula a produção orgânica no país. Esta lei refere-se não apenas à agricultura orgânica *stricto sensu*, buscando abranger todas as demais formas de se fazer agricultura que se enquadrem na definição contida no seu Artigo 1º: “Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente”. Veja algumas reportagens no Anexo G.

¹¹² International Federation on Organic Agriculture Movement, organização fundada em 1972 na cidade de Versalhes – França “para fortalecer a agricultura alternativa” e, dessa forma, desenvolver atividades referentes “a troca de informações entre as entidades associadas, a harmonização internacional de normas técnicas e a certificação de produtos orgânicos” Ehlers (1996, p. 73-74)

Biodinâmica é outra referência que diz respeito a uma forma de se fazer agricultura que se fundamenta – guardada as devidas proporções – nos mesmos princípios adotados na medicina homeopática. Exploram um mercado ainda mais restrito, porém composto tanto de consumidores quanto de produtores que buscam manter uma fidelidade a este tipo de produto motivados por uma proposta filosófica denominada por Antroposofia. Tendo por patriarca o filósofo austríaco Rudolf Steiner (1861-1925), a “Ciência Espiritual Antroposófica ou Antroposofia é um movimento filosófico com manifestações em diferentes campos, tais como a pedagogia, a medicina, a farmacologia e a agricultura” (Ehlers, 1996, p. 52). A agricultura biodinâmica propõe que a propriedade agrícola seja entendida como um organismo e, partindo desse princípio, deve-se adotar determinadas práticas como:

- 1) a interação entre a produção animal e vegetal;
- 2) o respeito ao calendário biodinâmico;
- 3) a utilização de preparados biodinâmicos;
- 4) adoção de outras diversas medidas paisagísticas e produtivas como o uso de adubação verde, cercas vivas, proteção das aves, etc. (Koeppel et al, 1983, *apud* Ehlers, 1996, p. 54).

Outra forma de se fazer agricultura densamente influenciada por uma filosofia de vida, intrinsecamente associada a uma dimensão religiosa, é aquela preconizada pelo fundador da Igreja Messiânica Mundial¹¹³, o japonês Mokiti Okada. Neste caso parte-se do princípio de que a terra foi “criada por Deus, Criador do Universo” e “por essa razão, a terra já está em si mesma abundantemente adubada” (Okada, 1988 [1953], p. 183). Ao se fundamentar neste princípio, se desenvolveu uma forte crítica ao uso de adubos artificiais, identificando nestes a causa de todos os males que atingem a agricultura: pragas e doenças, baixa produção e produtividade, acidificação, erosão e salinização dos solos, etc. Portanto, para se atingir uma alta produção, “deve-se fortalecer ao máximo a própria energia do solo (...) não lhe misturando nada, a não ser os compostos naturais, fazendo-o permanecer puro” (Okada, 1988 [1953], p.183). Masanobu Fukuoka é outro japonês contemporâneo de Okada que chegou a conclusões semelhantes propondo o que ele chamou de “agricultura da natureza”¹¹⁴.

¹¹³ Para uma introdução aos fundamentos dessa igreja e sobretudo para estabelecer um contato com princípios básicos que norteiam algumas práticas relacionadas à alimentação, medicina e agricultura natural, ver Okada (1988)

¹¹⁴ Para maiores detalhes da especificidade dessa proposta, ver Fukuoka (1995).

A agrofloresta, que deve ser aqui mencionada, dado a grande importância que vem adquirindo dentre as agriculturas aqui comentadas, se refere basicamente a uma prática que segue a dinâmica das florestas para o seu planejamento. Ou seja, se produzem espécies vegetais de interesse econômico e sócioambiental baseando-se fundamentalmente nos estágios que dão origem a uma vegetação florestal estável, pautando-se, dessa forma, no princípio da diversidade e no uso dinâmico da sucessão natural.¹¹⁵ A partir dessa composição, se aplica uma série de práticas de forma a otimizar o processo produtivo e aproveitar a produção referente a cada estágio de desenvolvimento da floresta.

Outras designações que devem ser apenas mencionadas, devido a sua pouca expressividade no Brasil ou pelo fato de suas definições já estarem contempladas nas apresentações acima, são: permacultura, agricultura biológica, método Lemaire-Boucher, agricultura regenerativa, agricultura poupadora de insumos, renovável, sunshine, mazdaznan, macrobiótica, etc¹¹⁶.

Espera-se que, com esta breve explanação de algumas denominações básicas, o leitor possa compreender melhor o terreno sobre o qual essa dissertação está situada. Longe de esgotar a riqueza de expressões construídas pelos variados agentes envolvidos com esta temática e, menos ainda, de apresentar uma abordagem analítica que dê conta das diversas forças e disputas subjacentes a tais construções e relações, buscou-se não mais que uma abordagem que apresentasse as principais referências que conformam o cenário no qual está inserido o objeto desta pesquisa.

¹¹⁵ Sobre os princípios da Agrofloresta ver Vivan (1998).

¹¹⁶ Algumas dessas denominações estão citadas em Ehlers (1996).

3 O AGIR E REAGIR NA RELAÇÃO ENTRE O AGRICULTOR ECOLOGISTA E O MEDIADOR SOCIAL

Analisar a relação entre agricultor ecologista e o mediador social é lançar-se na tarefa por compreender quais os elementos e suas conjunções estiveram e estão presentes motivando esse contato que se solidificou ao longo do tempo. No capítulo anterior foi apresentado de uma forma mais descritiva alguns destes elementos apontados pela pesquisa como os mais significativos. Nesse sentido, a confecção deste capítulo se baseará fundamentalmente na interconexão dos dois capítulos precedentes de forma a construir uma análise orientada mais detidamente pelo trabalho de campo.

Interessará, portanto, compreender como se estruturou a relação que se verifica atualmente entre estes agentes, buscando nos conceitos já apresentados um instrumental analítico propício para esta tarefa. O objetivo, por um lado, é compreender como que o mesmo lema – agricultura ecológica –, ostentado como uma bandeira de luta em torno da qual se unem mediadores sociais e agricultores ecologistas, faz emergir distintos interesses; e, por outro lado, analisar quais são e como operam os diferentes capitais que sustentam as estratégias destes agentes, nas relações que estabelecem entre si e com outros agentes com os quais interagem.

A aliança entre o mediador social e o agricultor ecologista é estrategicamente interessante para ambos, sobretudo porque um lado confere legitimidade ao outro, destacando seus diferentes papéis. Dessa forma, estabelecem uma interdependência, o que não significa uma relação simétrica ou uma relação com ausência de poder. Assim, demonstrar que os diferentes interesses e os diferentes contextos aos quais estão submetidos estes agentes constituem elementos determinantes na definição do formato que revestirá a relação que levam a cabo, é outro objetivo deste capítulo. Da mesma forma, interessa problematizar a idéia tacitamente defendida de que as ações intituladas de “participativas” rompem com a estrutura hierarquizante que, por vezes, predomina nas relações entre os agentes citados. Mais do que definir, a partir de critérios arbitrariamente elencados, o que deve estar previsto em uma ação participativa, o que se pretende é apontar as evidências de que o poder estrutura as ações promovidas e não basta reivindicar o título “participativo” para automaticamente romper com tal determinação.

Por fim, espera-se, com a discussão que se seguirá, apontar as sutilezas nas quais está imersa a relação analisada e que, por isso mesmo, limitam a sua compreensão. Trata-se mais propriamente de uma tentativa de retirar esta relação da sombra produzida pela *doxa* que é estabelecida (e ao mesmo tempo estabelece) a partir da consolidação de uma série de “obviedades” que fazem naturalizar determinadas questões.

3.1 AGRICULTURA ECOLÓGICA COMO SUBSTRATO PARA DIFERENTES INTERESSES

As dinâmicas nas quais os agricultores ecologistas e os mediadores sociais estão inseridos são bastante distintas. Ainda que esta observação pareça óbvia, convém explicitar tais diferenças a partir das quais se determinam as posições que cada agente assume na relação que estabelecem. Os primeiros praticam a agricultura ecológica motivados pela urgência de sua sobrevivência, submetendo-se às certezas e incertezas desse modo de fazer agricultura e correndo os riscos inerentes a essa atividade, que, sendo ecológica ou não, são maiores do que muitas outras atividades profissionais, uma vez que os fatores incontroláveis (os riscos), referentes, por exemplo, ao clima e ao mercado, são determinantes para sua eficiência produtiva. Já os segundos, assumem a agricultura ecológica como uma causa em torno da qual sustentam a razão de existirem enquanto tal. Os mediadores se movimentam estabelecendo alianças e disputas em variados espaços sociais e seus interesses são alcançados não diretamente em função da prática da agricultura ecológica, mas muito mais em função do raio de alcance dessa proposta. Portanto, os interesses destes últimos têm uma relação mais diretamente vinculada à quantidade e qualidade do grupo de agricultores que pratica esse tipo de agricultura e que admite estar sob a orientação desses mediadores.

É de se esperar, obviamente, que cada agente ocupe um determinado papel no espaço social no qual se relaciona e não se deveria supor algo diferente, ou seja, que um agricultor atuasse como um mediador e vice-versa. Da mesma, é perfeitamente compreensível que estes agentes não tenham interesses semelhantes. Mas o que se pretende aqui é problematizar o fato de que, para se constituir enquanto um grupo que se expressa e atua com uma coesão relativamente forte, foram necessárias a construção (que segue se desenrolando) de um discurso¹¹⁷ identificador e normas de condutas que lhes servissem de cimento na relação que

¹¹⁷ O sentido atribuído ao conceito de discurso refere-se a um conjunto de enunciados referenciais que se constroem ao longo do tempo e se constituem em códigos em torno e a partir dos quais os indivíduos se

estabeleceram. Assim, ao revisitar a trajetória do Centro Ecológico, vê-se que em sua origem, marcada prioritariamente por um processo de consolidação técnico-produtiva restrita aos marcos de uma estação experimental (a “propriedade modelo”), foram criadas as bases para a normalização que se desenvolveu na seqüência e que passou a ser incorporada pelos agricultores. Não se fala aqui de uma construção e uma incorporação direcionadas de forma unipolar. O que se gerou como discursos e normas e que vem a caracterizar aquilo que se denomina atualmente de agricultura ecológica nasce de um processo em que ambos agentes, agricultores e mediadores, influenciados por diversos outros agentes e fatores, contribuíram decisivamente para a sua construção. Isto também não significa dizer que essa construção é o resultado de uma valorização equânime das suas contribuições ou que estes agentes estejam numa relação com simetria de poder. Veremos mais adiante que não se trata disso. Trata-se de um processo a partir do qual foi se constituindo um espaço social no qual veio a se estabelecer um jogo social em que os agentes agem movidos pela *illusio* que dá sentido às suas “jogadas”.

A agricultura ecológica é construída dentro de uma dinâmica relacional e é dessa forma, em um jogo de tensionamentos, que irá se aproximar de um formato em que ambos agentes possam se identificar. É nesse processo de construção de uma identidade coletiva que as identidades grupais e individuais também se constroem¹¹⁸. Os agentes que aqui estão sendo analisados se identificam como ecologistas, mas há uma clara distinção entre aquele grupo composto por agricultores que praticam uma agricultura ecológica e aquele outro composto por mediadores que integram o Centro Ecológico. Da mesma forma, há, internamente a estes grupos, variadas posições identitárias que os distinguem entre si. Portanto, há um amplo espectro de engajamento entre os grupos identificados com a proposta de uma agricultura ecológica e o tipo de envolvimento com tal proposta se delimita em função das trajetórias coletivas e individuais e dos interesses em jogo. Como ficará demonstrado na análise que se seguirá, essa referida construção se processa a partir de uma disputa tácita entre estes agentes para delimitar a fronteira do que pode (ou não) ser rotulado como agricultura ecológica.

As análises em torno do agricultor ecologista e do mediador social apresentadas a seguir, foram separadas em duas seções por entender que, dessa forma, se percebe com maior

identificam. A construção desse discurso está intrinsecamente relacionado ao poder dos agentes envolvidos nessa relação.

¹¹⁸ O que está sendo admitido nesta afirmação é que ao serem nomeados como ecologistas, enquanto uma coletividade que partilha de certos princípios, não se elimina a ocorrência de grupos menores que estão sob a égide dessa denominação, mas apresentam características identitárias diversas, o que da mesma forma se dá no plano individual.

clareza como estão situados estes agentes perante a construção da proposta de uma agricultura ecológica.

3.1.1 A agricultura “cem por cento” ecológica e os interesses dos agricultores ecologistas

Com a reprodução da carta de recomendações abaixo, pretende-se ilustrar a discussão sobre a dificuldade de se compatibilizar os interesses dos agricultores com a proposta normativa da agricultura ecológica. Emitida por uma “Comissão Representativa” composta por representantes do Centro Ecológico, da Cooperativa de Consumidores Coolméia e do Conselho das Associações de Ipê, esta carta tem o objetivo de notificar as irregularidades diagnosticadas nas propriedades daqueles agricultores que aderiram à proposta da agricultura ecológica e estão inseridos nas associações de agricultores ecologistas. Este é um dos modelos de notificação¹¹⁹ orientada especificamente a um determinado agricultor que, segundo as normas previamente elaboradas, estava em condições consideradas irregulares:

¹¹⁹ Convém salientar que este formato de abordagem do agricultor já não é mais adotado e a própria concepção do “Processo da Propriedade 100% Ecológica” foi abandonada. Porém, como se verá adiante, esse processo deixou marcas significativas nestes agentes, especialmente nos agricultores.

**Decisão da Comissão Representativa
Processo da Propriedade 100% Ecológica**

Prezado Agricultor

Assunto: Pomar de pêssegos manejado com agricultura química.

Na visita feita pela Comissão foi decidido que o pomar de pêssegos **tem que ser bem isolado** do resto da propriedade.

O pomar deve ser considerado como uma outra propriedade rural, independente da sua.

Isso quer dizer que:

1. A estrada de acesso ao pomar não pode mais passar por dentro da propriedade a partir do início de outubro de 1998;
2. É preciso fazer uma cerca fixa onde hoje há passagem da estrada na propriedade;
3. Ao longo desta cerca que vai ser feita é preciso plantar 2 fileiras de capim Camerum e mais uma fileira vem densa de eucaliptos, até a metade de outubro. As mudas de capim estão disponíveis no Centro Ecológico;
4. Os equipamentos da propriedade não poderão ser usados para fazer pulverizações no pomar de pêssegos.
5. O manejo do pomar não pode ser feito regularmente por mão-de-obra de sua família.
6. Caso haja uma **emergência** de ter que auxiliar no pomar, o senhor deve, obrigatoriamente, comunicar com antecedência ao Coordenador da *Associação*, dizendo a data em que vai trabalhar e o trabalho que vai ser feito;
7. Caso seja identificado que houve trabalho seu, da sua esposa ou filhos, no pomar, sem esta comunicação prévia ao Coordenador, o senhor será automaticamente desligado da *Associação*, não podendo mais comercializar seus produtos, mesmo que tenham sido cultivados ecologicamente.

Essa decisão foi tomada para assegurar a não contaminação do que foi cultivado na propriedade.

A Comissão também decidiu que caso o senhor não queira atender a esta determinação, iniciará um processo do seu desligamento da *Associação*.

Acreditamos na sua dedicação em continuar seu trabalho com agricultura ecológica.

Atenciosamente,

Conselho das Associações de Ipê
COOLMÉIA
Centro Ecológico

Ipê, 3 de Agosto de 1998

A partir do conteúdo desta carta de recomendações, poderiam ser construídas análises orientadas por diferentes enfoques¹²⁰, mas o que interessa aqui é perceber, a partir desse exemplo ilustrativo, como se forma o discurso e as normas desse ser e fazer ecológico e como se situa o agricultor frente à proposta de uma agricultura ecológica. Diante do que lhe é imposto, o agricultor deverá considerar, em última análise, se irá acatar as recomendações ou se optará por ser desligado da associação a qual pertence (e que, por conseqüência, significaria sua exclusão do meio daqueles distinguidos como agricultores ecologistas). O agricultor deverá, portanto, juntamente com sua família, realizar uma análise do “custo-benefício” frente às perspectivas que lhe são apresentadas¹²¹. Qualquer uma das duas opções, o engajamento ou o afastamento, implicará na adoção de uma nova forma de relacionamento com sua propriedade, com seus vizinhos, com os consumidores, com sua corporação associativa e com os mediadores sociais que até então lhe assessoram. No limite, tais exigências implicarão em uma transformação de sua própria visão de mundo.

Pode-se dizer que há uma situação na qual se verifica uma crise entre o universo de percepção do agricultor e as novas condições que se lhe apresentam. Mesmo Bourdieu (1995), que sempre desferiu fortes críticas às análises fundadas nas Teorias da Ação/Escolha Racional (ao mesmo tempo em que esteve no alvo das críticas contidas em tais análises), considera que em situações de crises como a descrita anteriormente, determinados agentes podem eleger uma alternativa fundada em um cálculo racional. Conforme Bourdieu (1995, p.91),

... los periodos de crisis, em los cuales los ajustes rutinarios de las estructuras subjetivas y objectivas son brutalmente trastornados, constituyen una clase de circunstancias donde la elección racional puede predominar, por lo menos entre aquellos agentes que pueden, por así decirlo, darse el lujo de ser racionales.

Obviamente que tal consideração se aplica às situações de quase exceção. Ou seja, o que mais freqüentemente é verificado em relação à ação é que esta tem sua origem no ajustamento entre o *habitus* e o campo. É em função de tal ajustamento que o agente pode ser razoável sem precisar agir racionalmente.

¹²⁰ Pode-se perceber, por exemplo, uma violência simbólica que é estabelecida nesta relação entre os mediadores e os agricultores ecologistas e que está evidenciada no conjunto dessa declaração, inclusive com relação aos destaques (grifos), realizados pelos emissores, de certas expressões no corpo do texto.

¹²¹ É prudente considerar que além destas dimensões a partir das quais estes indivíduos realizam seus cálculos, há inúmeras outras dimensões que não se “colocam sobre a mesa”, pois não estão acessíveis à sua consciência. Tais dimensões podem deixar marcas tão profundas quantos as primeiras. Isto será parcialmente discutido na seqüência.

Na situação apontada, é importante, para as análises aqui construídas, perceber que o agricultor também se vê diante de dois modelos técnico-produtivos diferentes e cada qual lhe oferece vantagens e desvantagens em relação ao outro. Como se verá mais adiante, além deste agricultor notificado, vários outros buscam compatibilizar os interesses em relação a estes dois modelos. Portanto, algo que é relativamente comum se verificar entre os agricultores é a adesão à proposta da agricultura ecológica, munidos de uma racionalidade que lhe permite ser ecologista em uma parcela de sua propriedade e convencional na outra. Porém, o título de agricultor ecologista é, por si só, um elemento que interessa ao agricultor, pois informa àqueles com quem se relaciona uma distinção carregada de positividade. Os bens simbólicos e materiais subjacentes a este título motivam estes agricultores a se submeterem a tais regras, ainda que parte desses benefícios não seja conscientemente considerada por tais agentes. Nesse sentido, ao se gerar uma certa disputa em torno da definição do que vem a ser um agricultor ecologista, o que está em jogo é o estabelecimento de uma linha divisória que definirá quem está dentro e quem está fora. Se for lançado para fora dos limites desta agricultura, este agricultor perderá estas vantagens. Assim, alguns agricultores se situarão de forma a colher os benefícios de ambas formas de se fazer agricultura. Ao mesmo tempo, pela disputa que travarão, se promoverá uma série de reinvenções de regras que subvertem o arbitrário social definido pelo grupo dominante, lançando as bases para uma nova configuração arbitrária¹²².

O que deve ser considerado, neste caso, é a capacidade desses agricultores em desenvolverem determinadas estratégias que lhes criam melhores condições para se manterem enquanto agricultores ecologistas. É importante salientar, desde já, que nessa consideração não está subentendida, necessariamente, a adoção de práticas que comprometam aquelas características normativamente definidas como limitantes à classificação de um produto como ecológico ou não¹²³. Um exemplo simples, porém significativo do que aqui está sendo

¹²² A idéia de arbitrário aqui utilizada não quer indicar ausência de motivos para se impor determinadas normas, mas sim apontar para o fato de que toda construção social parte de inúmeras “bifurcações” de arbitrariedades. Ou seja, a definição, por exemplo, do que é atualmente um produto ecológico segundo o ponto de vista de um agricultor, pode não o ser na visão de um técnico e seguramente não o será no futuro, como não o foi no passado. Como salienta Bourdieu (1998b, p.80), “o único fundamento possível da lei deve ser buscado na história que, precisamente, aniquila toda a espécie de fundamento. No princípio da lei, nada mais há que a arbitrariedade (...) Quem quiser “examinar o seu motivo” a sua razão de ser, e sondá-la “até à origem”, quer dizer, fundá-la remontando até ao primeiro começo, à maneira dos filósofos, nunca descobrirá outra coisa senão esta espécie de princípio de desrazão suficiente. Na origem, há apenas o costume, ou seja, a arbitrariedade histórica da instituição histórica que se faz esquecer como tal tentando fundar-se em razão mítica (...)”.

¹²³ O que sim, foi observado empiricamente nesse sentido, é a manutenção de práticas que vem sendo refutadas por técnicos e consumidores e também agricultores mais exigentes, como, por exemplo, o uso de “cama de aviário” proveniente de um sistema de produção convencional. Isto devido, segundo os especialistas, à aplicação intensiva sobre estas aves de pesticidas, hormônios e outros medicamentos e que, por conseguinte, contaminam

considerado pode ser identificado neste comentário que se segue, proferido por um mediador entrevistado:

Enquanto o Centro Ecológico era o motivador da agricultura ecológica aqui em Ipê, enquanto a Emater eram motivadores, os grupos se formaram bem heterogêneos, no momento em que as lideranças das associações..., nenhum grupo mais se formou, entendeu?! Porque daí o pessoal já começou a estabelecer critérios pra ser agricultor ecologista. ***Quer dizer que esta postura um pouco mais sectária é por parte dos próprios agricultores?*** Muito...! Muito por parte dos agricultores. Eles são muito uma coisa assim, pra ser agricultor ecologista o cara tem que ser bom. Porque eles já fizeram muitos cursos, já participaram de muita formação, então eles acham que não é assim, começar e já “mamar na teta”, tipo assim, “se eu já passei por tudo isso, você tem que passar também”. Eles não facilitam nada pra ninguém... (E01 – MS).

Parece que há uma contradição entre o que se apresenta com este comentário e o que se apresentou anteriormente, mas a análise que se seguirá buscará demonstrar o contrário. O que se depreende desse relato é que os agricultores ecologistas consolidados nesse espaço social foram submetidos a um intenso processo de formação e cumprimento de normas para que pudessem chegar a um determinado nível de “pureza” para, a partir daí, exercerem o direito de reivindicar e ostentar a identidade de agricultor ecologista. Portanto, não terá um novato recém aderido a esta proposta o mesmo direito de se valer dos benefícios materiais e, sobretudo, simbólicos que este título propicia. Será necessário passar por um processo de iniciação até que tenha adquirido os capitais ali valorizados e demonstrado que é digno de tal identidade.

Como já é possível notar, o capital simbólico é bastante valorizado neste espaço social. Nesse sentido, deve-se considerar que essa espécie de capital “supõe a existência de agentes sociais constituídos, em seus modos de pensar, de tal modo que conheçam e reconheçam o que lhes é proposto, e creiam nisso, isto é, em certos casos, rendam-lhe obediência e submissão” (Bourdieu, 1996, p.173). Um evento que corrobora tais considerações pôde ser verificado durante o trabalho de campo quando em uma assembléia da Acert foram apresentados dois agricultores que desejavam integrar esta associação e, para

as fezes e o material dessa “cama”; e também devido ao tratamento com produtos químicos a que é submetida a madeira que gera as maravalhas, normalmente utilizada como retentora das fezes destas aves. Exemplos como este ainda não estão claramente regulados, porém há uma forte recomendação para a sua abolição. Conforme este agricultor, “tem algumas coisas que é negativo, que nós estamos batalhando aí pra não usar esterco de aviário, pra não depender desse tipo de coisa assim... a dificuldade é tu não ter na sua propriedade um aviário

isso, estavam vivendo um processo de conversão ao sistema produtivo e organizacional exigido para adquirir o *status* de agricultor ecologista. A apresentação neste caso, realizada especificamente por um dos três núcleos da Acert, consistiu em uma breve referência às credenciais que conferia legitimidade a estes agricultores que buscavam tal integração. Estes postulantes a um posto de agricultor ecologista, “conhecem e reconhecem o que lhes é proposto” e já demonstraram disposição em render a este grupo de destacado poder simbólico “obediência e submissão”. Vale constatar que “a participação na superioridade de um grupo e em seu carisma grupal singular é, por assim dizer, a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo” (Elias, 2000, p.26).

Este “rito de instituição”, exigido pelos agricultores ecologistas, parece também ser uma maneira de consolidar um discurso e, ao mesmo tempo, a própria identidade do grupo. É necessário, primeiramente, se desfazer daquilo que o indivíduo era para assumir uma nova posição naquele novo espaço social. Pode-se falar de um processo de “homogeneização” de discursos e de práticas que leve a todos “falarem a mesma língua”. Em última análise, como já apontado, poderia se dizer de uma estratégia de resistência com vistas a não diluir os bens simbólicos adquiridos a tanto custo e os bens econômicos provenientes de um mercado de dimensões limitadas. Se voltará a este ponto mais adiante.

O fato de a Acert haver adotado um formato organizativo baseado na divisão em três núcleos que gozam de uma relativa autonomia de gestão, faz com que os critérios acima referidos não sejam homogêneos e estáticos. Eles são construídos conforme as exigências conjunturais fundadas em motivações objetivas e subjetivas. Isso pode ser claramente verificado a partir da fala abaixo transcrita:

(...) no início tu tinha que ter ou uma caminhada de pastoral, ou em algum movimento, porque já tinha que ter uma linha, aí depois tu tinha que fazer um curso de formação na linha agroecológica, tu teria que acompanhar o grupo durante um período de três meses, três assembléias na época e aí passaria por um processo de avaliação. A comissão de ética visitaria a sua propriedade, te acompanharia durante esses três meses, aí depois em assembléia a comissão de ética colocaria a visão que eles tiveram sobre a tua pessoa e tua propriedade e aí a assembléia definiria se ele seria incluído como sócio ou não. Hoje em dia isto não está acontecendo assim, nesta linha, da caminhada, do processo de preparação, da avaliação, do acompanhamento... *Hoje quais são os processos?* (riso sutil) Aqui no nosso grupo acontece mais ou menos assim, um associado indica uma

pessoa, por exemplo, tem alguma pessoa na comunidade interessada em fazer agricultura ecológica, aí procura uma pessoa do grupo, da qual ele é mais amigo assim e fala das suas aspirações, seus desejos e tal, aí essa pessoa convida ele para participar do grupo e aí apresenta essa pessoa. Aí o grupo apresenta essas exigências, essa é uma maneira. Uma outra maneira que já aconteceu no nosso núcleo aqui, assim..., tinha uma época que a nossa associação estava com falta de produto na feira, aí pra não perder freguesia foi proposto que a gente avaliasse uma volta de uma pessoa (...), aí a comissão de ética, juntamente com os técnicos do Centro Ecológico, que também fazem este acompanhamento, visitaram a lavoura dessa pessoa, aí vieram assim, fizeram uma avaliação, ele falou que não tinha usado nenhum produto químico, que não tinha usado adubo, que não tinha usado nada, aí eles acharam que esse produto já poderia ser comercializado na feira, assim ele entrou e continua até hoje. Só que o que eu lembre, eu não lembro se a família dele participou de curso, de preparação, eu não lembro disso, na época eu não estava acompanhando (...). E aí eu achei assim, uma coisa incorreta esse tipo de processo, de inclusão, tanto que até hoje essa família não... quem sou eu pra julgar, né... ela não acompanha o desenvolvimento do grupo, ela não progrediu (...) eu acho que isso é perda para o grupo, porque quando tu tem alguma coisa para discutir, por exemplo, essa história da cooperativa, não ajuda na discussão, porque não tem conhecimento ou porque não quer realmente, então eu acho que isto atrapalha (E15 – AE).

Da mesma forma, se percebe uma significativa diferença na busca pela ampliação quantitativa internamente aos núcleos, como fica evidenciado neste outro comentário.

Se hoje se aproxima um agricultor de vocês dizendo: “eu quero me integrar a vocês como um agricultor ecologista?” É..., é complicado viu, porque faz 3 anos que a Acert foi desmembrada em 3 núcleos e a gente começou com 5 famílias e hoje a gente está com 6, ou seja, em 3 anos apenas uma família se integrou ao grupo¹²⁴, enquanto no outro núcleo da Acert – Raposa aumentou eu acho que quase 100% o número de associados desde a nucleação (E15 – AE).

Dos comentários acima se pode extrair inúmeras análises em relação ao processo de inclusão de novos adeptos à agricultura ecológica. A análise que se precederá aqui se refere mais diretamente ao jogo de interesses que está subjacente a essa discussão. Está claro que ser agricultor ecologista “não é para qualquer um”. É preciso incluir-se nos requisitos previamente estabelecidos, especialmente em se tratando da Acert: “Acert é Acert, 10 anos, veio da pastoral, ali nossa! (...) Não é o povão né...!” (EE01 – MS). Mas também este rigor

¹²⁴ Referente ao Núcleo Acert – Três Passos

pode ser relativizado conforme os interesses em jogo. Nesse sentido, há evidências que demonstram uma preocupação em atender as demandas do mercado. Portanto, um critério determinante, que geralmente não é assumido de forma explícita pelos agricultores ou, ao menos, não é assumido de forma espontânea, é o limitante estrutural imposto pelo mercado. A questão que obviamente se apresenta é a de que uma vez ampliado o grupo de agricultores que partilham um mesmo ponto de venda, o rendimento dessas famílias será inevitavelmente afetado. Ou, ao contrário, a necessidade instrumental de incluir mais um agricultor, pode ser considerada caso haja a falta de algum produto que venha a comprometer a freguesia. Estas questões indicam, ao mesmo tempo, que as regras não são monolíticas. Tanto a definição de tais regras, quanto a sua interpretação, estão orientadas de acordo com as construções cotidianas desses agentes.

Pelo caráter acentuadamente político da Acert, os argumentos sobre os quais se apóiam e que devem ser expressos de forma destacada, referem-se a questões de conteúdo ético e político. Ou seja, se não há uma ampliação dos associados, isto é explicado pela percepção de que os desejosos em se associarem expõem de forma mais proeminente e determinante a atração pelas vantagens econômicas garantidas por tal nicho de mercado. Ou ainda, usam o argumento de que é mais eficiente para a causa maior da agricultura ecológica que estes interessados em tal prática se reúnam na formação de novas associações. Dessa forma, se atingirá uma maior quantidade de interessados e fará emergir novos militantes e lideranças que ampliarão a base de sustentação dessa causa maior que é a agricultura ecológica. Para destacar o que empiricamente se verificou a respeito dessa discussão, apresenta-se a seguir duas extensas, porém exemplares, citações nas quais os agricultores expõem seus contundentes argumentos:

Então quando aparece 2 ou 3 famílias interessadas, a gente faz uma discussão com eles, conversa com eles pra de repente eles formarem um grupo. Porque se não começa a inchar muito o grupo aí fica muito grande. A própria Acert se nucleou pra ficar mais fácil de trabalhar, então tem que proporcionar outros grupos. Que nem o caso da Apemsul, ela queria, porque queria entrar na Acert, então a gente tinha uma certa resistência, não porque não queria eles, mas para proporcionar que outras pessoas se agregassem com eles ali. “Vamos deixar *ele* entrar na Acert” aí a gente quer ajudar um mas acaba prejudicando o outro, né. A Acert cresce demais e acaba desestruturando os outros grupos e a gente não quer que isto aconteça, a gente quer que todo mundo vá se fortalecendo. A gente até sofre críticas “a Acert é uma panelinha, não deixa ninguém entrar, porque tem um mercado bom...”, então fica meio pesado... Mas a gente sabe,

a gente tem consciência, não é por isso que a gente não aceita, é pra que eles cresçam também.... ***Realmente é vantajoso o comércio que vocês tem?*** O nosso mercado lá tem mais vantagens, até mesmo... aqueles espaço da Coolméia ali é muito disputado. O espaço é limitado, não tem vagas para entrar novas bancas (...). É um modelo de feira ali, vende bem, tem um público bom, gira muita gente ali, já é um público bastante consciente também (E11 – AE).

Já convidei assim, ó... esse meu cunhado que esteve aqui agora... já convidei ele várias vezes, ele disse que não entra porque o cara tem que seguir muito na linha, *o cara não se sente livre*, tu tem que ir em reunião, tem que participar de assembléia, tu tem que... então ele acha que não, trabalhar em grupo não dá certo, ele não tem uma consciência ainda correta pra trabalhar em grupo. (...) ***Então não há nenhuma dificuldade do ponto de vista tecnológico assim...?*** Não, técnico eu diria assim, que ele tem vindo aqui até, buscar remédio que eu faço, emulsão pras lavouras (...) ele se cuida muito pra não botar veneno, tem bastante consciência. O trabalho dele só não é 100% ecológico (...) *porque ele ainda está livre*, ele não se preocupa... tem a clientela dele na feira de Torres, (...) não são aquele pessoal de dizer “não, eu só compro se for ecológico”. Mas imagino que cedo ou mais tarde esse povo com certeza vão optar por um produto natural e aí quem sabe se ele muda 100%. ***Então pra ser ecologista precisa ter essa consciência de grupo?*** Tem que ter, esse é um fator que eu diria quase principal, porque trabalhar ecologicamente... eu acho que todas as pessoas tem que ser representadas por um grupo, por uma entidade (...). ***E qual outra justificativa você já escutou?*** As vezes eles dizem, “ah, que não tem futuro porque daí tu tem que plantar pouquinho, eles já gostam de plantar bastante, o cara se planta bastante tem que botar veneno... Inventar desculpa eles tem bastante... ***E comércio, já viu essa desculpa do comércio, se, por exemplo, chegasse alguém pra produzir tudo isso que você já produz aqui, ele conseguiria vender?*** Não, não consegue, se não tivesse uma feira, eu se sair fora da feira eu perco o meu comércio, talvez eu teria que inventar um outro comércio. Como eu já fiz aí, teve um tempo em que eu vendia na estrada aí, andava de carroça, né, tinha um animal e uma carroça, até vendia mais ou menos... ***Vendia nas casas?*** Isso. Mas não é uma coisa que convence o cara... (E11 – AE).

Não é intenção aqui refutar os argumentos apresentados, mas lançar um facho de luz sobre a questão econômica que é abordada, no mínimo, de uma forma ambígua. Nenhum agricultor assume claramente que a questão do mercado é um componente decisivo para o ingresso na agricultura ecológica, ainda que nos relatos acima isto possa ser depreendido. No segundo relato o entrevistado somente aponta para tal limite ao ser diretamente questionado, o que faz ressaltar a evidência de que em um discurso corrente esta questão deve ser colocada num plano secundário, pois assim não colocarão na sombra as questões que julgam mais

apropriadas a serem destacadas. Dito de outra forma, a ideologia na qual se originou este grupo e promoveu a cimentação entre seus componentes, fez construir um discurso no qual fica exposto uma certa abnegação em relação às questões materiais, buscando magnificar as questões de corte mais ético-político¹²⁵. Portanto, é muito mais comum se escutar o argumento de que não ocorre uma ampliação no número de agricultores ecologistas devido à falta de consciência, ao comodismo, às dificuldades de se trabalhar em grupo, do que admitir que há um complicante estrutural que se refere aos limites do mercado. Nos termos de Bourdieu (1996, p.193),

a economia dos bens simbólicos apóia-se no recalque ou na censura do interesse econômico (no sentido restrito do termo). Conseqüentemente, a verdade econômica, isto é, o preço, deve ser escondida, ativa ou passivamente, ou deixada vaga. A economia dos bens simbólicos é uma economia fluida e indeterminada. Ela se apóia no tabu da explicitação (tabu que, por definição, a análise enfrenta, expondo-se assim a mostrar como calculistas e interessadas práticas que se definem contra o cálculo e o interesse).

Por contraste, esse discurso “politicamente correto” também tem o efeito de autovalorização e auto-afirmação de uma identidade. Ao elencar tais críticas, estarão, ao mesmo tempo, afirmando que eles “evoluíram” e atingiram um estado que deve servir de modelo para os que ainda não alcançaram tal grau de “evolução”. Tal unidade em torno da ocultação de certas dimensões e explicitação de outras, apenas se processa com a eficiência percebida “porque é coletivo e está fundamentado na orquestração do *habitus* daqueles que o põem em prática” (Bourdieu, 1996, p.193).

É perceptível a existência de uma crise entre uma economia do simbólico e uma economia do econômico, que resulta do fato de que o produto ecológico produzido pelos agricultores e com a marca dos mediadores está inserido no âmbito de um movimento que busca prioritariamente ir além das questões de mercado e consolidar uma imagem normatizada por critérios que os distinguem dos outros grupos de agricultores. Isto expõe de forma bastante sensível (a partir da verificação empírica) certos constrangimentos quando se torna inevitável a discussão sobre o mercado. Normalmente, esta discussão se apresenta nos momentos em que é preciso definir os preços dos produtos, por sinal, um assunto sempre recorrente. Nestas ocasiões, quase sempre se verifica uma polaridade entre os mesmos

¹²⁵ Bourdieu (1996, p.166) considera que estes agentes que estão envolvidos com uma “economia dos bens simbólicos” gastam uma parte considerável de sua energia na elaboração de eufemismos, que é a atribuição de

argumentos. Enquanto, de um lado, uns assumem a função de não permitir que o grupo se desvie dos objetivos e princípios iniciais, propondo, dessa forma, análises que envolvem a consideração dos diversos agentes com os quais se relacionam e com os quais comungam o sonho de uma sociedade diferente (trazem especialmente a figura dos consumidores), por outro lado, há aqueles que reivindicam o diferencial simbólico de seus produtos e buscam com isso justificar o preço diferenciado. Busca-se, assim, converter o capital simbólico em capital econômico. Os argumentos neste caso, ainda que carregados de eufemismos, seguem, muito mais explicitamente, a lógica do mercado, amalgamando elementos simbólicos e materiais a serem considerados na composição do preço de seus produtos, conduzindo seus argumentos para desembocar na máxima capitalista da “oferta e da procura”.

Não obstante esta racionalidade instrumental, determinada pela dimensão econômica e pelos limitantes do mercado¹²⁶, os interesses que estão em jogo por parte desses agricultores estão também determinados, como já foi mencionado anteriormente, por uma economia dos bens simbólicos. Ser conhecido e reconhecido como agricultor ecologista se constitui na apropriação de um importante capital simbólico, que permitirá a este agricultor exercer importantes influências naquele espaço social em que este é um bem valorizado. Da mesma forma que se explicitou uma disputa velada pelo capital econômico, também neste caso pode-se extrair evidências de uma disputa pelo capital simbólico. Convém, nesse sentido, apontar mais algumas características desse capital¹²⁷, que segundo Bourdieu (1996) é um

ente percebido, existente na relação entre propriedades que os agentes detêm e as categorias de percepção (...) que, enquanto tais, constituem e constroem categorias (...) sociais fundadas na união (...) e na separação (...), ele está vinculado a grupos (...) e é, ao mesmo tempo, instrumento e alvo de estratégias individuais que visam adquiri-lo ou conservá-lo, através da união aos grupos que o detêm (...) e através da separação dos grupos desprovidos, ou pouco providos, dele (...) (Bourdieu, 1996, p.171-172).

Tais considerações de Bourdieu podem ser verificadas especialmente nas referências, quase nunca explícitas, ao grau de legitimidade com que certos agricultores se denominam

características que ocultem o cinismo próprio da economia das trocas econômicas.

¹²⁶ Habermas, neste caso, chamaria a atenção para a evidência de uma colonização do mundo da vida pela dimensão econômica, o que vem a promover uma distorção em uma perspectiva fundada numa racionalidade comunicativa. Ver Habermas (1994).

¹²⁷ A noção de capital simbólico é muito importante para as análises contidas nessa dissertação e é, conforme a observação de Loïc Wacquant, “una de las más complejas que Bourdieu haya elaborado y su obra entera puede considerarse una búsqueda de sus diversas formas y efectos” (Bourdieu, 1995, p. 97)

ecologistas. Mais propriamente, há nestes casos uma nítida diferenciação que delimita níveis de fidelidade à proposta agroecológica. Veja-se, por exemplo, esses comentários:

Qualquer pessoa pode entrar na Acert, só que ele tem que se igualar... igualar não, ela tem que entrar no ritmo. [Tem que ter a consciência] tem que ter a consciência para trabalhar, pra ti plantar, pra ti deixar de estar usando o veneno, o adubo químico. Dentro da nossa Associação nós temos quem trabalha ecológico e convencional, mas tem que ser bem diferenciada a lavoura. A nossa associação (referência ao núcleo da Acert ao qual pertence), ela é 100%, é toda ecológica, não tem convencional no meio, *o que é ecológico é ecológico*. Cem por cento é o modo de dizer, porque o cara nunca é 100%, tu depende de comprar um negocio no armazém... [mas o que a gente planta é 100% ecológico] (E17 – AE, entre colchetes está a fala da esposa).

Agricultura ecológica tem que tomar estes passos certos, não colocar veneno, trabalhar toda a propriedade ecologicamente, se tu pega uma parte trabalha ecológico, a outra tá convencional, também não dá pra dizer que é agricultura ecológica, é parte da agricultura ecológica. Então nossa família, tudo que nós produzimos é ecologicamente, não tem nada com veneno, uma parte convencional, nós temos associados que ainda produz parte da lavoura ou parte da família está trabalhando convencional ainda. Então nós, aqui na nossa família, e tem mais famílias que é totalmente ecológica [alimentação é outra história...] Não é..., vamos dizer 100%, porque é muito difícil, você não consegue, às vezes acaba comprando coisas no comércio convencional que... sempre ecologicamente implica em consumir só produtos ecológicos, tem o natural também que é não consumir nada de produto químico (E02 – AE, entre colchetes está a fala da esposa).

A referência a agricultores que ainda utilizam práticas técnico-produtivas convencionais numa parcela de sua produção é um sinal de que estes estão em um patamar inferior e, portanto, não podem possuir o mesmo volume de capital simbólico que eles, “100% ecológicos”, possuem. Deve-se valorizar esta diferença, pois isto se constitui numa moeda simbólica no espaço social em que interagem. Da mesma forma, há um visível constrangimento quando estes referidos agricultores considerados acima como ecologistas, “mas nem tanto”, mencionam o tratamento convencional que dispensam em uma parcela de sua propriedade ou produção. Os comentários abaixo demonstram esta afirmação:

Estes dias nós conversemos, eu e a (*esposa*) e os filhos, fica com a consciência pesada, sendo ecologista estou lá fazendo uma roça e colocando veneno... é meio contraditório isto. Como é que eu vou caminhar para os 100%, ou então vou parar de plantar e sobreviver

também daqui...mas também não ficar parado, plantar aquilo dali e deixar... então eu estou buscando outras técnicas, para aperfeiçoar, pra conseguir fazer orgânico e até convencer o pessoal que está lá ao redor de mim... tem todo um conjunto, é água... lá em cima já tem veneno, então não é ecológico, mas aí tem o seu lado difícil..., mas se daí eu não estou usando já é uma parte (E08 – AE).

Igual o meu marido, ele planta arroz, uma parte ele planta, ele que planta para mim, (...), a família que cuida do arroz orgânico também, mas daí pra tu ser 100% ecológico é difícil até falar isso. Então eu estou indo porque eu peleo muito, então no grupo que tu entra eles não querem que tu esteja nisto né, assim, esteja nos dois, às vezes dizem “ah, não pode (E01 – AE).

Este visível dilema moral enfrentado por alguns agricultores é a expressão clara do valor simbólico que representa ser “cem por cento” ecológico ou apenas parcialmente ecológico. Vive-se, neste caso, um conflito de interesses. Ser ecologista lhe traz determinados benefícios materiais e simbólicos, porém lhe impõe um regime de vida bastante criterioso, em função das normas que deve adotar. É sintomático o uso, em uma das falas acima, na qual o agricultor argumentava sobre as dificuldades de se trabalhar em grupo, da expressão “ele ainda está *livre*” para referir-se ao fato de um determinado agricultor, por ele exemplificado, trabalhar de forma individualizada. Esta característica lhe impossibilitava ser considerado “cem por cento” ecologista. Pode se perceber pelas falas destes agricultores que de fato eles não se sentem “livres”. É possível se depreender desses comentários, que tais agricultores vivem imersos num processo de vigilância e autovigilância. Parece exagerado valer-se aqui dessa noção foucaultiana para analisar o tipo de envolvimento que estes agentes estabelecem com a agricultura ecológica. Porém, longe de querer julgar esta relação, o que se deseja com tal análise é expor o quanto estes agentes incorporaram o discurso normativo do que vem a ser um agricultor ecologista e, de posse desse discurso, apontam para o mais e menos coerente com a proposta dessa agricultura, situando-se, ao mesmo tempo, frente a estes. Nesse sentido, a noção de vigilância cunhada por Foucault (1977) parece apropriada para explicitar uma dimensão que está oculta no tipo de envolvimento que estes agricultores estabelecem com a agricultura ecológica.

A incorporação do discurso produzido pelos agentes envolvidos com a agricultura ecológica (dentre os quais, os próprios agricultores) pode ser ilustrado pela constante referência que é feita, em diferentes contextos das entrevistas, ao desafio de se tratar a propriedade de forma “100% ecológica”. A carta de recomendações apresentada no início deste capítulo, intitulada de “Processo da Propriedade 100% Ecológica”, pode ser considerada

como parte da formação desse discurso. Quando se apresentam os critérios que normalizam a prática da agricultura ecológica, aliada à punição que sofrerão caso não se cumpram tais normas, faz com que os agricultores já se posicionem defensivamente, por um lado, e, ostensivamente, por outro. A grande frequência com que se percebe os agricultores se posicionando em relação ao desafio de ser “100% ecológico” pode estar originalmente se referindo ao processo de discussão que gerou estas normas, que visam “disciplinar” os agricultores. Dessa forma, cada agricultor estará mirando, interpretando e questionando tais normas conforme o grau de sua “pureza ecológica”. Enquanto uns ostentam que atingiram o grau máximo de produção ecológica, mesmo que “às vezes acabam comprando coisas no comércio convencional”, outros assumem uma postura marcadamente defensiva e consideram que “tu ser 100% ecológico é difícil até falar isso”.

Trata-se, portanto, de considerar que internamente ao grupo de agricultores ecologistas estudados ocorre, como já se viu, uma distinção entre aqueles que mais se aproximam do ideal da agricultura ecológica (ideal este construído e em construção), colocando na periferia deste processo aqueles que não são “exemplos” de dedicação e “pureza”: “dentro da nossa Associação nós temos quem trabalha ecológico e convencional, mas tem que ser bem diferenciada a lavoura (...) (aqui) não tem convencional no meio, o que é ecológico é ecológico”¹²⁸ (E17 – AE). Tal distinção não ocorre apenas com relação à fidelidade técnico-produtiva, mas também com relação à dimensão político-ideológica:

Antigamente, quando a Acert surgiu aqui no município via o ônibus passar ‘ahh, lá vai a turma do PT’ (risos). ***O que vocês acham?*** Antes todos os agricultores ecologistas fossem PT, era um avanço, mas nem todos os agricultores ecologistas são PT... (E17 – AE).

Essa distinção, no entanto, não se expressa em uma exclusão objetivamente perceptível; ao contrário, há um esforço para externalizar uma homogênea e coesa unidade em torno de uma práxis coletiva. Este esforço é justificado, sobretudo, por causa de uma necessidade objetiva de serem acreditados enquanto grupo nos espaços sociais onde interatuam. Qualquer ambigüidade perceptível pode comprometer toda identidade social deste grupo. Dessa forma, a pressão estigmatizante é quase sempre dissimulada dentro do grupo,

¹²⁸ Estes casos, em que determinados agentes destoam da maioria dos que compõem o grupo em questão, acaba por formar uma minoria estigmatizada. Deve-se, considerar, entretanto, que um estigma só pode ser tomado dentro de uma análise relacional. Ou seja, aquilo que estigmatiza o indivíduo no grupo não assume tal carga, ou “pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem honroso e nem desonroso” (Goffman, 1982, p.13).

não chegando a ser uma ação deliberadamente articulada, pensada com vistas a uma possível exclusão – ainda que esta possibilidade não seja eliminada.

É interessante apontar, ainda que brevemente, a existência de uma delimitação entre o que é praticar uma “agricultura ecológica” e ser um “ecologista”. Como se percebe, a disputa que interessa para estes agentes se concentra claramente no campo das práticas agrícolas. O desafio de viver em coerência com uma proposta “ecologista”, ou seja, converter-se num indivíduo que policia toda sua conduta cotidiana a partir dos princípios que orientam o “ser ecologicamente correto”, é algo considerado praticamente impossível. Mesmo que se verifique um consenso em relação a esta constatação, é comum se perceber um certo pesar em relação às impossibilidades de ser um ecologista em toda sua plenitude. Portanto, ser “cem por cento [ecologista] é o modo de dizer, porque o cara nunca é cem por cento” (E17 – AE) Nesse sentido, o que é factível ser considerado e cobrado, e o que de fato interessa na discussão que se processa entre os agentes nesse espaço social, é o desafio de praticar uma agricultura “cem por cento” ecológica. Dito de outra forma, o que se apresenta no discurso desses agentes e é um elemento na disputa, é a expectativa de que todos os agricultores sejam como aqueles que já podem ostentar o título de praticantes de uma “Agricultura 100% Ecológica”.

Deve-se, por fim, reafirmar que gozar dos benefícios (econômicos e simbólicos) de serem reconhecidos como praticantes de uma agricultura ecológica é o que motiva estes agricultores a construir, interna e externamente, a legitimidade de poderem se autodenominar e, sobretudo, serem denominados como agricultores ecologistas. Para ascender a tais benefícios, os agricultores, como um grupo heterogêneo, buscam compatibilizar seus interesses frente às normas (objetivas e/ou subjetivas) estabelecidas como requisito para serem considerados membros praticantes de uma agricultura ecológica.

3.1.2 Os mediadores sociais e a agricultura ecológica

Os princípios que norteiam a atuação do Centro Ecológico, como uma ONG que trabalha prioritariamente com esta forma de se fazer agricultura, são construídos na relação que se estabelece com os agricultores e em função de outras relações que se estruturam em outros espaços sociais. Ao mesmo tempo em que se mantêm permeáveis às influências exercidas por outras organizações afins, estão também permeáveis às influências dos agricultores. Sendo assim, os interesses dos mediadores se constroem a partir dessas relações

e, obviamente, a partir das motivações pessoais que foram construídas ao longo de suas trajetórias e do meio social no qual estão inseridos (os mediadores).

Ao integrar uma rede de organizações com as quais mantém uma relação de afinidade temática e pragmática, como é o caso do movimento ambiental, ocorre um processo de interferência na sua prática junto aos agricultores. Diante do que está demonstrado pelas observações empíricas, é coerente afirmar que os mediadores atuam em diferentes planos, dos quais pode-se destacar o plano em que se relacionam com os agricultores e o plano em que se relacionam com os mediadores de outras organizações governamentais e não-governamentais. Por mais que alguns agricultores se envolvam organicamente nesta rede composta por estas organizações, o que se nota é que os interesses e a dinâmica na qual estão inseridos os fazem atuar de forma bastante seletiva em torno das questões suscitadas pela questão agrária e ambiental. O que se verifica é a distinção de lideranças que emergem do seio dos agricultores para os representarem nesses espaços de discussão e tomada de decisão. Quase sempre esses líderes são os mesmos, os quais já incorporaram os códigos desses espaços de articulação e, em muitos casos, atuam em várias outras organizações. Um exemplo a ser destacado pode ser depreendido da fala desse agricultor:

Tu começando a coordenar um grupinho de família, tu vai se destacando, logo em seguida já entrou na diretoria do grupo de jovem, daí você já foi escolhido para representar o grupo na paróquia, da paróquia já foi representar na diocese. Tu ía se destacando, o pessoal ía te empurrado e daí tu também... se me dá um compromisso eu gosto de cumprir. Então daí foi um ponto aqui, “ah, bota *pra ele* que ele vai!”.. Daí o cara ía... era uma maneira de escapar dos compromissos... Eu sempre gostei, não sei, é dá pessoa, já está dentro da gente, quando o cara veio me convidar para participar do PT, nem conhecia, nem sabia o que era, sabia sim porque escutava as notícias... mas nunca me tinha dado conta, ‘ah vou me filiar... vou fazer isto... vou concorrer a vereador’, como eu já fui (E08 - AE).

Este mesmo agricultor comentava, num momento de informalidade, que por várias vezes participou de atividades em que outros agricultores não se dispuseram a participar, inclusive longas viagens pelo Brasil, com o objetivo de conhecer outras experiências relacionadas com a agricultura ecológica. Como os mediadores do Centro Ecológico não logravam convencer outros agricultores a deixarem suas propriedades para participarem destes eventos, de forma que houvesse um envolvimento mais plural e, por outro lado, fornecesse maior legitimidade e destaque à própria atuação do Centro Ecológico, acabavam finalmente tendo que aceitar que a parcela de representação destinada aos agricultores fosse

sempre ocupada pelos mesmos representantes. São estes os agricultores que, adaptando a terminologia proposta por Wolf (1971), podem ser chamados de “mediadores voltados para a comunidade”. Estes se constituem em um importante canal entre os grupos ou associações de agricultores e os mediadores do Centro Ecológico. São elos de grande significado na manutenção da coesão dessa cadeia e, portanto, são tratados com especial atenção pelos mediadores (voltados “para a nação”).

A total ausência de representação também é verificada quando não há disposição de nenhum agricultor em participar desses espaços por não serem considerados prioritários dentre as suas urgências cotidianas. Uma reclamação apresentada por um mediador é sintomática nesse sentido. Por ocasião da iminente edição pelo Governo Federal de Medida Provisória¹²⁹ que permitiria o plantio e o comércio da safra de soja transgênica de 2003/2004, sentiu-se a necessidade de congregar o maior número de agricultores para viajarem a Brasília, com o propósito de pressionarem o governo a não editar tal medida. Foi com uma expressão de decepção que este mediador comentou a dificuldade que foi sensibilizar alguns agricultores para assumirem esta tarefa. O que se evidencia, neste caso, é que determinados assuntos que são tratados, especialmente pelos mediadores, como inerentes ao “ser” ecologista, não fazem parte do universo considerado pelos agricultores. Neste caso, pôde-se perceber que o discurso contra os transgênicos, por exemplo, ainda que esteja bastante incorporado pelos agricultores, não é assumido com o mesmo nível de gravidade com que é tratado esse assunto pelos mediadores.

O que implicam as constatações acima é dar-se conta de que a racionalidade que coordena as ações e gera os interesses destes mediadores sociais estão, em muitos casos, distantes daquilo que compõe o universo do agricultor. Mas, então, é coerente perguntar o que motiva estes agentes a fazerem parte de uma ONG e a tomarem essa proposta alternativa como um meio de vida?

Em relação a isso, foi perguntado a um “ex-agricultor”, que atualmente atua na condição de mediador, sobre as vantagens de se trabalhar em uma organização com as características do Centro Ecológico. Este apresentou a seguinte resposta:

Bom, eu tenho uma gratificação muito grande em trabalhar na equipe do Centro Ecológico, porque eu não sou um técnico, eu sou na verdade um agente ali, de desenvolvimento eu diria, porque eu não fiz um curso técnico de agropecuária... *Mas poderia se dizer...* que acabo

¹²⁹ Trata-se da Medida Provisória nº: 131

fazendo este trabalho, né. Olha..., você imagina trabalhar 10 anos em meio a uma equipe de agrônomos e técnicos, sociólogos..., as oportunidades de aprendizado que a gente tem, as oportunidades de conhecimento de executar tarefa dentro de uma entidade assim, é... não tem nem cogitação, porque na verdade como agricultor tu te limita muito, tu tem que tocar a propriedade e produzir e viver daquilo, então mesmo que tu queira participar, tu vai participar num final de semana, uma tarde por semana no máximo. Participar um dia por semana já atrapalha o seu serviço na roça. Aqui não, aqui eu tenho oportunidade, eu estou na equipe. (...) Eu acho também..., hoje a coisa que mais me motiva o que que é, é ir lá na casa do agricultor que não está fazendo nada e você ir orientando, conversando com ele, trocando idéias, dali a 6 meses tu vê que aquilo está engrenando, que ele está produzindo ecológico, transformou toda aquela propriedade dele. Aquilo que gratifica a gente, acho que hoje eu penso assim. O que mais gratifica a gente é ver a transformação, tu ver a mudança ocorrer e tu saber que você participou deste processo, que tu contribuiu para alguma coisa, não digo com todos os elementos, mas alguns elementos tu conseguiu agregar ali e acho que isto que me motiva e por isso que eu estou no Centro Ecológico. (...) Ter esta oportunidade de fazer isto aí, de tu contribuir mais para o trabalho desenvolver, pro movimento ecológico, pros agricultores se organizarem e crescer, né. Porque eu acredito que esta é a solução das pessoas, do planeta, que tem que ter uma consciência maior, cada vez maior, das relações, da produção, meio ambiente... (EE01 - MS).

Pode-se concluir, em função da trajetória desse mediador, que o seu discurso expõe, de uma forma bastante contundente, as vantagens em ser membro da equipe técnica do Centro Ecológico promovendo a agricultura ecológica. Após haver vivido grande parte de sua trajetória desenvolvendo atividades produtivas e de convivência social no meio rural e na condição de agricultor, o seu argumento fica marcado por menções comparativas. Em outros termos, é dizer que este mediador teve o seu *habitus* constituído em um espaço social diferente daquele em que agora está situado. Dessa forma, consegue perceber com maior clareza que ser um mediador é, sobretudo, poder fazer aquilo que não pôde fazer enquanto era agricultor. Este posicionamento magnifica tanto a posição do mediador quanto a do agricultor e explicita as suas características diferenciadas de uma forma mais evidente. Nesse sentido, esta citação, além de corroborar a discussão que introduziu esta seção e expor claramente os espaços de poder e dominação, apresenta questões interessantes a serem discutidas em relação aos aspectos que motivam os agentes a assumirem a função de mediadores sociais.

A primeira discussão que enseja este comentário parte da referência implícita a uma trajetória comum aos mediadores: o fato de assumirem, em algum momento de suas vidas, uma opção ideológica que os coloca na condição de contestadores do modelo de sociedade

existente. Esta é uma característica freqüentemente verificada entre os que integram o Centro Ecológico e se constitui num importante motivador para assumirem tal função. Isto implica dizer que, de outra forma, “tu te limita muito”. Sendo agricultor, por exemplo, “tu tem que tocar a propriedade e produzir e viver daquilo, então mesmo que tu queira participar, tu vai participar num final de semana, uma tarde por semana no máximo”. Em certa medida, é como se dissesse que a militância passasse a consistir em uma atividade profissional. O que antes só era possível nas horas destinadas ao descanso, agora se apresenta como uma atividade cotidiana. Isto atende a uma dimensão da subjetividade destes agentes que é o de poder trabalhar conforme a própria consciência que desenvolveram sobre a realidade que estão questionando e, ao mesmo tempo, construindo.

“Então esse é o benefício de trabalhar numa ONG, porque a maioria das pessoas que estão numa ONG, são pessoas que acreditam mais ou menos nas mesmas coisas, tem os mesmos valores, tem princípios muito parecidos” (E01 - MS). Nota-se, pela fala desse mediador, que essa perspectiva de poder trabalhar mantendo uma fidelidade aos seus princípios encontra um ambiente fértil no âmbito do conjunto das ONGs que atuam com a agricultura ecológica. Insinua uma importante dimensão da sociabilidade dos mediadores sociais que se refere aos laços que unem estes agentes em torno de uma causa comum, gerando um capital social que os coloca em evidência frente ao Poder Público ou outros grupos com quais estabelecem relações de poder, seja no formato de disputas ou alianças. O relacionamento entre estes mediadores, que chegam a constituírem redes com uma capilaridade que atinge dimensões internacionais, deve ser considerado como uma relevante vantagem para aqueles que se inserem nesse meio. A partir de tal visibilidade “surge uma palestra, surge uma viagem para o Paraná, que nem 15 dias atrás, vou eu lá, conversando dando cursinho, conversando com agricultores de lá, associações, então surgem estas oportunidades que pra mim é um crescimento, é um aprendizado cada vez mais”. (EE01 - MS)

A outra questão que está intimamente vinculada à anterior, refere-se à possibilidade desses mediadores obterem o sustento econômico sem abrir mão dos seus princípios ideológicos, anteriormente comentados. Neste caso, ao passarem pelo rito de instituição próprio daqueles que freqüentaram um meio escolástico, que lhes confere destaque entre aqueles com os quais convive, se lhes abre a possibilidade de converter esse reconhecimento em capital econômico. A presença desse mediador/agricultor apresentado acima, que acumulou um saber prático que lhe coloca numa posição intermediária entre os agricultores e os mediadores, pode ser considerado uma exceção que apenas confirma o poder simbólico de

quem acumulou um saber acadêmico: “eu não sou um técnico, eu sou na verdade um agente alí, de desenvolvimento eu diria, porque eu não fiz um curso técnico de agropecuária”. Vale dizer, resumidamente, que trabalhar em uma ONG, para os que apresentam o perfil desses mediadores, parece indicar a “união do útil ao agradável”, ou seja, trabalhar por um salário atendendo a uma causa ideológica.

Uma dimensão que sempre se apresenta de forma velada no discurso desses mediadores, e que pode ser facilmente extraída da citação anterior, diz respeito ao poder que lhes reveste a posição de membros do Centro Ecológico: “Você imagina trabalhar 10 anos em meio a uma equipe de agrônomos e técnicos, sociólogos..., as oportunidades de aprendizado que a gente tem, as oportunidades de conhecimento, de executar tarefas dentro de uma entidade assim, é... não tem nem cogitação...”. A partir desse extrato da citação, pode-se deduzir que, ao se demarcar dos mediadores com formação acadêmica, mas ao mesmo tempo se aliar a eles e se distanciar dos agricultores no sentido de ter a oportunidade de acessar “aprendizados” e “conhecimentos” e ainda “executar tarefas” reservadas apenas a quem está na condição de membro legítimo do Centro Ecológico, esse mediador está assumindo que tal *status* lhe confere um significativo poder dentro do espaço social em que atua. Cabe acrescentar, no entanto, que estes mediadores somente acessarão os privilégios desse poder uma vez que prestem “obediência e submissão às normas específicas do grupo” (Elias, 2000, p.26).

A constatação desse poder se faz marcante na medida em que este mediador assume que sua maior motivação é contribuir para a “produção” de um agricultor ecológico: “ir lá na casa do agricultor que não está fazendo nada e você ir orientando, conversando com ele, trocando idéias, dali a 6 meses tu vê que aquilo está engrenando, que ele está produzindo ecológico, transformou toda aquela propriedade dele”. De maneira geral, esta dimensão referente ao poder está presente na fala e no comportamento de todos os mediadores pesquisados.

Finalizando esta parte, deve-se reafirmar que não se propôs com esta discussão apontar os interesses dos mediadores pressupondo que se apresentam de forma estática e essencializados. Descartando essa visão, o que se buscou foi construir uma análise que problematizasse o universo no qual está inserido o mediador. Para isso apontou-se determinadas dimensões que em geral não são trazidas para o plano do debate. Estes agentes se constituem na relação que estabelecem quotidianamente, assim, na seção seguinte será analisada a relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais até aqui apresentados.

3.2 AGRICULTOR ECOLOGISTA E MEDIADOR SOCIAL: UMA RELAÇÃO DE PODER

O que se pretende com esta parte neste capítulo é trazer as evidências empíricas que expõe a relação de poder que esses agentes vivenciam. Antes de prosseguir nesta análise, vale a pena recuperar parte da discussão produzida no primeiro capítulo, quando se apontou que o poder é relacional e, portanto, se apresenta de forma dinâmica, tanto no tempo quanto no espaço. Além disso, deve-se considerar que o exercício do poder não se dá sob qualquer circunstância. O contexto pode determinar o tipo de capital de maior valor e assim cambiar, ainda que circunstancialmente, a relação de poder.

Tomando como base estes comentários e tendo em mente o que foi discutido nas seções anteriores, nas quais se apresentaram alguns dos benefícios perseguidos pelos agentes que estão no foco desta análise, pode-se agora situar o agricultor ecologista e o mediador social na relação que estabelecem. Um importante comentário colhido durante o trabalho de campo será o ponto de partida para esta análise:

Olha, eu não sei o que todo mundo acha, mas a minha opinião é de que a presença do Centro Ecológico nos tornou muito dependentes a eles. Eu senti isso quando eu fui coordenadora da Acert por um ano e durante esse ano quando eu fui coordenadora eu senti que a Acert não tinha autonomia. Porque quase todas as decisões passavam pelo Centro Ecológico, sabe, não sei se é porque as informações ficavam todas centralizadas lá. Tanto que no final do mandato, quando foi a próxima eleição, o pessoal perguntou se eu gostaria de ser reeleita, eu falei “não!!! Pra que???” Se eu não sei qual é a minha função aqui dentro?!?!” eu fiquei um ano na coordenação só como nome assim, eu assinava documentos, eu assinava cheque, tinha conta do banco no meu nome, da associação, mas eu não me sentia como uma coordenadora, porque eu pensei que fosse diferente (E15 - AE).

Verifica-se, a partir dessa fala, uma das formas de expressão do poder que está presente nessa relação. A contundência com que é “denunciada” a forma tutorial com que o Centro Ecológico atua sobre este grupo de agricultores ecologistas explicita uma situação que contradiz a fala dos mediadores, conforme os exemplos abaixo:

A minha preocupação é que as pessoas consigam fazer a vontade delas, eu sempre tento quando participo das reuniões de não tentar

impor a minha vontade e tento defender com cuidado porque de repente pode ser valorizada dependendo do momento a minha posição. (...) A decisão tem que ser delas, essa é uma preocupação sempre, que eu tento ter, imagino que no centro todos que participam também. (...) Se tu pode esclarecer alguma coisa para se tomar uma decisão em relação ao direcionamento da associação, trazer essa informação, mas não dizer se é por aqui ou por ali... se tu for demandado por eles também, tipo tem alguma decisão pra tomar, não é chegar assim eu acho que é melhor isso. Meu papel no momento lá, eu tento pegar... até ficar quieto, tem vezes que eu vou na reunião e fico quieto, (...) tem pessoas que valorizam os técnicos, demais, então assim, eu tento falar quando demandado e também quando falar não colocar uma coisa fechada, tentar ver os pontos de vistas que eu consigo ver e tentar esclarecer...(E03 - MS).

...nós sabemos, como assessoria, como Centro Ecológico, que tem uma relação a mais tempo com as pessoas, a nossa voz, a nossa posição influencia bastante os agricultor, a gente tem um poder grande, pela nossa posição. Mas a gente tem preferido historicamente manter uma posição de não influenciar muito, uma herança que a entidade tem de não... os atores são os agricultores, nós não somos atores, são eles, a gente vai tentar conversar, mas não vai pressionar, usar o nosso poder, porque nós somos uma assessoria. Uma herança que vem de algum lugar, eu não sei exatamente se as ONGs todas são assim (E04 - MS).

Estes comentários proferidos por dois mediadores expressam claramente como se dá a racionalidade que os levam a optar por determinada forma de atuação, partindo sempre do princípio de que estão ali exercendo um papel desinteressado ou deixando pressuposto que os seus interesses são coincidentes ou estão submetidos aos interesses dos agricultores. Deve-se apontar, no entanto, que tal orientação somente se processa na medida em que estes mediadores incorporam o sentido do jogo. Ou seja, “nos jogos nos quais, por exemplo, é preciso mostrar “desinteresse” para ter êxito, eles podem realizar, de maneira espontaneamente desinteressada, ações que estejam de acordo com seus interesses” (Bourdieu, 1996, p.147).

Como fica evidente, as duas falas assumem um posicionamento no qual se eleva o agricultor a uma condição de uma certa exclusividade, ou seja, tudo deve partir dele (do agricultor) e ao mesmo tempo chegar até ele. Esta postura de aparente abnegação oculta um jogo de forças que não se dá à consciência destes agentes. Sustentar a crença, por exemplo, de que ao calar-se se está deixando de influenciar naquele meio, ou, ainda, enunciar que “os atores são os agricultores, nós não somos atores”, são crenças que se solidificam na forma de uma *doxa* que rege o senso comum. Exatamente por isso, este é um discurso comum aos

agentes que atuam em ONGs com as características do Centro Ecológico, como fica sugerido na segunda citação. Eles realmente acreditam nisso e esse discurso é difundido aos outros espaços sociais, buscando fazer crer aos outros agentes com os quais se relacionam. Vale reafirmar, citando novamente Bourdieu (1996, p.153), que, “se o desinteresse é sociologicamente possível, isso só ocorre por meio do encontro entre *habitus* predisposto ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado”.

Isto se insere em um processo de disputas com outros agentes e organizações dominadas ou dominantes. É somente acreditando nessa enunciação que poderão sustentar discursos como estes:

É tão bom tu trabalhar numa equipe onde as pessoas foram selecionadas por vários critérios assim, não só uma prova e uma prova de títulos, são outros critérios que seleciona uma pessoa... a trajetória dela, ela como pessoa... nenhuma ONG que eu conheço as pessoas são selecionadas vai lá faz uma entrevista... tem outros critérios, como a pessoa consegue se enquadrar no trabalho, a convivência... (...) Eu sei que aqui no Centro Ecológico os princípios que orientam o Centro Ecológico são muito claros, definidos e todas as pessoas que trabalham aqui tem claro os princípios e só trabalha aqui quem quer cumprir estes princípios... e na Emater não, como é uma empresa muito grande, mesmo em diferentes governos que reformule a política de trabalho, lá na base mesmo, lá no escritório não necessariamente né?! (E01 - MS).

Com o Olívio [Olívio Dutra, ex-governador do Rio Grande do Sul na gestão 1999-2002] a agricultura ecológica era uma missão da Emater, então ela tinha que falar em agricultura ecológica, mas acaba que gerava conflitos porque (...) acaba que pra eles trabalhar com agricultura ecológica eles também acabava trabalhando com alguns grupos com os quais a gente trabalha e com um metodologia, de uma forma muito diferente, era meio complicado (...). É tão ruim ir numa reunião de agricultor que não são ecologistas, eles ficam esperando o técnico falar o tempo todo e o técnico fala o tempo todo, sabe?! Então assim, não que eram inimigos, mas era... são coisas assim que eram complicadas de trabalhar juntos, principalmente pela questão metodológica mesmo, eu acho (E01 - MS).

É onde pra mim, a proposta de trabalho e as concepções de agricultura mais fecham, mais são semelhantes, porque se tu trabalhar, por exemplo na Emater, já tem mais dificuldades, a questão institucional, não fecharia tanto, até por questão do próprio funcionamento da Emater... Tem a liberdade e também essa, como é que poderia dizer..., essa afinidade do que eu compreendo do que seria um forma de desenvolvimento, de organização, as propostas que o centro trabalha e

de agricultura também, tem essa coerência da própria instituição (E03 - MS).

Fica evidente nestas citações como o valor que possuem ganha amplitude na medida em que se demarcam daquela organização com a qual estabelece um processo de disputa. Especificamente neste caso, direcionam suas críticas para a Emater, uma empresa pública de extensão rural que em um determinado período assumiu um papel relevante no trabalho com a agricultura ecológica, mas que historicamente esteve a serviço da difusão da agricultura convencional. Por isso, se nesse momento o problema não era exatamente o tipo de agricultura propugnado¹³⁰, passou a ser, prioritariamente, o formato metodológico de atuação. Cabe mencionar que a seleção dessa organização governamental (dentre outras tantas) como “saco de pancadas” se deve ao fato desta representar o pólo contra o qual disputam a hegemonia no campo da agricultura. Percebe-se claramente que há um discurso que visa produzir quase que uma antinomia entre a Emater e o Centro Ecológico. Por outro lado, essa necessidade de se distanciar da Emater, por exemplo, tem um efeito nesse jogo de relações que é o de magnificar duplamente o seu papel. Ou seja, por um lado é uma forma de se apresentar perante os agricultores que conformam a sua base como sendo diferentes e melhores. Para isso, tratam de oferecer uma proposta de agricultura e também uma metodologia de atuação que supostamente supervaloriza o papel deste agricultor, consistindo, dentre outros aspectos, em denegar os seus próprios interesses em prol dos interesses dos agricultores. Por outro lado, é uma forma de se portarem ofensivamente perante os próprios agentes que dominam este campo de disputa (a Emater, entre outros), se impondo neste espaço social como um agente que carrega uma proposta de agricultura mais adequada. Um comentário emblemático neste sentido pode ser verificado na seqüência:

E hoje a nossa paranóia é que nós estamos achando que a nossa marginalidade está durando muito tempo já, a gente sempre disse aqui internamente que nós não queremos ficar sempre na marginalidade, e esta marginalidade da proposta agroecológica ela já tá perdurando já... O caso do Centro Ecológico tem uma história de 18 anos já e a gente continua como que insignificante. Não que o Centro Ecológico tenha a pretensão de ser uma Emater do B, né (risos) mas pelo menos, sei lá, eu acho que a agroecologia pelo histórico das suas previsões, das suas promessas, eu acho que ela já devia estar mais... significativa no conjunto da agricultura no estado ou brasileira... (EE02 - MS).

¹³⁰ Como já foi discutido anteriormente (no capítulo 2), as ONGs do Rio Grande do Sul que atuam nesse campo sempre questionaram o papel da Emater, mesmo quando esta assumiu a agricultura ecológica como uma prioridade institucional.

A discussão sobre identidade proposta no primeiro capítulo ilumina teoricamente o que esta se apresentando. É na construção de um relacionamento tenso com determinados agentes e de alianças com outros, que a identidade da agricultura ecológica vai se construindo e, conseqüentemente, também vai se construindo a identidade daqueles que se envolvem com tal proposta. Estes mediadores do Centro Ecológico perderiam sua função (e legitimidade perante os agricultores ecologistas) caso fossem confundidos com os mediadores vinculados à Emater, por exemplo. Portanto, a existência de tais mediadores somente se sustentará, enquanto tal, na medida em que crerem e fazerem crer que são o que são. Nesse sentido os discursos acima destacados devem ser compreendidos a partir dessa análise. Por outro lado, é importante salientar que o desequilíbrio de poder entre determinados agentes, em certas circunstâncias, é tão acentuado, como está exemplificado aqui nas figuras da Emater e do Centro Ecológico, que determinadas expressões e ações, com vistas a desqualificar ou estigmatizar o oponente mais poderoso no campo em que disputam, não chegam a produzirem efeito. Quando se produz o efeito desejado isto deve ser tomado como um importante indício de que a correlação de forças está mudando. Em outras palavras, é o mesmo que dizer que a correlação de forças no campo da agricultura é tão pendente para o lado da Emater que esta não chega a se preocupar com as investidas de agentes com poderes tão limitados, como os dos mediadores aqui abordados. Esta constatação é referida por Elias (2000, p.27) quando este analisa a relação entre “os estabelecidos e os outsiders”: “enquanto o equilíbrio de poder entre eles é muito desigual, seus termos estigmatizantes não significam nada, não tem o poder de feri-los. Quando eles começam a ser insultuosos, é sinal de que a relação de forças está mudando”.

Recuperando a discussão inicial, interessa destacar que o poder simbólico que os mediadores sociais possuem é um elemento de grande relevância na estruturação de tal relação da relação aqui analisada. Este poder reside no fato de haverem acumulado um grande volume de capital simbólico¹³¹. Este é, seguramente, o capital mais valorizado neste espaço social, uma vez que a agricultura ecológica se sustenta, especialmente a que é conduzida pelas ONGs do Rio Grande do Sul, na construção de uma rede de confiança que até o momento não

¹³¹ Uma definição de capital simbólico proposta por Bourdieu (1996, p.149), onde se vale de termos diferenciados em relação à definição já apresentada, parece mais esclarecedora para este caso: “chamo de capital simbólico qualquer tipo de capital (...) percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e divisão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são em parte, produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura de distribuição do capital no campo considerado”.

possui lastro com alguma forma mais formal de certificação do produto produzido de forma ecológica. É necessário, portanto, que haja uma referência institucional confiável que garanta tal produto. Nesse sentido, em grande medida, esta rede se constrói sobre o poder conferido ao mediador e ao Centro Ecológico, como deixa expresso esta fala de um agricultor: “a assistência deles dá a garantia do produto ser ecológico” (E14 – AE).

Dessa forma, o mediador social que está vinculado ao Centro Ecológico e carrega a carga simbólica de pertencer a esta organização de reconhecida expressão em certos meios sociais, passa a empenhar o seu prestígio em prol do agricultor que assessora, “atuando como um ‘banqueiro do simbólico’ que oferece, como garantia todo o capital simbólico que acumulou” (Bourdieu, 2002, p.22). Em geral, é este mediador o responsável por abrir fronteiras no mercado formalizado dos produtos ecológicos e este papel é constantemente apontado pelos agricultores como o mais importante. Isto se deve ao fato de ser o mercado, da forma como está estruturado, um dos principais limitantes ao ingresso de novos adeptos à agricultura ecológica. Sendo assim, atuar sobre esta demanda é uma reivindicação sempre apresentada e reclamada pelos agricultores. O reconhecimento de que o Centro Ecológico cumpre e deve cumprir este papel é uma referência implícita a este poder simbólico, que o leva a ser reconhecido como interlocutor legítimo nos espaços de decisão para tal finalidade (poder público, cooperativas de consumidores, outras ONGs...). Dito de uma outra forma, é por apresentarem um significativo volume de capital simbólico que os mediadores sociais são aceitos e respeitados em uma negociação com tal finalidade.

Neste sentido, esta é mais uma evidência de que é ilusório imaginar que quando estão diante dos agricultores e optam por permanecerem calados se estará evitando influir nas decisões a serem adotadas. Estar ali, munidos desse poder simbólico reconhecido pelos que compõem o grupo, já se constitui numa intervenção. Da mesma forma, renunciar oralmente à sua condição de ator neste cenário de alianças e disputas não significa produzir o efeito prático reflexivamente desejado. Observa-se, nesse sentido, uma acentuada contradição entre o que proclamam estes mediadores e o que está expresso na fala citada inicialmente. Mesmo que os primeiros acreditem piamente que estão simplesmente potencializando o papel daqueles que consideram os verdadeiros atores, isto não se verifica na fala dos agricultores e nem mesmo na própria prática de tais mediadores observada em campo. Os mediadores sociais são agentes tanto quanto os agricultores e, por isso, constroem e são construídos nessa relação.

O que sim, se verifica, é que a dotação de poder destes agentes em certos contextos e espaços sociais é determinante no direcionamento das decisões. Ainda que, pelo discurso seus

interesses estejam dissimulados o efeito prático de sua presença, seus discursos e suas práticas produzem uma realidade na qual devem ser reconhecidos como imprescindíveis. Isto é devido, como já mencionado anteriormente, ao fato destes mediadores possuírem um grande volume de certos bens materiais e, sobretudo, simbólicos que são valorizados neste mercado social. Tal constatação não implica aceitá-los como absolutos nos espaços sociais onde atuam. Este extremo também deve ser descartado. É no encontro desses dois agentes, dentre vários outros, que a realidade social se constrói.

Portanto, deve-se relativizar esses discursos que declaram uma atuação pautada pela horizontalidade, conforme anunciado por estes princípios que teoricamente regem a atuação do Centro Ecológico:

o estímulo à integração, à diversidade, ao estabelecimento de redes de relações, no mundo biológico e social, orientadas pela cooperação, pela parceria, pelo intercâmbio horizontal (Meirelles, 2003, p. 6 grifos no texto original).

É nesta perspectiva que propomos que relações subjacentes ao padrão de rede que desejamos formatar quando pensamos em um agroecossistema sustentável deve também permear as relações que se estabelecem entre os distintos atores sociais. **Relações de cooperação, parceria, interdependência, benefícios compartilhados** (Meirelles, 2003, p. 8, grifos no texto original).

A imagem de rede é invocada neste contexto por percebermos que no espaço de atuação do Centro Ecológico visualiza-se, dentre outros, os seguintes elementos:

Propriedades rurais manejadas de forma a fomentar as integrações ecológicas entre os distintos subsistemas que a compõem;
Agricultores, consumidores e entidades de assessoria organizados em pequenos grupos que interagem de maneira horizontal;
Relações de comércio pautadas por valores de transparência, cooperação, interdependência, benefícios compartilhados;
Interconexão e integração sucessiva entre distintos atores, sem perda da identidade e autonomia que caracteriza cada um deles (Meirelles, 2003, p. 11).

Esse discurso que a todo o momento ressalta essa pretensa horizontalidade, autonomia, respeito às identidades, benefícios compartilhados, valorização do conhecimento do agricultor, oculta o que se verifica na realidade. É dizer que é exatamente na assimetria, nas disputas, nestes jogos de interesses, ou seja, é na relação de poder, que se dá a construção dessa realidade e não nessa simetria inexistente de forças sociais. Bastaria observar que o

agricultor somente é aceito nessa relação na medida em que absorveu o discurso e a prática exigidos nesse espaço. O valor de seu conhecimento tem importância, na medida em que se confunde com os conhecimentos gerados e consolidados naquele meio. A valorização do conhecimento deste agricultor, sua autonomia e a horizontalidade pretendida nesta relação é medida conforme as normas estabelecidas. Portanto, ainda que se refira a um agricultor em um sentido genérico, os interlocutores legítimos nesse espaço são aqueles incluídos a partir de um poder que gerou um processo de “di-visão”¹³² instituído a partir da atuação destacada de agentes poderosos, neste caso, os mediadores sociais. Dessa forma, o agricultor a que se refere é o agricultor ecologista e não qualquer agricultor¹³³.

Depreende-se dessa constatação que o mediador social tem sua razão de existir somente enquanto produz um efeito de imprescindibilidade entre os agricultores. E isto se produz no instante em que convença e se autoconvença – o que ocorre nesse meio de forma predominantemente tácita, mas por vezes explícita – de que o conhecimento do agricultor é inferior ao seu. De outra forma, não produziria a sua “utilidade” e o seu reconhecimento dentro do conjunto das relações que estabelecem, levando-o a extinguir-se “naturalmente”. Ou seja,

(...) na lógica propriamente simbólica da distinção – em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre a outra, da negação de uma identidade por outra (Bourdieu, 1998c, p.129).

Esse discurso dos mediadores sociais que joga na sombra a relação de poder que vigora entre os variados agentes, nem sempre se expressa de forma dissimulada. É notável que em determinadas circunstâncias seu “ataque” chega a ser bastante explícito, pois são obrigados a enfrentar certos agentes que dispõem de capitais que, em sua estrutura e seu

¹³² “O ato da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão a uma nova divisão do mundo social: *regere fines, regere sacra*, consagrar um novo limite” (Bourdieu, 1998c, p.116).

¹³³ Chama-se a atenção, nesse sentido, para uma cartilha desenvolvida pelo Centro Ecológico (ainda quando este se chamava “Centro de Agricultura Ecológica Ipê”) com o sugestivo título: “O que é ser agricultor ecologista”. Nesta cartilha, os mediadores discutem a identidade do agricultor ecologista e para isso tomam como referência a agricultura convencional, apontando as marcas distintivas de tais agriculturas. Cf. CAE Ipê (1997), cf. também Anexo C1.

volume, são relativamente equivalentes ou, até mesmo, superiores aos seus (dos mediadores) e, dessa maneira, chegam a produzir determinados efeitos que devem ser combatidos. Um exemplo que corrobora esta afirmação foi verificado a partir da observação participante. Ao acompanhar o trabalho de um mediador observou-se que este estava preocupado com os possíveis desdobramentos de uma decisiva reunião que ocorreria entre agentes representantes de diversas entidades. Como forma de tentar evitar surpresas, esse mediador tratou de realizar uma série de articulações prévias com alguns agricultores ecologistas membros e líderes da base de agricultores que sustenta os trabalhos do Centro Ecológico. Esta ação consistiu, basicamente, em estabelecer táticas para construírem uma efetiva oposição contra determinados agentes, neste caso, agricultores líderes de outras organizações com interesses divergentes. Essa atitude se contrapõe frontalmente às intenções declaradas pelo próprio mediador de não interferir na dinâmica promovida pelos agricultores. Neste caso, tais mediadores não apenas assumem seus papéis de atores no cenário citado, como também buscam falar através de alguns agricultores. Em tal situação, mesmo que os mediadores renunciassem à emissão de uma opinião formal, estavam seguros de que os agricultores cumpririam tal função e, dado as circunstâncias¹³⁴, poderiam ser considerados ainda mais legítimos para tanto.

É prudente, neste caso, observar que não se trata de colocar estes agricultores como porta-vozes fidedignos daquilo que expressaria o Centro Ecológico diretamente. Trata-se mais de expor, frente a tal constatação, uma relação de poder que se apresenta de forma mais explícita entre os mediadores sociais e algumas lideranças com as quais disputam poder ou que poderão vir a constituírem-se em ameaça ao poder ali estabelecido, segundo o posicionamento do Centro Ecológico em tal espaço social. Além disso, expõe uma dimensão desse poder que está expresso, de uma forma mais tácita, na efetivação dessa referida articulação junto aos agricultores “confiáveis”. Ou seja, buscam interferir de forma indireta (através destes agricultores) numa reunião e, por conseqüência, nos rumos do jogo social, valendo-se tacitamente de seu poder sobre aqueles “mediadores voltados para a comunidade” que lideram a base de agricultores ecologistas que dá legitimidade à existência do Centro Ecológico. O produto dessa trama, seguramente, não será exatamente aquilo que o Centro

¹³⁴ O fato destes agricultores nos quais depositavam sua confiança, serem lideranças locais, atuarem em outra organizações e também por serem agricultores, lhes conferiria maior poder para demarcarem as posições acordadas previamente com os mediadores do Centro Ecológico. Além do que, ficou evidente que o Centro Ecológico não pretendia, naquele momento, assumir um embate direto com aquelas lideranças, uma vez que esta disputa ainda não estava totalmente deflagrada e ainda se cultivava uma relação amigável, em que pese toda divergência entre eles.

Ecológico desejaria e sim um resultado clivado de contribuição de outros agentes, inclusive dos próprios agricultores nos quais confiaram “sua voz”. O que não significa falar de um resultado consensuado. O resultado expressará o nível de poder dos agentes envolvidos. Isto se apresenta de forma bastante expressiva nesta citação:

...[o mediador do Centro Ecológico] está enchendo o saco e pressionando e sugerindo, é isso aí... É essa pressão sobre o agricultor que às vezes cai como uma encheção de saco. Eu acho que tem uma forma da gente não exagerar muito nessa pressão que é... dentro da propriedade ecológica dos avanços que as pessoas têm que observar isso, que esses avanços são decididos pelo conselho e o conselho é formado pelos agricultores. Então mesmo que a gente pressione, é importante, é necessário usar semente crioula e a gente tem esse poder de pressionar, mas quem decide mesmo lá no voto mesmo, são os agricultores, eles que plantam, eles que sabem as vantagens e desvantagens de uma semente crioula e de uma híbrida, dá o contrabalanço... ***Mas daí vocês podem lançar mão, como já lançaram, do poder de decisão de vocês, “eu quero plantar semente híbrida” “então tudo bem, vocês ficam...”*** (risos) Isso é muito complicado porque tem uma coisa... por exemplo, naquela oportunidade em que foi decidido que não usaria mais semente híbrida, qual foi a maior motivação que fez a gente trabalhar essa questão e pressionar? Foi a possibilidade real de contaminação por transgênicos né!!, das nossas variedades crioulas. Muito real a possibilidade, hoje estão aí os milhos transgênicos. Agora o processo de trabalhar mais intensamente com o agricultor, com a maior parte deles, não com as lideranças que já tinham uma compreensão, isso é um processo de anos, não é assim numa reunião, ou duas, ou 3, o agricultor e a família dele estar consciente de que não vão mais plantar milho híbrido, isso é um processo de anos. Se a gente fosse respeitar esse processo, talvez a contaminação – é um exemplo – fosse mais rápida do que o processo de conscientização do agricultor. Naquele momento foi um dilema, o que vamos fazer? E realmente nós trabalhamos a conscientização, mas pressionamos sobre as lideranças... pra tomar essa decisão, “nós não vamos mais plantar milho híbrido pra evitar um contaminação por transgênicos, pra não perder nossas variedades crioulas (E02 – MS).

Como deixa patente este comentário, enquanto essa dotação de poder for acentuadamente desigual, de forma que haja uma certa segurança em relação ao papel que certos agentes ocupam no espaço social e que é medida pela força com que mantêm atrelados a eles os agentes de menor poder, os primeiros sempre deterão, em último caso, a prerrogativa de sair do plano supostamente negociado para uma ameaça definitiva: “caso o senhor não queira atender à determinação, iniciará um processo do seu desligamento...”. Este recurso

extremo estava explícito naquela carta de recomendações citada no início desse capítulo e fica implícito na fala deste mediador. Um dado interessante é a referência aos agricultores líderes “que já tinham uma compreensão”. Essa menção aponta para o fato de que os agricultores que estão na condição de lideranças já têm incorporado esse discurso normativo produzido neste espaço social, sendo, dessa forma, importantes nesse processo de produção das consciências referido pelo mediador. O poder de enunciação desses mediadores encontra permeabilidade nessas lideranças, as quais, por sua vez, são reconhecidas enquanto tal no conjunto dos agricultores. Estes agricultores exercem uma função de mediação entre o Centro Ecológico e os agricultores, e por isso, vêm sendo aqui considerados “mediadores voltados para a comunidade”. Por outro lado, os mediadores sociais são aqueles voltados para dimensões mais amplas, como já apontado, e seriam, nos termos de Wolf (1971), os “mediadores voltados para a nação”. Este comentário feito por uma liderança dentre os agricultores ecologistas é apropriado para demonstrar estes limites:

Como eu te disse no início, eu acho que a Acert ficou muito dependente do Centro Ecológico e está perdendo um pouco da autonomia e não é culpa dos técnicos, na verdade parece que a gente se deixou acomodar. Porque hoje em dia é assim, quando foi pra fazer o projeto do PDA¹³⁵, foi os técnicos do Centro Ecológico que montaram todo o projeto. Claro que eles tem mais conhecimento que a gente, se fosse pra mim por exemplo, sentar e elaborar o projeto, não sei se ía sair alguma coisa, eles também tem mais acesso a informação, tem internet, tem telefone, tem fax, tem como acessar essas informações, então facilita pra eles. Não sei até que ponto é bom e até que ponto é ruim (E15 – AE).

Nesta fala, com um toque de resignação, tal liderança apresenta as impossibilidades de ir além daquele papel circunscrito à sua localidade e à sua associação e, da mesma forma, apresenta as facilidades dos mediadores em acessar as dimensões em um nível macro. Destaca especialmente o capital cultural desses mediadores, o que lhes facilita conhecer os códigos destes espaços e serem reconhecidos como interlocutores legítimos. Além das condições materiais que se tornam um importante diferencial.

De qualquer forma, é atribuindo um papel de destaque a estes mediadores voltados para a comunidade, através dos quais o poder dos mediadores do Centro Ecológico se capilariza entre os agricultores. É, também dessa forma, que estes agricultores recebem a sua

¹³⁵ Projeto Demonstrativo, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente vinculado ao Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal.

moeda simbólica nessa relação, que se constitui em uma maior legitimidade perante os agricultores que lideram, uma vez que carregam consigo este importante capital social representado pelo Centro Ecológico.

Algo característico, que também pode ser depreendido de algumas entrevistas, é uma preocupação dos mediadores do Centro Ecológico em serem exclusivos. Novamente a relação com a Emater oferece elementos para construir tal análise. Na medida em que a Emater atuava exclusivamente com os agricultores convencionais, em função de não deterem o conhecimento ou o interesse em relação à agricultura ecológica, que naquele momento não estava na pauta de suas prioridades, a disputa entre o Centro Ecológico e esta empresa pública se concentrava, sobretudo, ao redor do modelo de agricultura que difundiam. Quando esta passa a priorizar sua atuação tomando como principal referência a agricultura ecológica, o foco da disputa foi deslocado e, em determinadas circunstâncias, a necessidade de se manterem demarcados dessa organização só fez acirrar tal disputa. Neste caso, fica expresso a busca por uma certa exclusividade, tanto em relação à base que a sustenta quanto em relação ao conteúdo de suas ações. Ou seja, se até então detinham o “monopólio” da agricultura ecológica frente aos agricultores, passam a contar com a intervenção de outros agentes que orientam sua atuação para a mesma base de agricultores, carregando a mesma proposta de agricultura¹³⁶. Numas das falas citadas anteriormente isto fica insinuado:

(...) a agricultura ecológica era uma missão da Emater, então ela tinha que falar em agricultura ecológica, mas acaba que gerava conflitos porque (...) acaba que pra eles trabalhar com agricultura ecológica eles também acabava trabalhando com alguns grupos com os quais a gente trabalha e com um metodologia, de uma forma muito diferente, era meio complicado (E01 – MS).

Essa busca por exclusividade também se expressa de outras formas. Uma delas é exatamente a estigmatização e o “fritamento” de certas lideranças, mesmo que em certos casos estas lideranças tenham se originado a partir do próprio trabalho por eles desenvolvidos, mas que em algum momento se distanciaram e se diferenciaram do que propugnava o Centro Ecológico. O próprio caso acima narrado, sobre a articulação promovida por um mediador, enseja uma conclusão nesse sentido. Em determinadas situações, estes agricultores passaram a ser considerados verdadeiros inimigos que deveriam ser combatidos.

¹³⁶ Em que pese algumas diferenças, essas não chegam a representar um foco de tensão.

De outra parte, se verificou que esta relação de poder existente entre os mediadores sociais e os agricultores ecologistas não se processa de forma linear nem no tempo e nem no espaço. A discussão inicial poderia induzir a uma conclusão simplista de que o mediador social, inevitavelmente e em qualquer contexto exerce um poder hierárquico sobre os agricultores, configurando, obrigatoriamente, um relacionamento verticalizado entre tais agentes. Isto, considerando, como já mencionado, que estes mediadores detêm um volume relativamente superior de certas espécies de capitais que lhes garantem poder na maior parte dos espaços sociais em que atuam. Porém, nunca é demais reafirmar que esta relação de poder ganha formatos diferenciados conforme o contexto e o tipo de reconhecimento induzido por tais agentes. Evidência disso foi percebida a partir de algumas declarações realizadas por determinados agricultores nas quais se colocava sob suspeita a “capacidade” de certos mediadores em conduzirem algumas atividades:

mas nosso técnico faz mais de ano que não vem nos visitar, não temos assistência nenhuma deles lá. Não sei o que que houve..., mas eu estou enxergando eles de outra forma hoje... [Eles vêm visitar nas casas, eles não descem lá na roça. Aqui em casa eles vêm, lá uma vez que outra, mas perguntar o que está acontecendo lá na roça, procurar descobrir o que está acontecendo...] Até estou pra mandar uma carta para o Globo Rural pra pegar uma instrução deles lá (E13 – AE, o que está entre colchetes refere-se à fala da esposa).

Temos técnicos ali que eu acho que nunca visitaram uma lavoura até hoje... Eu não posso entender porque aquilo! Eu perguntei para outros ai, será que é eu que estou enxergando demais, o que que é... eles sempre gostam de desviar, então é melhor não dizer (E13 – AE).

(...) o trabalho andava mais, porque ele tinha formação de agrônomo (E15 – AE).

(...) quando ele chega numa assembléia e coloca uma coisa pro pessoal, parece que, eu não sei se é porque ele passa mais segurança no que está falando, o pessoal ouve melhor. E quando o outro chega, por exemplo, você viu na assembléia 3^a feira qual era a “lideraaaaanção” (com certa ironia) que ele tinha? os demais ali controlavam a reunião e faziam piada ainda, eu estava já... ahi!! (com irritação) eu não gosto na assembléia começar a fazer piada (...). Então... e eu não via liderança na pessoa dele, eu não consigo perceber. Infelizmente eu acredito que se... ele deveria ser um pessoa mais de pulso... Não ser uma pessoa que chega na sua propriedade e diz que tem que fazer isso, isso e isso, porque está errado. Mas ele tinha que estar sempre se interando do que está acontecendo. Nós

aqui, (...) não podemos reclamar muito, eles estão sempre aqui, de vez em quando eles estão vendo se estamos precisando de alguma coisa, mas eles não fazem isso em todas as famílias.... (E15 – AE).

No primeiro caso, assume-se uma crítica com o foco direcionado, por um lado, para a competência técnica, e, por outro, à ausência de compromisso dos mediadores com as necessidades por eles diagnosticadas. Essas críticas deixam exposto que, ao estarem amparados pelo contexto e pela segurança de estarem diante de um interlocutor “neutro” (o entrevistador, neste caso), certos agricultores produzem um discurso que coloca os mediadores sociais sob suspeita. Esta postura crítica tem, aparentemente, o poder de inverter o sentido da relação, ao menos, circunstancialmente. Recuperando os conceitos de região de fundo e frontal, a análise desta citação pode ser enriquecida. O que foi declarado ao pesquisador não se declara aos mediadores e nem mesmo em um espaço coletivo. Tais comentários são reservados para a região de fundo, onde pode se certificar dos riscos inerentes a tal exposição: “eu perguntei para outros aí, será que é eu que estou enxergando demais, o que que é... eles sempre gostam de desviar, então é melhor não dizer”. Referente a isso, foi interessante notar, a partir da observação participante de uma assembléia da Acert, que mesmo desafiado neste espaço coletivo a colocar tais críticas, este agricultor preferiu evitá-las. Em certa medida, num espaço restrito é possível ter uma melhor dimensão de como será recebida a sua opinião e, dessa forma, analisar se “é melhor não dizer”. Ou seja, o contexto em que se processa tal narrativa irá determinar a medida de sua exposição. Esse comportamento visa controlar a impressão do interlocutor acerca daquilo que se está revelando, de forma a também construir uma imagem de si próprio.

Não deve ser deduzido dessa discussão que está se tratando de um agente capaz de realizar uma análise completamente racional, extraindo da realidade todos os elementos para, a partir de uma complexa equação, distinguir o melhor caminho a seguir. A dinâmica na qual os agentes estão inseridos não lhes permite realizar tais análises, uma vez que vivem de acordo com uma economia das práticas e, também, pelo fato de ser racionalmente impossível distinguir todos os elementos que interferem em tais decisões. Ainda que os conceitos de região frontal e região de fundo provenham de uma corrente da sociologia na qual se sustenta que o agente possui um grande domínio sobre suas ações, nomeadamente o “interacionismo simbólico”, estes conceitos adaptados para o caso aqui analisado referem-se, ao contrário, a um constrangimento estrutural que condiciona a sua fala e o seu comportamento ao contexto em que atua. A margem de manobra do agente está circunscrita pelo seu *habitus* e pelo espaço social onde mantém suas relações.

Feita tal ressalva, destaca-se que o discurso desse agricultor ecologista tem o poder de construir uma imagem negativa do mediador e dessa forma colocar em questão o próprio poder por este adquirido. Nesse sentido é sintomática a menção que faz a uma busca por respostas técnicas junto ao “Globo Rural”, insinuando que os técnicos do Centro Ecológico não se importaram em atender tal necessidade ou, mesmo, deixando em suspenso a capacidade para tal. A estrutura da relação que está subjacente a este comentário feito pelo agricultor e que é percebida em muitos outros casos, seja com relação a questões técnicas e/ou, sobretudo, em relação às questões de mercado, segue a seguinte lógica: “obstáculo – mediação – solução” (Kuschinir, 2002, p.157). Esta lógica imprime à relação situações que ora pode ser de tensão, quando não há respostas aos problemas, e ora de “harmonia”, quando as respostas são satisfatórias.

Analisando o comentário desse agricultor desde um outro ângulo, ele pode expressar um posicionamento que, em certa medida, busca desconstruir uma relação onde estes mediadores, possuidores de certos bens materiais e simbólicos, parecem imprescindíveis. Da mesma forma, esse tipo de discurso faz com que tal agricultor se revista de um certo poder simbólico frente aos agricultores e àqueles que estão no alvo de suas críticas, na medida em que assume um papel mais ostensivo.

Já no segundo comentário, ocorre uma referência distintiva em relação aos mediadores. Neste caso, há um explícito reconhecimento do poder simbólico de alguns mediadores, que ganha em dimensão especialmente ao ser contrastado com a inexpressividade do referido mediador. O contrário também pode ser verdadeiro. Ou seja, a inexpressividade de tal mediador se evidencia diante de outros mediadores, que se apresentam com maior “segurança”. Da mesma forma, o comentário desse entrevistado, ao analisar um determinado momento da Assembléia da Acert, expõe com uma visível irritação o comportamento dos agricultores frente a este mediador em questão. De fato, na ocasião citada se verificou uma espécie de “complô” contra tal mediador. Incumbido de conduzir um tema previsto na pauta desta assembléia, este não logrou concluí-lo em função de que, ao longo de sua exposição, se disseminou entre a maioria dos presentes um comportamento que, em certa medida, obstruía a dinâmica proposta¹³⁷, contrastando visivelmente com o ritmo da reunião que, até então, era conduzida exclusivamente pelos agricultores. Conversas paralelas, as referidas piadas, um

¹³⁷ Comerford (1999, p.54) chama atenção para o fato de que em “uma reunião excessivamente dispersiva mal chega a se ser considerada uma reunião, pois a própria definição de reunião está associado ao pólo da concentração”. Nesta assembléia todo o percurso da reunião transcorreu normalmente, foi a partir do encaminhamento do ponto de pauta que estava sob a responsabilidade desse mediador (que sintomaticamente foi deixado para o final) que a reunião “descambou” e se encaminhou para o final.

verdadeiro descaso com o que estava sendo apresentado, tratando-o “como se ele fosse uma ‘não-pessoa’ e não existisse (...) como um indivíduo digno de atenção ritual” (Goffman, 1982, p.27). Isto pode se tomado como expressão clara de que, naquele espaço, o poder dos agricultores estava potencializado: em primeiro lugar, pelo fato de estarem num ambiente onde eram majoritários; em segundo lugar, em função do não reconhecimento do poder simbólico¹³⁸ do mediador ali presente. Embora o comentário confira um destaque especial ao capital cultural (“porque ele tinha formação de agrônomo”), fica demonstrado que outros capitais, como o lingüístico (“ele passa mais segurança no que está falando”) e o político (“eu não via liderança na pessoa *dele*”; “ele tinha que estar sempre se interando do que está acontecendo”), tem grande valor nessa relação de poder.

Efeitos semelhantes ao que ficou apontado com tais comentários também se verificam a partir de determinadas fofocas¹³⁹ que se espalham pela comunidade, em relação ao Centro Ecológico:

Como é a relação de vocês (...) com o Centro Ecológico? É bom, mas tem muitas pessoas que não concorda com as coisas do Centro Ecológico hoje, mas eu gosto do Centro Ecológico, eles vêm mais aqui em casa do que no resto do grupo mesmo, eles sabem que o cara é interessado na agricultura ecológica, no trabalho, então.... Eles deviam chegar nas outras casas, nem que eles não queiram muito..., mas eu acho que eles deviam ir. *Qual a reclamação que fazem sobre o Centro Ecológico?* Na verdade o pessoal acha que o Centro Ecológico trabalha fazendo estes projetos pra ganhar o salário deles, mas eles têm que fazer isso daí, se não como eles vão viver, eles precisam do dinheiro pra sobreviver (E16 – AE).

Nota-se, a partir desta fala, que há comentários entre os agricultores a respeito dos interesses econômicos dos mediadores sociais vinculados ao Centro Ecológico, especialmente com relação aos projetos que desenvolvem. Este tipo de comentário expõe a ocorrência de uma pequena rede de fofocas entre os agricultores: “o pessoal acha”. De maneira geral, fofocas são “informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas

¹³⁸ Nunca é demais reafirmar que este poder simbólico se efetiva exatamente pelo seu reconhecimento, quase sempre de forma tácita.

¹³⁹ Um interessante estudo sobre a fofoca poder ser encontrado em Elias (2000). Na pesquisa aqui apresentada não se pretendeu realizar uma “etnografia da fofoca”, portanto, as evidências apresentadas nesse breve comentário estão baseadas nas observações em campo e nas entrevistas e não se tratou de desvendar a sua capilaridade entre a totalidade dos agricultores assistidos pelo Centro Ecológico e nem, de forma mais precisa, o seu papel na estruturação das relações existente entre os agentes desse espaço social. São apenas evidências interessantes que demandaria uma pesquisa mais aprofundada.

ou mais pessoas umas às outras” (Elias, 2000 p.121). Esta rede se alimenta especialmente de assuntos relacionados às questões econômicas e competência profissional.

O que se percebe, a partir da citação anterior e do conjunto do trabalho empírico realizado, é que existem grupos ou, mais propriamente, indivíduos, que estão mais fortemente ligados ao Centro Ecológico e aos seus mediadores. “Mas eles têm que fazer isto, senão como eles vão viver, eles precisam do dinheiro pra sobreviver”: o conteúdo dessa fala expressa claramente que este agricultor não discorda fundamentalmente do que está difundido entre eles, mas preocupa-se em se diferenciar desse “pessoal”, tratando de não assumir o conteúdo negativo dessa fofoca e apresentando, logo de imediato, a justificativa para as ações do Centro Ecológico. Isto deixa evidente o seu compromisso moral com o Centro Ecológico, que se corrobora na medida em que demonstra ser um privilegiado em relação às visitas dos mediadores em sua propriedade. Esse compromisso também se expressa no “conselho” destinado aos mediadores: “eles deviam chegar nas outras casas, nem que eles não queiram muito..., mas eu acho que eles deviam ir”. Portanto, a rede de fofoca tem a adesão de agricultores cujo “pacto” com o Centro Ecológico é relativamente débil e a difusão dessas informações “depreciativas” não evolui junto a este outro grupo de agricultores comprometidos moralmente, se não com o Centro Ecológico como um todo, ao menos com algum de seus mediadores. Talvez, por isso, um dos agricultores já apresentado anteriormente conclua a sua fala de forma resignada, detectando que, de maneira geral, seus comentários críticos não encontram grandes adesões: “eu perguntei para outros aí, será que é eu que estou enxergando demais, o que que é... eles sempre gostam de desviar, então é melhor não dizer” (E13 - AE).

3.3 ASSIMETRIA ESTRUTURAL E A INTERDEPENDÊNCIA

Na análise da relação entre o agricultor ecologista e o mediador social realizada anteriormente buscou-se trazer à tona elementos que integram um conjunto de pressupostos sobre os quais tal relação está estabelecida. A partir de situações verificadas empiricamente, foi possível apreender que existe uma relação cambiante de poder entre tais agentes fundada, sobretudo, numa assimetria estrutural. Na parte que se seguirá, o foco estará centrado especialmente na análise da interdependência verificada na relação estabelecida entre estes agentes.

Como se destacou variadas vezes ao longo dos capítulos anteriores, os agentes aqui analisados existem e são o que são somente se forem tratados, seguindo o rigor analítico da proposta teórica adotada, de forma relacional. Ou seja, o mediador social se constituiu enquanto tal na medida em que outros agentes socialmente reconhecidos com os quais interage o aceitar como legítimo para assumir este papel. Como se viu, foi ao longo da trajetória do Centro Ecológico e num jogo de disputas e alianças que se construiu um poder frente aos agricultores e frente a outros agentes estabelecidos nos campos onde estão inseridos e, dessa forma, esses mediadores adquiriram o *status* que gozam atualmente. A mesma lógica deve ser aplicada aos agricultores ecologistas.

Em uma relação na qual a estrutura e o volume de capital dos agentes que a constituem são tão diferenciados, produzindo uma acentuada assimetria estrutural entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais, cabe o questionamento do porquê dessa relação assimétrica se sustentar na forma de uma aliança tão duradoura? Em outros termos, diante do que foi discutido em torno à relação de poder entre estes agentes, o que está determinando a manutenção dessa relação tão orgânica?

Inicialmente, cabe salientar que na relação entre o agricultor ecologista e o mediador social ocorre o que Bourdieu (1998c; 1998b) denominou de “homologia estrutural de posições”. Tal denominação aponta para o fato de que ambos agentes assumem posição de dominados em determinados espaços sociais onde atuam. Ou seja, os mediadores e os agricultores referidos nessa dissertação estão situados em outros espaços sociais hegemônicos por outros agentes. Vale dizer, de forma mais específica, que os mediadores organizados em torno da “Agroecologia” estão na condição de dominados no “campo tecnológico”. Dentre os agricultores, estes ocupam uma posição periférica em relação aos agricultores que dominam o “campo da agricultura”. Acentua-se que esse tipo de “solidariedade orgânica” ocorre tanto entre os dominados quanto entre os dominantes. Considera-se esta uma informação basilar para compreender como se origina e se consolida tal relação e é tomando-a como um pano de fundo que as análises a seguir serão construídas.

O questionamento, acima apresentado, enseja algumas observações com respeito ao início dessa relação, que devem ser aqui retomadas. Originalmente, os agricultores ecologistas, atualmente organizados na Acert, e os mediadores sociais, vinculados ao Centro Ecológico, viram-se na presença um do outro devido à conjunção de diversos fatores internos e externos a cada um dos grupos. Mais do que entrar nos pormenores destes fatores, que em certa medida já foram apresentados no capítulo dois, interessa, mais propriamente, perceber que tal relação se constituiu e foi potencializada devido a estes agentes se verem inseridos em

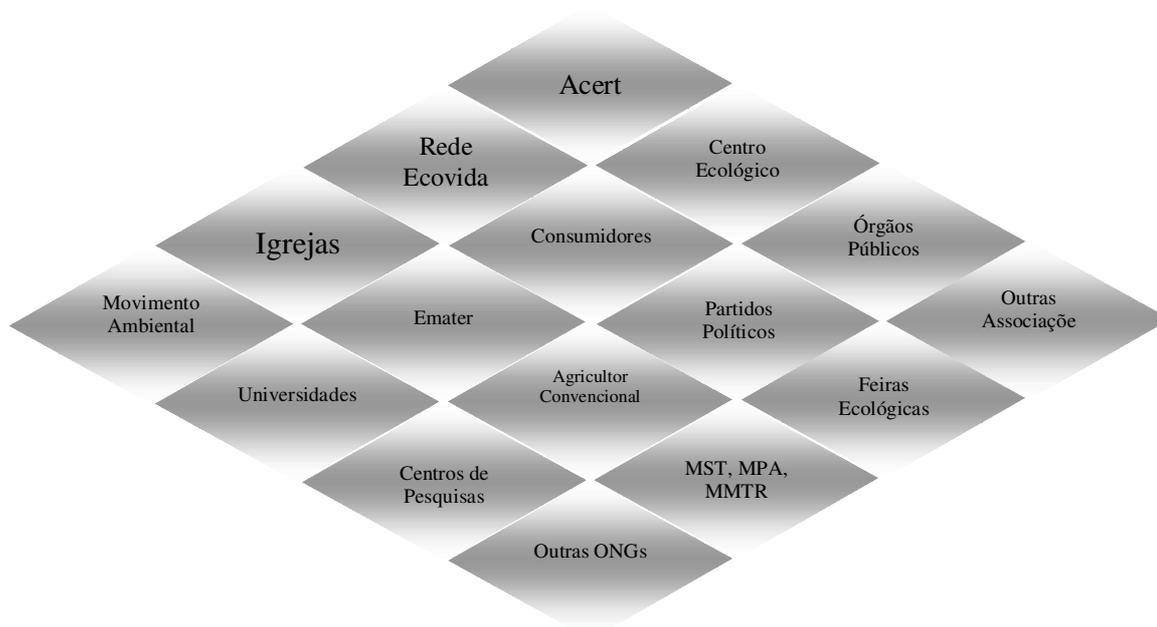
um emaranhado de outras relações, formando uma rede que se fundamenta em um quesito imprescindível que é o da confiança. Um exemplo simples, porém bastante ilustrativo dessa constatação, pode ser destacado a partir dessa citação:

O Centro nunca foi ofertar, o Centro sempre foi chamado por um padre, o Centro nunca fez um trabalho de articulação, de formiguinha de ir numa comunidade, a gente não tem essa identidade no município de fazer esse papel, a gente não vai visitando um por um como a Emater que é o órgão oficial... (E06f – MS¹⁴⁰).

Depreende-se dessa citação que o Centro Ecológico, por não ter essa característica própria da extensão rural oficial, somente chegou até os agricultores em função de haverem sido chamados por um padre. Da mesma forma, os agricultores são unânimes em reconhecer o importante papel que cumpriram certos padres para que ingressassem na relação com o Centro Ecológico e assumissem a identidade de agricultor ecologista. Tal relação somente se efetivou devido aos agricultores depositarem sua confiança nos padres e estes, por sua vez, no Centro Ecológico. Estes padres, portanto, se destacam como elos importantes no processo original dessa relação (vide capítulo 2). Obviamente que outros agentes e elementos estão envolvidos nessa trama (como está ilustrado na figura 4), mas com este exemplo fica evidenciado aquilo a que se está referindo, ou seja, a relação somente se processou devido à ocorrência de certos fatores, como no exemplo citado: a existência de um agente confiável que promoveu a ponte para que os referidos agentes viessem a se encontrar e a se relacionarem.

¹⁴⁰ Esta informação é parte de uma entrevista realizada por outra pesquisadora, Carla Freitas, também vinculada ao PGDR, cuja pesquisa estabelece interface com este trabalho.

Figura 4: Ilustração da rede na qual está inserido o Centro Ecológico e a Acert.



Fonte: Elaboração do autor

Confiança é um termo que vem sendo empregado com certa frequência nos dias atuais, seja pela sociologia ou pela economia. Citando Gambetta (1988), Locke (2001 p.258) oferece uma definição de confiança que satisfaz parcialmente a forma como está sendo empregado aqui tal conceito:

“Confiar em uma pessoa significa acreditar que, uma vez oferecida a chance ela não se comportará de forma a nos prejudicar.” Confiança, nessa definição, é situacional e/ou relacional, algo que se desenvolve entre dois ou mais atores em um contexto ou relacionamento particular.

Esta definição deve ser complementada no sentido de dar a ela uma dimensão histórica e clarear um pouco mais este componente relacional. O processo de estabelecimento da confiança se concretiza e/ou se consolida, ou não, ao longo de um período de convivência e de observação. Poderia se dizer que a confiança se consolida na medida em que ocorre um ajustamento entre as expectativas dos agentes envolvidos. Ao mesmo tempo em que não se dá sem que haja um ajustamento entre as lógicas individuais e as regras impostas pelo espaço social.

Num primeiro momento, esta confiança está depositada em algum integrante da rede que, por sua vez, irá propiciar as bases para a construção da confiança num terceiro. Da

mesma forma, esse processo não se dá sem que haja disputas e alianças ou, mais amplamente, relações de poder. Isto significa que o estabelecimento da confiança se dá a partir da conjunção de diversos elementos (simbólicos e/ou materiais) a partir dos quais emerge e se estabelece a relação. Ou seja, não é qualquer agente que desempenhará uma suficiente influência sobre outros agentes de forma a produzir um efeito de confiança. Talvez por isso mesmo é que a figura dos padres esteve tão presente na origem e na constituição da relação entre os agricultores atualmente ecologistas e o Centro Ecológico. Devido ao contexto no qual se dá tal relação, qual seja, um ambiente rural onde historicamente os agricultores desenvolveram uma acentuada religiosidade, é facilmente verificável a grandeza do poder simbólico destes padres. Aliás, o capital simbólico, “que es la modalidad adoptada por una u otra (...) especies cuando es captada a través de las categorías de percepción (...) que desconocen el carácter arbitrario de su posesión y acumulación” (Bourdieu 1995, p. 81), é o principal bem do qual se nutre a existência de tais agentes religiosos. Portanto, falar de confiança requer uma análise das relações que a geram e, portanto, situá-la histórica e relacionalmente.

De posse do que foi exposto acima, se pode concluir que a rede¹⁴¹ que vai se formando entre os vários agentes, no qual cada integrante “avaliza” o outro, é o substrato fértil a partir do qual nasceu e se consolidou a relação que se está analisando. Por outro lado, para analisar a relação entre diferentes indivíduos, muitos autores incluem um outro conceito, também na “moda” entre os sociólogos e, principalmente, entre os economistas: “capital social”. Motivo de uma intensa disputa teórica¹⁴², alguns autores propõe que o capital social é um produto da confiança e o utilizam, nessa conjunção, numa perspectiva eminentemente instrumental¹⁴³. Porém, sem adentrar nas minúcias desse debate bastante prolixo, entende-se aqui que o capital social deve estar situado frente à constatação de que “formações sociais são estruturas complexas que não podem ser vistas como meros produtos do planejamento, mas sim resultam de construção social ao longo de processos históricos de colaboração, competição e conflito” (Maciel, 2001, p. 285). Neste sentido, a definição de capital social que melhor se adequa a esta compreensão é aquela definida por Bourdieu, primeiro autor a se valer desse conceito nas ciências sociais, como sendo:

¹⁴¹ Para uma melhor compreensão desse tema, especialmente por constituir um estudo sobre as redes nas quais estão inseridos o Centro Ecológico e os Agricultores Ecologistas abordados nessa dissertação, ver Schmitt (2001).

¹⁴² Para um bom panorama dessa disputa, ver Ros (2003, cap. I). Veja também Kliksberg e Tomassini (2000) compiladores de vários trabalhos sobre capital social e cultura que vão desde uma perspectiva mais próxima a uma “engenharia social” até posições mais crítico/ analíticas.

la suma de los recursos, actuales o potenciales, correspondientes a un individuo o grupo, en virtud de que éstos poseen una red duradera de relaciones, conocimientos y reconocimientos mutuos más o menos institucionalizados, esto es, la suma de los capitales y poderes que semejante red permite movilizar (Bourdieu, 1995, p.82).

A definição acima proposta dá conta de expressar com um certo grau de complexidade, indo além das noções utilitaristas, o que vem a ser o capital social que um agente ou conjunto de agentes adquire. É uma espécie de capital que, aliado às demais espécies, se transforma em uma expressão maior que é o próprio poder. O capital social dos agentes envolvidos nessa rede é o que fará potencializar e dinamizar a relação que se consolidou entre os agricultores e os mediadores. Pode-se dizer, portanto, que o capital social é gerado na medida em que as relações de confiança se estabelecem, criando as condições para que este recurso seja produzido nesta rede de relações. Convém ressaltar que isto não significa qualquer tendência à estabilização das relações num patamar de simetria; ao contrário, o capital social é mais um ingrediente no jogo de poder que se verifica tanto entre os agentes aliados nesta rede quanto com aqueles com os quais estabelece uma oposição mais explícita. Portanto, não se pode deduzir, *a priori*, que, dado as condições para uma riqueza de capital social e confiança haverá, linearmente, uma evolução positiva no sentido do desenvolvimento ou no sentido da promoção de benefícios sociais ou econômicos¹⁴⁴, individual ou coletivamente.

A discussão até aqui desenvolvida persegue um eixo de análise que aponte a resposta para a questão acima formulada (o porquê dessa aliança tão duradoura?). Por mais conflitiva que em certos momentos tal relação possa ser, ela se efetiva num espaço social onde a recompensa, com vista à qual o jogo social se desenrola, interessa aos agentes aqui tratados. Da mesma forma, estes agentes estabeleceram um processo de confiança mútua que não está totalmente regido por um balanço estratégico do que tal rede de confiança irá lhe conferir em termos de vantagem. Há um processo de confiança que raramente é questionado e, mesmo os questionamentos, nesse sentido, não chegam a abalá-la. O que não significa, vale repetir, uma devoção cega ao outro e uma ausência de disputas. A confiança se assentou sobre esta relação (agricultores ecologistas e medidores sociais) ao longo do tempo e a desconfiança inerente ao início de qualquer relação deu lugar a um processo onde não estão em jogo as suspeitas

¹⁴³ Exemplo dessa conjunção pode ser verificado em Locke (2001).

¹⁴⁴ Veja-se, nesse sentido, a discussão profundamente crítica proposta por Rist (2000).

pertinentes originalmente. É na configuração de tal relação que o capital social se potencializa e passa a ser mobilizado para acender a melhores posições no jogo social estabelecido.

O capital social no sentido aqui utilizado é um recurso simbólico que dinamiza a forma interdependente segundo a qual está configurada a relação estudada. Em certa medida a posse de um significativo volume desse capital faz com que os indivíduos ou grupos se sintam presos com maior força a esta teia de relações da qual fazem parte. Nesse sentido, o que está argumentado anteriormente apresenta as bases para concluir que a relação entre os agricultores ecologistas que estão organizados na Acert e os mediadores sociais vinculados ao Centro Ecológico se sustenta devido a esse processo de interdependência enriquecido pelo capital social gerado nesta relação. Ou seja, cada pólo dessa relação se nutre daquilo que o outro pode oferecer. Sendo assim, ao fazerem parte de uma rede constantemente em construção, também estão em um processo de interdependência com outros agentes. É dizer que estão presos nessa teia de relações, cujo sentido se estabelece a partir de uma relação de forças interna e externa e é construída e reconstruída conforme a configuração resultante da interação dos agentes ali envolvidos.

Esta interdependência é o que dá cimento a esta relação e às demais que compõem esta rede. Dessa forma, os agricultores ecologistas oferecem legitimidade aos mediadores sociais e estes, por sua vez, criam as condições práticas e simbólicas para os agricultores serem reconhecidos como o são. Em outros termos, o Centro Ecológico somente será reconhecido e terá peso enquanto tal, nos espaços por onde circula e estabelece suas alianças e disputas, se carregar consigo o capital simbólico acumulado pelo reconhecimento de sua legitimidade enquanto representante de um significativo contingente de agricultores. Do mesmo modo, os agricultores serão reconhecidos como ecologistas e ganharão destaque para além de sua localidade na medida em que estiverem aliados ao Centro Ecológico:

o Centro Ecológico ele já tem um nome que facilita pra nós bastante, pra nós realizar este trabalho que a gente vem realizando. Pra nós eu acho que sem o Centro Ecológico eu até não vejo assim, como que a gente poderia ter oportunidade de se organizar e fazer com a gente chegue até onde nós já chegamos (E09 – AE).

Isto se efetiva, especialmente, pelo fato destes mediadores sociais atuarem “justamente fazendo contato entre esse grupo local e o mundo de fora, transpondo barreiras geográficas e simbólicas” (Velho e Kuschnir, 1996, p.101). Isto quer dizer que o Centro Ecológico, na figura de seus mediadores, tem seu capital simbólico enriquecido pelos agricultores que os

legitimam nos variados espaços sociais por onde circulam, da mesma forma que os mediadores enriquecem o capital simbólico desses agricultores.

O movimento das peças desse jogo, no qual são jogadores os agentes aqui abordados e outros agentes que estão tanto num nível mais localizado quanto em níveis mais ampliados, faz acionar outros vários movimentos no conjunto dessas relações. O exemplo já comentado a respeito da emissão, por parte do governo federal, de uma medida provisória que normatizava o plantio e o comércio da soja transgênica, é bastante ilustrativo nesse sentido. Tal fato fez com que vários agentes se mobilizassem e protestassem contra tal medida. Esta mobilização envolveu desde agentes situados em um plano internacional, passando pelo forte impacto nacionalmente produzido e chegando até aquele agricultor mais individualmente situado dentro dos contornos de sua propriedade. Nisso está envolvido o acionamento de uma rede de interdependência onde a força relativa ao capital social dos agentes mobilizadores exerceu uma influência significativa.

Retornando para a dimensão analisada, inúmeras evidências empíricas que dão conta desse processo de interdependência foram verificadas e a própria manutenção dessa relação ao longo de tanto tempo é uma mostra de que segue regulada por este processo. Neste sentido, ainda que se verifique um relacionamento tenso e conflitivo, que se exacerba em determinados momentos, está demonstrado que tal tensionamento não chega a representar riscos a um possível rompimento em curto prazo. Wolf (1971) chama a atenção para o fato de que é preciso que estes mediadores mantenham “estas tensões sob controle, para que o conflito não escape da mão e melhores mediadores tomem seu lugar”. De outra forma, o que se verifica é um processo de crítica e autocrítica, que, na atual conjuntura, assume uma acentuada expressão entre ambos agentes. Por um lado, isto é um sintoma tomado como característico de grupos que vivem um processo “natural” de sedimentação das empolgações iniciais, após haverem passado tantos anos vivendo essa dinâmica. Esta é a análise desenvolvida nesta citação:

Eu acho que isso é normal, essa curva é normal, até mesmo dentro dos grupos assim, é que nem casamento também, tem aquele momento em que o grupo se encontra e começa a se organizar e aquele monte de reuniões que tem que ser feita, daí lá pelas tantas é aquele pico de trabalho de grupo, de ânimo, de animação, depois as coisas mais ou menos se estabilizam... eu tenho a impressão que é mais ou menos assim. É a história dos grupos mais antigos, chega o momento em que

dá uma estabilizada e o pessoal já não participa mais tanto na luta¹⁴⁵ mesmo. Eu acho que nós não sentiríamos isso se mais grupos tivessem surgindo, porque daí ao mesmo tempo que aqueles já estão mais tranqüilos os outros estão no pique, daí eu acho que dinamiza um pouco o trabalho nosso como assessoria e o trabalho na região também dinamiza um pouco. Mas aqui em Ipê parece que todo mundo entrou juntos na onda, todo mundo esteve juntos naquele pico e agora todo mundo entrou naquela onda (E01 – MS).

Portanto, o que se percebe é que, após haverem vivido períodos onde vários elementos objetivos e subjetivos confluíam para elevar a motivação em torno da causa e da atividade relacionada com a agricultura ecológica, parece que chegaram a um certo nível, a partir do qual já não avançam: “a gente estagnou a muito tempo. Eu não sei, assim, estabelecer uma data, um tempo, mas eu percebo que há um bom tempo já, a gente não está progredindo mais” (E15 – AE). Essa constatação remete a uma auto-avaliação e a uma autocrítica especialmente por parte dos mediadores sociais e, dessa forma, faz ecoar no próprio direcionamento que estes buscam dar a suas ações. Este trecho de uma entrevista com um mediador demonstra claramente essa afirmação:

eu numa reunião daquelas¹⁴⁶ eu sinto que quando eu falo, eu dou canelada. Depois eu fiquei comentando com o pessoal aqui, porque é um assunto que eu não consegui pegar ainda, é esta conversa da motivação e um pouco eu acho que nós estamos num discurso, numa retórica que tem que ser superada. Nós temos uma retórica muito dogmática em alguns momentos..., eu tentei falar isto um pouquinho mas..., então ali, aquele padre que veio, (...) que eu gosto muito dele, mas eu acho que ele não ajudou naquela discussão. (...) Mas a Acert, exatamente o que a Acert não precisa, acho, é de mais papo pastoral. Porque aquele dia foi a manhã inteira de papo pastoral, ‘nós temos que realimentar os nossos sonhos, nós temos que ultrapassar a barreira do econômico’, né..., que é um papo bacana, que eu canso de falar nas palestras que eu dou, mas eu sinto que tem imobilizado alguns grupos, porque ele é meio..., claro que eu não posso dizer que ele é vazio, mas ele não se sustenta *per si* no mundo de hoje. No mundo de hoje não..., é aí que eu não quero ser muito neoliberal, nem muito pragmático, mas o mundo de hoje é um mundo cruel assim, os desejos estão muito..., com relação ao material, ao acúmulo..., estão muito presente. É difícil você encontrar uma massa, um conjunto significativo de agricultores com cabeça suficiente..., nem de agricultores, nem de técnicos, nem de gente, né! Com cabeça suficiente para fazer uma leitura Zen Budista da realidade, superar e alcançar o Nirvana, e tal...(risos) (EE01 – MS).

¹⁴⁵ Sobre os diferentes sentidos da expressão “luta”, ver a análise desenvolvida por Comerford (1999, cap. I)

O dogmatismo apontado por este mediador remete à discussão já realizada nesta dissertação em relação à identidade da agricultura ecológica. Aqui só se reafirma a crise moral que estão vivendo (especialmente os mediadores, mas também os agricultores), na medida em que não conseguem compatibilizar a virtude de produzirem uma vivência fundada no desapego econômico e mais próxima de uma ação pastoral com a necessidade de progredirem materialmente. O fato de concluir que a Acert não necessita mais desse discurso dogmatizante é a constatação clara de que este grupo já chegou a um certo estágio de envolvimento com a agricultura ecológica onde é preciso criar novas perspectivas. Ou seja, esse discurso, esse “papo pastoral, ‘nós temos que realimentar os nossos sonhos, nós temos que ultrapassar a barreira do econômico...’”, que vem carregado de utopia e que, em certo momento, foi o grande motor das lutas sociais na qual estes agricultores estiveram inseridos, já não possui o poder de sensibilizar estes agentes e mantê-los motivados com o trabalho que desenvolvem. Todavia, há um notável esforço para manterem viva esta dimensão que lhes reveste de um caráter subversivo ao sistema hegemônico, e que sempre é apresentada como uma característica que forma uma (auto)imagem distintiva no cenário das agriculturas já discutidas anteriormente. Aliar o simbolismo dessa dimensão ao materialismo necessário à reprodução (social, cultural e econômica) desses agricultores inseridos num “mundo cruel” onde “os desejos estão muito” relacionados “ao material, ao acúmulo...” parece ser o grande desafio desses agricultores e desses mediadores na atual conjuntura. Um interessante e extremado depoimento que atesta tal análise foi colhido de um jovem que já não morava no campo e estava visitando a família:

Você sempre morou aqui, antes de você sair para estudar? Sempre morei aqui. *Sempre trabalhou com o seu pai?* Sempre trabalhei. *Desde que idade?* Desde 5, 6 anos. Sempre gostei muito. Quando eu era pequeno, na terceira série eu falava: “eu quero ser agricultor”. Ai depois..., aqui nesta região é interior, mas é uma região até que com bastante acesso, (...) chega bastante informações, aqui você pode ver que não é um pessoal tão típico do interior. Até pode ser, mas tem mais acesso às informações. Eu por exemplo, sempre tive vontade de sair e ter um certo *status*. *Mas no princípio você gostaria de ser agricultor...* Até estudando, tudo vai, até a mídia, assim, vai influenciando. Até, acho que mesmo sendo outra profissão, mas tem um certo *status*. *O que você classifica como status?* Bom, uma profissão bem sucedida..., advogado... (...) eu vi uma coisa que acho que me cativava também, era querer trabalhar na bolsa de valores em SP, RJ. As vezes o cara acha que não tem influência, mas eu acho que

¹⁴⁶ Refere-se a uma assembléia da Acert da qual o autor dessa dissertação teve a oportunidade de participar.

isto é uma influência que eu tive. ***Então é isso que é o status? É***, até por dinheiro (...). Às vezes eu tenho isso aí, às vezes eu acho ruim até, não é tão bom, não me sinto bem pensando nisto. Porque... eu falo assim, mas eu sou muito dinheirista, muito capitalista. ***Aqui na agricultura você não identificava esta possibilidade?*** Não, não identificava mesmo. Até... não identificava... eu conseguir alguma coisa, não identificava mesmo (E03 – AE).

Por outro lado, chegou-se a um ponto em que, passados 18 anos de experiência, a pressão pelas realizações prometidas originalmente ganha maior peso. Ao perceberem que, após esse tempo, ainda continuam situados na periferia do sistema e as propostas por eles defendidas não alcançaram a expressão esperada, uma série de questionamentos vêm à tona. Ainda que tenham ampliado significativamente o número de agricultores ecologistas, é unânime a constatação de que não há a mesma empolgação com tal proposta como havia nos primeiros grupos. E a empolgação daqueles que se envolvem atualmente com a agricultura ecológica está muito mais vinculada às promessas de ganho econômico e/ou em função de não correrem mais os riscos inerentes ao uso dos agroquímicos. Aquela perspectiva ideológica de uma nova agricultura que se inseria dentro da utopia de uma nova sociedade e que esteve tão presente dentre os precursores dessa proposta, já não representa um combustível alimentador dessa dinâmica. Evidência dessa priorização do econômico pode ser depreendida dessa entrevista com um agricultor ecologista de uma outra associação mais nova e com características bastante distintas da Acert:

Quando o Sr iniciou na agricultura ecológica? Mais ou menos três anos e meio por aí. ***E como o Sr descobriu a agricultura ecológica?*** É porque já tinha um grupo, já estava trabalhando, daí como o meu trabalho estava andando, a gente viu que não seja um caminho para enriquecer, mas dá para sobreviver, e tinha espaço pra entrar e eu como não queria trabalhar com veneno mesmo, pelo fato dos problemas que ele causa. (...) ***Como o Sr tomou conhecimento desse grupo?*** É que são tudo daqui de perto. Daí eles me convidaram, me cederam o espaço para entrar porque quando eu entrei na associação os outros já estavam trabalhando. E eu estou contente, porque... a gente pode vender um produto mais direto para o consumidor. Dá bastante mão-de-obra, mas elimina o atravessador. Então produzindo menos, talvez tem o mesmo retorno daqueles que produzem mais. (...) ***Vocês tem reuniões periódicas...*** Temos, uma reunião por semana, precisa ter, né?! Até pra combinar a carga, pra fazer... precisa ter... uma união, uma associação assim é o sistema que até funciona mas tem que ter bastante cuidado, senão não tem como dar certo. (...) ***Nas reuniões vocês discutem mais sobre a comercialização?*** É, comercialização, como cuidar do produto, esse tipo de... que tem que

acertar. *E o Sr participa de alguma outra organização?* Não, eu acho que era dessa associação, que é o lado financeiro da vida, eu vendia banana também para caminhoneiro (E14 – AE).

Esse agricultor representa com bastante fidelidade as características mais gerais dos agricultores ecologistas que assumiram a agricultura ecológica em tempos mais recentes. Partindo de uma postura bastante pragmática e centrados em questões técnico-produtiva, estes novos agricultores ecologistas estão envoltos numa racionalidade onde não há o constrangimento de se assumirem ecologistas filiados prioritariamente à dimensão econômica ou em vista dos processos técnicos dessa proposta.

Ao mesmo tempo, verifica-se que uma pequena parcela dos que estiveram na gênese de tal experiência, movidos pela empolgação das lutas sociais, a abandonou ao longo do caminho. Isto é devido a vários fatores que não cabe aqui discuti-los, apenas citar alguns dos mais freqüentemente apontados pelos próprios agricultores: baixa renda, outros cultivos convencionais mais atrativos, limitação do mercado de produtos ecológicos, dificuldades referentes à produção ecológica (maior necessidade de mão-de-obra, exigência técnicas, limitações técnicas em relação a certos cultivos etc.) e incompatibilidades de relacionamento no grupo. Observa-se, também, que algumas das famílias que continuaram e se constituíram em “modelos” dessa experiência não lograram seduzir seus filhos para seguirem em tal atividade. Caso marcante, nesse sentido, foi o emocionante relato de um agricultor que chorou de desgosto ao relatar, durante uma entrevista para esta pesquisa, que não conseguiu convencer seus filhos a permanecerem na roça:

Quantos filhos vocês tem? 7 filhos, 5 homens e 2 mulheres. *Os que moram aqui com vocês são só os 3?* [Agora é] *Por que os outros não quiseram ficar?* Pois e agora?!? Pouca renda né! *E aí resolveram ir pra cidade.* Ganhar mais... 3 foram para Caxias e um pra Porto Alegre. (...) Agora a hora em que o Carlos foi embora me deu um desespero né, sei lá... o filho não querer seguir, a gente comprou a terra contando com os filhos pra ir trabalhar e eles saíram, daí deu um troço pesado né... Fui ali pra cima, berrar pra valer, me deu um desespero, até os vizinhos por aí viram.... “quem é que está berrando aí pra cima?”(assume uma expressão de tristeza e começa a chorar). *O Sr queria que o Carlos ficasse aqui...* Todos eles, né, daí eu senti que ía ficar perdido meu serviço de ter comprado terra aí [é... ele fica meio nervoso mas isso aí é coisa da vida] Eu tinha comprado [mas não precisa ficar nervoso, eles também estão bem] umas terras lá em cima, muito boa pra criar gado, né, por influência de fazer limpeza lá e daí fui lá um dia antes (chorando) o mato tava tomando conta.. [fazer o que, a gente não dá conta sozinho mesmo né] ía ficar tirado lá. *O que*

faltou foi renda pra eles ficarem aí... é, o Carlos estava trabalhando aí e sentiu que não estava dando renda trabalhando na feira, a feira estava dando pouco movimento lá, voltando muito produto, então resolveu ir embora, né. *Não havia nenhuma outra alternativa para motivá-los a ficar?* Eu não achei, né! Eles já estão com a idade deles, [cada um tem que procurar, a gente também não vai atacar eles...] eu achei que eles quisessem trabalhar aí, como eu comecei, eles podiam seguir pra frente né, já tinha terra, podia criar um gadinho (E06 – AE, entre colchetes está a fala da esposa).

Toda essa discussão em torno dos desafios colocados à proposta da agricultura ecológica, que nasceu como uma alternativa econômica, uma alternativa ao êxodo, como sendo mais sedutora aos jovens que estão no meio rural, carregando ao mesmo tempo um arcabouço ideológico que propunha novos valores para a prática da agricultura e para a própria sociedade, é sensível a todos os que integram esta rede, especialmente na sua dimensão mais localizada. Nesse sentido, observa-se que, na medida em que certos agentes trazem para o coletivo reclamações com relação à prática do Centro Ecológico, ou observam os desvios ideológicos dos grupos ou associações mais novas, ou mesmo buscam refletir no local os avanços obtidos em dimensões regionais dessa rede, como vem ocorrendo com a implementação da Rede Ecovida, acionam uma dinâmica que interferirá no tipo de relação que se constrói entre estes vários agentes. Isto significa dizer que estes agentes estão atados uns aos outros e suas ações acarretarão, em maior ou menor grau, algum tipo de reação daqueles envolvidos nesta trama de “fios” individuais e singulares.

Não obstante esta configuração, na qual se percebe a relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais imersa em uma rede de interdependência, o que se verificou por parte dos agentes pesquisados é a crença no poder de um agente individual ou de um grupo de agentes em promover a transformação de suas vidas. Isto esteve evidenciado em outras citações anteriores e se explicita nestes comentários:

Lá [na Serra] eles [os mediadores] estão... é que aqui [no Litoral] eles estão meio parados e lá parece que eles estão mais juntos com a turma lá... direto, estão mais junto com a turma lá na plantação dando força. Aqui até... olha, faz uma década que eu não vejo mais eles vindo aqui, é bem parado. Não dão mais uma força, não estão aí juntos. Lá não, parece que estão tudo juntos lá, os agrônomos estão direto com a turma (E07 – AE).

...agora você vê eles insatisfeito porque estão ganhando pouco. Na hora em que você vai na casa deles e conversa com eles, eles estão... e tipo no final culpam o Centro Ecológico, estão a 4, 5 a 10 anos e não

conseguiram ganhar grana, entendeu. Esta crítica já chegou concretamente ao Centro Ecológico: "por que que o Centro Ecológico não consegue fazer com a gente aqui o que faz lá na serra, onde os agricultores estão ganhando dinheiro e aqui a gente não está?" *E é verdade isto?* É verdade, não sei se é culpa do Centro Ecológico, acho até que pode ser, mas é verdade que a nossa base na serra ganha mais grana que a nossa base no litoral. (EE02 – MS).

Está evidente um sentimento de que o Centro Ecológico possui um poder para transformar a situação daqueles agricultores e, ao mesmo tempo, fica implícito um sentimento de inferioridade em termos de poder em relação ao grupo de agricultores da Serra. Ao mesmo tempo, pode-se deduzir destas citações o quanto estes agentes estão imbricados numa rede na qual cada integrante promove algum nível de influência, que pode ser percebida de diferentes formas ou mesmo não ser percebida. O que deve ser ressaltado, em que pese tais influências perceptivelmente individuais, é que as influências produzidas por esta rede sobre o indivíduo são muito mais acentuadas. Esta constatação encontra referência direta nesta observação de Elias (1994), segundo o qual, “a influência de uma pessoa sobre outras, sua importância para elas, pode ser especialmente grande, mas a autonomia da rede em que ela atua é incomparavelmente mais forte”. (Elias, 1994, p. 51).

Vai nessa direção a discussão que Elias promove em torno da relação entre o indivíduo e a sociedade. Para proceder tal discussão, este autor recupera a noção de “função” e a distancia do seu estigma funcionalista no sentido de retirar desta noção o pressuposto da coerência funcional reivindicada por esta corrente (o funcionalismo). Simplificadamente, o funcionalismo sustenta que “todas as pessoas têm igual importância para o curso da história, sendo assim, intercambiáveis, não passando o indivíduo de um veículo passivo da máquina social” (Elias, 1994, p. 51). De acordo com este autor não há a sociedade sem o indivíduo e nem o indivíduo exterior à sociedade. Em suas palavras:

A sociedade, com sua regularidade, não é nada externo aos indivíduos; tampouco é simplesmente um “objeto” “oposto” ao indivíduo; ela é aquilo que todo indivíduo quer dizer quando diz “nós”. Mas esse “nós” não passa a existir porque um grande número de pessoas isoladas que dizem “eu” a si mesmas posteriormente se une e resolve formar uma associação. As funções e relações interpessoais que expressamos com partículas gramaticais como “eu”, “você”, “ele”, “ela”, “nós” e “eles” são interdependentes (Elias, 1994, p.57).

Analogamente, pode-se dizer, então, que a relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais não se processa num vazio social. Ela é parte da malha que dá forma a

uma rede de interdependência e que, em última instância, vem constituir a própria sociedade. Ainda que as evidências apresentadas acima, a partir dos comentários dos entrevistados, dêem conta desse emaranhado de relações que desperta diferentes percepções nos agentes, os mesmos comentários sustentam a crença de que o indivíduo, ou grupo de indivíduos pode valer-se de seu poder para transformar a condição social referida. Como já salientado, o que parece mais notável aos agentes são as situações fundadas em uma realidade imediata, na qual a personalização das responsabilidades se torna mais plausível: “lá, os agrônomos estão direto com a turma”.

3.4 O PODER DA PARTICIPAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO NO PODER

Não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.

Marilena Chaui (1980)¹⁴⁷

Esse processo de interdependência entre os vários agentes aqui abordados remete a uma importante dimensão que nos últimos tempos ganhou grande destaque: a participação. Uma característica que se acentua para os integrantes dessa rede, tanto os agricultores ecologistas quanto os mediadores sociais, é o constante chamado a se envolverem com espaços destinados a diversas discussões temáticas e de tomada de decisões. Nesse sentido, o interesse em trazer essa discussão para este trabalho se deve ao fato de se considerar necessário, à luz de observações empíricas, abordar este tema de forma a integrá-lo dentro da dinâmica que compõe a relação de poder vivenciada pelos agricultores ecologistas e pelos mediadores sociais. Ou seja, assume-se que esta “onda” da participação somente pode ser compreendida situando-a frente à lógica do poder que permeia as relações sociais e, da mesma forma, estas relações podem ser melhor analisadas considerando os efeitos dessa lógica participatória.

¹⁴⁷ *apud* Aranha e Martins (1993, p.133-134).

Como ficou apontado no primeiro capítulo dessa dissertação, em tempos recentes o discurso da participação e a efetivação de espaços destinados a este fim ganharam uma expressiva dimensão, chegando mesmo a assumir um caráter imperativo. Isto significa dizer que este é um requisito inquestionável, seja em relação ao poder público ou em relação às variadas formas de organização, e se não for uma prática já prevista, seguramente será questionada e/ou reivindicada. O pressuposto da participação se assenta, em grande medida, numa crença na razão iluminista, de onde emerge um indivíduo racional com capacidade para estabelecer os contornos de seu próprio destino. O que se prevê, quando se convoca ou é convocado a ocupar um espaço na cena da participação, é que o indivíduo participante está ali ciente de seu papel e apto a estabelecer uma relação dialógica com seus interlocutores, de forma a produzir uma decisão, no mínimo, consensuada. Esta decisão, portanto, estará legitimada por todos ali presentes, mesmo porque, teoricamente, todos se enxergariam nela. Esta proposição provocativa “típico-ideal” não é algo que se verifica *a priori*. Tal hipótese somente se realiza na medida em que os integrantes desse processo entrarem em uma relação de simetria, uma relação onde os poderes constituídos se situam em um mesmo patamar. O que é algo improvável, senão, impensável. Sabe-se que, contrariamente aos cânones iluministas, existem múltiplas racionalidades e, de maneira geral, os agentes que interatuam nestes espaços carregam uma variedade de bens simbólicos e materiais que lhes revestem de poderes que assumem diferentes matizes conforme o contexto em que se situam. “Não podemos tomar a razão e a racionalidade como um sistema unificado e universal pelo qual podemos falar sobre o que é verdadeiro e falso, mas como sistemas historicamente contingente de relações, cujos efeitos produzem poder” (Popkewitz, 1994, *apud* Costa, 1995, p.120). Portanto, a idéia *a priori* de que a participação é uma experiência por si só geradora de simetria, deve ser melhor explorada.

Convém observar que a análise que será efetuada nesta seção tomará como referência os espaços de participação institucionalizados como reuniões, cursos, assembléias, encontros ou mesmo aqueles “micro” espaços que envolvem alguma interação e que vêm a assumir algum caráter mais formalizado, como por exemplo, as visitas técnicas, dias de campo, as feiras etc.

3.4.1 A participação que produz violência simbólica

No sentido acima exposto, assume-se que o processo de participação a que são chamados os agentes aqui analisados deve ser situado no interior dessa complexa rede de relações de forças que vigora no espaço social em que interatuam. Promover a participação e participar pode representar estratégias de dominação, resistência, disputas, alianças, enfim, é um componente da relação de poder. Nesse sentido, o Centro Ecológico é uma organização que se reivindica participativa e que, por sua vez, está inserido numa rede de ONGs que também enfatiza a participação (especialmente dos agricultores) em sua organização e em seus eventos.

Uma coisa... você disse que [a participação] é inerente à agricultura ecológica, mas é inerente à agricultura ecológica que vocês propõem aqui? Eu acho que é um pouco inerente da agricultura ecológica do Sul do Brasil, pelo menos as maiorias das instituições que eu conheço, aqui do Rio Grande do Sul eu tenho certeza, não sei das..., mas de Santa Catarina também, do Paraná.... Por exemplo esta agricultura ecológica da Rede Ecovida, não é a toa que a Rede Ecovida foi se construindo, então eu acho que é assim. Depois deste ponto que é inerente, é daí pra mais. Como é que nós pensamos o nosso trabalho.... Às vezes a gente tem uma..., a coisa da participação é que ela se dá muito no dia-a-dia, no contato da gente com o agricultor, quando você vai visitar um agricultor, vai com ele na horta, quando vai com ele na lavoura, vai com ele numa agroindústria, eu acho que nesta forma de contato com o agricultor ele já pode estar participando mais ou menos (E01 – MS).

A já referida Rede Ecovida chega a estabelecer limites à participação de representantes de outras organizações (que não as de agricultores), objetivando tornar seus eventos integrado o mais densamente possível pelos agricultores. Aliás, isto se constituiu numa marca metodológica que estes agentes das ONGs apontavam para se contraporem ao formato dos eventos que eram promovidos pela Emater, por exemplo, no período em que esta havia aderido à agricultura ecológica.

De fato, é notória a predominância dos agricultores nestes espaços organizados por um conjunto de mediadores vinculados a esta rede. Pensa-se aqui, entre vários outros eventos que o autor teve a oportunidade de participar que apresentam características semelhantes, no 4º Encontro Ampliado da Rede Ecovida¹⁴⁸, que serve de experiência empírica para se proceder algumas das análises que se seguirão. Em que pese a predominante participação dos

agricultores ecologistas, fica marcante a desproporção de intervenções discursivas dos mediadores em relação a estes. Ou seja, os agricultores participam mais na condição de platéia do que na condução das discussões e decisões. É comum se verificar, após as várias intervenções dos mediadores e lideranças, a finalização de determinado tema discutido solicitando que agricultor faça uso da palavra de forma a reforçar a idéia de um ambiente participativo. Esta afirmação se sustenta a partir da fala desse mediador que estava coordenando uma das mesas de discussão: “eu não ouvi os agricultores, até agora eu ouvi os técnicos e representantes dos consumidores, eu quero ouvir três agricultores” (anotações do autor 13/05/2003). Atendendo a este chamado, quatro agricultores, já acostumados a intervir, fizeram uso da palavra, dois dos quais para exigirem maior rigor em relação à certificação das propriedades ecológicas – expondo, dessa forma, um discurso marcado por uma carga disciplinar e disciplinadora, muito semelhante a discursos proferidos pelos mediadores naquela ocasião. Mesmo diante dessas intervenções, o que em geral se verifica é que os tensionamentos e as disputas mais acirradas em relação a algum tópico controvertido ocorrem entre os próprios mediadores ou, com menos frequência, entre mediadores e agricultores com status de liderança, os quais denomina-se aqui de “mediadores voltados para a comunidade”.

O que se observa, por um lado, é que grande parte das discussões que são promovidas, o são para satisfazer um exercício retórico de certos mediadores, mas também para estabelecer disputas entre os próprios mediadores e, sobretudo, para adquirir (tanto os mediadores como os agricultores líderes) capital simbólico (nomeadamente, um capital político). Por outro lado, o mercado lingüístico acionado nestes eventos coloca os agentes em situação de acentuada assimetria. Aquele que “fala bonito”, que apresenta maior desenvoltura em tal espaço, exercerá um poder simbólico sobre os demais, que irá consistir exatamente numa atitude de renúncia à fala por parte daqueles que não detém o capital lingüístico ali valorizado. Assim, “não só há pessoas que falam bem mais do que outras, como de maneira geral são sempre as mesmas. Os dirigentes organizam reuniões com a intenção de promover a participação de todos, mas acabam promovendo a visibilidade de alguns” (Comerford, 1999, p.63). Para acumular esse tipo de capital, valioso nesse espaço, se demandaria incorporar uma série de códigos que por ali circulam e faz com que aqueles que discursam com desenvoltura se sintam como “peixes dentro d’água”. A trajetória do agente faz inscrever no seu *habitus* as marcas que lhe dificultam ou facilitam tal empreitada.

¹⁴⁸ Realizado em Passo Fundo – RS no período de 13 a 15 de maio de 2003

Isto aponta, em certa medida, para a constatação de que nem sempre a totalidade da autoria da palavra dita corresponde àquele que a proferiu. Muitas vezes, pela palavra do agricultor fala o mediador, a liderança local, o consumidor, “enfim, ouve-se a voz de discursos poderosos, que impregnam e fazem desaparecer a possibilidade de um sujeito singular que fala” (Costa, 1995, p.130). Ainda que este discurso poderoso, de fato, impregne o agente, este estruturalismo foucaultiano, que é radicalizado nesta citação, não é totalmente apropriado para se analisar o quadro empírico dessa pesquisa. O que se verifica é que, apesar da hegemonia de um discurso que é construído pelo agente mais poderoso desse espaço social, isto não elimina a singularidade da fala de outros agentes, mesmo quando são notadas as evidências desse discurso poderoso. Comerford (1999), em suas observações, destaca que se esses agentes, ao falarem,

tiverem sucesso, o “público” pode passar a se reconhecer cada vez mais nelas e naquilo que elas falam. Em alguns casos, se a pessoa tiver realmente sucesso em suas apresentações, suas frases passarão a ser reapropriadas no cotidiano, por membros do público, tornando-se moeda corrente nas conversas (Comerford, 1999, p.66).

Portanto, deve-se considerar mais uma vez que o agente traz sua distinção marcada em seu *habitus* e, por isso, por mais que se assimile o discurso dominante naquele espaço social, o seu discurso nunca será uma reprodução, mas sim uma reapropriação e uma hibridação.

Quando se incorporam os códigos deste espaço, assimilando o discurso hegemônico, estes agricultores são alçados a uma posição de considerável destaque e se tornam referências exemplares na relação estabelecida com os demais agentes, especialmente aqueles atuantes em outros espaços sociais. Este agricultor, portanto, aumenta a sua dotação de poder. Entretanto, este comportamento também tem um efeito de magnificar o próprio poder desses mediadores, uma vez que os discursos construídos por estes são escutados na fala dos agricultores. Nunca é demais lembrar que tal fala carrega um discurso que é híbrido, uma vez que é construída conforme a racionalidade do agricultor. De qualquer forma, nestes espaços de participação é improvável que se ouça alguma voz destoante daquilo que historicamente se construiu como discurso legítimo para o referido espaço.

O que deve ser considerado, acima de tudo, é que não é naquele espaço que se efetiva a reprodução simbólica e material da maioria dos agricultores. Ou seja, a *illusio*, que rege boa parte destes espaços e que garante a “emoção” de um jogo disputado intensamente tem, nos agricultores ali presentes, muito mais uma “platéia” (ou “torcida”) do que aguerridos

jogadores. Pôde-se verificar que não há reflexos imediatos e significativos às cansativas discussões levadas a cabo nestes eventos sobre as práticas cotidianas do agricultor. Ou seja, o agricultor está sempre apoiado numa economia das práticas e, nesse sentido, em sua visão não há nenhuma lógica em adentrar nesse jogo onde o exercício da retórica é o que predomina. Mesmo que discursos inflamados atentem contra o uso de determinadas práticas importantes no processo produtivo conduzido pelos agricultores¹⁴⁹, estes não estabelecerão o contraponto valendo-se da mesma lógica discursiva, uma vez que seu discurso não carrega o poder simbólico do qual está instituído o mediador. Tampouco o contexto lhe é favorável. Por isso, o contraponto se efetivará em seu meio, ou seja, nos limites de sua propriedade ou no grupo de agricultores onde o contexto e as alianças lhe atribuem um poder diferenciado. Em grande parte das vezes, a contraposição se dá ao nível prático, ou seja, na realização do que seja factível e no descarte daquilo que não consideram relevante, sem despendar “grandes energias” com tais discussões. O silêncio, portanto, não significa ausência de ação. Além desta se efetivar de outras variadas formas, o próprio silêncio pode consistir em uma ação. Veja este interessante relato:

Olha, em geral o agrônomo da Emater e aqui do Centro Ecológico, eu vejo assim ó... eles vão visitar minha lavoura, eles entendem bastante só que eu agricultor entendo bastante também, ele vai dar a idéia de uma planta que não está bem, ele vai dar a idéia dele, se condiz com a minha, eu vou balancear, se a idéia dele é boa eu vou fazer, se a idéia dele não condiz, a minha é boa também..., claro que eu não vou dizer para ele que é ruim a idéia, só que muitas vezes uma coisa que ele está dizendo, ele pode me dizer uma coisa para fazer e eu já fiz a experiência que a forma de trabalhar com aquela planta não é muito adequada com aquela planta da minha região lá. (...). Mas então... o agricultor tem muita visão do que precisa uma planta, então os técnicos são ótimos para um monte de coisas, mas o agricultor também entende bastante de planta (EE01 – AE).

De outra forma, estes eventos assumem uma importância significativa para os mediadores sociais e para esta rede de organizações. É nestes espaços onde se celebra o poder de mobilização de suas bases e onde se expõe, de uma forma protegida pelo contexto, as disputas que são e serão travadas. Isto se verifica tanto de forma explícita quanto tácita e tanto coletiva quanto individual. Certos discursos são repetidos a todo tempo, criando um ambiente de unanimidade para, em seguida, se converterem em questões indiscutíveis. Emblemático

¹⁴⁹ Como exemplo verificado, um mediador em tom de discurso político e moral criticava fortemente o uso de cama de aviário e sementes híbridas, entre outras práticas.

nesse sentido é a discussão em torno dos transgênicos, a qual, especialmente no encontro citado (Encontro da Rede Ecovida), permeou todos os seus espaços. Mas, como já se apontou, apesar de ser um tema que, muito antes dessa intensa campanha da mídia¹⁵⁰, já estava presente no discurso desses agricultores, este é um assunto no qual os mediadores e outros agentes do campo tecnocientífico exercem um maior engajamento. O envolvimento direto dos agricultores, exceção feita às lideranças de organizações, é quase incipiente. Nesse sentido, foi curioso a abordagem de um agricultor que no instante seguinte ao término de uma entrevista, passou a consultar o entrevistador com relação ao que eram os transgênicos e o porquê de suas controvérsias.

Mais velada é a disputa entre as ONGs da Rede Ecovida e outras ONGs de outras partes do país que atuam no campo das agriculturas alternativas. Isto pôde ser apreendido em várias ocasiões, especialmente naqueles momentos em que estas (ONGs da Rede Ecovida) distinguiam suas práticas das práticas daquelas, destacando os benefícios e os avanços das propostas que defendiam, ao mesmo tempo em que apontavam os pontos críticos que se verificava nas ações de outras organizações. Marcante, nesse sentido, foi a desqualificação de um representante do conjunto das ONGs¹⁵¹ em um determinado Conselho da atual gestão do Governo Federal. Em vários momentos um representante do governo federal, convidado a realizar uma palestra que apresentasse as intenções do governo federal para a agricultura ecológica, fez referência a este representante das ONGs em tal conselho, pressupondo a legitimidade desse agente frente aquele público. Qual não foi sua surpresa quando alguns mediadores discursaram desautorizando qualquer representação daquele grupo por tal representante no referido conselho. Nesse momento, se verificou um atrito inicial, pois este representante do governo “acusou” os representantes da Rede Ecovida de não serem eficientes na ocupação dos espaços de representação num governo que está em intensa disputa¹⁵².

Aqui se percebe o quanto é interessante, para os dirigentes de órgãos estatais, a presença desses representantes das variadas organizações. Fica explícito uma certa “culpabilização” dos agentes ali presentes em não ocuparem os espaços de participação proporcionados. É como se, no limite, ele dissesse: “olha, eu não posso fazer nada se vocês

¹⁵⁰ Refere-se aqui a um debate midiático que se ampliou fortemente por ocasião da emissão da já referida MP – 131 e posteriormente da aprovação da Lei de Biossegurança na Câmara dos Deputados, em 05/02/2004. Vide Anexo H.

¹⁵¹ Trata-se da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia, uma organização nacional que reúne grande parte das ONGs que atuam com a agroecologia e que, segundo os mediadores presentes nesse encontro, é uma organização inicial e muito frágil, que ainda não tem legitimidade para falar em nome do movimento agroecológico, mesmo que a Rede Ecovida a reconheça e a integre.

¹⁵² Isto expõe o quanto estes espaços de participação (como os muitos conselhos) nas diferentes esferas

não participarem”. Por outro lado, a presença de um representante ilegítimo e aparentemente desconectado do conjunto dos grupos em nome dos quais se articula com o Estado, caracteriza o que foi também apontado por Dagnino (2002, p. 292):

com o crescente abandono de vínculos orgânicos com os quais os movimentos sociais que as caracterizam [as ONGs] em períodos anteriores, a autonomização política das ONGs cria uma situação peculiar onde essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público. Por mais bem intencionados que sejam, sua atuação traduz fundamentalmente os desejos de suas equipes diretivas.

Outra observação importante que deve ser apresentada, se refere ao fato de que estes Conselhos, que atualmente cumprem papéis de grande relevância na conformação das forças políticas e operativas que atuam no Estado, enfrentam problemas na composição de sua representação. Ainda que aparentemente sejam compostos de forma bastante plural, “é preciso chamar a atenção para o fato de que essa correlação de forças favorável está longe de se reproduzir nos contextos localizados e nos momentos em que se dá a instalação dos Conselhos nos vários municípios e estados e inclusive no nível federal” (Dagnino, 2002, p.294), como ficou aqui evidenciado.

Em outro sentido, a presença de outras ONGs de outras regiões do país, participantes desse encontro da Rede Ecovida na condição de interessadas em conhecer a dinâmica organizativa e as propostas que estão desenvolvendo com vista a aplicar tal modelo em suas regiões de origem, se converte num importante capital social para tal organização. Isto lhe confere destaque e maior poder simbólico frente aos diversos públicos com os quais interatua, funcionando como uma moeda simbólica nas disputas estabelecidas. Dessa forma, este espaço, para onde são chamados os diversos atores com os quais estabelecem algum nível de relação e de onde emergirão as proposições e decisões legitimadas por um processo denominado de participativo, está assentado num jogo complexo de códigos, alianças, disputas, interesses pessoais e coletivos e outros ingredientes presentes nessa sociodinâmica.

Circunstancialmente, se verificou que a assimetria estrutural exposta nesses espaços de participação pode produzir um efeito de violência simbólica, também presente nas situações

acima analisadas, sobre determinados agentes. Esta afirmação pode ser ilustrada de uma forma mais perceptível, a partir de uma situação empiricamente verificada. Um agente externo, convidado pelos mediadores do Centro Ecológico a oferecer um módulo sobre “comunicação”, que compunha um curso mais amplo de “formação de lideranças” para agricultores, sugeriu a realização de um exercício para atender a um fim referente aos propósitos desse módulo e, ao mesmo tempo, torná-lo mais participativo. Este exercício consistia na leitura de frases do tipo “trava-línguas”. Para isso, frases desse tipo, escritas em tiras de papel previamente preparadas, foram distribuídas entre os presentes e, na seqüência, cada um procedeu a leitura da frase que lhe correspondia. Em que pese a dificuldade inerente a este exercício e que por si só já expunha de forma bastante expressiva o desbalanço nos capitais dos que estavam presente, desde já violentando simbolicamente o agricultor ao expor de forma constrangedora tal condição, a citada assessora lamentou a ineficiência deste exercício culpando, subliminarmente, os agricultores, pois estes não teriam tido a capacidade de participar adequadamente do exercício proposto.

Obviamente que tal assessora não assumiu este comportamento de forma pensada. É exatamente essa característica que faz vigorar diversas situações de violência simbólica na sociedade. Essa violência

que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em “expectativas coletivas”, em crenças socialmente inculcadas. (...) A teoria da violência simbólica apóia-se em uma teoria da crença ou, melhor, em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquema de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecer-las (Bourdieu, 1996 p.171).

Ou seja, a submissão *dóxica* que rege tais ações, faz pressupor um conjunto de características que se consolidaram na sociedade a partir da racionalidade dominante. O pensamento corrente se orienta pelas categorias consagradas em seu meio e, dessa forma, na sociedade ocidental genericamente se verifica a predominância de um pensamento “moderno” que segue a lógica do macho, adulto, letrado, branco, urbano, nutrido etc. Aqueles que não estão situados sob tal racionalidade estão expostos a sofrerem situações de violência simbólica como a relatada anteriormente.

3.4.2. A participação que produz distinção

O pressuposto de que a participação produz horizontalidade nas relações, é correntemente encontrado em diferentes espaços e sustentado pelos mais variados agentes que atuam como mediadores sociais. Observe-se, por exemplo, esta citação retirada de um boletim da Rede Ecovida de Agroecologia:

Nos trabalhos sociais e coletivos, caminhar com cuidado e segurança é também muito importante; é questão de vida ou morte do grupo. Só que não há como ter certeza de que estamos fazendo a coisa certa, porque não há receitas para isso. No entanto existem princípios já bem conhecidos de como contribuir para o fortalecimento de grupos organizados. Um desses princípios é a participação, é sermos participativos e incentivar a participação de todos, é colocar nossas idéias e saber ouvir e valorizar as idéias dos outros (Bosa, 2003, p.4)

O que está subjacente a esta citação é a crença numa razão comunicativa, numa perspectiva comum que possibilite “colocar nossas idéias e saber ouvir e valorizar as idéias dos outros”, chegando dessa forma a um consenso que fará fortalecer o grupo. Em que pese toda a discussão realizada anteriormente, ocorre que há outros limitantes que geram distorções na participação dos agentes analisados.

A participação fortalece o grupo, promove a cidadania, gera consciência e conhecimento etc. Todos estes atributos são apontados por aqueles que se valem de práticas com tais propósitos. Mas, “essa ênfase na participação (...) apresenta limites estabelecidos pelo próprio contexto no qual se desenvolve a experiência analisada e, também, pelas estratégias e discursos adotados pelos atores envolvidos” (Silva, 2002, p.128). Este trecho de uma entrevista, já utilizado em outra parte dessa dissertação, coloca em evidência esta situação:

na verdade, como agricultor tu te limita muito, tu tem que tocar a propriedade e produzir e viver daquilo, então mesmo que tu queira participar, tu vai participar num final de semana, uma tarde por semana no máximo. Participar um dia por semana já atrapalha o seu serviço na roça. Aqui não, aqui eu tenho oportunidade, eu estou na equipe. Surge uma palestra, surge uma viagem para o Paraná, que nem 15 dias atrás, vou lá eu lá, conversando dando cursinho, conversando com agricultores de lá, associações, então surgem estas oportunidades que pra mim é um crescimento, é um aprendizado cada vez mais (EE01 – AE).

Este é um aspecto de extrema importância para o caso estudado. O mediador que tem a oportunidade de participar de vários espaços e, ao mesmo tempo, gerar espaços de participação (palestras, cursos, reuniões...), vive uma dinâmica que lhe permite aproveitar de tais benefícios. Os agricultores, por seu turno, enfrentam os constrangimentos que são próprios de suas atividades e dispensar parte de seu tempo para participar significaria a ausência de seu trabalho e, conseqüentemente, produziria reflexo em sua remuneração. Nesse sentido, o mediador é beneficiado duplamente: ele ganha os benefícios da participação e, ao mesmo tempo não sofre redução em sua renda. Aliás, participar e promover espaços de participação são atribuições de sua profissão:

Tem muita reunião..., outros trabalham além da conta para fazer, como o coordenador da Acert. Mas a assessoria do Centro Ecológico ajuda muito, por isso é isso, quem tá produzindo aqui não tem tempo de ir lá ver o comércio. Então acaba os técnicos do Centro Ecológico vendo isto pra gente, é claro que de acordo com a coordenação dos núcleos da Acert. (...) Mas é... o cara tá lá na reunião o cara tá deixando de produzir, vai diminuir a produção aqui (E02 – AE).

Esta característica também contribui para selecionar aqueles que se dispõem a participar, gerando uma distinção entre os agentes. No encontro da Rede Ecovida, já mencionado, em uma conversa informal entre alguns mediadores, esta questão foi colocada em outros termos. Um mediador vinculado a uma ONG do Rio Grande do Sul assumia um posicionamento crítico em relação a uma possível ajuda econômica que compensasse o agricultor que participasse dos eventos por eles promovidos, evitando, assim, a diminuição na renda deste agricultor. Na sua visão, isto causaria um “mau costume” e a qualidade da participação seria prejudicada, na medida em que agricultores interessados apenas nessa compensação seriam mais atuantes em tais eventos. Portanto, este tipo de ação não deveria ser considerado. Algumas tímidas expressões de concordância deixavam exposto que este não era um assunto de consenso e nem a ser discutido, ao menos naquele momento.

Este é mais um elemento que promove uma diferenciação, especialmente entre os agricultores, pois diante desse limite apenas aqueles com melhores condições de renda ou de mão-de-obra ou, mesmo, de maior doação a estas possibilidades, irão ocupar estas oportunidades de participação. Dessa forma ocorrerá aquilo que já foi apontado, ou seja, haverá um núcleo que sempre estará inserido nestes espaços e, mesmo que não haja uma total espontaneidade nesta participação, estes agricultores sempre serão conduzidos pelos seus

pares a esta posição (e, mesmo que para os mediadores isto não seja o mais interessante, pior seria a ausência de representação).

Outra questão a ser considerada, nesse sentido, é apontada por Paoli (2002, p.378) nesses termos: “o caminho das ONGs opta por representar as demandas populares em negociações pragmáticas, tecnicamente formuladas, com os governos, dispensando a base ampliada da participação popular”. Ou seja, ao se adentrar nessa espiral da burocratização na qual está imerso o Estado, e devido ao capital cultural dos mediadores sociais, as ONGs, e especificamente o Centro Ecológico, se distanciam ainda mais de suas bases, desenvolvendo atuações constrangidas pela imposição de certas lógicas presentes na dinâmica estatal. É forte, neste caso, o risco de se estabelecer uma relação puramente instrumental com os “seus” agricultores. Isto implica em considerar que a base já consolidada, sobre a qual o Centro Ecológico fundamenta sua posição, se transformaria em não mais que “moedas” nas negociações e na busca por reconhecimento junto aos demais agentes com os quais mantém ou busca manter relações. Esta possibilidade se coloca especialmente neste momento, no qual a limitada oferta por financiamentos impõe uma série de condicionantes, acabando por transformar estes mediadores em verdadeiros “garimpeiros de recursos”. Não é à toa que grande parte dos agricultores reclamaram da ausência dos mediadores junto às suas atividades: “olha, faz uma ‘década’ que eu não vejo eles vindo aqui, é bem parado. Não dão mais uma força, não estão aí juntos” (E07 – AE).

3.4.3 A participação que produz subversão

Assumir uma postura crítica e apontar para as evidências empíricas de que esse discurso e essa prática da participação se inserem num contexto de disputas entre agentes com interesses variados, conduz a um questionamento inevitável: diante de todos estes apontamentos problematizadores desse tema, é a participação um processo inerentemente perverso e tudo que se propagandeia a esse respeito se constitui, invariavelmente, em posturas ingênuas e míopes?

Obviamente que não. Porém, não há uma resposta absoluta, precisa, a esta questão. Cada situação gera uma análise correspondente e cada análise se constrói a partir de uma ótica própria. Portanto, considera-se possível a construção de espaços de participação na qual os atores dominados possam impor uma outra lógica que venha a romper com a racionalidade dominante e, mesmo, desenvolver consensos possíveis em torno de assuntos e contextos

favoráveis a isso. O que parece ser impossível é eliminar, como se faz crer o senso comum (e, também, alguns referenciais acadêmicos¹⁵³), a relação de poder entre os agentes. Relação esta que é gerada a partir de uma situação de assimetria estrutural no que se refere à estrutura e o volume dos capitais que são valorizados nestes espaços. Nesse sentido, o único *a priori* que se assume possível, neste caso, é a ocorrência inevitável de uma relação de poder que está determinada pela constituição desigual de capitais e também pelos traços contidos no *habitus* dos agentes. De maneira que a ocorrência de uma relação simétrica é impossível. Míopes, portanto, são aquelas análises que crêem ser possível um tal descentramento, a ponto de agentes detentores de meios e interesses tão heterogêneos, entrarem em uma relação dialógicamente simétrica.

Na verdade, sabe-se que a ordem social deve em parte sua permanência à imposição de esquemas de classificação que, por se ajustarem às classificações objetivas, acabam produzindo uma forma de reconhecimento desta ordem que implica justamente o desconhecimento da arbitrariedade de seus fundamentos (Bourdieu, 1998a, p.117).

Diante dessa postura crítica¹⁵⁴ aqui assumida em relação à participação (e como base para toda esta pesquisa), impõe-se mais uma vez reafirmar que não se trata de um posicionamento em que se assume moralmente um lado dessa disputa, deixando subentendido a ocorrência de um “comportamento inadequado”, o que, por conseguinte, levaria a deduzir a ocorrência de um “comportamento adequado” (que, por sua vez, colocaria um fim a todas estas questões apontadas). Sabe-se que a dinâmica social é bastante complexa e repleta de heterogeneidade, deixando pouca margem, ou nenhuma, às análises com pretensões definitivas de verdade. É nesse sentido que se atribui às análises em torno da participação um conteúdo multifacetado.

Considerando a opção teórica adotada, fundada no construtivismo, assume-se que a ocorrência de mudanças no indivíduo que participa é sempre possível. Mesmo que se opte pelo silêncio, se ignore grande parte do que se discute, ou, ao contrário, participe ativamente intervindo com desenvoltura e se sentindo bastante à vontade naquele espaço, o processo de participação proporciona um tipo de sociabilidade distinto do ambiente cotidiano:

¹⁵³ Como deixa pressupor algumas das análises de Paulo Freire. Refere-se aqui especialmente a Freire (1977).

¹⁵⁴ Que segundo Bourdieu (1998b, p.99) “é recusarmo-nos a substituir o Deus criador das ‘verdades e dos valores eternos’ pelo Sujeito criador e devolver à história e à sociedade aquilo que se atribuí a uma transcendência ou a um sujeito transcendental. É, mais precisamente, renunciar à mitologia do criador “incriado(...)”.

Se eu pudesse participar de tudo, todas as reuniões... mas a gente não pode porque se não a roça fica no mato e fica sem plantar, então não vem o sustento dali. (...) ***Você percebe que todos participam?*** Eu na verdade gosto mais de ouvir, tem gente que gosta mais... é claro se a gente tem uma idéia, a gente coloca. Tem gente que é mais aberto, fala as coisas do que sabem, que aprendeu, do que viu... eu gosto de ir por isso, porque eu gosto de ver as pessoas falando também, pessoas que entendem da realidade... pelo bem da natureza, pelo bem da saúde (E16 – AE).

Quem que te motivava a participar destes espaços? Mais era a mãe, a mãe sempre quis que eu estudasse, que fosse para frente, ela não queria nunca que eu parasse de estudar. Então eu achava que isto era uma forma de eu aprender, de me projetar um pouquinho mais, participar... eu achava que eu devia estudar... mas então ela me animava para participar. ***Nesta participação que você ia se formando?*** Isto, eu ia aprendendo mais, então eu ía ampliando. (...) eu sempre fui meio participativo assim, na comunidade eu também gostava muito de participar, colaborar, fazer as coisas, participar de todos meios e coordenar as atividades de futebol, então eu sempre estava envolvido com lideranças (...) teve uma época que eu estava em 5 ou 6 lugares. Aí depois eu tive que reduzir as minhas atividades, comecei a me envolver com tudo e não dei conta. ***O que você percebia que ganhava participando destes espaços?*** Ah, era muito amizade, nós tínhamos muita amizade com a gurizada. (...) Então era aquela participação, onde ía, todo mundo ía, “vamos lá! Vamos pro torneio? Vamos!” era aquela animação, todo aquele povo participando... (EE01 – MS).

Como se percebe nestas citações, as reuniões, em suas diferentes formas, se constituem em um espaço de participação por excelência. De acordo com o que foi verificado por Comerford (1999), que em muito se assemelha ao que se verificou no caso empírico aqui estudado, as reuniões

são muitas vezes pensadas explicitamente, sobretudo por assessores e dirigentes (que as promovem), como um momento fundamental de participação, de democracia e de organização, uma oportunidade para que todos falem abertamente o que pensam, um espaço para tomar decisões coletivamente, pelo consenso ou pelo voto, um espaço para tornar públicos os problemas e dilemas da organização ou de seus membros, e ainda um espaço para aprendizado e para conscientização através da discussão participativa, reflexiva e livre. Tudo isso deve se dar fundamentalmente através das discussões, nas quais cada participante individualmente tem, a princípio e em função de sua qualidade de trabalhador rural e membro da organização que promove

o evento, direito à palavra, possibilidade de externar suas opiniões, dúvidas e propostas (Comerford, 1999, p. 49).

Participar envolve mais do que tomadas de decisões ou formações objetivas e formas de controles subjetivos. Pode ser um espaço de aprendizado e de integração social que influi na própria visão de mundo daqueles que participam. Por um lado, pode inclusive gerar emancipação, que não se trata de liberdade. Assume-se emancipação, neste caso, como a subversão de um certo controle promovido pelos agentes dominantes, passando a um patamar de relação onde uma maior acumulação de poder pode fazer abalar as regras do jogo, chegando mesmo a representar a “suspensão da adesão originária à ordem estabelecida” (Bourdieu, 1998a, p.118).

Esta constatação se verificou a partir de dois casos emblemáticos. O primeiro deles se refere à emergência de uma liderança dentre os agricultores ecológicos, que até então atuava em estreita aliança com o Centro Ecológico, sendo apresentado por estes como um caso modelar. Na medida em que este agricultor passou a acessar outros ambientes sociais, nomeadamente os espaços de participação política, chegando inclusive a ocupar posição de destaque no poder público local, este passou a não se orientar pela expectativa de seu meio original. Ao assumir um novo discurso que não coadunava com aquele anteriormente defendido conjuntamente com o Centro Ecológico, este agricultor passou de caso modelar para a posição de quase inimigo, como fica exposto na fala desse mediador:

Como oposição eu acho que a prefeitura (...) num momento, foi oposição assim, Silva, por incrível que pareça, o João da Silva. **Ah é?!?** É, é um cara bem complicado, ele se aposentou agora e em vários momentos assim a prefeitura foi, não uma oposição, mas é aquela coisa que não ajuda, que não apóia e quando não ajuda ou apóia, só atrapalha, sabe, que não compra bandeira... (...) Então oposição, oposição, não existe hoje, mas é aquela coisa que todo mundo acha bom, mas ninguém bota a mão no fogo, acha bom, mas não compra a bandeira. Já passou aquele momento de oposição... (E01 – MS).

O segundo exemplo se refere a um outro agricultor ecologista que, da mesma forma que o anterior, esteve vinculado ao Centro Ecológico e com o importante apoio deste foi eleito coordenador de uma importante organização local. Isto lhe possibilitou a ampliação de seu capital político, o que o impulsionou a buscar outras alianças e a circular em outros campos. Devido a este novo posicionamento dentro daquele espaço social, este agricultor, em certa medida, se distanciou da “tutela” do Centro Ecológico. Dessa forma, passou a figurar

também como “*persona non grata*”. Esta organização chegou, inclusive, a ser nomeada como uma inimiga potencial dos trabalhos que estavam se desenvolvendo em relação à agricultura ecológica. Foi contra esta organização que um mediador do Centro Ecológico buscou articular outros agricultores para limitar o seu poder, como já foi analisado na parte 3.1.2 desse capítulo. Assim ficou descrito no caderno de campo um comentário de um mediador que fez questão de retomar uma resposta a uma pergunta que havia sido feita a ele em outra ocasião, a respeito dos atuais inimigos da causa da agricultura ecológica: “Em outro momento *ele* chegou a dizer que esta *organização* estava passando a ser um dos inimigos na luta que eles estavam levando. Havia uma nítida disputa com esta *organização*” (Caderno de Campo, 25/06/2003).

Assim, os espaços de participação que são intrinsecamente espaços de disputas, geram processos de emancipação, de formação, de sociabilidade, de integração e mesmo de lazer, mas o efeito de tudo isto somente pode ser verificado em uma avaliação *a posteriori*. Não existe um *a priori* normativo que, aplicado a um processo de planejamento, determinará a dinâmica e o papel que os agentes cumprirão nestes espaços. Vale ressaltar que subverter o discurso dominante e destituir o agente que exerce maior poder nesse espaço não é solução para corrigir as assimetrias e as tendências dominantes. Não obstante, o que sempre se verificará é a substituição de um arbitrário social com pretensão de verdade por um outro. Neste caso, novos discursos e agentes hegemônicos emergirão na cena social renovando os interesses em jogo e revigorando a disputa pelo poder.

Finalmente destaca-se, juntamente com Paoli (2002, p.413), “que a noção de direitos cria comunidades políticas falantes e reflexivas sobre si mesmas e não submissas à aleatoriedade das necessidades e conveniências que vêm de fora, por mais compensadoras e admiráveis que sejam”. E ainda que esta constatação não elimine a ocorrência variável do poder instituído nos agentes frente aos diversos formatos de interação, “apenas pela participação no sentido do escopo dos direitos é que podem ser configuradas novas formas de resistência e de sociabilidade que, em si mesmas, são opostas às vazias idéias de futuro, sem crítica e sem projetos, das variantes mercantis do neoliberalismo” (Paoli, 2002, p.412).

CONCLUSÕES

Os mais variados formatos de relações sociais que ocorrem na sociedade são regidos por diferentes configurações de poder. Seja em uma relação interpessoal, na qual dois indivíduos se vêem diante de posições destoantes que são impostas pelas suas marcas, social e historicamente constituídas, seja em um plano macro, no qual agentes (coletivo ou individual), revestidos com diferentes graus de poder, disputam questões que fazem parte de um jogo social que pode atingir dimensões globais. Desse fato não se pode escapar. O que não significa, de antemão, concluir que isto seja bom ou ruim. É assim que caminha a sociedade e é a partir dessas diversas posições, atravessadas pelas mais distintas formas de poder, que se estabelece esta rede de interdependência que, ao mesmo tempo, promove a coesão social e as rupturas possíveis.

Como foi visto, o que promove a ligação fraca ou forte entre os diversos agentes é a dotação por parte de uns, e o reconhecimento pelo conjunto destes agentes, daqueles bens valorizados e que, por isso mesmo, se tornam trunfos neste jogo social. É, conforme esta orientação, que a relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais foi analisada.

Com a constituição de um Estado “enfraquecido”, que se retira de determinadas áreas, presenciou-se, nas duas últimas décadas, um expressivo aumento no número e na importância das ONGs. Grande parte destas tiveram a sua origem e se sustentaram a partir da promoção de um discurso ideologicamente próximo ao da esquerda (mas não exclusivamente), e se voltaram para as áreas mais desfavorecidas da sociedade (nomeadamente àquelas vinculadas às questões/problemas sócio-ambientais). Demarcando-se de outras instituições, especialmente aquelas vinculadas ao poder público, estas organizações se apresentavam como as portadoras legítimas da prerrogativa de uma ação participativa, horizontal e libertadora. Menos do que questionar estes auto-atributos, elencando variáveis a serem verificadas empiricamente, chega-se a esta parte da dissertação centrado no argumento analítico de que mesmo entre os agricultores e os mediadores, que aparentemente se apresentam conectados simbioticamente, ocorrem disputas tacitamente (em certos casos explicitamente) estabelecidas. Isto se deve ao fato de que os interesses que conduzem estes agentes a se reunirem sob o mesmo manto da agricultura ecológica são variados, distintos e, em alguns

casos, divergentes. Diante desses diferentes interesses ocorre uma ostentação tácita daqueles recursos dos quais cada agente pode lançar mão e colocá-los sobre a mesa simbólica em torno da qual se dão as relações e as negociações.

De posse dessa breve recuperação da perspectiva que constitui um pressuposto básico deste trabalho, pretende-se apresentar, de forma condensada, os principais conclusões alcançadas com essa pesquisa.

O primeiro problema motivador dessa pesquisa foi enunciado da seguinte forma: **como se configura a relação existente entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais?**

No sentido de buscar respostas a esta questão, algumas considerações iniciais foram levantadas para a orientação do trabalho empírico. Dessa forma, assumiu-se como hipótese que tal relação estava alicerçada sobre uma assimetria estrutural marcada especialmente pela acumulação desigual de bens simbólicos e/ou materiais, traduzidos, desde a origem desse trabalho, pelo conceito de capital. Em referência a tal configuração, se considerava que esta relação estaria impressa pela marca do poder daquele agente mais “rico” em capitais valorizados pelos agentes daquele espaço social. Neste caso, se definiu os mediadores sociais como o mais poderosos.

A formulação desta hipótese se sustentava em observações contidas na trajetória do autor, aliada às discussões teóricas promovidas por ocasião das disciplinas do mestrado. O discurso crítico em relação às outras organizações, por várias vezes verificado entre os membros de algumas ONGs, dentre as quais o Centro Ecológico, se constituía numa munição nesse jogo social e tinha o efeito de distanciá-los das organizações criticadas e aproximá-los do público-alvo, neste caso, os agricultores. Ao considerar a ocorrência de uma relação de poder entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais, partia-se de uma constatação principal: a constituição desses agentes, que estavam imbricados na trama de um espaço social integrada por variados agentes, configurava um jogo social no qual se estabeleciam disputas (quase sempre de forma tácita) ao redor de distintos interesses. Por outro lado, se explicitava a ocorrência de uma forte aliança, constantemente declarada e ostentada, entre os agentes aqui nomeados. Ou seja, a hipótese que se assumia, considerava que a aliança existente era permeada por pequenas nuances que compunham as disputas não declaradas e que não chegava a representar abalos na relação em vigor. Podia-se depreender, no entanto, que os mediadores sociais, como agentes detentores de maior poder, impunham, de forma destacada, a sua marca em tal relação, tensionando o sentido do jogo social conforme a lógica de suas ações.

Após o primeiro contato com a realidade empírica esta hipótese teve uma pequena, mas significativa revisão. Sem descartar nenhuma consideração contida na hipótese original, a realidade se mostrou – como ela sempre é – mais dinâmica e complexa. Nesse sentido, esta estrutura previamente considerada, na qual uma assimetria estrutural levava a pressupor uma concentração linear do poder, foi relativizada e complexificada a partir da noção de interdependência. Assumia-se, então, que esta relação de poder promovia um nível de coesão entre estes agentes configurando uma rede de interdependência.

O que se verificou empiricamente, corrobora, em grande medida, a hipótese do trabalho. A horizontalidade pretendida e anunciada para esta relação leva à suposição de que ocorre uma simetria entre estes agentes. Nesse sentido, pode-se dizer que, para se efetivar a ocorrência de tal simetria, os agentes apontados, necessitariam se impor um auto-deslocamento de sua posição para, em uma relação face-a-face ou grupal, entrarem em uma construção da realidade com pesos equilibrados. Isto demandaria uma alta dose de reflexividade de todos os agentes envolvidos e um total domínio das “intempéries sociais” que interferem nessa relação, para, a partir daí, estabelecerem uma compreensão intersubjetiva de todos os implicantes das decisões edificadas objetivamente. Conforme apontado ao longo do trabalho, esta possibilidade é improvável ou, mais definitivamente, impensável.

Assim, os resultados discutidos nessa pesquisa convergem para a conclusão de que a relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais está condicionada a um jogo de poder, no qual se sobressaem aqueles possuidores dos capitais valorizados neste mercado social em vista do contexto no qual se processa esta relação. Evidências discutidas neste trabalho aponta, portanto, que os mediadores sociais desempenham um papel de maior poder dentro desse espaço social no qual se configura tal relação. Entretanto, este poder é cambiante e não está estaticamente e nem homogeneamente atribuído aos mediadores. Outras evidências demonstraram que certas circunstâncias criam um ambiente favorável à valorização daqueles capitais com os quais os agricultores estão dotados, nomeadamente o capital social e político e também o capital fundiário¹⁵⁵. Também se verifica que, individualmente, entre os agricultores e entre os mediadores há notáveis desníveis de poder, criando certas preferências de relações internamente entre agricultores e entre mediadores e na relação entre ambos.

Portanto, conclui-se, em relação a este problema elaborado, que o poder que marca esta relação é cambiante, mas prevalece em grande medida o poder dos mediadores sociais, que assume graus variados em função do grupo de agricultores e em função de cada agricultor

¹⁵⁵ Capital fundiário assume aqui tanto uma dimensão econômica/material, quanto uma dimensão simbólica no

e mediador. Ou seja, não é possível traçar uma determinação linear para esta relação. Esta consideração fica mais notavelmente demonstrada especialmente a partir das relações interpessoais.

O segundo problema proposto para esta pesquisa foi assim formulado: **tanto os agricultores quanto os mediadores defendem e praticam a “mesma” agricultura ecológica, mas quais são os interesses que estão em jogo?**

A hipótese aqui levantada considerou que estes agentes possuiriam interesses variados e, mesmo, divergentes em certos casos. Mesmo que o discurso cotidiano desses agentes, principalmente os mediadores sociais, apontasse para uma convivência moldada por interesses comuns, alcançados a partir de uma apreçoada horizontalidade nas relações, adotou-se tal hipótese considerando que, a princípio, as próprias urgências cotidianas, assentadas sobre os interesses diferenciados e motivadores de cada agente, imporiam um formato diferenciado de engajamento na proposta da agricultura ecológica. Isto se verificaria tanto ao nível individual quanto entre os grupos analisados. Assim, estes interesses alimentariam uma disputa velada pela efetivação e, mesmo, pela definição do que vem a ser uma agricultura ecológica, além, é claro, da própria disputa pela apropriação dos benefícios materiais e simbólicos gerados com esta proposta diferenciada de agricultura. Os interesses dos agricultores estariam mais fortemente vinculados aos benefícios econômicos dessa proposta, enquanto que no caso dos mediadores seus interesses estariam direcionados para a aquisição de bens simbólicos. Da mesma forma se presumia a presença de agricultores, com características de liderança, que almejavam outros capitais simbólicos que viria a reforçar o seu poder simbólico junto aos outros agricultores de sua comunidade ou junto aos consumidores e mediadores.

Esta hipótese foi confirmada e a dinâmica verificada, a partir da pesquisa, apontou para formas bastante diferenciadas de adesão à agricultura ecológica. Ao serem movidos por uma economia das práticas, os agricultores são extremamente pragmáticos e, por mais que se tenha moldado um discurso denso em questões ideológicas e utópicas, o que predomina em relação aos interesses que de fato os mobilizam diz respeito às questões tecnológicas e, principalmente, econômicas. Do outro lado, os mediadores estão mais visceralmente inseridos em um nível dessa rede onde os bens que mais lhes agregam poder são os do tipo simbólicos. Nesse sentido, as disputas travadas, tanto entre os próprios agricultores quanto entre agricultores e mediadores, está na interseção entre estes dois conjuntos de interesses. Na medida em que se atendem as demandas por melhor remuneração e por novos mercados, que

permitam ampliar o número de adeptos por parte dos agricultores, se fortalecerá e se legitimará ainda mais o papel dos mediadores e, por conseguinte, do Centro Ecológico. Da mesma forma, a exigência, que é formulada tanto pelos mediadores quanto por certos agricultores, em relação às normas que delimitam as fronteiras da agricultura ecológica é motivo de intensas disputas. Enquanto uns buscam maior maleabilidade com relação ao processo técnico-produtivo, outros buscam a radicalização na forma de fazer e pensar a agricultura ecológica, defendendo critérios considerados pouco factíveis por alguns. Para certos agricultores é perfeitamente admissível explorar os benefícios econômicos da agricultura “convencional” em uma determinada parcela de sua propriedade e, na outra parcela, trabalhar com a agricultura ecológica¹⁵⁶, enquanto que para outros isto é inadmissível. Tal situação é motivo de um visível constrangimento, tanto internamente ao grupo, quanto externamente, na relação com outros agentes. Da mesma forma, enquanto os mediadores defendem o abandono de certas práticas em função de determinadas justificativas, alguns agricultores não lhes dão ouvidos uma vez que isto atentaria contra a dinâmica produtiva na qual eles estão inseridos. Enfim, conclui-se que há uma diversidade de interesses que geram disputas e, até um certo limite, o poder de decisão final parece mesmo estar, conforme demonstrado, com os mediadores. No entanto, constatou-se que este poder não é exercido sem resistência. Várias estratégias desenvolvidas pelos agricultores (quase sempre tacitamente, mas por vezes explicitamente) para resistirem e alcançarem seus interesses foram percebidas e analisadas.

Foi discutindo este segundo problema que se percebeu a presença de um discurso disciplinador que, em certa medida, rege a prática e o debate destes agentes, com especial efeito sobre os agricultores. O poder conferido a certas lideranças, que foram consideradas como “mediadores voltados para a comunidade”, aliado ao poder de enunciação do mediador social vinculado ao Centro Ecológico, criam as fronteiras que dividem o que é ecológico do que não é, produzindo um efeito de verdade que normaliza aquele espaço social no qual se estabelece as relações. Um exemplo modelar que foi apresentado se refere ao “Processo da Propriedade Cem por Cento Ecológico” que esteve presente na fala de quase todos os agricultores entrevistados, seja para se defender ou para ostentar e acusar. Isto criou uma situação na qual se verificou um certo controle dissimulado entre os agricultores. Ao mesmo tempo, estampava uma visível disputa pelo reconhecimento de sua qualidade enquanto

¹⁵⁶ Casos como este somente são admitidos uma vez que se atende certas normas de isolamento como ficou apontado naquela carta de recomendações apresentada no início do capítulo 3.

agricultor ecologista “pleno”, que apontava ou subentendia a existência daquele agricultor “insuficientemente” ecologista.

Por fim, o terceiro problema motivador que foi considerado nessa pesquisa foi resumido na seguinte questão: **como vêm sendo construídas as identidades da agricultura ecológica, do mediador social e do próprio agricultor ecologista?**

Sustentou-se, em torno a este problema, a hipótese de que os mediadores sociais assumem um papel de destaque com relação à delimitação de quem pode, ou não, ser chamado de agricultor ecologista e, por conseguinte, a definição daquelas práticas e valores que estariam sob o “guarda-chuva” da agricultura ecológica. Isto se daria em função, do poder simbólico acumulado por este agente, graças especialmente ao seu capital cultural, mas também o social e o político, que lhe garantiria o poder do enunciado e, dessa forma, o poder de normatizar tais denominações. Ou seja, considerava-se que, aquilo que o mediador anunciava como ecológico, teria um efeito de verdade entre aqueles envolvidos neste espaço social e, nesse sentido, assumia-se que as identidades da agricultura e do agricultor construídas e em construção teriam uma grande influência destes mediadores. Por outro lado, tais mediadores sociais construiriam sua identidade se distinguindo daqueles mediadores “convencionais”. Isto também foi assumido para o caso da agricultura ecológica, na medida em que os agentes com ela envolvidos a distinguiria das demais agriculturas; e do agricultor ecologista que buscava se distinguir dos demais agricultores.

Por um lado, esta hipótese foi confirmada, mas, em certo sentido, foi percebida uma configuração variada. Pôde-se notar que o poder dos mediadores sociais foi determinante no processo inicial da construção dessa identidade da agricultura e do agricultor ecologista. Porém, na medida em que estes últimos foram incorporando os códigos presentes nas formulações dessas identidades, estes passaram a estabelecer novos critérios ou mesmo impor certas exigências valorizadas no passado, mas que os próprios mediadores já não as assumiam como componentes imprescindíveis à constituição das identidades da agricultura e do agricultor ecológico atualmente. Dessa forma, ocorre um processo de disputas no qual atuam agricultores com diferentes níveis de inserção nesse jogo e os mediadores sociais, com vistas a definir quais devem ser as propriedades pertinentes a uma agricultura ecológica e ao agricultor ecologista. Conclui-se que há diversas possibilidades de pertencimento a estes universos e chegou-se à configuração atual após um processo de definições em que os agentes interessados neste jogo interferiram (e seguem interferindo), conforme sua dotação de poder, naquele espaço social.

A formação da identidade do mediador social e do Centro Ecológico se dá também a partir de uma disputa, porém, neste caso, a interferência do agricultor, ainda que exista, é menos expressiva. Isto se deve exatamente ao fato desses mediadores ocuparem uma posição de acentuado poder entre estes agricultores, o que os tornam “imunes” aos efeitos das ações dos mesmos. Certamente isto não é uma constante. Existem variados níveis de influência exercidos pelos agricultores, especialmente aqueles que ocupam posições de liderança e que tenham agregado certas estruturas e volumes de capitais que os levam a produzirem efeitos nesse jogo que venham a desviar o seu rumo. A busca pela afirmação da identidade desses mediadores se dá, mais notadamente, a partir da sua distinção em relação aos mediadores vinculados a outras instituições que ocupam posição dominante no campo da agricultura. Pode-se nomear, neste caso, a Emater como a principal organização, constantemente mencionada pelos mediadores do Centro Ecológico, a partir da qual delimitam os seus atributos. É legítimo afirmar, ao mesmo tempo, que estes mediadores se constroem na aliança com outros mediadores das ONGs com as quais possuem afinidades.

Neste trabalho também foi analisado os processos de participação que permeiam a relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais por considerar este assunto bastante oportuno para se compreender algumas das dimensões desta relação. Neste sentido, ficou constatado um processo multifacetado que produz efeitos variados no espaço social estudado e nos agentes envolvidos. Nos espaços de participação se verificaram determinados tratamentos em que a racionalidade dominante homogenizava as racionalidades ali constituídas e, em muitos casos, produzia uma situação de violência simbólica. Da mesma forma, considerando os constrangimentos estruturais a que cada agente está submetido, estes processos de participação acabavam por promover ou acentuar a distinção entre os agentes analisados, reforçando a dotação de certos bens por aqueles que contam com os meios e a disposição para participar. Por outro lado, foram apresentadas evidências de que a participação pode gerar condições para que ocorra uma inversão na lógica dominante, vindo a constituir-se em uma forma que produz emancipação pela subversão.

Por fim, deve-se considerar que as características das relações analisadas nesse trabalho, desde uma perspectiva crítica, não elimina a constatação de que todos estes agentes estão guiados por uma utopia que é a construção de uma nova realidade social. Realidade esta que seja regida por valores de justiça entre os seres humanos e entre estes e o meio ambiente. E é assim, mirando este ideal que os mediadores sociais e os agricultores ecologistas vivem o real e, enquanto a transformação não chega, seguem transformando o possível.

Chega-se ao final desta dissertação com algumas respostas às motivações iniciais que obviamente não são definitivas e muito menos as únicas. Várias outras respostas podem ser encontradas para as mesmas questões, bastando para isso mudar o ângulo a partir do qual se analisa o mesmo objeto de estudo. Deve-se considerar, no entanto, que boa parte do conteúdo destas respostas não se apresenta como afirmações. O que nasce em grande quantidade ao longo de todo um trabalho de pesquisa são novas questões que vão sendo deixadas pelo caminho com a promessa de coletá-las em outro momento. Destaco, como exemplo, duas questões que emergiram de forma marcante neste trabalho. A primeira se refere ao papel dos agentes religiosos na constituição e consolidação de grupos de agricultores que vieram a adotar a agricultura ecológica. Está clara a importância que estes agentes religiosos tiveram na origem desse processo, mas não foi suficientemente explorada a relação de poder entre os agentes analisados tomando em conta esta importante dimensão do sagrado. Que tipo de indivíduo emerge a partir dessa relação entre o poder e o sagrado? A segunda questão aponta para um processo de disciplinamento no qual está enredado o agricultor ecologista e o mediador social. O discurso da agricultura ecológica impõe uma série de normas que acaba por produzir um sujeito que é levado a se autodisciplinar. É sintomático, nesse sentido, a referência feita ao agricultor que não era “livre”¹⁵⁷, em função de não estar integrado a um grupo de agricultores ecologistas. O que está por trás desse sentir-se “aprisionado” (por oposição ao “livre”) a um modo de vida normalizado pela incorporação do discurso da agricultura ecológica? Estes são alguns dos questionamentos, dentre muitos outros, que nascem com esta pesquisa.

Finalmente deve-se dizer que uma dissertação é fruto de um conjunto de decisões. Logo de início, ao se fazer a opção por um caso, está se descartando muitos outros. Neste sentido, escrever uma dissertação é não escrever outra. É justamente isto que torna fascinante a busca pelo conhecimento. Este é como um horizonte; pode-se caminhar em direção a ele, mas nunca se irá alcançá-lo plenamente. Da mesma forma ocorre com o conhecimento. Porém, ao longo dessa caminhada, ele se oferece em doses suficientes a todo indivíduo de maneira que este nunca se sinta um total ignorante ao mesmo tempo em que nunca poderá se arrogar possuidor de um conhecimento ilimitado. Parafraseando Henfil¹⁵⁸, “o conhecimento é uma viagem e não um destino”.

¹⁵⁷ Cf. citação na página 131.

¹⁵⁸ “A felicidade é uma viagem e não um destino”.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

_____. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.24, n.02, p.479-498, 2003.

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998. Cap. 07 p. 147-176.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.

ARNT, R. Compatibilidade de gênios. *Revista Exame*. São Paulo, ed. 804, ano 37, n. 22, p. 94-95, 29 out. 2003.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ECOLOGISTAS DE IPÊ E ANTÔNIO PRADO – AECIA *O que é agricultura ecológica*. Disponível em: <<http://www.aecia.com.br/oqueea.htm>>. Acesso em 14 jan. 2004.

AUGÈ, M. *Não – lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2003.

BADIE, B.; HERMET, G. *Política comparada*. México: Fundo de Cultura Económica, 1993. p. 180-212 (Cap. 3).

BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BIOAGRICULTURA: o momento pede a união de todas as correntes que trabalham pela vida. *Revista Agroecologia Hoje*, n. 10, 2001.

BOFF, L. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOSA, J. A participação e a avaliação nos trabalhos em grupo. *Boletim da Rede Ecovida de Agroecologia no Rio Grande do Sul*. n. 3, nov. 2002.

BOURDIEU, P. Habitus, illusio y racionalidad. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Respuestas, por una antropología reflexiva*. Mexico: Grijalbo, 1995, p. 79-99.

- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1998a.
- _____. *Meditações pascalianas*. Oieras: Celta Editora, 1998b.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/ Lisboa: Editora Bertrand, 1998c.
- _____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

BRACAGIOLI, A. Agricultura ecológica: re-construyendo un mosaico de saberes. In: *Cuadernos Mundos Rurales America Latina*. Experiencias de desarrollo rural sostenible (1)/Brasil – Colombia – Peru. Santiago do Chile, 1994.

BRASIL. *Lei n. 9.790*, de 23 de março de 1999. Da qualificação como organização da sociedade civil de interesse público Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm> Acesso em 02/04/2004.

BRASIL. *Lei n. 10.831*, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm> Acesso em 02/04/2004.

BRASIL. *Medida Provisória nº 131*, de 25.09.2003. Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/legis/mp/mp131_2003.htm> Acesso em 02/04/2004.

BRESSER PEREIRA, L. C. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (orgs.) *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

CAE IPÊ *O que é ser agricultor ecologista*. Ipê – RS: CAE Ipê, 1997.

CANUTO, J. C. *Agricultura Ecológica en Brasil: perspectivas sociológicas*. Córdoba – Espanha: Universidad de Córdoba, Tese de Doutorado. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, 1998.

CAPORAL, F. C. *La extensión agrária del sector público ante los desafios del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil*. Córdoba – Espanha: Universidad de Córdoba, Tese de Doutorado. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectiva para uma nova extensão rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.1, nº 1, p.16-37, jan/mar, 2000.

CARRION, E. M. K. Movimentos sociais e partidos políticos. *Oitenta*. Porto Alegre: L&PM Editores, v. 07, p. 87-94, 1982.

CARSON, R. *Primavera silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CARVALHO, I. C. M. Os mitos do desenvolvimento sustentável. *Revista do Ibase*. Rio de Janeiro, p.17-21, nov/dez, 1991.

CENTRO ECOLÓGICO. *Redes solidárias de produção e circulação de produtos ecológicos*. Projeto apresentado a órgãos financiadores. 2002. (mimeo).

CHABOUSSOU, F. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose*. Porto Alegre: LP&M, 1999.

COELHO, V. P. *Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado. Programa da Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

COMERFORD, J. C. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1999.

CORCUFF, P. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

COSTA, M. C. V. Elementos para uma crítica das metodologias participativas de pesquisa. In: VEIGA-NETO, A. (org.) *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995. p.109-158.

COSTABEBER, J. A. *Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil*. Córdoba – Espanha: Universidad de Córdoba, Tese de Doutorado. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, 1998.

DAGNINO, E. (org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DALLARI, D. Direito de participação. In: SORRENTINO, M. (coord.) *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

DUSSEL, E. *Teología de la liberación: un panorama de su desarrollo*. Mexico: Potrerillos Editores, 1995.

EHLERS, E. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *Conocimiento y poder*. Madrid: La Piqueta, [1994].

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FACCIONI, V. *A revolução verde no Rio Grande do Sul: o significado da pesquisa agrícola*. In: CONGRESSO DE TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL, 6. Porto Alegre, 21 – 25, Set. 1973.

FALK, J. W.; CARVALHO, L. A.; SILVA, L. R.; PINHEIRO, S. Suicídio e uso de agrotóxicos: consequência do uso de agrotóxicos organofosforados? Relatório resumido de pesquisa. In: COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/RS *Relatório Azul: garantias e violações dos direitos humanos no RS*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa/RS – Diretoria de Anais, 1995. p. 244 – 262.

FERREIRA, C. F. Ambientalismo brasileiro nos anos 1990: crise e oportunidade de mudança social. In: SORRENTINO, M. (coord.) *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Estratégias de poder*. Barcelona/ Buenos Aires: Paidós, 1999.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FUKUOKA, M. *Agricultura natural: teoria e pratica da filosofia verde*. São Paulo: Nobel, 1995.

GAIGER, L. I. G. *Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil: quadro de interpretação sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GERHARDT, C. H. *Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da “problemática ambiental” em agro-eco-sistemas*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado. Programa da Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

GERHARDT, C., MIGUEL, L. Evolução dos sistemas agrários do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul: o caso do município de Maquiné/RS. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4. Belém: SBSP, 19-22, mar. 2001. *Anais...* 2001. 1 CD-ROM.

GIANOTTEN, V., DE WIT, T. *Organización campesina: el objetivo político de la educación popular y la investigación participativa*. Lima: Tarea, 1987.

GIDDENS, A. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. Conversão à esquerda. *Primeira Leitura*. São Paulo, n.23, p. 54-58, Jan. 2004.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1982].

_____. El orden de interacción. In: GOFFMAN, E. *Los momentos e sus hombres*. Buenos Aires: Ediciones Paidós, [198?], p. 169-205.

GOMES, J. C. C. *Pluralismo metodológico en la producción y circulación del conocimiento agrario. Fundamentación epistemológica y aproximación empírica a casos del sur de Brasil*. Córdoba – Espanha: Universidad de Córdoba, Tese de Doutorado. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, 1998.

GUTIÉRREZ, A. *Pierre Bourdieu: las prácticas sociales*. Córdoba: Catedra, 1995.

GUTIÉRREZ, G. *Teologia da libertação: perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUZMAN, E. S., CASADO, G. I. G., MOLINA, M. G. *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Mundial Prensa, 2000.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos e estudios previos*. Madrid: Cátedra, 1994.

HADDAD, S. (org.) *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2002.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HERITAGE, J. C. Etnometodologia. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.) *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

IBGE Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA: gerar cartograma. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl3.asp?c=1612&n=0&u=0&z=t&o=11&i=P>
Acesso em: 13/04/2004.

KAGEYAMA, A. (coord.) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. et al (orgs.) *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990.

KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, L. (comp.) *Capital social e cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: BID/Fundación Felipe Herrera/Universidad de Maryland/Fundo de Cultura Econômica, 2000.

KUSCHNIR, K. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (orgs) *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 137-164.

LANDIM, L. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, S. (org.) *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2002, p. 17-50.

LASCOUMES, P. *L'Éco-pouvoir: environnements et politiques*. Paris: La Découverte, 1994, p. 07-33.

LATOURET, B. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru – SP: EDUSC, 2001.

LAUTIER, B. Pourquoi faut-il aider les pauvres? Une étude critique du discours de la Banque Mondiale sur la pauvreté. *Revue Tiers Monde*. Paris: Presses Universitaires de France, t. XLIII, n. 169, janviers/mars 2002.

LESCHZINER, V.; KUASÑOSKY, S. Cultura y pobreza: aportes para el estudio de la práctica de los sectores populares. *Cuadernos de Antropología Social*. Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, n. 11, 2000.

LOCKE, R. M. Construindo confiança. *Econômica – Revista do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense*. Niterói: UFF, v. 3, n. 2, p. 253-281, dez. 2001.

LÖWY, M. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2003.

MACIEL, M. L. Confiança, capital social e desenvolvimento. *Econômica – Revista do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense*. Niterói: UFF, v. 3, n. 2, p. 283-288, dez. 2001.

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. *Cadernos de sociologia*. Porto Alegre, v.3, n.3, p. 89-141, jan./jul. 1991.

MARTIN, D. Le choix d'identité. *Revue Française de Science Politique*. Paris, vol 51, n. 1-2, p. 582-593, février/avril, 2000.

MAZOYER, M., ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MEIRELLES, L. R. *De propriedades rurais integrais à integração de propriedades rurais: a trajetória do Centro Ecológico Ipê*. Texto elaborado para apresentação no TALLER INTERNACIONAL: GANADERÍA, DESARROLLO SOSTENIBLE Y MEDIO AMBIENTE. Ciudad de La Habana, Cuba 10 al 12 de Marzo de 2003, Disquete.

MERQUIOR, J. G. *Michel Foucault, ou o niilismo de cátedra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MOONEY, P. R. *O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos*. São Paulo: Nobel, 1987.

MORAES, R. No ponto final a clareza do ponto de interrogação inicial: a construção do objeto de uma pesquisa qualitativa. *Educação*. Porto Alegre, vol. 25, n.46, p. 231 – 248, mar. 2002.

MORIN, E. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, D.F. (org.) *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MOSMA, K. James C. Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. *BIB*. Rio de Janeiro, n.49, p. 95-121, 1º sem. 2000.

NAVARRO, Z. O Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista de Estudos Avançados/ USP*. São Paulo, v. 15, nº 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

_____. “Orçamento Participativo” de Porto Alegre (1989-2002): um conciso comentário crítico. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (org.) *Inovações democráticas no Brasil (O caso do Orçamento Participativo)*. São Paulo: Cortez Editores, 2003. p. 89-128.

NEVES, D. P. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (org.) *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 147-168.

O QUE É agricultura ecológica. AECIA – Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado. Disponível em: <http://www.aecia.com.br/oqueea.htm>, consultada em 14/01/2004.

OKADA, M. A grande revolução da agricultura In.: OKADA, M. *A outra face da doença: a saúde revelada por Deus*. São Paulo: Editora Topan Press, 1988. [1953].

_____. *A outra face da doença: a saúde revelada por Deus*. São Paulo: Editora Topan Press, 1988.

OLIVEIRA, F. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização? HADDAD, S. (org.) *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2002. p. 51-62.

OLIVIER DE SARDAN, J. P. *Antropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*. Marseille: Karthala, 1995.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PREMEBIDA, A.; ALMEIDA, J. Preâmbulo teórico e metodológico acerca dos significados do desenvolvimento rural entre mediadores no campo tecnocientífico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41. 2003, Juiz de Fora, MG. *Anais...* 2003. 1 CD-ROM.

RIBEIRO E. M. **Crise e alternativas do produtivismo na agricultura**. Lavras: Semana da Agronomia, 19-23 jul. de 1999. Disquete.

RIST, G. La cultura y el capital social: cómplices o víctimas del desarrollo? In: KLIKSBURG, B.; TOMASSINI, L. (comp.) *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: BID, Fundación Felipe Herrera, Universidad de Maryland, Fondo de Cultura Económica, 2000. p.129-150.

ROS, C. J. C. *Capital social e luta simbólica – o caso da Rede Puna: uma experiência territorial de articulação social na província de Jujuy, Argentina*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado. Programa da Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SACHS, W. Anatomia política do desenvolvimento sustentável. *Democracia Viva*. Rio de Janeiro: IBASE/ Editora Moderna, a. 01, n. 01, p. 11-23, nov. 1997.

SANTOS, L. C. R. *A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia: limites e desafios* [on line]. Florianópolis, 2002 [citado em 09/02/2004] Monografia (Curso de especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Centro de Ciências Agrárias – UFSC). Disponível em: <http://ecovida.wopm.com.br/site/mostrarPublicacao.php?codPublicacao=6&tipo=artigo>

SANTOS, B. S. (org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARANDÓN, S. Incorporando el enfoque agroecológico en las instituciones de educación agrícola superior. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.2, , p.40-49, abr/jun, 2002.

SCHERER-WARREN, I. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, E. *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1998. p.161 – 181.

SCHMIDT, W. Agricultura Orgânica: entre a ética e o mercado? *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, v.2, n.1, p.62-73, jan/mar, 2001.

SCHMITT, C. J. *Tecendo as redes da agricultura ecológica: o trabalho do Centro Ecológico junto aos agricultores familiares e consumidores das regiões Serra e Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. Texto elaborado para apresentação no I ENCONTRO FRANCO-BRASILEIRO – Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Jun. 2002. Mimeo.

_____. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, Tese de Doutorado. Programa da Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

SILVA, J. G. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, M. K. *Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

TAMBARA, E. *RS: modernização & crise na agricultura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TEIXEIRA, A. C.C. A atuação das Organizações Não Governamentais: entre o estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. (org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (orgs) *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p.13-27.

VELHO, G.; KUCHINIR, K. Mediação e metamorfose. *Maná: estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.97-107, 1996.

VIVAN, J. *Agricultura e florestas : princípios de uma interação vital*. Guaíba : Agropecuária, 1998.

WOLF, E. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. In SHANIN, T. (ed.). *Peasants and peasant societies: selected readings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.

_____. *As guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1984.

APÊNDICES

APÊNDICE A: INFORMAÇÕES SOBRE OS ENTREVISTADOS¹⁵⁹

APÊNDICE A1: Agricultores Ecologistas

Nº	<i>Perfil</i>	<i>Id.</i>	<i>Natural</i>
1.	Agricultor ecologista há 8 anos, casado, 2 filhos, estudou até a 5ª série, descendente de alemães, residente na comunidade de Três Passos – Morrinhos do Sul.	38	Morrinhos do Sul – RS
2.	Agricultor ecologista há 11 anos, família de 7 irmãos, casado, 3 filhos, estudou até a 5ª série, descendente de alemães/ brasileiros, residente na comunidade de Três Passos – Morrinhos do Sul.	39	Morrinhos do Sul – RS
3.	Agricultora ecologista, há 9 anos, família de 7 irmãos, casada, 5 filhos, estudou até a 8ª série, descendente de italianos/ brasileiros, residente na comunidade São Jacó – Mampituba – RS.	49	Jacinto Machado – SC
4.	Esposa: Massagista e agricultora ecologista há 12 anos, família de 10 irmãos, casada, 3 filhos, estudou até a 5ª série, descendente de alemães/brasileiros, residente na comun. São Jacó – Mampituba – RS.	48	Araranguá – SC
	Esposo: Agricultor ecologista há 12 anos, família de 12 irmãos, casado, 3 filhos, estudou até a 5ª série, descendente de alemães/ brasileiros, residente na comunidade São Jacó – Mampituba – RS. (também participaram dessa entrevista, um irmão, 35 anos, e uma irmã, 54 anos, do esposo)	51	Torres – RS
5.	Técnico em Agropecuária, Estudante do 5º semestre do curso de Administração, estagiário em um Banco, solteiro, trabalhou com a família na agricultura até os 20 anos, residente na comunidade São Jacó – Mampituba – RS.	22	Torres – RS
6.	Agricultor convencional e trabalha uma pequena parte ecológica auxiliando a esposa, família de 10 irmãos, casado, 5 filhos, estudou até a 8ª série, descendente de alemães/brasileiros, residente na	55	Torres – RS

¹⁵⁹ A numeração referente a cada entrevista não tem relação com os códigos utilizados para identificar os extratos das entrevistas inseridas ao longo da dissertação.

	comunidade São Jacó – Mampituba – RS.		
7.	Agricultor convencional e auxilia a mãe com agricultura ecológica, Técnico em Agropecuária, solteiro, residente na comunidade São Jacó – Mampituba – RS.	19	Torres – RS
8.	Esposa: Agricultora ecologista há 8 anos, casada, 7 filhos, estudou a 1ª série, descendente de alemães, residente na comunidade São Jacó – Mampituba – RS.	53	Torres – RS
	Esposo: Agricultor ecologista há 8 anos, casado, 7 filhos, estudou a 1ª série incompleta, descendente de alemães, residente na comunidade São Jacó – Mampituba – RS.	55	Torres – RS
9.	Agricultor ecologista e empregado diarista na cultura do arroz, solteiro, 8ª série, residente na comunidade São Jacó – Mampituba-RS.	21	Praia Grande-SC
10.	Esposa: Agricultora ecologista há 9 anos, família de 7 irmãos, casado, 2 filhos, estudou até 7ª série, acha que descende de alemães, residente na comunidade João XXIII – Torres – RS.	30	Morrinhos do Sul – RS
	Esposo: Agricultor ecologista há 12 anos, família de 3 irmãos, casado, 2 filhos, estudou até o 2ª grau completo, acha que descende de espanhóis/alemães, residente na comunidade João XXIII-Torres-RS.	38	Torres – RS
11.	Agricultor ecologista há 12 anos, família de 6 irmãos, casado, 2 filhos, estudou até 5ª série, acha que descende de indígenas/ italiano, residente na comunidade João XXIII – Torres – RS.	37	Torres – RS
12.	Esposa: Agricultora ecologista há 9/10 anos, família de 6 irmãos, casada, 1 filho, estudou até 4ª série, acha que descende de indígenas, residente na comunidade João XXIII – Torres – RS.	35	Torres – RS
	Esposo: Agricultor ecologista há 9/10 anos, família de 6 irmãos, casado, 1 filhos, estudou até 4ª série, acha que descende de portugueses, residente na comunidade João XXIII – Torres – RS.	44	Torres – RS
13.	Agricultora ecologista há 11 anos, família de 9 irmãos, casada, 3 filhos, estudou até 8ª série, residente na comunidade de Três Passos – Morrinhos do Sul. Entrevista de caráter estritamente exploratório da região e das organizações locais com um casal cujo esposo já havia sido entrevistado (Entrevista 02) em outra oportunidade.	37	Morrinho do Sul – RS
14.	Agricultora ecologista há 8 anos, família de 6 irmãos, casada, 2 filhos,	33	Torres – RS

	estudou até a 5ª série, acha que descende de indígenas, residente na comunidade de Três Passos – Morrinhos do Sul.		
15.	Agricultor ecologista há 2 anos, família de 6 irmãos, casado, 2 filhos, estudou até a 5ª série, descendente de alemães, residente na comunidade de Três Passos – Morrinhos do Sul (também participaram dessa entrevista, a esposa – 37 anos – e um filho – 20 anos).	42	Torres – RS
16.	Agricultor ecologista há 3,5 anos, integra a APEMSUL, família de 8 irmãos, casado, 3 filhos, não estudou, descendente de alemães, residente na comunidade de Três Passos – Morrinhos do Sul.	56	Torres – RS
17.	Esposa: Agricultora ecologista há 7/8 anos, família de 10 irmãos, casada, 1 filho, estudou até o 2º grau, descendente de alemães, residente na comunidade de Três Passos – Morrinhos do Sul.	25	Torres – RS
	Esposo: Agricultor ecologista há 2 anos, família de 1 irmãos, casado, 1 filho, estudou até a 8ª série, descendente de italianos, residente na comunidade de Três Passos – Morrinhos do Sul.	21	Cachoeira do Sul – RS
18.	Agricultor ecologista há 7 anos, integra a APEMSUL, família de 10 irmãos, casado, 3 filhos, estudou até a 5ª série, descendente de alemães, residente na comunidade de Três Passos – Morrinhos do Sul. (também participaram dessa entrevista, a esposa – 38 anos – um filho – 17 anos e uma filha – 16 anos).	43	Torres – RS
19.	Esposo: Agricultor ecologista há 7/8 anos, família de 7 irmãos, casado, 2 filho, estudou até a 5ª série, descendente de alemães/ indígenas, residente na comunidade de Três Passos-Morrinhos do Sul.	32	Torres – RS
	Esposa: Agricultora ecologista há 7/8 anos, família de 6 irmãos, casada, 2 filhos, estudou até 8ª série, descendente de alemães/ indígenas, residente na comunidade de Três Passos-Morrinhos do Sul.	33	Torres – RS

APÊNDICE A2: Mediadores Sociais

<i>Nº</i>	<i>Perfil</i>	<i>Id.</i>	<i>Natural</i>
1.	Mediador vinculado ao Centro Ecológico do Litoral Norte, 2º grau, 10 anos de experiência como agricultor ecologista, 11 anos vinculado ao Centro Ecológico, descendência de italianos, família de 10 irmãos, casado, residente em Dom Pedro de Alcântara – RS.	43	Antônio Prado – RS
2.	Mediador vinculado ao Centro Ecológico há 15 anos, atua junto aos agricultores do Litoral Norte, Engenheiro Agrônomo, vivência urbana, casado, 4 filhos, residente em Torres – RS.	38	Rio de Janeiro – RJ
3.	Mediadora vinculada ao Centro Ecológico há 4 anos, atua junto aos agricultores da Serra, Engenheira Agrônoma, vivência urbana, mas com forte relação com o rural, casada, 1 filho, residente em Ipê – RS.	28	Cachoeira do Sul – RS
4.	Mediador vinculado ao Centro Ecológico há 10 anos, atua junto aos agricultores da Serra, Técnico em Agropecuária, vivência rural, parte da infância vividos em um seminário, casado, 1 filho, residente em Ipê – RS.	36	Marau – RS
5.	Mediador vinculado ao Centro Ecológico há 2 anos, atua junto aos agricultores da Serra, Engenheiro Agrônomo, Técnico em Agropecuária, vivência urbana e rural, casado, 1 filho, residente em Ipê – RS.	27	Vacaria – RS
6.	Mediador vinculado à Rede Ecovida, Engenheiro Agrônomo, Especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, casado, residente em Florianópolis – SC. Entrevista objetivando um melhor conhecimento da trajetória da Rede Ecovida, realizada durante o 4º Encontro Ampliado da Rede Ecovida.	28	---
7.	Mediador vinculado ao Centro Ecológico há 5 anos, atua junto aos agricultores da Serra, Engenheiro Agrônomo. (Entrevista realizada por outra pesquisadora).	---	---
8.	Mediador vinculado ao Centro Ecológico da Serra, Engenheiro Agrônomo. (Entrevista realizada por outra pesquisadora).	---	---

APÊNDICE B: ROTEIROS DE ENTREVISTA

APÊNDICE B1: Agricultor Ecologista

- **Trajatória**
 - Dados pessoais (nome, idade, profissão, sexo, estado civil, escolaridade, descendência ...)
 - Local de nascimento e origem dos pais – explorar a trajetória dos pais
 - Dados da família (quantos irmãos, filhos, atividades dos componentes da família...)
 - Trajetória profissional
 - Em algum momento pensou em sair do meio rural ou abandonar a atividade agrícola – Porque e para onde
 - A família está satisfeita com a vida no campo
 - O que se destaca como atrativo na vida do campo
 - Histórico do trabalho desenvolvido na propriedade. Quais mudanças ocorreram, na agricultura, na paisagem...
 - Das atividades que desenvolve, quais as que mais gosta e as que menos gosta
 - O que deseja para o futuro dos filhos

- **Participação e Relação com os mediadores do CE e outras organizações**
 - Em quais organizações/ atividades coletivas já participou
 - Quem influenciou na sua participação nestas organizações
 - Como nasce a relação com a ONG
 - Como avalia a atuação da ONG
 - Com quais pessoas/instituições/organizações mantém, ou manteve, alguma relação (identificar as redes)
 - Qual o nível de interação com pessoas, atividades e instituições tipicamente urbanas
 - Considera que a atuação da ONG é participativa... Porque?
 - Porque participa desta organizações
 - Como se organiza para poder participar, do que tem que abrir mão
 - Alguns agricultores comentam que estão desanimados com a participação, como analisa isto.
 - Realizam mutirão, troca de dias...
 - Quais o principais problemas que identifica na sociedade em geral (ambiental, pobreza, insegurança) e na comunidade e na propriedade
 - Se tivesse a oportunidade de resolver um único problema que enfrentam, qual resolveria
 - Quais atividade desenvolvem juntamente com os agricultores convencionais

- ***Agricultura Ecológica***
 - Desde quando é agricultor ecologista
 - Porque passou a trabalhar com a agricultura ecológica
 - Não usa nenhum tipo de agroquímico industrializado
 - Já teve ou conhece alguém que teve algum problema relacionado com a agricultura convencional
 - O que mudou após adotar a agricultura ecológica
 - Tem empregados, a família ajuda
 - Quais os principais benefícios adquiridos quando se trabalha com a agricultura ecológica
 - Quais os principais aspectos negativos de se trabalhar com a agricultura ecológica
 - Quais as mudanças ocorridas na rotina ao ingressar na agricultura ecológica
 - O que é ser agricultor ecológico (problematizar com outras denominações: orgânica, biológica...)
 - A forma como você compreende a agricultura ecológica é diferente do mediador (destacar temas como participação, natureza, meio ambiente)
 - O que é ser agricultor convencional
 - Em que se diferenciam
 - Você gostaria que mais agricultores adotassem a agroecologia, o que você faz para que isto ocorra
 - Onde comercializa sua produção e onde comercializava antes
 - Qual a melhor forma de comercialização
 - Como é a relação com o consumidor
 - Até onde (cidade, pessoas...)os produtos que você produz já chegou
 - Tem alguma outra fonte de recursos (aposentadoria, trabalho de algum parente...)
 - Qual o agricultor mais velho da comunidade e qual o agricultor ecologista mais velho
 - Conhece a rede Ecovida
 - Pretende certificar sua propriedade

- Quais as principais características de um mundo ideal, você tem contribuído para isto

- Construir um mapa da comunidade junto com o agricultor

APÊNDICE B2: Mediadores Sociais

- ***Trajatória do Mediador***

- Dados pessoais (nome, idade, profissão, sexo, estado civil, escolaridade, descendência...)
- Local de nascimento e origem dos pais
- Dados da família (quantos irmãos, filhos, atividades dos componentes da família...)
- Formação educacional dos pais e/ou atividade profissional
- Teve em sua trajetória de vida algum tipo de relação de convívio – atividade produtiva, residência... - com o meio rural
- Trajetória profissional e educacional
- O que motivou a seguir e manter-se em tal trajetória
- Por que escolheu tal carreira profissional (agronomia, veterinária...)
- Houve momentos de dúvidas quanto a estas opções, quais motivos
- Quais outras possibilidades de formação profissional considerou nesta trajetória
- Quais as outras opções profissionais foram consideradas antes de ingressar na ONG

- ***Participação e relação com os agricultores***

- Participação em outras organizações
- Como foi o processo de contratação pela ONG
- Como avalia a atuação da ONG
- Quais os principais benefícios adquiridos quando se trabalha nesta ONG
- Quais os principais aspectos negativos de se trabalhar nesta ONG
- Qual a sua maior contribuição para o trabalho que a ONG desenvolve
- Como avalia a atuação de outras organizações que atuam no meio rural e em que se diferenciam
- O que é mais gratificante na sua relação com os agricultores e com o meio rural
- Como pesam a participação dos agricultores nos eventos que organizam
- Quais os pressupostos para que as atividades sejam participativas
- Como tem sido a evolução da participação dos agricultores em suas atividades. São sempre os mesmos ou há mudanças... há abandono da relação por parte de agricultores...
- Dos que participam vocês identificam um perfil de agricultor que é comum. Centram o foco nestes agricultores. Qual o perfil dos que não participam
- O que fazem para ampliar o nº de agricultores ecologistas
- Quais diferenças você vê na forma como compreende a participação, a agroecologia, a relação homem e natureza

- Como está analisando o processo da Rede Ecovida e da Certificação Participativa
 - Com quais pessoas, organizações, entidades... você mantém, ou manteve, algum tipo de relação, porque
 - Hierarquicamente, onde o Centro Ecológico está situado: Movimento Ambientalista, Ecologista, Movimento Social
- ***Agricultura Ecológica***
 - A partir de quando e quais os motivos fizeram com que desenvolvesse sua sensibilidade ecológica
 - Em quais atividades relacionadas com a sua formação tem maior afinidade
 - Tem desenvolvido estas atividades no seu trabalho cotidiano
 - Quais foram as principais contribuições que a sua trajetória universitária (ou escolar) aportaram para as atividades que desenvolve atualmente
 - Histórico do trabalho desenvolvido na ONG
 - Quais os motivos que mais convencem os agricultores a aderirem à agroecologia
 - Relação da agricultura ecológica com os movimentos populares
 - Vocês acreditam que a proposta da agricultura ecológica poderia ser estendida a todos os agricultores da região
- ***ONG (fonte documental e entrevista com representantes)***
 - Dados gerais (tempo de existência, nº de funcionários, forma de financiamento)
 - Público-alvo
 - Ações prioritárias
 - Quais as estratégias adotadas pelo Centro Ecológico, o que se busca objetivamente com o trabalho do Centro Ecológico, o que espera que o agricultor absorva
 - Resultados alcançados
 - Quais as metodologias são utilizadas nas atividades desenvolvidas
 - Como são diagnosticadas e analisada as demandas dos agricultores
 - Como são estruturadas as ações em função desta demanda
 - Qual a avaliação que a ONG faz destes anos de trabalho
 - Características Dos atuais mediadores comparativamente aos mais antigos
 - Se fossemos denominar quais entidades/organizações são antagônicas aos propósitos do Centro Ecológico, quais seriam
 - Vocês visualizam um objetivo final para o trabalho de vocês
- Quais as principais características de um mundo ideal, o Centro Ecológico contribui para isto

APÊNDICE C: FOTOS QUE ILUSTRAM A DINÂMICA NA QUAL ESTÃO INSERIDOS OS AGENTES PESQUISADOS



Assembléia da Acert realizada na Comunidade Três Passos – Morrinhos do Sul-RS. O local é uma Igreja Católica e o formato em círculo evidencia uma dinâmica que busca eliminar o destaque individual.



Produção ecológica de couve-flor com vista parcial do perfil ambiental da região. Destaque para duas agricultoras (Rosane e Marli) da Comunidade de Três Passos.



Cooperativa de Consumidores de Produtos Ecológicos de Três Cachoeiras - COOPET. As cooperativas de consumidores vêm se tornando uma importante aliada da causa da agricultura ecológica no RS.



Comércio na Feira Ecológica da Coolméia em Porto Alegre-RS. É o principal ponto de escoamento da produção dos agricultores ecologistas do RS. Existente desde 1989.



Colheita dos produtos para serem levados à Porto Alegre, realizada por pai e filho (Jorge e Felipe) moradores da comunidade João XXIII, em Torres-RS. A produção ecológica é realizada na sua quase totalidade por agricultores familiares



O uso de tecnologias convencionalmente consideradas “rudimentares” cumpre função importante na realização dos trabalhos cotidianos.



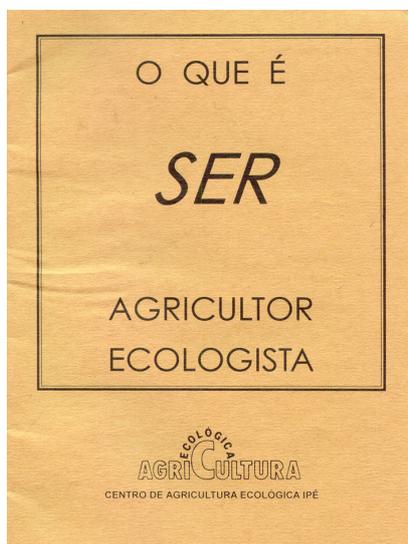
Produção de açúcar mascavo, atividade que envolve toda a família e outros vizinhos. No primeiro plano, a Mana e o Paulo e ao fundo o Valdeci



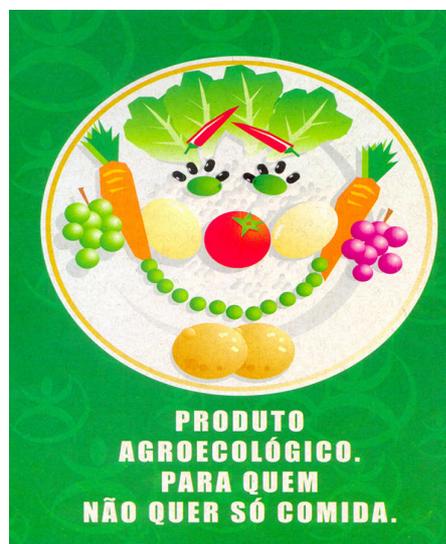
Além de ser uma importante fonte de renda dessa família, a técnica de produção desse tipo de açúcar vem se mantendo ao longo das gerações e se constituiu em um capital simbólico ostentado por essa família.

ANEXOS

ANEXO A: MATERIAL INFORMATIVO E DE FORMAÇÃO



Capa de uma cartilha, produzida pelos mediadores do Centro Ecológico, onde se discute os contornos da identidade do agricultor ecologista.



Capa de uma cartilha sobre produtos agroecológicos produzida por uma ONG do Paraná integrante da Rede Ecovida apontando para a evidência de que outros critérios devem ser considerados ao se optar por um tipo de produto e produção.



Apresenta uma síntese a respeito das características de algumas formas de se fazer agricultura expondo uma disputa pela afirmação da agroecologia como a que tem maior legitimidade em relação às demais



Cartilha sobre os transgênicos produzida pelo Centro Ecológico, Cetap e Capa que integram o pólo de uma disputa em torno dessa nova tecnologia.

ANEXO C: A EMATER E A AGROECOLOGIA

Publicações da Emater – RS durante o período em que se adotou a agroecologia como prioridade institucional. Este material consistiu em “trunfos” no jogo estabelecido no campo das agriculturas com vistas a legitimar esta nova orientação.



ANEXO D: FOLDER DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA



ANEXO E: NOTÍCIAS SOBRE A AGROECOLOGIA

Algumas matérias jornalísticas que expõe uma pequena parte do debate em torno da agroecologia.

Opção pela agroecologia cresce no RS

Um dos principais indicadores apontados é a área de fruticultura, segundo levantamento da Emater

O aumento da transição agroecológica no RS foi um dos destaques observados ontem na abertura do 1º Congresso Brasileiro de Agroecologia, 4º Seminário Internacional sobre Agroecologia e 5º Seminário Estadual sobre Agroecologia, na PUCRS em Porto Alegre. Conforme a Emater, um dos registros mais favoráveis nesse crescimento ocorreu entre os fruticultores. O presidente da instituição, Caio Rocha, destacou que 60% deles já adotam práticas agroecológicas, número que corresponde a 30% da área assistida em pomares. Nesse processo destacam-se também, ressaltou, os produtores de arroz, feijão, milho, soja e trigo, onde 19% deles encontram-se em processo de transição.

O chefe-geral da Embrapa Clima Temperado, João Carlos Gomes, assinalou que atualmente 25% a 30% dos produtores do RS utilizam os princípios tecnológicos da agricultura ecológica



Dom Mauro Morelli

no plantio. Gomes alertou quanto a dificuldade da mudança do sistema convencional para o orgânico de uma hora para outra. "Pode levar até cinco anos. Compete aos órgãos como a Embrapa a realização de programas de pesquisa que suporte esse processo de mudança". O pesquisador ainda frisou que além da preservação ambiental e da saúde dos produtores e do consumidor, a opção pelo produto orgânico "livre de agrotóxico" garante a independência quanto a insumos e tecnologia e a biodiversidade sócio-cultural, mas "isso vai depender de ações e políticas públicas".

Outro momento do dia foi a palestra "Conquista da Soberania Alimentar" com o bispo Dom Mauro Morelli, do RJ. Segundo Dom Morelli a produção de alimentos está concentrada nas mãos de poucos que determinam o que se deve plantar ou comer. "Enquanto cada município não tiver um plano de segurança alimentar sus-

tentável vai ser difícil equacionar o problema da fome". O diretor-presidente da Embrapa, Clayton Campanhola, afirmou que a agroecologia é um processo de gestão de todo estabelecimento rural e que o consumo de alimentos tem crescido 25% ao ano, sendo mercado de 30 milhões de dólares.

FOTOS ITAMAR AGUIAR



Produtos ecológicos estão expostos no evento

Jornal Correio do Povo 19/11/2003

Lula sanciona nova lei dos produtos orgânicos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei 10.831, aprovada pelo Congresso em 28 de novembro e que cria novas regras e diretrizes básicas para os produtos orgânicos. Na primeira quinzena de janeiro, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, deve instalar a Câmara Setorial da Agricultura Orgânica, ligada ao Conselho do Agronegócio. O texto define o que é produção orgânica e tenta acabar com a confusão de conceitos, rótulos e marcas.

O sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrangerá os denominados produtos ecológicos, biodinâmicos, naturais, regenerativos, biológicos, agro-



Sistema terá uma câmara setorial específica

cológicos e da permacultura (agricultura orgânica sustentável). Pela primeira vez, será possível fazer um retrato atualizado e quantificar o tamanho da produção orgânica brasileira. A nova lei estabelece ainda as responsabilidades dentro do sistema. Os produtos orgânicos deverão ter a certificação de um organismo reconhecido oficialmente.

A qualidade terá que ser garantida em conjunto por produtores, distribuidores, comerciantes e certificadores. Os sistemas, critérios e circunstâncias da certificação serão exigidos pela regulamentação da nova lei, que deve fixar o prazo de um ano para o cumprimento de todas as exigências.

Jornal Correio do Povo 27/12/2003

Governo quer incentivar produção de orgânicos

O governo brasileiro vai fomentar a produção de alimentos orgânicos, acompanhando a tendência mundial. A afirmação foi feita pelo assessor técnico da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Jean Pierre Medaets, no 5º Congresso de Agribusiness, promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura. Ele ressaltou que, para o crescimento do país, a produção orgânica é positiva pois engloba o desenvolvimento de produtos locais e a manutenção dos recursos na economia da região.

Jornal Correio do Povo
27/11/2003

Emater quer certificar orgânicos

Jornal Correio do Povo 04/12/2003

Dia de feira ecológica em Torres

O consumidor que gosta de produtos ecológicos, livre de agrotóxicos e defensivos agrícolas, tem a alternativa da Feira Ecológica montada todos os sábados em Torres, ao lado do ginásio de esportes na Lagoa do Violão. A feira oferece frutas, verduras e hortaliças sem produtos químicos, garantidos pela Emater, pelo Centro Ecológico do Litoral e pelas secretarias da Agricultura de diversos municípios do Litoral Norte. Os preços cobrados não são mais caros que os praticados em outras feiras e nos supermercados. Confor-

me levantamento de preços de 23 alimentos pesquisados, 15 apresentaram valores com diferença que não ultrapassa R\$ 0,50 aos das feiras.

Além da ausência de resíduos tóxicos, os alimentos oriundos da chamada "produção limpa" contêm em média 63% mais cálcio, 78% mais cromo, 73% mais ferro, 118% magnésio e 91% fósforo. O horário da feira é das 7h ao meio-dia e reúne produtores ecológicos de Torres, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, D. Pedro de Alcântara, bem como de regiões da Serra gaúcha e Sul de SC.

Jornal Correio do Povo 24/01/2004

ANEXO F: DEBATE SOBRE OS TRANSGÊNICOS

Discussão que veio a público por ocasião da aprovação da Medida Provisória 131 que liberava o plantio e o comércio da soja transgênica no período 2003/2004 e a aprovação do Projeto de Lei que regulamentava a MP 131. Este é um tema que gerou e ainda tem gerado grandes disputas entre as organizações que atuam no campo ambiental e da agricultura.

Manifesto pretende pressionar governo Mapa solicita novas informações ao PR Monsanto lança campanha nacional

Jornal Correio do Povo 07/11/2003

Transgenia: Rigotto revoga decreto de Olívio

Decreto assinado na quarta-feira pelo governador Germano Rigotto – regulamentando lei federal que obriga notificação à SAA de áreas experimentais para a transgenia – revogou decreto do governo Olívio Dutra. O deputado Elvino Bohn-Gass (PT) classificou de “inócuo” a medida por não informar os critérios e procedimentos que substituirão o estabelecido no decreto anterior. “Será que a

intenção é desobrigar a apresentação de EIA-RIMA?”, questionou.

Para o secretário da Agricultura, Odacir Klein, a exigência de relatório não pode ser contrariada, pois está prevista na Constituição. “A lei de biossegurança fixará novas normas e as legislações terão de se submeter a elas.” Quanto à insinuação de que o governo pretende “se livrar” do compromisso da fiscalização, Klein

diz que o RS cumprirá suas atribuições. “O governo atual não pode ser obrigado a adotar normas decretadas no governo anterior.” A SAA recebe amanhã os cinco kits para teste em cargas de sementes de soja nas barreiras instaladas esta semana na divisa com SC para impedir o trânsito proibido por lei de sementes clandestina. Os kits serão distribuídos no final de semana.

Nobel da Paz defende a produção de transgênicos

O prêmio Nobel da Paz (1970), Norman Borlaug, defendeu ontem a produção de alimentos a partir de organismos geneticamente modificados (OGMs) como forma de aumentar a produtividade na agricultura e reduzir o uso de herbicidas. Borlaug reuniu-se ontem com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e considera o Brasil com o país com maior potencial para se tornar um dos grandes exportadores de produtos agrícolas do mundo.

Jornal Correio do Povo 12/02/2004

Ação contra Rodrigues

Vinte entidades civis distribuídas em nove estados brasileiros, entre elas Idet e Greenpeace, encaminharam ontem representação ao presidente da Comissão de Ética Pública do Executivo, João Carneiro contra o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. O grupo pede instauração de processo disciplinar para averiguar violações do Código de Conduta da Alta Administração. As sanções vão desde advertência até sugestão de demissão.

O secretário-executivo do Fórum Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, Sezifredo Paz, questiona a omissão do ministro na fiscalização do cumprimento da legislação referente ao plantio de transgênicos. Paz destaca, por exemplo, a falta de inspeção do uso glifosato, que não tem registro no Brasil para as partes aéreas das plantas da oleaginosa. “A postura de defensor dos transgênicos do ministro se choca com suas atribuições de fazer cumprir a lei.” O Mapa, através de sua assessoria, disse que não se pronunciará sobre o assunto. Entre as entidades que assinam a representação está a ONG Centro Ecológico, de Dom Pedro de Alcântara, que desde 1985 trabalha com pequenos produtores do Litoral Norte e Serra.

Jornal Correio do Povo 07/11/2003

Câmara aprova MP da soja transgênica

Projeto que vai para o Senado amplia prazo de comercialização, legaliza safra anterior e limita a cobrança de royalties

Jornal Correio do Povo 13/11/2003

MP é inconstitucional, diz Monsanto

Proibição da cobrança de royalties nesta safra é contestada e empresa admite que poderá recorrer

Jornal Correio do Povo 13/11/2003

Tribunal de OGMs será dia 11 de março

Oficiais do Tribunal Internacional Popular sobre Transgênicos estiveram ontem nas sedes da Monsanto e da Farsul, na Capital, para entregar uma citação às entidades, com o objetivo de convocá-las para o tribunal que ocorre em 11 de março. Conforme a assessoria do Tribunal, a Monsanto e a Farsul se negaram a receber as citações, encaminhadas pelo presidente do Tribunal, José Felipe Ledur, que serão enviadas via correio nos próximos dias.

De acordo com o representante do Instituto de Acesso a Justiça, Marcelo Sgarbossa, o objetivo do Tribunal é “promover a participação dos envolvidos de forma a debater a utilização de organismos geneticamente modificados”. O tribunal é organizado por mais de 30 entidades sociais, como por exemplo a Associação dos Juizes do RS (Ajuris), Associação dos Juizes Federais (Ajufer), Associação dos Procuradores da República (ANPR), CUT-RS. A iniciativa tem respaldo na constituição brasileira.

Jornal Correio do Povo 18/02/2004

UE mantém embate sobre transgênicos

A União Europeia (UE) derrubou ontem tentativa de suspensão de moratória aos alimentos geneticamente modificados, imposta há cinco anos, prolongando uma discussão com graves repercussões no comércio internacional. No que diz respeito à proposta de permitir a venda de milho enlatado de uma variedade desenvolvida pela Syngenta – indústria com sede na Suíça – votaram a favor: Espanha, Grã-Bretanha, Holanda, Finlândia, Suécia e Irlanda. Dinamarca, Grécia, Luxemburgo, Áustria, Portugal e França, contra; além de três abstenções.

Para a porta-voz da UE, Beate Gminder, “a permissão deverá ser discutida pelos ministros da UE, em janeiro”. Caso não se definam em 90 dias, o chefe do escritório da UE que formulou a proposta terá de decidir.

Jornal Correio do Povo 09/12/2003

Pesquisadores protestam de luto

A decisão do governo federal de retirar a urgência do projeto de lei da biossegurança, adiando sua votação para fevereiro de 2004 foi mal recebida por cientistas e produtores. Os pesquisadores ocuparam o Salão Verde da Câmara, em Brasília, vestidos de jaleco preto, em luto pela ciência brasileira. Eles querem também mudança na proposta original de regulamentação dos OGMs e maior participação do setor na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

A presidente da Associação Nacional de Biossegurança (ANBio), Leila Oda, alertou que o adiamento só amplia a insegurança dos pesquisadores. "Se o projeto não for votado logo, certamente haverá evasão dos cientistas do país e a perda inevitável das cabeças pensantes e das pesquisas já realizadas no Brasil", lamentou a cientista.

A retirada da urgência revoltou os pequenos produtores do RS. "Essa manobra cheira a modificações. Foi péssima em termos de credibilidade no campo. Vamos buscar mais esclarecimento sobre isso", declarou o presidente da Fetag, Ezidio Pinheiro, após averiguar o estrago gerado pela decisão junto aos seus associados na assembleia de ontem. Para o presidente da Farsul, Carlos Sperotto, havia condições de votação até o dia 15. Agora, vê necessidade de alongamento no prazo para comercialização dessa safra e mudança nas regras de trânsito de sementes.

O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), autor do substitutivo defendido pelos cientistas, disse que pressionará para que a urgência seja reeditada até 15 de fevereiro. Os cientistas entregaram à ministra Marina Silva jaleco e manifesto em favor de mudanças no projeto de lei.

MARCELLO CASAL JR. / ABR / ESPECIAL / CP



Cientistas entregaram à ministra um jaleco preto e o manifesto em favor de mudanças

Soja argentina provoca reações

Os riscos ocasionados pela monocultura da soja provocam polêmica na Argentina. O "crescimento desordenado coloca em risco o ecossistema agrícola argentino", advertiu Carlos Vuegen, presidente do estatal Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária. A Argentina é o terceiro produtor mundial de soja (35,1 milhões de toneladas/ano). Este ano a área semeada aumentou 9,4% e a produção, 70%. Especialistas advertiram que foram destinados a este cultivo campos que se dedicavam ao gado e produção de leite.

Projeto é prioridade, diz Marina

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou que a aprovação do projeto que trata da biossegurança é prioridade do governo federal, mesmo com a retirada de urgência para sua votação na Câmara Federal - a proposta inicial era que fosse votado até o próximo dia 15. A ministra diz que a determinação do governo é que a urgência constitucional será pedida novamente em fevereiro. "A discussão correta não é criar formas de atropelar o debate, mas sim fazer com que ele possa acontecer de forma consistente", explicou. Ela ressaltou que a proposta salvaguarda os interesses dos pesquisadores, consumidores e setor produtivo.

Marina Silva reafirmou também que o projeto é adequado, foi construído com a participação de 11 ministérios durante 11 meses de debate, e se revela um marco legal adequado para a questão dos organismos geneticamente modificados no Brasil. "Tenho certeza de que tanto o Congresso quanto o Executivo vão estar empenhados na aprovação", acrescentou a ministra ao participar de sessão solene em homenagem ao seringueiro Chico Mendes.

Jornal Correio do Povo 10/12/2003

Reações ao texto da biossegurança

Produtores rurais, ambientalistas e cientistas. Ninguém ficou totalmente satisfeito com o texto final do projeto da Lei de Biossegurança, aprovado ontem na Câmara dos Deputados. Na avaliação do presidente da Farsul, Carlos Sperotto, se for mantido, o relatório vai desestimular investimentos privados em pesquisa e emperrar a liberação comercial de produtos transgênicos. "Quem vai se arvorar a estudar se não sabe se poderá comercializar, que é o momento de ser compensado pelos investimentos em pesquisa?" Sperotto espera que os senadores garantam autonomia à CTNBio para autorizar o comércio e deliberar sobre a realização de pesquisas.

Para o dirigente, a liberação de plantio e comercialização de soja

transgênica para 2005 "consolida o que já se está praticando". A prorrogação por mais um ano foi "o maior retrocesso", na opinião da coordenadora da Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace, Mariana Paoli. "Estão favorecendo a Monsanto mais uma vez." Ela considerou, porém, uma vitória a obrigatoriedade de licenciamento ambiental para liberação comercial de transgênicos.

"Desfiguraram completamente a CTNBio. É tudo maquiagem", acusou a pesquisadora de Propriedade Intelectual da Embrapa Maria José Sampaio. "Mesmo que todos os cientistas votem a favor, isso não será suficiente para autorizar uma pesquisa", questionou o pesquisador Marcelo Menossi, da Unicamp de Campinas (SP). **Página 12**

Jornal Correio do Povo 06/02/2004

Soja transgênica chegou para ficar

Resultados da biotecnologia na produtividade levam produtor gaúcho a migrar de sistema de cultivo

Jornal Correio do Povo 15/02/2004